

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ADRIANA SOARES BESERRA CAPOANO

**ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO: 2005 - 2018**

CÁCERES-MT

2022

ADRIANA SOARES BESERRA CAPOANO

**ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO: 2005 - 2018**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

CÁCERES-MT

2022

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

C245a CAPOANO, Adriana Soares Beserra.
Atuação da Fundação Victor Civita na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso: 2005-2018 / Adriana Soares Beserra Capoano - Cáceres, 2022.
216 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Educação, Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.
Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião

1. Privatização. 2. Filantropia de Risco. 3. Filantropocapitalismo. 4. Fundação Victor Civita. Mato Grosso. 5. Lei Nº 13. 800/2019. I. Adriana Soares Beserra Capoano. II. Atuação da Fundação Victor Civita na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso: 2005-2018: .
CDU 37"2005-2018"(817.2)

ADRIANA SOARES BESERRA CAPOANO

**ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA NA REDE ESTADUAL DE ENSINO
DE MATO GROSSO: 2005 - 2018**

Dissertação de Mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

Orientadora – *Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT*

Dra. Nadia Pedrotti Drabach

Membro Externo – *Instituto Federal Farroupilha/IFFAR*

Dra. Maria Clara Ede Amaral

Membro Interno - *Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT*

APROVADA EM: 27/07/2022.

Aos amores da minha vida:

*Aos meus filhos, **Lorena Beserra Capoano** e **Lucas Beserra Capoano**, que me apresentaram a mais bela forma de amor, o amor materno. Vocês são o meu melhor.*

*Aos meus pais, **Antônio Alves Beserra** e **Antônia Eliete Soares Beserra**, por todo cuidado, por sempre acreditarem em mim e por me fazer ter confiança sempre. Meu eterno amor e gratidão.*

*Ao meu irmão, **André Soares Beserra**, com quem aprendi que amor se divide.*

Obrigada pelo carinho e companheirismo.

*Ao meu esposo, **Jeferson Luiz Goes Capoano**, obrigada pelo amor, apoio e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço de coração à minha querida orientadora, Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião. Sou grata por toda a dedicação na orientação, por compartilhar seu vasto conhecimento e por me direcionar na construção desta pesquisa.

Ao meu pai Antônio Alves Beserra e à minha mãe Antônia Eliete Soares Beserra que sempre me apoiaram e me ajudam em tudo que preciso. Obrigada pelo amor e cuidado sempre dedicado a mim.

Ao meu esposo, Jeferson Luiz Goes Capoano, pelo apoio, carinho, zelo, companheirismo e principalmente por entender os momentos de ausência e renúncia que passamos durante esse tempo que dediquei aos estudos.

Aos meus filhos, Lorena Beserra Capoano e Lucas Beserra Capoano, que, mesmo sendo crianças, “entenderam” os momentos em que a mamãe não podia brincar e tinha que estudar.

Ao meu irmão, André Soares Beserra, e à minha cunhada, Fernanda Galvão, obrigada pelo amor e torcida de sempre.

Aos meus avós paternos Gentil Alves (*in memoriam*) e Maria Bezerra (*in memoriam*) e maternos Elias Paulino (*in memoriam*), e à minha avó Raimunda Soares da Conceição, mulher de fibra, obrigada pelas orações e por entender as ausências. Sei que um pouco de quem sou também reflete vocês.

A toda a minha família, pela compreensão da ausência que foi necessária neste processo de aprendizagem.

Aos meus sogros, Eloiza Goes e Luiz Carlos Capoano, por entenderem que a ausência foi necessária e pela torcida de sempre.

Aos colegas da turma de mestrado PPGEdU/Unemat 2021, pelo companheirismo e apoio mútuo. Minha eterna gratidão pelo apoio no decorrer do mestrado. Vocês fazem parte desta conquista!

Aos professores com os quais tive a oportunidade de aprender diretamente por meio das disciplinas cursadas no processo de mestrado no PPGEdU/Unemat, Marilda de Oliveira Costa, Laudemir Zart, Paulo Alberto dos Santos Vieira, Lóriége Pessoa Bitencout e minha orientadora Theresa Adrião. Obrigada pela dedicação e respeito durante esse período de construção de novos conhecimentos.

À minha amiga Cleide Gusmão, uma amizade que começou na Escola Estadual Criança Cidadã. Foi minha orientadora na especialização e sempre me incentivava a seguir nos

estudos. Gratidão pela amizade, pelo incentivo, pela escuta... és uma irmã que a vida me presenteou.

À minha comadre, Jocinéia Cruz Miranda, madrinha dos dois, e à sua família, pela amizade, pelo incentivo, por todo amor dedicado aos meus filhos e sempre orando por mim e por minha família. Minha outra irmã de alma.

Às amigas que o PPGEduc/Unemat me presenteou: Adriana Brito, não tenho palavras para dizer a gratidão que tenho por tua amizade! E Renata Caroline, obrigada por dividir as aprendizagens e pela escuta. Eu sempre estarei com vocês!

Ao amigo Odair Alves, por dividir os desafios e angústias da escrita, a proximidade, mesmo que “distante”, que me fez ver que você é um amigo especial! Minha torcida para seu sucesso sempre, sou feliz por tua amizade.

Às amigas Maria José da Silva, a Jô, Jociane Pasturelli, Márcia Machado, Clara Ede e Elizabete Nascimento, pela amizade construída no Cefapro Cáceres e que até hoje nos une (mesmo distantes). Gratidão!

Às amigas Estela Furrer e Jucinéia Seraglio pela amizade, carinho e oração, guardo vocês no coração.

À Caroline Fialho, pela amizade, escuta e incentivo de sempre.

À Rosânia Siqueira, psicóloga, terapeuta do meu filho e amiga. Obrigada pela escuta tantas vezes e por todo o carinho dedicado ao Lucas. Agradeço também à Joice Costa por todo trabalho terapêutico em fonoaudiologia com o Lucas. Meu respeito e admiração pelo trabalho e dedicação de vocês com as crianças autistas, em especial com o meu Lucas.

Às professoras, Profa. Dra. Nádia Drabach e Profa. Dra. Maria Clara de Amaral, pela disponibilidade em participar da minha banca de qualificação, com significativas contribuições e apontamentos, e agora, da banca de defesa.

Agradeço também à Profa. Dra. Márcia Cossentin e à Profa. Dra. Josete Maria Cangussú Ribeiro, que aceitaram prontamente o convite para suplência da minha banca de qualificação e defesa.

Aos pesquisadores do Greppe Campinas, pela acolhida e todo o conhecimento compartilhado durante esse período com vocês.

Os meus sinceros agradecimentos a todos que acompanharam a minha trajetória e torceram para que ela fosse vitoriosa.

E a Deus, porque a fé nos garante a esperança e o direito de superar as adversidades.

RESUMO

Esta pesquisa analisou a atuação da Fundação Victor Civita (FVC) na rede estadual de ensino de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018. Os dados decorreram da pesquisa interinstitucional, realizada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe), sob a coordenação da Profa. Dra. Theresa Adrião - “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), sob Processo nº 2019/12230. O estudo partiu do pressuposto de que a incidência da Fundação Victor Civita na educação estadual de Mato Grosso, no período analisado ocorreria conforme enquadramento teórico do filantropocapitalismo ou da prática da filantropia de risco no Brasil, financiada por meio de investimento social privado e operada via programas implantados nos sistemas públicos de ensino por meio convênios entre fundações/institutos e governos. Tais programas exigem resultados na expectativa de vantagens para negócios no campo educacional (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021). Esta dissertação adotou uma abordagem qualitativa a partir de pesquisa documental em fontes primárias – sites institucionais e banco de dados oficiais – e secundárias, decorrentes da pesquisa já mencionada. Com base nos estudos teóricos e na análise dos dados, apresentou-se o perfil e a forma de atuação da Fundação Victor Civita na educação brasileira e em Mato Grosso, no período de 2005 a 2018. Como resultado, identificou-se que a incidência da Fundação não expressou a prática da filantropia tradicional e nem da filantropia de risco, e sim expressou relações mercantis com diferentes níveis do poder público: governo federal, por intermédio do segmento educacional do Grupo Abril, que comercializava publicações dirigidas a profissionais da educação e material didático. Nesses termos, a principal estratégia de atuação da FVC junto à educação de Mato Grosso não se configurou como filantropia de risco, posto pautar-se na mercantilização da educação em que a Fundação transformou em mercadoria “as melhores práticas docentes”, selecionadas em cada realização das edições dos Prêmios Victor Civita Educador Nota 10 e Gestor Nota 10, no período analisado, tendo subordinado a política educacional do currículo aos interesses de mercado.

Palavras-chave: Privatização. Filantropia de Risco. Filantropocapitalismo. Fundação Victor Civita. Mato Grosso, Lei nº 13.800/2019.

ABSTRACT

This research analyzed the performance of the Victor Civita Foundation (FVC) in the state education system of Mato Grosso, from 2005 to 2018. The data came from the inter-institutional research, carried out within the Group for Studies and Research in Educational Policy (Greppe), under the coordination of Prof. Dr. Theresa Adrião - "Analysis of the mapping of strategies for privatization of basic education in Brazil: actors, programs, and consequences for public education", funded by the Foundation for Research Support of the State of São Paulo (Fapesp), under Process No. 2019/12230. The study was assumed that the incidence of the Victor Civita Foundation in state education in Mato Grosso, in the period analyzed would occur according to the theoretical framework of philanthrocapitalism or the practice of venture philanthropy in Brazil, financed through private social investment and operated via programs implemented in public education systems through agreements between foundations/institutes and governments. Such programs demand results in expectation of business advantages in the educational field (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021). This dissertation adopts a qualitative approach from documentary research in primary sources - institutional websites and official databases - and secondary sources, resulting from the aforementioned research. Based on the theoretical studies and data analysis, it presented the profile and the form of action of the Victor Civita Foundation in Brazilian education and in Mato Grosso, in the period from 2005 to 2018. As a result, it was identified that the Foundation's incidence did not express the practice of traditional philanthropy or venture philanthropy, but rather expressed mercantile relations with different levels of public power: federal government, through the educational segmento Abril Group's, which commercialized publications aimed at education professionals and didactic material. In these terms, the main strategy of the FVC's work with education in Mato Grosso was not configured as venture philanthropy, since it is based on the mercantilization of education in which the Foundation transformed into merchandise "the best teaching practices", selected in each edition of the Victor Civita Educador Nota 10 and Gestor Nota 10 Awards, in the analyzed period, having bribed the educational policy of the curriculum to market interests.

Keywords: Privatization; Venture Philanthropy; Philanthrocapitalism; Victor Civita Foundation; Mato Grosso, Law 13.800/2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Anpae	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
Bisc	Benchmarking do Investimento Social Corporativo
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CGI	Clinton Global Initiative
CGU	Controladoria Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CSF	Currículo sem Fronteiras
DOU	Diário Oficial da União
EUA	Estados Unidos da América
F1	Filtro 1
F2	Filtro 2
Fineduca	Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
FNDE	Fundo de Desenvolvimento da Educação
FVC	Fundação Victor Civita
Gaeco	Grupo de Atuação Especial Contra o crime Organizado
Gife	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Greppe	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
Idis	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IFG	Instituto Federal de Goiás
ISP	Investimento Social Privado
MBM	Movimento Bem Maior
MP	Medida Provisória
MPE	Ministério Público Estadual
MT	Mato Grosso
netFWD	Global Network of Foundations Working for Development
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGFP	Organização Gestora de Fundo Patrimonial
ONG	Organização não governamental
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PPGEdu	Pós-Graduação em Educação

REdUFMT	Revista de Educação Pública do Programa de Pós Graduação em Educação da UFMT
Rev. Faed	Revista da Faculdade de Educação
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SCielo	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
Unemat	Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista dos 10 maiores bilionários filantropos dos Estados Unidos e sua atuação filantrópica, de acordo com ranking Forbes Money, ano 2021	60
Tabela 2 - Quantidade de produções científicas do tipo artigo encontradas nas bases de dados das Revistas Anpae e CSF a partir dos descritores de busca.....	71
Tabela 3 - Quantidade produções acadêmicas encontradas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações da Capes ¹ , Scielo-BR, Revista CSF ² e Revista Anpae ² , no período de 2019-2022, a partir dos descritores	102
Tabela 4 - Dimensões e número de programas operados na rede estadual de ensino de Mato Grosso nas fases da pesquisa do Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil, no período de 2005 a 2018.....	131
Tabela 5 - Quantidade de produções acadêmicas, a partir dos descritores, encontradas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações da Capes ¹ e Scielo-BR, sobre a Fundação Victor Civita	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Bases de dados utilizadas no levantamento bibliométrico e critérios de seleção...	22
Quadro 2 - Nova filantropia, nova linguagem	51
Quadro 3 - Tipos de abordagens filantrópicas	52
Quadro 4 - As principais mudanças nas dimensões da filantropia tradicional à filantropia de risco	54
Quadro 5 - Os 10 maiores bilionários e seus ganhos patrimoniais no período de 2010 a 2019	60
Quadro 6 - Evidências, a partir dos resumos, de produções acadêmicas que indicam a incidência de filantropocapitalismo na educação brasileira na base de dados da revista CSF	74
Quadro 7 - <i>Ranking</i> dos bilionários brasileiros nos anos 2012, 2014, 2016 e 2022, de acordo com Forbes	91
Quadro 8 - Brasileiros com maior engajamento filantrópico a partir dos institutos, Ongs e fundações sem fins lucrativos que atuam no setor educacional, segundo a Forbes Brasil.....	94
Quadro 9 - Dimensões da prática da filantropia de risco no Brasil comparada com a prática da filantropia de risco impulsionada pela OCDE netFWD	107
Quadro 10 - Governadores, partido político e período do mandato político no período de 2005 – 2018, no Estado de Mato Grosso.....	115
Quadro 11 - Programas, dimensões e pesquisadores responsáveis pela análise dos dados obtidos pela pesquisa do Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica na rede estadual de ensino de Mato Grosso - 2005 a 2018	120
Quadro 12 - Programas operados por atores privados em Mato Grosso – 2005 a 2018	125
Quadro 13 - Tempo de vigência dos programas operados por atores privados na educação pública estadual de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018	129
Quadro 14 - Segmentos da Abril S. A. e atividades econômicas desenvolvidas	137
Quadro 15 - Empreendimentos sociais apoiados pelo Grupo Abril	138
Quadro 16 - Produções acadêmicas localizadas que expressam estudos sobre a Fundação Victor Civita, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	143
Quadro 17 - Capítulos/seção/subseção e elementos abordados nas produções acadêmicas que descrevem a história da Fundação Victor Civita, localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	144

Quadro 18 - Contratos e convênios firmados pela Fundação Victor Civita com órgãos governamentais, registrados no Portal Transparência da Controladoria-Geral da União do Brasileira.....	148
Quadro 19 - Composição do Conselho Curador da Fundação Victor Civita nos anos de 2014 e 2018	151
Quadro 20 - Principais programas e projetos operados pela Fundação Victor Civita desde a sua a criação até 2018	158
Quadro 21 - Organização parceira ou financiadora dos principais programas e projetos operados pela Fundação Victor Civita desde sua criação até 2018, com respectiva natureza jurídica da organização.....	161
Quadro 22 - Estado, ano de início e programas operados pela Fundação Victor Civita no período de 2005 a 2018.....	164
Quadro 23 - Perfil das Organizações que realizam parceria com o Prêmio Educador Nota 10	168
Quadro 24 - Estados brasileiros com profissionais da educação vencedores em edições do Prêmio Victor Civita- Educador Nota 10, por ano, região e número de vencedores em cada estado, no período de 2005 a 2018	172
Quadro 25 - Matérias publicadas por ano, título, conteúdo e programa, localizadas no site da Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso com base no descritor “Fundação Victor Civita”	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das produções científicas do tipo artigo na Revista CSF, por descritor e ano de publicação.....	72
Gráfico 2 - Distribuição do quantitativo das produções acadêmicas, por descritor e critérios de filtros, nas bases de dados das Revistas Anpae e CSF, que tratam da privatização da educação básica	72
Gráfico 3 - Distribuição das produções acadêmicas com evidência de atuação em filantropocapitalismo na educação nas Revistas Anpae e CSF	73
Gráfico 4 - Distribuição das produções acadêmicas, por descritor, localizadas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações da Capes ¹ , Scielo-BR, Revista CSF ² e Revista Anpae ² , no período de 2019-2022.....	103
Gráfico 5 - Distribuição das produções acadêmicas, por descritor e ano de publicação, localizadas nas bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes ¹ , Scielo-BR, Revista CSF e Revista Anpae ² , no período de 2019-2022	104
Gráfico 6 - Total de matrículas das redes pública, estadual e privada de ensino do Estado de Mato Grosso, etapa Ensino Fundamental, no período de 2005-2018.....	122
Gráfico 7 - Total de matrículas das redes pública, estadual e privada de ensino do Estado de Mato Grosso na etapa do Ensino Médio, no período de 2005-2018	123
Gráfico 8 - Tipo de organizações que incidiram nas dimensões do currículo, gestão e oferta no sistema estadual de ensino público em Mato Grosso de 2005 a 2018.....	128
Gráfico 9 - Distribuição das produções acadêmicas que descrevem a história e perfil da Fundação Victor Civita, localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	143
Gráfico 10 - Distribuição do público-alvo, por segmento, dos principais programas e projetos realizados pela FVC, desde sua criação até 2018	160
Gráfico 11 - Distribuição das formas de operacionalização dos principais programas e projetos realizados pela FVC desde sua criação até 2018, período analisado.....	161
Gráfico 12 - Total de inscrições no Prêmio Educador Nota 10 no período de 2005 a 2018 ..	171
Gráfico 13 - Quantidade de matérias publicadas, por ano, que tratam de informações sobre a Fundação Victor Civita, localizadas no site Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso	181

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Evolução do investimento social privado no Brasil no período de 2010 a 2020.....	85
Figura 2 - Evolução do investimento social corporativo no Brasil no período de 2007 a 2016	86
Figura 3 - Investimento social de empresas e fundações/institutos associados ao Bisc, com base na Pesquisa Bisc – 2017 para o período de 2008 – 2017	87
Figura 4 - Total de organizações, fundações, institutos associados ao Gife que atuaram no setor educacional nos anos 2016, 2018 e 2020, com base no Censo Gife 2020	88
Figura 5 - Etapas da Educação que são foco de investidores sociais privados, segundo Mapa da Atuação do Investimento Social Privado em Educação, ano 2016	89
Figura 6 - Parceiros da ONG Movimento bem Maior.....	90
Figura 7 - Total de estabelecimentos estaduais e privados que ofertam Ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural) - 2005 e 2018	121
Figura 8 - Total de matrículas nas escolas estaduais e privadas no Ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural – 2005/2018).....	122
Figura 9 - Sistemas de avaliação - Região Centro-Oeste	124
Figura 10 - Organograma do Grupo Abril de 2010 a 2014	136
Figura 11 - Logomarcas da Editora Abril e Fundação Victor Civita na capa da Revista Nova Escola, edição especial nº 30, de 2010	145
Figura 12 - Logomarcas da Editora Abril e Fundação Victor Civita na capa da Revista Gestão Escolar, edição nº 28, de out./nov. de 2013.....	145
Figura 13 - Atores privados integrantes do Programa Educação Compromisso São Paulo em sua origem.....	165
Figura 14 - Parcerias realizadas pela Fundação Victor Civita para operacionalização do Prêmio Educador Nota 10	167
Figura 15 - Perfil das inscrições e tipos de instituição a que estão vinculados os inscritos no Prêmio Victor Civita ano 2010.....	176
Figura 16 - Cargos dos inscritos no Prêmio Gestor Nota 10 - edição 2010	176
Figura 17 - Percentual de projetos inscritos, por estado e região, na edição do Prêmio Victor Civita – Gestor Nota 10 no ano 2010	177

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 FILANTROPIA DE RISCO: CARACTERÍSTICAS GERAIS E <i>MODUS OPERANDI</i>.....	29
2.1 Filantropia de risco: a relação com o capitalismo em sua fase monopolista financeira	29
2.2 Atuação dos bilionários: um novo modelo de filantropia e as denominações adotadas pela literatura.....	37
2.2.1 Filantropia de risco/<i>Venture philanthropy</i>	38
2.3 Filantropocapitalismo: expressão da atuação em filantropia de risco.....	43
2.4 Da filantropia tradicional à filantropia de risco: como ocorreu a mudança	52
2.4.1 Doações como investimento	56
2.4.2 Quem são os maiores bilionários filantrópicos	58
3 FILANTROPIA DE RISCO NO BRASIL E NO MATO GROSSO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS.....	67
3.1 A produção acadêmica sobre filantropia de risco na educação pública brasileira	68
3.2 Estudo bibliométrico nas bases de dados das revistas Anpae e CSF	70
3.2.1 Resultados quantitativos obtidos no estudo bibliométrico nas bases de dados das revistas Anpae e CSF.....	70
3.2.2 Resultados qualitativos obtidos no estudo bibliométrico nas bases de dados das revistas Anpae e CSF.....	73
3.3 Estudo bibliométrico nas bases de dados do Banco de produções Greppe e das revistas Rev. Faed-Unemat e da REdu-UFMT	76
3.4 Financeirização da educação e a relação com a filantropia de risco	77
3.5 O investimento social privado e a relação com filantropia de risco em educação no Brasil.....	83
3.6 Lei nº 13.800/2019: o investimento social privado no Brasil, os fundos patrimoniais e a filantropia de risco na educação básica pública no Brasil	96
3.6.1 A produção acadêmica sobre a Lei nº 13.800/2019: relação entre fundos patrimoniais, filantropia de risco e a educação básica pública no Brasil.....	101

3.6.2 Os dados obtidos pelo levantamento bibliométrico referente à Lei Federal nº 13.800 de 2019 e sua relação com a prática da filantropia de risco na educação básica pública no Brasil.....	102
4 A EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL NO ESTADO DE MATO GROSSO E A INCIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA NO PERÍODO DE 2005 A 2018 .	109
4.1 Notas sobre a caracterização do estado de Mato Grosso	109
4.2 Notas sobre o contexto político educacional em Mato Grosso no período de 2005 a 2018	114
4.3 Educação de Mato Grosso e os atores privados localizados pela pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005 - 2018): atores, programas e consequências para a educação pública”	119
5 A FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	133
5.1 O Grupo Abril a Fundação Victor Civita	134
5.2 A produção acadêmica sobre a Fundação Victor Civita.....	142
5.3 História da Fundação Victor Civita.....	146
5.4 Fundação Victor Civita: organização e articulações.....	163
5.5 A incidência da Fundação Victor Civita na educação pública estadual de Mato Grosso	166
5.5.1 Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10	167
5.5.2 Prêmio Victor Civita – Gestor Nota 10.....	174
5.6 A incidência da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino público em Mato Grosso	177
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186
REFERÊNCIAS.....	191
ANEXO A – Situação Cadastral da Fundação Victor Civita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, 2022	209
ANEXO B – Convênio entre a Fundação Victor Civita e o FNDE – 2001/2002.....	210

ANEXO C – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o FNDE – 2012/2014	211
ANEXO D – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o FNDE - 2013/2015. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Periódicos 2014	212
ANEXO E – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o IFG 2014/2015– Assinaturas anuais das revistas Gestão Escolar e Nova Escola da FVC para atender às demandas das bibliotecas de todos os campus do IFG	213
ANEXO F – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o IFG 2014/2015 – Assinaturas anuais das revistas Gestão Escolar e Nova Escola da FVC para atender às demandas das bibliotecas dos campus de Anápolis, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Cidade de Goiás, Inhumas, Jataí e Valparaíso do Instituto Federal de Goiás	214
ANEXO G – Situação Cadastral da Abril Comunicações S/A – Grupo Abril, 2022	215

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado em Educação está vinculada à linha de pesquisa *Formação de Professores, Políticas e Práticas Pedagógicas*, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso - PPGEduc/Unemat. Seu objetivo é analisar se a atuação da Fundação Victor Civita na educação estadual de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018, ocorreu conforme o enquadramento teórico do filantropocapitalismo ou filantropia de risco/*venture philanthropy*, de acordo com a literatura especializada.

O recorte temporal de 2005 a 2018 refere-se ao período mapeado pela pesquisa intitulada: Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005–2018): atores, programas e consequências para a educação pública (VENCO, BERTAGNA; GARCIA, 2021), de caráter interinstitucional, financiada pelo CNPQ e FAPESP¹, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – Greppe, e coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião, grupo de pesquisa que me vinculo desde 2021. Esse estudo mapeou o conjunto de atores privados que incidiram na rede estadual de ensino público em Mato Grosso no referido período, servindo, portanto, como aporte teórico desta dissertação.

O estudo apresentado nesta dissertação é fruto de inquietações advindas da minha² experiência profissional na rede pública estadual de Educação em Mato Grosso desde o ano de 2009, sendo licenciada em Ciências Biológicas, pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat/MT, atuante desde 2004 como professora contratada e nos anos de 2007 a 2008 como professora da rede privada de ensino, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Entretanto, maior relação com tais inquietações tem minha atuação no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação - CEFAPRO/MT², desde 2009, que me permitiu

¹ Pesquisa realizada em duas etapas. Na primeira fase, financiada pelo CNPQ³ e Fapesp⁴, construiu-se um vasto mapeamento sobre a incidência de atores privados no período de 2005 a 2015. A segunda, subsidiada pela Fapesp e apoiada pela Fundação Friedrich Ebert, atualizou os dados até 2018, final dos mandatos dos governadores, e aprofundou a análise em cada estado e Distrito Federal (VENCO; BERTAGNA; GARCIA, 2021, p. 15).

² Optou-se pelo uso da primeira pessoa do singular para demonstrar o envolvimento profissional da pesquisadora com a problemática da pesquisa.

² De acordo com Gobatto (2015), o Cefapro/MT surgiu da iniciativa de formação continuada, por meio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam), implantado no Mato Grosso em 1989, na Escola Estadual Sagrado Coração de Jesus- Rondonópolis/MT. Segundo a autora, a experiência foi validada pela Seduc/MT, ao publicar o Decreto nº 2.007/1997, que criou o Centro de Formação e Avaliação do Professor, e após a Portaria nº 048/99-SEDUC/GS/MT, que caracterizou tais espaços como “escolas que atuam em regime de colaboração entre a União, o Estado e os municípios, com a finalidade de desenvolver programas e projetos de Formação Inicial e Continuada, coordenar e sediar programas de plenificação, qualificação e requalificação dos Profissionais da Educação em nível de Ensino Médio e 3º grau”. Com a Lei nº 8.405, de 27 de dezembro de

acompanhar de perto as ações e encaminhamentos por parte da Secretaria de Estado de Educação do Estado de Mato Grosso - Seduc/MT na implementação de diversas políticas públicas resultantes da relação entre a Seduc/MT e o setor privado. Essa experiência me motivou a aprofundar estudos sobre os processos de privatização da educação pública, decorrentes da relação entre o público e o privado para a oferta da educação.

As relações entre os setores público e privado, no Brasil, intensificaram-se a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), com a garantia da estabilidade econômica por meio do Plano Real. Desse modo, as condições para que o cenário político e econômico estabelecesse uma série de reformas no âmbito do Estado, "[...] buscando sua racionalização e modernização", foram introduzidas e se constituíram pela privatização de empresas estatais e por mudanças na forma de gestão das políticas públicas (OLIVEIRA, 2011).

Sobre as políticas públicas, Oliveira (2011) considera que podem ser de dois tipos: as de Governo, que são aquelas decididas pelo Executivo, "[...] num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas [...]" cujo objetivo é atender "[...] às demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas"; e as de Estado, que são políticas que abrangem "[...] mais de uma agência do Estado [...]", promovendo modificações "[...] de outras normas ou disposições preexistentes". Estas últimas devem ser objeto de discussões aprofundadas em diversas instâncias, incluindo o Parlamento, com repercussão em diversos setores da sociedade (OLIVEIRA, 2011, p. 329).

Robertson e Verger (2012) afirmam que as parcerias entre o público e o privado são estimuladas por “novos filantropos”, e citam o exemplo dos EUA, onde são

[...] diferentes das organizações filantrópicas mais antigas, como a *Ford*, *Carnegie* e *Rockefeller Foundation*, cuja origem remonta ao início do século 20. Os novos filantropos de "risco" salientam, simultaneamente, a melhoria da educação para crianças pobres ou minorias, financiam programas e redes que utilizam a linguagem do mercado para a mudança social, e esperaram agressivos retornos para seus investimentos (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 15, grifos do autor).

2005, houve mudança de nomenclatura e de objetivos pedagógicos e administrativos no referido centro, que passou a se chamar Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica do estado de Mato Grosso. Nesse novo contexto, mudou também a função do centro de formação, que passou a promover o processo de formação continuada, o uso das tecnologias e a inclusão digital para todos os profissionais da educação básica pública atuantes no Estado (GOBATTO, 2015, p. 112 - 113). Atualmente, o CEFAPRO tornou-se Diretoria Regional de Educação/CEFAPRO – DRE/CEFAPRO, mudança instituída pelo Decreto nº 823, de 15 de fevereiro de 2021. Cabe agora à DRE/CEFAPRO a criação das Regionais de Educação no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, que “serão estruturadas e organizadas com a missão de implantar e implementar as políticas educacionais e de gestão administrativa e financeira nas unidades escolares, bem como, implantar, implementar e fortalecer o Regime de Colaboração entre estado e municípios” (MATO GROSSO, 2021).

Para o caso brasileiro, Adrião (2015) identifica que mudanças e reformas educacionais são pleiteadas pelos "novos" filantropos e investidores sociais, os quais influenciam as agendas políticas tanto em âmbito de Governo quanto de Estado, exigindo, em contrapartida, retornos mensuráveis para suas doações.

É nesse contexto que emerge o problema desta pesquisa, refletido na seguinte questão: "A incidência da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino público em Mato Grosso, no período de 2005 a 2018, pode ser caracterizada como prática de filantropia de risco/*venture philanthropy* ou filantrocipitalismo na educação?"

Para responder ao objetivo geral de analisar se a atuação da Fundação Victor Civita na educação estadual de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018, ocorreu conforme o enquadramento teórico do filantrocipitalismo ou filantropia de risco/*venture philanthropy* e ao problema apresentado, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar, com base na literatura especializada, os conceitos de filantropia de risco e filantrocipitalismo, relacionando-os às alterações do capitalismo em sua fase monopolista financeira.
2. Realizar revisão bibliográfica sobre filantropia de risco na educação brasileira e no estado de Mato Grosso.
3. Caracterizar a educação pública estadual de Mato Grosso no período de 2005 a 2018.
4. Apresentar o histórico do Grupo Abril e sua relação com a Fundação Victor Civita.
5. Analisar o perfil e a forma de atuação da Fundação Victor Civita junto à educação no Brasil e, em particular, na educação em Mato Grosso, no período de 2005 a 2018.

Diante dos objetivos propostos, esta dissertação articula-se a outras pesquisas das quais, a saber: Privatização da educação estadual em Mato Grosso: análise da incidência de atores privados e programas de oferta educativa (2005-2018), cujos resultados estão organizados e disponíveis na página interativa na web, no site do Greppe (MAPEAMENTO, 2018), e também no E-book Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015), organizado por Teise Garcia e Theresa Adrião, publicado no ano de 2018 (ADRIÃO, 2018b); e à pesquisa Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências

para a educação pública, que teve os resultados disponibilizados no E-book Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018) e também na página interativa na web, no site do Greppe (MAPEAMENTO, 2018). Ambas as pesquisas foram coordenadas pela Prof^a. Dr^a. Theresa Adrião, com apoio financeiro do CNPQ e Fapesp, como já mencionado.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa documental em fontes primárias e secundárias, com abordagem qualitativa. Essas fontes, segundo Lüdke e André (2018), se

[...] constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 2018, p.45).

O estudo foi desenvolvido em três etapas. Na primeira, realizou-se a revisão bibliográfica, por meio do levantamento da produção acadêmica. Para tanto, foram efetuadas buscas em bases de dados de acesso livre e oficiais, com base em alguns critérios, conforme as informações no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 - Bases de dados utilizadas no levantamento bibliométrico e critérios de seleção

(continua)

Base de dados	Critérios de seleção
Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CTD-Capes (CATÁLOGO, 2016).	Por se constituir uma plataforma de acesso livre que reúne informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país.
<i>Scientific Electronic Library Online</i> Brasil – Scielo-br (SCIELO, 2022).	A base de dados foi selecionada por se constituir um portal cooperativo com publicação de artigos científicos completos.
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE) da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) - Revista Anpae (RBPAE, 2022) e Revista Currículo sem Fronteira – Revista CSF ³	As revistas <i>on line</i> foram selecionadas como base de dados por serem periódicos nacionais brasileiros que alocam publicações direcionadas a estudos que tratam das políticas públicas educacionais. A seleção pautou-se em resultados da pesquisa “Gestão privada da educação pública: um olhar sobre o modelo de <i>charters school</i> ” nos EUA e sua aproximação para a realidade brasileira” (ADRIÃO; GARCIA, 2016), que indicou serem as dimensões da gestão educativa e do currículo as esferas da educação pública sobre quais os filantropocapitalistas mais incidem.
Revista da Faculdade de Educação - Rev. Faed do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso – PPGEdU/Unemat (REVISTA, 2021) e Revista de Educação Pública – EdUFMT do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT - PPGE-UFMT- REdUFMT (REVISTA, 2022).	A seleção dessas revistas foi motivada por se configurarem bases de dados de publicações dos Programas de Pós-Graduação em Educação de duas universidades públicas do Estado de Mato Grosso, configurando o lócus de investigação - a educação pública básica do estado de Mato Grosso

³ Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/>

(conclusão)

Base de dados	Critérios de seleção
Banco de Produções científicas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – Banco de Produções Greppe (PRODUÇÕES, 2022).	O critério de seleção da referida base de dados justifica-se por alocar publicações de pesquisas e estudos desenvolvidos sobre a privatização da educação pública brasileira e acolher a pesquisa à qual esta dissertação se vincula.

Fonte: elaborado pela autora.

A revisão bibliográfica ocorreu por meio da realização de estudos bibliométricos, desenvolvidos em quatro etapas, mediante buscas de produções acadêmicas nas bases de dados apresentadas no Quadro 1.

Na primeira etapa da revisão bibliográfica foram realizados dois estudos bibliométricos, o primeiro, intitulado *Privatização da educação básica em Mato Grosso: estudo bibliométrico a partir do banco de teses e dissertações da Capes- 2015-2020* (CAPOANO; ADRIÃO, 2021), que teve como objetivo identificar estudos realizados sobre privatização da educação básica pública nas etapas obrigatórias de ensino fundamental e médio na educação pública no estado de Mato Grosso. Como resultado do referido estudo, as autoras concluíram que “[...] os estudos sobre privatização na educação no estado de Mato Grosso nas etapas de ensino fundamental e médio são exíguos no período”, já que o estudo identificou apenas uma produção acadêmica relacionada ao tema no período de 2015-2020, em que Silva (2018 *apud* CAPOANO; ADRIÃO, 2021, p. 237) “[...] investigou a reconfiguração da política educacional do Estado de Mato Grosso, por meio das parcerias público-privadas”.

As autoras observaram que, em estudos anteriores,

[...] Adrião (2015), já indicava a escassez de pesquisas sobre privatização da educação básica pública no estado de Mato Grosso, quando inventaria entre 1990-2014, a autora localiza apenas o trabalho de AMARAL (2014), estudo que “reflexiona sobre duas parcerias público-privadas estabelecidas entre a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, a Fundação CESGRANRIO e o Instituto Ayrton Senna (CAPOANO; ADRIÃO, 2021, p. 237).

O segundo estudo, também realizado pelas autoras supracitadas, tem por título *Incidência do Filantropocapitalismo na Educação — estudo bibliométrico a partir do banco de teses e dissertações da Capes e artigos científicos no portal Scielo* (CAPOANO; ADRIÃO, 2022) e é relacionado à atuação do filantropocapitalismo na educação básica brasileira, no ensino fundamental e médio. Como um dos resultados o estudo localizou reduzido número de produções sobre a temática investigada e, desse modo, as autoras dizem que o referido estudo

[...] revela que a filantropia de risco ou filantropocapitalismo apresenta-se como ‘nova’ forma de atuação de atores privados potencializados pela OCDE (Adrião, 2015), que

“organizam-se no plano global em redes de “novos filantropos” constituída pelos proeminentes e influentes líderes corporativos e formuladores de políticas educacionais” (ADRIÃO, 2015, p. 69), e por meio da filantropia de risco realizam investimento socialmente orientado com resultado de lucro (CAPOANO; ADRIÃO, 2022, p.13).

As autoras concluem “[...] indicando a necessidade de ampliação de estudos que analisamos a atuação deste tipo de ator empresarial na educação pública brasileira” (CAPOANO; ADRIÃO, 2022, p.13).

A segunda etapa da revisão bibliográfica consistiu em estudo bibliométrico realizado nas bases de dados da Revista Anpae, da Revista CSF, Rev. Faed, REduFMT e no Banco de Produções Greppe. O objetivo foi localizar produções acadêmicas em estudos debruçados sobre os processos de privatização da educação básica e com abordagem ou evidências sobre a incidência da atuação de atores privados associados à filantropia de risco ou filantropocapitalismo na educação pública brasileira, em especial mato-grossense (ADRIÃO, 2015; 2018a; ROBERTSON; VERGER, 2012; BALL, 2020; BALL; OLMEDO, 2013). O referido estudo está descrito na terceira seção desta dissertação.

Os estudos bibliométricos realizados na primeira e segunda etapas da revisão bibliográfica tiveram como ponto inicial a escolha do conjunto de significantes de busca, ou seja, dos descritores que estão diretamente relacionados ao recorte de investigação desta dissertação – a atuação em filantropia de risco na educação básica pública no Brasil e em Mato Grosso. Os descritores utilizados foram: “filantropocapitalismo”, “*venture philanthropy*”, “nova filantropia”, “filantropo” “filantropia”, “filantro” e “filantrópica”, que se configuram em significantes com potencial de localizar as produções acadêmicas relacionadas à temática desta dissertação nas bases de dados consultadas.

A terceira etapa da revisão bibliográfica, também realizada por meio de estudo bibliométrico, buscou por produções acadêmicas nas seguintes bases de dados brasileiras de acesso livre: CTD/Capes, Scielo-Br, Revista Currículo Sem Fronteira e Revista Anpae. O objetivo foi identificar estudos que tratassem da Lei Federal nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, e sua relação com a prática da filantropia de risco na educação básica pública no Brasil, tendo como base Adrião (2015; 2018a; 2021). Cabe destacar que o estudo bibliométrico acima citado teve recorte temporal entre os anos de 2019 – ano da promulgação da lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil – até 2021, considerando-se que o levantamento dos dados foi realizado em janeiro de 2022. Desta forma, são dados com recorte temporal posterior ao período de análise da atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino em MT. Entretanto,

ressalta-se a importância do estudo sobre a Lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil como lente para caracterizar o Investimento Social Privado - ISP no Brasil. Sendo assim, esta dissertação, ao abordar a referida Lei, objetiva condições que auxiliem a análise da atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino de Mato Grosso no período de 2005 a 2018, ainda que em uma perspectiva retroativa. Os resultados do estudo bibliométrico sobre a lei encontram-se descritos na terceira seção desta dissertação.

A quarta etapa da revisão bibliográfica, descrita na quinta seção desta dissertação, também se configura pela realização de estudo bibliométrico realizado em duas bases de dados de acesso livre brasileiras, o CTD-Capes e Scielo-br. O objetivo dessa etapa foi de localizar produções acadêmicas em que os estudos tratassem sobre a Fundação Victor Civita, sua história, o perfil, a forma de atuação e as articulações políticas empreendidas por esse ator privado.

Os estudos bibliométricos apresentados nesta dissertação foram realizados com abordagem em duas dimensões: quantitativa e qualitativa. Na dimensão quantitativa, foram aplicados dois filtros ao processo do levantamento das produções acadêmicas nas bases de dados selecionadas para cada estudo bibliométrico, buscando-se identificar a quantidade de produções localizadas, o ano de publicação e as instituições em que foram desenvolvidas.

De acordo com os critérios do Filtro 1 – F1, todos os estudos bibliométricos foram realizados a partir de descritores de busca por produções acadêmicas em que, por meio da leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, fosse possível identificar que se referiam à temática de interesse.

Pelos critérios do Filtro 1 – F1, os estudos bibliométricos, que constituem o levantamento bibliográfico e que embasa teoricamente esta dissertação, foram realizados a partir de descritores de buscas por produções acadêmicas com concentração no campo EDUCAÇÃO, quando foi possível a seleção deste campo nas bases de dados selecionadas.

O Filtro 2 – F2 foi aplicado ao resultado do primeiro processo de filtragem e consistiu na leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, identificando-se os trabalhos sobre privatização da educação no Brasil, nas etapas de ensino fundamental e médio, como expressa Adrião (2015, 2018). Os trabalhos inventariados pelo F2 passaram pela análise qualitativa com objetivo de identificar os que abordassem ou evidenciassem a prática da filantropia de risco na educação pública no Brasil e no Mato Grosso, conforme Adrião (2015; 2018; 2021); Bishop e Green (2008), Robertson e Verger (2012) e Scott (2009). Os resultados estão descritos nos estudos bibliométricos apresentados nesta dissertação.

Ao levantamento obtido pelos critérios do F1, realizado nas bases de dados consultadas, foi aplicado como critério de inclusão aqueles trabalhos que anunciassem ser estudos sobre processos de privatização da educação básica no Brasil. Já como critério de exclusão adotou-se excluir trabalhos que não tratavam de estudos na área da educação, ou que correspondessem a estudos sobre o tema em outros países. Quanto aos trabalhos localizados em duplicidade, eles foram alocados no grupo de dados do primeiro descritor que o localizou, sendo então descartados para os demais descritores para não configurar duplicidade nos dados.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na análise dos dados obtidos para o estado de Mato Grosso, a partir dos resultados das pesquisas mencionadas. Tais dados, disponíveis na forma de planilha Excel, versavam sobre: os atores privados e número de vezes em que o ator privado aparece por ano de início da atuação nas dimensões do currículo; oferta educacional; gestão educacional (ADRIÃO, 2015; 2018a); e os programas operados pelos atores privados que incidiram nas dimensões da política educacional na rede estadual de Mato Grosso – MT no período de 2005-2018. Complementarmente, acessou-se informações disponíveis no site do Greppe e em publicações parciais com dados da pesquisa (DOMICIANO, 2021; MOEHLECKE, 2018) com o objetivo de caracterizar a Fundação Victor Civita, que atuou na rede estadual de ensino de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018, por meio da operacionalização de dois programas que incidiram nas dimensões da política educacional: *currículo e gestão*.

A terceira etapa consiste na compilação dos dados com base na literatura e em pesquisas em documentos disponíveis nas páginas institucionais para subsidiar análises sobre o perfil e a forma de atuação da Fundação Victor Civita – organização privada autodeclarada sem fins lucrativos. O objetivo foi verificar se a atuação dessa organização ocorreu conforme as práticas da filantropia de risco ou filantropicapitalista. Ressalta-se que os dados apresentados nesta dissertação se referem às informações localizadas por meio de consulta dirigida via buscador no período de dezembro de 2021 a junho de 2022.

O período relativo à atuação da Fundação na educação estadual de Mato Grosso, 2005 a 2018, justifica-se com base nos estudos anteriores de Moehlecke (2018) e Domiciano (2021), articulados às pesquisas coordenadas por Adrião (2018; 2021), que identificaram a incidência de atores privados junto à rede estadual de MT. Em seu estudo, Domiciano (2021) diz que “[...] os programas iniciados nas primeiras décadas dos anos 2000 em Mato Grosso são operados por organizações privadas que se declaram sem fins lucrativos e por empresas” (DOMICIANO, 2021, p. 233).

A organização deste texto, além desta seção introdução, é composta por mais 5 seções. Na segunda seção, são apresentados os conceitos de filantropia de risco e filantropocapitalismo, relacionando-os com as mudanças do capitalismo na fase de monopólio financeiro. Abordam-se, assim, as bases teóricas que permitem compreender a origem da prática em filantropia de risco/*venture philanthropy* (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021; BALL, 2020; BISHOP, 2013; BISHOP; GREEN, 2008; 2009; LETTS; RYAN; SCOTT, 2009; MCCARTHY; CONTARDO; ECKERT, 2010; SCHIMITZ; MCCOLLIM; 2021; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, 2014). Nesta seção é possível perceber como as mudanças no capitalismo transformaram a filantropia tradicional para a prática da filantropia de risco, pautada por estratégias de negócios desde a crise econômica de 2008, em que os "filantropos" querem ver resultados mensuráveis e de impacto para seus investimentos (BALL; OLMEDO, 2013).

A terceira seção apresenta questões sobre a prática da filantropia de risco na educação no Brasil e em Mato Grosso com base em pesquisas que abordam os processos de privatização da educação com evidências da prática da filantropia de risco ou filantropocapitalista no Brasil e no Mato Grosso, destacando-se Adrião (2015; 2018a; 2021) e Bishop e Green (2008). Nesta seção apresenta-se também um estudo sobre o processo de financeirização da economia, apoiado principalmente em Dowbor (2017; 2020) e Lapavitsas (2016), e sobre como esse processo se deslocou para o setor educacional, conforme Bastos (2013) e Moraes (2021). Aborda-se ainda a prática do Investimento Social Privado - ISP no Brasil, especialmente o realizado junto ao setor educacional brasileiro, tendo em vista as normativas recentes que regulam esta atuação: Lei federal nº 13.800 de 2019, que regulamenta os Fundos Patrimoniais no Brasil. Conforme já dito, a referida Lei expressa-se com importância para a caracterização do ISP no Brasil. Como verificado nos estudos de Adrião (2015; 2018a; 2021), a filantropia de risco no país é praticada por meio de investimentos sociais nos quais os investidores sociais visam não apenas obter lucros, mas também influenciar as políticas educacionais.

A quarta seção apresenta ao leitor uma caracterização resumida do Estado de Mato Grosso e do quadro político e educacional encontrado no período de 2005 a 2018. Apresenta também a análise dos dados sobre a atuação de atores privados mapeados pela pesquisa à qual esta dissertação se vincula (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021).

A quinta seção apresenta a história do Grupo Abril, conteúdo necessário para compreender o perfil e a forma de atuação da Fundação Victor Civita, considerando-se que a Fundação foi criada em 1985 como um investimento social do grupo citado, seu principal

mantenedor e parceiro na operacionalização de ações e programas propostos pela Fundação até 2018, quando o Grupo Abril foi vendido e deixou de pertencer à família Civita. A Fundação é uma organização privada e foi selecionada para investigação com base nos seguintes dados empíricos: operacionalização de dois programas no estado de Mato Grosso ao longo do período de 2005 a 2018, pelos quais incidiu nas dimensões da política educacional do currículo e da gestão; tempo de incidência da Fundação na rede estadual de ensino público em Mato Grosso por dez anos, por meio da operacionalização do programa Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, e sete anos por meio do Prêmio Victor Civita Gestor Nota 10; público atendido alvo dos programas composto por professores, estudantes e gestores desde a Educação Infantil – EI ao Ensino Médio – EM; atuação autodeclarada sem fins lucrativos e associada à corporação de grande porte.

Ainda nesta seção tem-se o processo de caracterização do ator privado Fundação Victor Civita, realizado por meio de buscas por informações na página da Fundação Victor Civita (2022), no Google Buscas (2022) e em revisão bibliográfica, por meio de estudo bibliométrico realizado na quarta etapa do levantamento bibliográfico, como já descrito. Tais ações foram realizadas a fim de localizar informações que pudessem auxiliar na análise da atuação da Fundação na educação estadual de Mato Grosso, conforme descrito no objetivo geral deste estudo.

Além da caracterização da Fundação Victor Civita, a quinta seção também apresenta informações sobre as ações e programas operacionalizados no período de 2005-2018 no Brasil e os dois programas, mapeados pelas pesquisas realizadas no âmbito do Greppe, operacionalizados em Mato Grosso.

Por fim, na sexta seção, seguem as considerações finais, que sintetizam os resultados desta pesquisa, que se destinou a analisar o perfil e a forma de atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino de Mato Grosso no período de 2005 a 2018, buscando confirmar se pode ou não ser caracterizada como prática da filantropia de risco na educação.

2 FILANTROPIA DE RISCO: CARACTERÍSTICAS GERAIS E *MODUS OPERANDI*

Esta seção apresenta as bases teóricas que nos permitem compreender a origem da prática em filantropia de risco/*venture philanthropy* e o conceito de filantropo-capitalismo, estando apoiada em literatura selecionada, destacando-se Adrião (2015; 2018a; 2021), Ball (2020), Bhisop (2013), Bishop e Green (2008); Letts, Ryan e Grossman (1997), Scott (2009), McCarthy (2010), Schimitz e McCollim (2021) e OCDE (2014), entre outros autores tratados ao longo do texto. Esse aporte teórico ajudou a compreender como ocorreu a mudança da filantropia tradicional para a atuação em filantropia de risco, em especial a prática dos "novos" filantropos, configurados por bilionários que passaram a conduzir sua filantropia com base em práticas de negócios em que as doações, inclusive para instituições e fundações sem fins lucrativos, resultam em retornos lucrativos para esses filantropos.

No Brasil, especialmente, os estudos de Adrião (2015; 2018a) contribuem para a compreensão de como a filantropia de risco é praticada por meio de investimentos sociais nos quais os investidores visam não apenas obter lucros, mas também influenciar as políticas educacionais.

2.1 Filantropia de risco: a relação com o capitalismo em sua fase monopolista financeira

Esta subseção, apoiada nos estudos de Chesnais (1996), Dowbor (2017), Durans e Nascimento (2018), Lapavitsas (2016), Marx (2013; 2017), Mészáros (2011), Saviani (2016; 2020), entre outros autores, trata das mudanças no capitalismo que transformaram a filantropia tradicional em filantropia de risco, em particular dessa “nova” filantropia no setor educacional, sendo esta uma prática filantrópica impulsionada a partir do contexto da crise econômica de 2008.

Marx (2013) apresenta a base do modo de produção capitalista simples, que conta com a mercadoria como objeto de valor de bem e uso. Para o filósofo, o valor pelo qual um bem é trocado é moldado pelo tempo socialmente necessário para produzi-lo, mediado pelo valor universalmente equivalente de uma mercadoria que é socialmente transformada nessa qualidade, o dinheiro. Dessa forma, o ponto de partida do capital é a circulação de mercadorias, que impulsionaram o desenvolvimento do comércio na história a partir da sua produção e circulação.

A relação entre o comércio e o mercado no século XVI inaugura a história moderna do capital em que Marx, ao analisar os fenômenos econômicos e políticos, indica que o simples modo de produção capitalista reflete esses fenômenos como estruturalmente antagônicos, pois envolvem apropriação e dominação econômica e política da mais-valia (MARX, 2013).

Ianni (1980), também discutindo os estudos de Marx sobre os fenômenos econômicos e políticos, afirma que “[...] desde a crítica da dialética hegeliana à análise da dominação inglesa na Índia [...]”, todos os escritos de Marx se tratam, essencialmente, da “[...] interpretação de como o modo capitalista de produção mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas, em âmbito nacional e mundial, ao mesmo tempo que desenvolve as suas contradições” (IANNI, 1980, p. 7). Nesse sentido, a respeito da atual crise do capitalismo, Lombardi (2016) afirma que “[...] estamos vivendo nestes tempos a profundidade das crises capitalistas [...]”, e que nos encontramos historicamente na “[...] terceira grande crise estrutural do modo de produção capitalista [...]”, com grande “[...] acumulação de riqueza por alguns poucos bilionários [...]” que nos coloca diante da “[...] mais abjeta miséria da maioria da população” (LOMBARDI, 2016, p. 11).

Para Saviani (2016) “[...] a crise é inerente ao capitalismo”, dessa maneira, ela define-se como transformadora do desenvolvimento social, cujos aspectos podem ser controlados internamente, sem questionar a totalidade da forma social capitalista. O autor enfatiza que as crises em que o capitalismo existe e dele se alimenta são crises parciais, circunstanciais, (SAVIANI, 2016. p. 31).

Mészáros (2011), referindo-se à crise estrutural do capital, diz que o capitalismo e a racionalidade da ordem social global são completamente incompatíveis, pois, segundo o autor, “[...] seria desnecessário dizer que os limites do capital vêm acompanhados por uma concepção que procura extrair lucro até mesmo dessas questões vitais para a existência humana” (MÉSZÁROS, 2011, p. 58).

A crise do capitalismo, no tempo presente, configura-se em crise estrutural que, segundo Saviani, “[...] o capitalismo não tem mais para onde se expandir [...]” e passou a subsistir por meio da “produção destrutiva”, que de fato, o que é “[...] destruído pode ser reconstruído a partir das relações sociais de produção dominantes [...]”, com base na propriedade privada (SAVIANI, 2020, p. 3).

Além da crise estrutural, Dowbor (2017) nos mostra que a crise do capitalismo é também uma “crise civilizatória” com ruptura de espaços, pois, com a globalização, as atividades das grandes empresas e gigantes financeiros passaram a operar em escala mundial,

quando os governos permanecem ativos, em sua maioria, em nível nacional, e são impotentes frente às economias dominantes (DOWBOR, 2017, p.13). Nesse cenário, Saviani (2016) salienta que o capitalismo é moldado por contradições, e que, mesmo quando fortemente modificado, não representa ameaça à sua existência, pois o sistema possui mecanismos que permitem reverter os conflitos, superar crises e seguir em frente.

A expansão do capitalismo no século XX levou à concentração de riqueza por uma pequena parte da população, determinada principalmente pelos avanços da tecnologia, que influenciaram a forma de existir da humanidade. Desse modo, Souza *et al.* (2014) destacam que “[...] o mundo está globalizado em quase todas as suas instâncias [...]”, fato este decorrido do “[...] avanço tecnológico que o homem colocou em ação no final do século XX [...]”, e que, segundo os autores, “[...] hoje vivemos no tempo virtual [...]” (SOUZA *et al.*, 2014, p. 1).

O desdobramento da crise do capitalismo, segundo Chesnais (1996), desencadeia a globalização, que se apresenta como um "processo benéfico e necessário", devendo a sociedade adaptar-se "às novas exigências e obrigações" configuradas pelas manifestações de forças do mercado após um cenário adverso. Para o autor, os defensores da globalização impõem não só a adaptação, mas também a liberação e desregulamentação dos mercados em que "[...] as empresas tenham absoluta liberdade de movimentos e que todos os campos da vida social, sem exceção, sejam submetidos à valorização do capital privado" (CHESNAIS, 1996, p. 25).

De acordo com Durans e Nascimento (2018), em ampla investigação e crítica ao modo de produção capitalista, Marx, em seus escritos, enfatizou a necessidade da expansão mundial do capitalismo para a exportação de capital que os autores relatam na ocorrência de duas crises que o capitalismo enfrentou, a primeira no final do século XIX e a segunda nas primeiras décadas do século XX. Desse modo, os capitalistas foram pressionados a buscar soluções para as crises, chegando inclusive às "duas grandes guerras mundiais" (DURANS; NASCIMENTO, 2018, p. 693).

Com o surgimento de uma nova crise no final do século XX, na década de 1970, configurou-se a queda expressiva das taxas de juros, exigindo novas estratégias de enfrentamento por parte dos capitalistas, as quais

[...] redefinirão as estratégias de acumulação do ponto de vista da organização e gestão do trabalho, reorganização do papel do Estado, num ambiente de grande salto tecnológico que propiciou o surgimento de novas tecnologias e da chamada globalização, mundialização do capital (DURANS; NASCIMENTO, 2018, p. 693).

Assim, o setor econômico, ao desempenhar importante papel na estruturação da sociedade, integra as práticas do processo de globalização e obriga a sociedade a se adaptar às mudanças econômicas globais. Isso ocorre uma vez que se apresenta como um processo necessário em que, segundo Chesnais (1996), há poucas indicações sobre as características do que adaptar quando se fala em processo de globalização, trazendo apenas os traços característicos da mundialização configurada pelo

[...] resultado de dois movimentos conjuntos estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas (CHESNAIS, 1996, p. 34).

O autor ressalta que a mundialização não diz respeito apenas às atividades de grupos, empresas e aos fluxos de comércio que ela cria, mas constitui também um processo de globalização financeira que não pode ser excluído do rol de forças necessárias ao ajuste estrutural dos mais fracos e desfavorecidos. Portanto, a mundialização configura -se pela internacionalização do capitalismo, que, como observado, provoca mudanças na estrutura econômica e social, cabendo à sociedade adaptar-se a essas mudanças (CHESNAIS, 1996).

Durans e Nascimento (2018) salientam que a livre concorrência ainda é reconhecida oficialmente, no entanto, os cartéis, por meio de acordos, determinam as condições de venda, formas de pagamento, preços e demais práticas de mercado, bem como a distribuição de mercadorias. Eles determinam, em especial, o que produzir e quanto produzir e, por fim, distribuem os lucros entre as diferentes empresas. Dessa forma, segundo os autores, a produção é sempre social, a apropriação é sempre privada e os meios sociais de produção ainda são sempre de propriedade privada dos monopólios, que impõem sacrifícios duros e insensíveis à maioria da população (DURANS; NASCIMENTO, 2018, p. 695).

Com os monopólios, a burguesia adotou novas estratégias para resolver a crise e manter seus interesses hegemônicos. Segundo Santos e Paixão (2014), essa foi uma fase marcada pela liderança político-econômica do governo dos Estados Unidos em associação com as agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial (BM) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que se orientam pelo sistema de produção fordista, a fim de promover a expansão do capitalismo no período pós-guerra, relacionado às mudanças na organização econômica e social (SANTOS; PAIXÃO, 2014, p. 71).

Durans e Nascimento (2018) relatam que o capitalismo moderno utilizou os recursos da época mercantil e destacam como exemplo a prática da Companhia Holandesa das Índias orientais, fundada em 1602, que criou bolsas de valores para comprar e vender ações de empresas capitalistas para obter ações do capital inicial e produzir capital adicional e mais-valia. Essa prática surgiu por meio da exploração do comércio marítimo, em busca de especiarias, matérias-primas e novos territórios para colonizar, promover os lucros dos capitalistas e garantir outras formas de lucro no mercado especulativo. Posto isto, os autores defendem que questões como a concentração de capital, de títulos, de ações e outros contratos financeiros facilitam a especulação por meio do capital (DURANS; NASCIMENTO, 2018, p. 696).

Nesse contexto, Durans e Nascimento (2018) nos apresentam o que Marx, ao tratar do capital especulativo, define como “capital fictício”, dado que não há retorno para a formação do capital produtivo. Portanto, no caso das mudanças no capitalismo, promovidas por diferentes crises, os autores apontam que uma delas é caracterizada pela importância do dinheiro em circulação e pela escassez da produção de bens a serem ofertados ao mercado. Desse modo:

Esta situação leva a uma alta constante dos preços das mercadorias para que as mesmas se valorizem diante do dinheiro. Então, existe um desequilíbrio permanente entre os preços das mercadorias e a valorização do dinheiro que gera uma crise permanente no sistema monetário (DURANS; NASCIMENTO, 2018, p. 697).

Observa-se, pois, que o chamado capital fictício se refere à especulação desenfreada estabelecida pelos corretores de dinheiro, isto é, setores bancários, que, no processo de expansão de capital, distribuíram os créditos comerciais e bancários sem devida garantia do ativo (MARX, 2017, p. 13-14).

Ao investigar o modo de produção do capitalista, Marx (2013) identificou três formas de capital. A primeira é referente ao capital produtivo ou capital industrial, caracterizado pelo “[...] dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro”. Essa forma de capital constitui o núcleo do capitalismo, ou seja, toda a produção de mais-valia é transformada em dinheiro.

A segunda forma de capital é o comercial, descrito por Marx como a prática de “comprar para vender, ou, mais acuradamente, comprar para vender mais caro, D-M-D”. Essa forma de capital constitui a circulação e distribuição de mercadorias com base no poder de compra das pessoas (MARX, 2013, p. 299). E, finalmente, temos o capital monetário ou capital bancário, caracterizado por Marx pela classe de “arrendatários capitalistas”,

consideravelmente ricos para os padrões da época” (MARX, 2013, p. 991). Esta última forma de capital, de acordo com Marx, é responsável pela intermediação de novos financiamentos de capital a partir da reavaliação da mais-valia, e então:

A maior parte desse "capital monetário" é puramente fictícia. Todos os depósitos, excetuado o fundo de reserva, são apenas créditos contra o banqueiro, mas nunca existem em depósito. À medida que servem para operações de compensação, funcionam como capital para os banqueiros, depois de estes os terem emprestado. Eles pagam entre si os direitos recíprocos sobre os depósitos não existentes mediante compensação mútua desses créditos (MARX, 2017, p. 14).

O processo de produção capitalista que constitui as formas de capital se configura no processo histórico da humanidade em que, segundo Dowbor (2017), toda a história da humanidade foi necessária para levar a economia à sua dimensão atual. No entanto, em sua forma atual, em duas décadas a economia dobrará, devido à predominância dos monopólios e suas práticas de exploração comercial, o que o autor considera ser de fato o resultado dessa mobilidade do capital, com tendência a gerar conflitos, sejam econômicos, sociais ou ambientais. Assim, um fato é evidente:

Não podemos mais nos congratular com o aumento da pesca quando estamos liquidando a vida nos mares, ou com o aumento da produção agrícola quando estamos liquidando os aquíferos e contaminando as reservas planetárias de água doce. Isto sem falar do aumento de produção de automóveis e da expansão de outras cadeias produtivas geradoras de aquecimento climático (DOWBOR, 2017, p. 19).

Esse processo de declínio ambiental é acelerado pela mundialização do capital produtivo, o qual Chesnais (1996) diz que, no modelo tradicional, está localizado fora da mundialização do capital. Dessa maneira, ao internacionalizar a economia, o capital produtivo torna-se mundializado.

A partir da década de 1980, o capitalismo entrou em um período de dominação pelos agentes do processo produtivo e as desigualdades começaram a aumentar. Então, após a crise de 2008, as pessoas foram estimuladas a estudar novos mecanismos de especulação de lucro e de como ocorre a desigualdade. Considerando esses fatos, Dowbor (2017), referindo-se ao estudo *Voices of the Poor*, realizado pelo Banco Mundial, diz que este foi útil para mostrar que quem nasce pobre permanece pobre e quem é rico, é porque nasceu em melhores condições. Para o autor, existe a denominada “armadilha da pobreza, a *poverty trap*”, também conhecida como pobreza estrutural, que se configura pela existência de restrições na pobreza estrutural que dificulta sair dela, pois “Como estuda uma criança numa casa sem eletricidade? Como se guardam remédios ou alimentos?” (DOWBOR, 2017, p. 23).

Inegavelmente, o capitalismo liberal é um dos novos fenômenos que marcaram o capitalismo contemporâneo a partir da financeirização de um espaço que envolve transações de grandes quantias de capital ativo de forma dinâmica. Sobre esse processo, Dowbor (2017) diz que “todos ouviram falar da financeirização”, mas poucos percebem a profundidade da “deformação” generalizada que esse processo gera, não apenas nos processos econômicos, mas também nos processos sociais e ambientais. Em complemento, o autor afirma que essa deformação é

[...] provocada pela migração dos nossos recursos do fomento econômico (por meio de investimentos) para ganhos improdutivos (por meio de aplicações financeiras). Os bancos e a mídia, inclusive, chamam tudo de “investimento”, parece mais nobre do que “aplicação financeira” ou especulação. O *The Economist* até inventou a expressão *speculative investors*, e Stiglitz refere-se a *productive investments* para diferenciar, já que em inglês não existe o termo “aplicação financeira”, tudo é ‘investment’ (DOWBOR, 2017, p. 155).

Ainda segundo o autor, a lógica de acumulação de capital mudou. Os recursos saem do nosso bolso, por meio dos encargos financeiros embutidos nos preços dos produtos adquiridos e nos juros que pagamos. Desse modo, quando montante de capital acumulado não é reinvestido na economia e também não paga impostos, configura-se o processo acumulação de capital, que “[...] não se trata apenas da ilegalidade da evasão fiscal e da injustiça que gera a desigualdade”, mas sim do ciclo de reprodução do capital, que, em termos econômicos, é o ciclo da reprodução “de lucro, reinvestimento, geração de empregos, consumo e mais lucros”. Em outras palavras, é o que trava o desenvolvimento e garante o enriquecimento dos líderes econômicos, que se beneficiam principalmente dos rendimentos das aplicações financeiras configuradas como capital improdutivo (DOWBOR, 2017, p. 90).

Até agora, vimos uma série de reformas na maneira como os capitalistas operam para aumentar seus lucros, mesmo em tempos de crise. Mas, qual é a relação entre o capitalismo monopolista e a filantropia de risco? Antes de qualquer coisa, é importante ficar claro que o desenvolvimento moderno dos mercados de consumo e de serviços, na contemporaneidade, moldou a financeirização da economia. Segundo o economista grego Costas Lapavitsas, “[...] *la financiarización es una transformación sistémica de las economías capitalistas avanzadas que se articula em torno de los cambios de conducta subyacentes a las empresas no financieras, los bancos y los hogares*” (LAPAVITSAS, 2016, p. 37).

Assim, a crise de 2008 marcou o início de uma nova forma de “investir” e lucrar, em que os filantropos bilionários passaram a “doar” de uma forma diferente, por meio dos chamados “investimentos sociais”, e então as doações passaram a se configurar como

investimentos. A partir dessa perspectiva, o relatório da netFWD OCDE (2014), mostra que essa tendência ocorreu não apenas entre os indivíduos muito ricos e bem estabelecidos, mas também com as novas fundações que atualmente buscam

[...] comprometer-se a financiar desafios de desenvolvimento usando ferramentas e abordagens inovadoras, como investimento de impacto, e compensando marginalmente os cortes orçamentários dos governos na assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) (OCDE NETFWD, 2014, p. 4, tradução nossa).⁴

Fontes (2020), tratando da desigualdade, diz que esta é um elemento fundamental para a existência da filantropia no capitalismo, e enfatiza que “não existe capitalismo filantrópico” como uma nova forma de capitalismo, mas sim a prática filantrópica baseada no modelo de negócios denominado “negócios filantrópicos”, que, ao apresentar-se como filantropia, promove, impulsiona e fortalece a atuação de empresas privadas (FONTES, 2020, p. 16 – 17).

A atuação de filantropos bilionários, por meio de suas fundações ou instituições filantrópicas, ao influenciarem a atuação do Estado, promovem o declínio ou redução das atividades realizadas diretamente pelo Estado. Esses bilionários não estão preocupados apenas com o desempenho de seus investimentos, mas também buscam aumentar o volume de investimentos em seus empreendimentos, atraindo contribuições de outros atores ou incentivando-os a fornecer recursos administrativos ou humanos para suas causas filantrópicas.

A prática da filantropia de risco configura também um ponto para compreensão da financeirização da economia, que hoje o capital impõe à intervenção do Estado e, portanto, este se abre à inserção de diferentes atores privados, como os filantropicistas e sua filantropia voltada para os negócios. A respeito da forma como o Estado atua, Lapavitsas (2016) diz que ocorre de três formas, como “*canal de la acumulación financiarizada*”, são eles:

[...] En primer lugar, el Estado ha hecho posible la financiarización mediante el control sobre el dinero del banco central respaldado por el propio Estado. [...] En segundo lugar, el Estado ha permitido la expansión mundial de la financiarización a través del control sobre el dinero mundial. [...] En tercer lugar y relacionado con los dos puntos anteriores, el Estado ha allanado el terreno a la financiarización al alterar el marco regulatorio y de supervisión de las finanzas (LAPAVITSAS, 249-250, 2016).

O autor também afirma que as diferentes formas de intervenção estatal, no que diz respeito ao papel internacional do dinheiro, têm estimulado a disseminação da financeirização,

⁴ Texto original: “committing to funding development challenges using innovative tools and approaches such as impact investment, and marginally compensating for governments’ budget cuts in official development assistance (ODA)” (NETFWD OCDE, 2014, p. 04).

impulsionada pela desregulamentação do setor financeiro nacional no que diz respeito às taxas de juros e das atividades e práticas de instituições financeiras. Segundo o autor:

Incluso más decisivo para facilitar la financiarización ha sido el desmantelamiento de los controles monetarios y financieros internacionales. Desde el colapso de los Acuerdos de Bretton Woods en 1973, los tipos de cambio entre los principales países han pasado a ser flexibles, al tiempo que los flujos de capital entre países se han ido desregulando progressivamente (LAPAVITSAS, p.250,2016).

Assim, os planos de austeridade fiscal e orçamentaria fazem do Estado o fiador da solvência⁵ de bancos e demais instituições financeiras, desempenhando os bancos centrais o papel importante no financiamento de títulos públicos para o setor privado.

No caso brasileiro, esse processo foi acentuado pelo chamado plano de austeridade, que, segundo Abreu e Rossi (2019, p. 1), está "[...] presente nas políticas econômicas e nas reformas estruturais", representando uma contração da economia, em que o Estado contém gastos por meio de estratégias do mundo dos negócios que incluem o aprofundamento da retirada de direitos sociais historicamente conquistados pelos trabalhadores, e a racionalização dos instrumentos e títulos da dívida pública.

Observa-se, portanto, que a reformulação da filantropia em filantropia de risco foi alimentada pelas mudanças e pelas tentativas de respostas às crises do capitalismo, em particular à financeirização. Essa reformulação relaciona-se ao processo de concentração da riqueza, em que “[...] o dinheiro manda no dinheiro e quem o controla são os grandes grupos financeiros” (DOWBOR, 2017, p. 129), princípio que foi incorporado à nova filantropia, principalmente por doadores bilionários, chamados por Bishop e Green (2008) de filantrocapiatalistas.

2.2 Atuação dos bilionários: um novo modelo de filantropia e as denominações adotadas pela literatura

Esta subseção apresenta a contextualização da atuação filantrópica dos bilionários, que adotaram um “novo” modelo de filantropia, a filantropia de risco/*venture philanthropy*. A subseção também apresenta algumas das denominações adotadas pela literatura para essa “nova

⁵ Solvência, em finanças e contabilidade, é o estado do devedor que possui seu ativo maior do que o passivo, ou a sua capacidade de cumprir os compromissos com os recursos que constituem seu patrimônio ou seu ativo. Portanto, do ponto de vista econômico, uma empresa é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam sua sobrevivência no futuro (SOLVÊNCIA, 2019).

filantropia” e para os “novos” filantropos que, com base na filantropia que passaram a praticar, acreditam melhorar na filantropia, como apontam Bishop e Green (2008).

2.2.1 Filantropia de risco/*Venture philanthropy*

O ponto de partida desta subseção é a contextualização da mudança da filantropia tradicional para filantropia de risco/*venture philanthropy*⁶, nela será abordada a origem do conceito e suas consequências no campo da educação, a partir de uma revisão da literatura apoiada em Adrião (2015; 2018a; 2021), Letts, Ryan e Grossman (1997), Scott (2009), McCarthy (2010), Schimitz e McCollim (2021) e OCDE (2014).

Os autores e documentos analisados indicam que a filantropia tradicional foi alterada e passou a buscar resultados para os “investimentos” em doações que pudessem ser mensuradas. Esse funcionamento tornou-se estrategicamente importante para “novos” filantropos que definem seus investimentos sociais baseados em estratégias de negócios e estão promovendo mudanças no setor educacional, incluindo mudanças nas estratégias de privatização da educação.

O termo Filantropia de risco/*Venture Philanthropy* é descrito de várias maneiras na literatura: filantropia de alto envolvimento; filantropia dirigida por doadores; filantropia empresarial; capitalismo social; filantropia em rede; filantropia corporativa. Entretanto, Scott (2009) diz que “[...] o descritor mais comum utilizado é a *filantropia de risco*, dadas as suas semelhanças estratégicas com os capitalistas de risco que procuram projetos promissores nos quais investir” (SCOTT, 2009, p.108. Tradução livre)⁷.

No Brasil, estudos anteriores evidenciam a atuação filantropocapitalista, especialmente em processos de privatização da educação na dimensão dos currículos (ADRIÃO, 2015; 2018a), que segundo Adrião (2021), essa prática pode ter sido potencializada pela promulgação da lei que criou e regulamentou os chamados Fundos Patrimoniais no Brasil — Lei nº 13.800/2019, além de outros dispositivos que serão posteriormente tratados nesta dissertação.

Para os autores e autoras que estudam o tema, a prática da filantropia de risco no setor educacional decorre da crítica de que os investimentos sociais filantrópicos não se traduziram, até o momento, em resultados de impacto entre a filantropia e melhor qualidade da educação.

⁶ No Brasil, o termo *venture philanthropy* (netFDW OCDE, 2014) tem sua tradução livre para *filantropia de risco*, adotado por Adrião (2015; 2018a). Essa terminologia será empregada ao longo deste trabalho.

⁷ Texto original: “[...] the most common descriptor utilized is *venture philanthropy*,² given its strategic similarities to venture capitalists who seek out promising projects in which to invest” (SCOOT, 2009, p. 108).

Scott (2009), em seu artigo *The Politics of Venture Philanthropy in Charter School Policy and Advocacy*, diz que a filantropia na educação estadunidense, historicamente, é feita por filantropos que

[...] há muito financiam uma ampla gama de pesquisas educacionais, prática e iniciativas políticas, principalmente por meio de fundações homônimas. Alguns observadores criticaram estes esforços como fazendo pouco para alterar o *status quo* na educação e exigiram uma ação mais agressiva por parte deste setor. Desta crítica surgiu uma nova forma filantrópica, denominada muitas vezes filantropia de risco (SCOTT, 2009, p. 106, tradução nossa)⁸.

Estudos de McCarthy, Contardo e Eckert (2010), tratando da filantropia corporativa no setor educacional nos Estados Unidos, lembram que a crise econômica de 2008 não excluiu o setor do contexto da crise. Após análise da organização de eventos de ação filantrópica corporativa nos Estados Unidos, em que foram apresentadas as melhores práticas de ‘doação’ para o desenvolvimento da filantropia de alto impacto, com foco na educação K-12, os autores observaram que se configura como área prioritária para o financiamento corporativo. Ainda segundo os autores, no contexto da crise econômica, os investimentos em educação por meio da filantropia corporativa passaram a ser praticados estrategicamente. Posto isso, argumentam que por meio de tais investimentos a filantropia corporativa em educação pode

[...] incluir a criação de novas escolas, a doação recursos tais como computadores e materiais escolares, financiamento de bolsas de estudo, geração de novos currículos, subscrição investigação, reforço da formação e processos de construção para mudanças políticas (MCCARTH; CONTARDO; ECKERT, 2010, p. 253, tradução nossa)⁹.

Os mesmos autores evidenciam que para diversos setores da educação estadunidense, da educação K-12 ao pós-médio, a filantropia corporativa tem sido responsável por apoiar questões importantes para o desenvolvimento educacional. Eles atribuem esse crescimento,

[...] em parte, ao reconhecimento pelos líderes filantrópicos empresariais de que os investimentos estratégicos na educação podem ter um retorno a longo prazo para as

⁸ Texto original: “Philanthropists have long funded a wide range of educational research, practice, and policy initiatives, primarily through namesake foundations. Some observers have criticized these efforts as doing little to change the status quo in education and have called for more aggressive action on the part of this sector. Out of this critique has emerged a new philanthropic form, often termed *venture philanthropy*” (SCOTT, 2009, p. 106).

⁹ Texto original: “Investments in education can include creating new schools, donating resources such as computers and school materials, funding scholarships, generating new curricula, underwriting research, bolstering training and building cases for policy changes” (MCCARTH; CONTARDO; ECKERT, 2010, p. 253).

suas empresas, bem como para os estudantes e escolas (MCCARTH; CONTARDO; ECKERT, 2010, p. 252, tradução nossa)¹⁰.

Dessa forma, a filantropia corporativa na educação estadunidense configura-se com atuação filantrópica estratégica, associada à "qualidade dos resultados". Assim, a filantropia corporativa também emprega a seleção de melhores práticas para que as empresas possam "tornar-se mais eficaz na sua concessão" (MCCARTH; CONTARDO; ECKERT, 2010)¹¹.

Segundo Adrião (2015), a ideia de "filantropia de risco"

[...] generalizou-se a partir de 1997 com a publicação na Harvard Business Review, do artigo *Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists* (LETTS; RYAN; GROSSMAN, 1997), no qual os autores propõem que os filantropos utilizem ferramentas como gestão de risco e gestão de desempenho a fim de ter um maior impacto na solução de problemas da sociedade (ADRIÃO, 2015, p. 208).

No referido artigo (1997), os autores apontam que, durante décadas, as organizações sem fins lucrativos receberam financiamento de grandes organizações para atender às necessidades urgentes da sociedade. Esse fato não garantiu o sucesso no desenvolvimento de muitos programas sociais, pois, conforme os autores, estes começam com grandes expectativas e terminam com baixo impacto e perspectivas incertas. Esse contexto é explicado com a seguinte afirmação:

Só em 1995, as fundações investiram mais do que \$ 10 bilhões em programas que tratavam, por exemplo, da pobreza, dos desabrigados, do meio ambiente, da educação e das artes. No entanto, mesmo quando essas grandes somas de dinheiro são postas a trabalhar, muitas pessoas no campo não lucrativo relatam frustração de que os objetivos de seus programas, embora valiosos e louváveis, não estão sendo alcançados (LETTS; RYAN; GROSSMAN, 1997, tradução livre)¹².

De acordo com Scott (2009), o envolvimento da filantropia de risco, que visa melhorar a educação K-12, ocorre porque os filantropos agora estão incluídos nas arenas de política, em crescente atuação de *advocacy*. Esse movimento é exemplificado pela autora ao tratar da

¹⁰ Texto original: "[...] in part, to the recognition by corporate philanthropy leaders that strategic investments in education can have long-term payoff for their companies as well as students and schools" (MCCARTH; CONTARDO; ECKERT, 2010, p. 252).

¹¹ Com base no texto original: "[...] philanthropic strategy is linked to quality of outcomes, understanding whether corporate philanthropies adhere to select best practices may lead to uncovering how corporations can become more effective in their grant making" (MCCARTH; CONTARDO; ECKERT, 2010, p. 252).

¹² Texto original: "In 1995 alone, foundations invested more than \$10 billion in programs dealing with, for example, poverty, homelessness, the environment, education, and the arts. Even as these large sums of money are put to work, however, many people in the nonprofit field are reporting a growing frustration that their programs' goals, although valuable and praiseworthy, are not being achieved" (LETTS; RYAN; GROSSMAN, 1997).

atuação filantropia de Eli Broad e Bill Gates no campo da filantropia educacional nos EUA. Conforme suas palavras:

[...] em 2007, Eli Broad e Bill Gates - bilionários que direcionaram partes significativas de sua riqueza para fundações educacionais que carregam seus nomes¹ - anunciaram que gastariam US \$ 60 milhões em um esforço para colocar a educação pública na agenda dos candidatos presidenciais de 2008 candidatos. A campanha, chamada "Ed in '08", enfatizou três questões: normas curriculares, dias e anos escolares mais longos e qualidade dos professores (SCOTT, 2009, p. 106, tradução livre)¹³.

O exemplo anterior mostra como filantropos, os atuais bilionários, “arriscaram” a sua filantropia ao “doar” parte de sua riqueza para fundações, instituições ou organizações que afirmam estar comprometidas com questões sociais, incluindo a melhoria da educação. Como resultado, os filantropos bilionários estão entrando nas disputas políticas e campanhas eleitorais (SCOTT, 2009).

Schmitz e McCollim (2021) argumentam que os filantropos bilionários, ao mudarem sua forma de agir, são movidos pela necessidade de que suas "contribuições" possam “[...] desempenhar um papel fundamental na promoção do bem-estar e dos bens públicos em todo mundo” (SCHMITZ; MCCOLLIM, 2021, p. 120. Tradução nossa)¹⁴.

Com o objetivo de observar e acompanhar o movimento de transformação da filantropia desenvolvida por filantropos bilionários – que começava a ser impulsionada pela filantropia de risco, moldada pela inovação dos modelos de negócios voltados para economias emergentes e em desenvolvimento –, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por meio da *Global Network of Foundations Working for Development* (netFWD), realizou, em 2014, o estudo *Venture Philanthropy in Development: Dynamics, Challenges and Lessons in the Search for Greater Impact*, em 2014. O estudo foi o

[...] primeiro passo para oferecer uma visão aprofundada sobre como as fundações que trabalham para o desenvolvimento estão evoluindo na busca de maior impacto. Ele analisa as jornadas, ambiente propício, incentivos e impulsionadores que levaram várias organizações filantrópicas a buscar novas maneiras de abordar questões de desenvolvimento global para (re)definir seu modelo operacional. Enquanto que outrora eram “apenas doadoras”, considerando que o dinheiro alocado se foi para sempre, uma parte crescente das fundações estão a tornar-se verdadeiros investidores,

¹³ Texto original: “[...] in 2007, Eli Broad and Bill Gates—billionaires who have directed significant portions of their wealth into educational foundations that bear their names¹—announced that they would spend \$60 million in an effort to put public education on the agenda of the 2008 presidential candidates. The campaign, called “Ed in ’08,” emphasized three issues: curriculum standards, longer school days and years, and teacher quality” (SCOTT, 2009, p. 106).

¹⁴ Texto original: “to play a key role in advancing well-being and public goods across the world” (SCHMITZ; MCCOLLIM, 2021, p. 120).

ou seja, esperando um retorno financeiro a par do impacto social ou, pelo menos, procurando recuperar seu capital inicial (OCDE, 2014, p. 3, tradução nossa).¹⁵

A OCDE (2014) define a filantropia de risco para o desenvolvimento como

[...] uma abordagem empresarial à filantropia que combina uma variedade de recursos financeiros e não financeiros para identificar, analisar, coordenar e apoiar soluções autossustentáveis, sistêmicas e escalonáveis (com e sem fins lucrativos) para desafios de desenvolvimento que visam alcançar o maior impacto (OCDE, 2014, p.3. Tradução Livre)¹⁶.

Em seu relatório da netFWD, a OCDE (2014) possibilita ainda compreender a mudança na filantropia tradicional para a prática da filantropia de risco com base na abordagem de negócios, definindo o escopo para filantropos bilionários atuarem de maneira expressiva em diversos setores da sociedade, inclusive o educacional, que afirma não ser atendidos com qualidade e eficiência pelo Estado.

Adrião (2015; 2018a), com base na publicação da OCDE (2014), identifica, no Brasil, o movimento de articulação dos “braços sociais” dos grupos empresariais para obter retorno financeiro, o qual tem sido estimulado pela rede netFWD e não se limita ao Brasil. A rede foi criada pela OCDE com o objetivo de “otimizar e acelerar o impacto da filantropia” e está vinculada ao Centro de Desenvolvimento da própria OCDE, integrada por um pequeno grupo de fundações (ADRIÃO, 2018, p.19). Nesse movimento da filantropia, realizado pelos grupos empresariais com objetivo de retornos financeiros, os filantropos de risco

[...] correspondem ao conjunto de doadores, cuja doação caracteriza-se como um “investimento do lucro empresarial socialmente orientado”. Conceitualmente, a ideia de “filantropia de risco” generalizou-se a partir de 1997 com a publicação Harvard Business Review do artigo *Virtuous Capital: What Foundations Can Learn from Venture Capitalists* (ADRIÃO, 2015, p. 67).

A mesma autora, ao analisar o documento da OCDE (2014), destaca que “[...] cognatos tornaram-se populares na última década para se referirem a este novo mercado. Bishop e Green

¹⁵ Texto original: “[...] is a first step towards offering an in-depth insight on how foundations working for development are evolving in their search for greater impact. It looks at the journeys, enabling environment, incentives and drivers that led a number of philanthropic organisations willing to seek novel ways to address global development issues to (re)define their operating model. While they were once “grant-makers only”, considering allocated money gone for good, an increasing share of foundations are becoming real investors, i.e. expecting a financial return alongside social impact or at least seeking to recover their initial capital (OCDE, 2014, p.3. Tradução Livre).

¹⁶ Texto original: “[...] an entrepreneurial approach to philanthropy that combines a variety of financial and non-financial resources to identify, analyse, co-ordinate and support self-sustaining, systemic and scalable (for and not-for profit) solutions to development challenges aimed at achieving the greatest impact”

(2008) cunharam o termo “filantropocapitalismo” em referência a esse tipo de “filantropia”, cuja liderança cabe a Bill Gates e Warren Buffet” (ADRIÃO, 2015, p. 67-68).

Considerando-se essa “nova” abordagem da filantropia, nota-se que os estudos sobre este segmento nos EUA têm mais de uma década. De acordo com Scott (2009, p. 107. Tradução nossa):

Uma série de filantropias relativamente recém-formadas estão a injetar grandes somas na reforma da educação; visam especificamente a escolha da escola e expansão das privatizações nos principais mercados urbanos. De muitas maneiras, estes novos filantropos tornaram-se entre os mais proeminentes e influentes líderes educacionais e decisores políticos que atualmente influenciam os departamentos estatais de educação e liderança dentro de muitos sistemas escolares urbanos¹⁷.

Diante do exposto, entende-se que a mudança estratégica na filantropia, particularmente no setor educacional, foi impulsionada pela crença de que a reforma educacional baseada em princípios de negócios poderia se beneficiar do uso das estratégias do setor privado para o sucesso financeiro. O resultado disso é que a prática da filantropia de risco modifica a filantropia tradicional e os filantropos escolhem onde e como suas doações serão investidas (SCOTT, 2009).

2.3 Filantropocapitalismo: expressão da atuação em filantropia de risco

Esta subseção estrutura-se na abordagem sobre a origem do conceito de filantropocapitalismo a partir do contexto da economia mundial em 2008. Também trata das práticas incorporadas à filantropia de risco por parte dos filantropos bilionários que tratam as doações como investimento.

O cenário econômico do referido ano é retratado por McGoey (2012), ao dizer: “Em 4 de outubro de 2008, poucas semanas após o colapso da empresa de investimento Lehman Brothers Holdings, Inc., manchetes de notícias internacionais traziam relatórios sombrios da crise financeira em curso” (MCGOEY, 2012, p. 185)¹⁸.

¹⁷ Texto original: “A number of relatively newly formed philanthropies are pouring large sums into education reform; they are specifically targeting school choice and privatization expansion in key urban markets. In many ways, these new philanthropists have become among the most prominent and influential educational leaders and policy makers currently influencing state departments of education and the leadership within many urban school systems” (SCOTT, 2009, p. 107).

¹⁸ Texto original: “On October 4, 2008, just weeks after the collapse of the investment firm Lehman Brothers Holdings, Inc., international news headlines bore grim reports of the ongoing financial crisis. (MCGOEY, 2012, p. 185).

Ao descrever o contexto pessimista da economia em 2008, a autora cita o artigo do *The Daily Telegraph* do Reino Unido, que questionava se estaríamos “[...] testemunhando o fim do capitalismo vermelho em dentes e garras que alguns de nós têm conhecido e amado?” (MCGOEY, 2012, p. 185, Tradução nossa)¹⁹. Além disso, ressalta que o cenário da crise financeira era sem precedentes.

Mcgoey (2012) afirma que algum otimismo naquela emergente realidade de crise surgiu ao receber um e-mail convidando-a para o lançamento do livro *Philanthrocapitalism: how the rich can save the world*, dos autores Matthew Bishop e Michael Green. Ressalta que o conteúdo do e-mail era entusiástico, mesmo diante da crise em curso. Segue abaixo o texto do e-mail em que Bishop e Green convidaram a mídia, investidores, universidades e pesquisadores a participarem do lançamento do livro.

Caro amigo,

Hoje é o dia. " Filantropocapitalismo: Como os ricos podem salvar o mundo " foi publicado oficialmente. Tivemos um ótimo lançamento, incluindo uma entrevista com o presidente Bill Clinton, que o recomendou aos membros de sua Clinton Global Iniciativa, dizendo " é sobre você ".

Algumas pessoas se solidarizaram conosco por nosso timing, lançando nosso livro no momento em que o capitalismo está desmoronando. Mas acreditamos que a crise financeira torna nossa mensagem mais oportuna do que nunca, por três motivos.

Primeiro, os super-ricos provavelmente se sairão muito melhor do que todos os outros durante esta crise. Veja Warren Buffett, que já investiu na Goldman Sachs e a GE a preço de banana. Em segundo lugar, os orçamentos governamentais estarão mais apertados do que nunca, então haverá ainda mais demanda por filantropia. Terceiro, cada dólar filantrópico precisará ser usado com mais eficácia que nunca, então a abordagem que chamamos de filantropocapitalismo é ainda mais necessária.

Lançamos um site e um blog para apoiar o livro, que inclui entrevistas em vídeo e vários capítulos sobre a história da filantropia que não tínhamos espaço no livro, mas que é altamente recomendável! Confira em <http://www.philanthrocapitalism.net>

Por favor, espalhe a palavra,

Matthew e Mike (MCGOEY, 2012, p. 186, tradução nossa)²⁰

¹⁹ Texto original: “are we witnessing the end of the capitalism red in tooth and claw that some of us have known and loved?” (MCGOEY, 2012, p. 185).

²⁰ E-mail enviado por Bishop à mídia e contatos acadêmicos, inclusive à McGoey, do texto original: Dear friend, Today’s the day. “Philanthrocapitalism: How the Rich Can Save the World” is officially published. We had a great launch, including an interview with President Bill Clinton, who recommended it to the members of his Clinton Global Initiative, saying “it is about you”. Some people have commiserated with us for our timing, launching our book just as capitalism is falling apart. But we believe the financial crisis makes our message more timely than ever, for three reasons. First, the super rich are likely to fare far better than everyone else during this crisis. Look at Warren Buffett, who has already invested in Goldman Sachs and GE at a bargain price. Second, government budgets will now be tighter than ever, so there will be even more demand for philanthropy. Third, every philanthropic dollar will need to be used more effectively than ever, so the new businesslike approach we call philanthrocapitalism is even more necessary. We have launched a website and blog to support the book, which includes video interviews and several chapters on the history of philanthropy that we did not have room for in the book, but which we highly recommend! Check it out at <http://www.philanthrocapitalism.net> Please spread the word, Matthew and Mike (MCGOEY, 2012, p. 186).

Bishop e Green, no auge da crise econômica de 2008, cunharam o conceito de *filantropocapitalismo* ao promoverem a “nova” forma de atuação para os filantropos bilionários, motivados por uma nova abordagem de filantropia, especialmente a filantropia catalítica. O Filantropocapitalismo descreve a maneira como eles doam, à medida que aplicam técnicas e métodos de negócios à sua filantropia. Assim, para os autores, “o espírito do filantropocapitalismo” se configura por “[...] empreendedores de sucesso tentando resolver grandes problemas sociais porque acreditam que podem e porque sentem que devem”²¹ (BISHOP; GREEN, 2008, p. 30, Tradução livre).

Na atuação filantropocapitalista, os filantropos realizam suas ‘doações’ por meio da prática da filantropia de risco e, desse modo, se veem como “investidores sociais”, denominados por Bishop e Green (2008) como “filantropos empreendedores”. Os filantropocapitalistas, por meio de sua ‘filantropia’,

[...] estão desenvolvendo uma nova linguagem (ainda que familiar) para descrever sua abordagem empresarial. Sua filantropia é “estratégica”, “consciente do mercado”, “orientada para o impacto”, “baseada no conhecimento”, geralmente com “alto engajamento” e sempre impulsionada pelo objetivo de maximizar a “alavancagem” do dinheiro do doador (BISHOP; GREEN, 2008, p. 6, tradução nossa)²².

O termo filantropocapitalismo é tratado na publicação da OECD netFWD (2014), com referência a Bishop e Green (2008), como uma descrição do modelo emergente de filantropia de risco ou filantropia catalítica, cujo modelo de atuação é a dos filantropos bem-sucedidos Bill Gates e Warren Buffet. Dessa forma, conforme a OECD netFWD, os filantropocapitalistas estão “tentando aplicar os segredos por trás de seu sucesso de ganhar dinheiro à sua doação” (OECD NETFWD, 2014, p. 36, tradução livre)²³.

Ball e Olmedo (2013) relatam que, em 2008, “Bill Gates, o terceiro homem mais rico do mundo, esboçou sua visão de filantropia como ‘capitalismo criativo’”. Essa ação se concretizou a partir de seu discurso no Fórum Econômico Mundial de Davos, em que Gates apresentou a ‘nova filantropia’ como

²¹ Com base no texto original: “This is the spirit of philanthrocapitalism: successful entrepreneurs trying to solve big social problems because they believe they can, and because they feel they should” (BISHOP; GREEN, 2008, p. 30).

²² Texto original: “As THEY APPLY their business methods to philanthropy, philanthrocapitalists are developing a new (if familiar-sounding) language to describe their businesslike approach. Their philanthropy is “strategic,” “market conscious,” “impact oriented,” “knowledge based,” often “high engagement,” and always driven by the goal of maximizing the “leverage” of the donor’s Money” (BISHOP e GREEN, 2008, p. 6).

²³ Texto original: “[...] to describe the emerging VP or catalytic philanthropy model, exploring the strategies of a particular class of successful market-savvy philanthropists led by Bill Gates and Warren Buffet who are “trying to apply the secrets behind their money-making success to their giving” (OECD NETFWD, 2014, p. 36).

[...] uma abordagem onde governos, empresas e organizações sem fins lucrativos trabalham juntos a fim de expandir o alcance das forças do mercado para que mais pessoas possa ter lucro ou ganhar reconhecimento, realizando um trabalho que diminua as desigualdades no mundo (BALL; OLMEDO, 2013, p. 36).

Em relação aos compromissos filantrópicos de Gates, Bishop e Green (2009) relatam que, em maio de 2009, Bill Gates e Warren Buffet (dois dos empresários mais ricos do planeta), juntamente com David Rockefeller, reuniram-se com outros grandes empresários bilionários (super-ricos). Embora a crise financeira de 2008 tenha eliminado trilhões de dólares de riqueza em todo o mundo, a façanha de tentar reunir os super-ricos foi histórica e estratégica para mostrar que “os super-ricos estavam vivos e bem”. Em relação a esse encontro dos super-ricos, os autores afirmam:

Coletivamente, aqueles que compareceram valiam \$ 125 bilhões. Confirmou também que o movimento liderado por estes super-ricos que vinha crescendo rápido durante os bons tempos antes da crise, um movimento que chamamos de "filantroc capitalismo" que é focado em combater os problemas mais difíceis do mundo através de uma doação eficaz, continuava a seguir adiante. Entre eles, os Amigos super-ricos já haviam doado \$ 70 bilhões, e eles planejaram doar muito mais (BISHOP; GREEN, 2009, p. 7, tradução nossa)²⁴.

Ball e Olmedo (2013), ao tratarem da “nova concepção de filantropia e ajuda”, argumentam que esse tipo de filantropia é proposital e embaralha as fronteiras entre negócios e empreendedorismo, bem como entre desenvolvimento e interesse público, o que promove questionamentos “[...] fundamentais sobre os métodos e o futuro papel das agências de desenvolvimento tradicionais” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 37).

Como um exemplo do entrelaçamento de negócios, empreendedorismo, desenvolvimento e interesse público, Silva e Oliven (2020) descrevem Bill Gates como “um dos nomes mais emblemáticos da vertente filantroc capitalista”. Gates é o fundador da Microsoft. Ele e sua esposa criaram a “Fundação Bill e Melinda Gates”, que recebe doações bilionárias – ou investimentos, como a linguagem cada vez mais popular entre os filantropos – nos Estados Unidos e nos arredores do mundo. Gates, em 2017, “[...] fez a maior doação de sua fortuna desde o ano 2000, tendo transferido 64 milhões de ações da Microsoft, no valor de 4,6 bilhões de dólares, para a sua própria Fundação” (SILVA; OLIVEN, 2020, p. 9).

²⁴ Texto original: “Collectively, those who attended were worth \$125 billion. It also confirmed that the movement led by these superrich that had been growing fast during the good times before the crisis, a movement we call “philanthroc capitalism” that is focused on tackling the world’s toughest problems through effective giving, was continuing fullsteam ahead. Between them the superrich Friends had already given Away \$70 billion, and they planned to give much more mais” (BISHOP; GREEN, 2009, p. 7).

Outro exemplo dessa remodelação é o funcionamento da *Clinton Global Initiative* (CGI), que

[...] reúne, conecta e catalisa líderes globais estabelecidos e emergentes para criar e implementar soluções para os desafios mais urgentes do mundo. A CGI trabalha com parceiros para desenvolver Compromissos com a Ação – ações novas, específicas e mensuráveis no âmbito da resiliência climática, equidade em saúde e recuperação e crescimento econômico inclusivo (CLINTON FOUNDATION, 2021, tradução livre)²⁵.

A Fundação Clinton, por meio da CGI, enfatiza que sua filantropia vem da crença de “[...] que todos merecem uma chance de sucesso, todos têm a responsabilidade de agir, todos nós fazemos melhor quando trabalhamos juntos - e que nossa humanidade comum é mais importante do que nossas diferenças interessantes”.

De acordo com as informações no site da Fundação Clinton, ela se declara inovadora em filantropia, descrevendo-se assim: “[...] desde que inauguramos no Harlem e desbravamos a terra em *Little Rock*, formamos parcerias que preenchem as lacunas entre o que o setor público pode fornecer e o que o setor privado pode produzir”. Além disso, enfatiza que, em termos de sua filantropia, eles “[...] **sempre se esforçam para resolver os problemas com mais rapidez, melhor e menor custo**” (CLINTON FOUNDATION, 2021, grifo da autora, tradução livre).

O compromisso filantrópico das Fundações Bill e Melinda Gates e da Clinton Global Initiative – Clinton Foundation constitui a base dessa nova abordagem à filantropia, que aborda questões sociais de desigualdade e os problemas emergentes da sociedade para “doar”. A abordagem baseada na Filantropia de Risco transforma esses “novos” filantropos no que Ball e Olmedo (2013) dizem ser seu impulso filantrópico, promovido pela “intenção de ‘fazer mais com menos’”. Assim, buscam racionalizar economicamente suas doações por meio da combinação de filantropia e empreendedorismo social (BALL; OLMEDO, 2013, p. 37).

Robertson e Verger (2012), ao tratarem dos “novos (e velhos) filantropos”, especialmente os atuantes nos Estados Unidos, argumentam que funcionam realmente como uma coalizão. Segundo os autores, eles visam influenciar governos e a agenda dos principais líderes em educação para promoverem mudanças no setor educacional por meio da competição,

²⁵ Texto original: “The Clinton Global Initiative (CGI) convenes, connects, and catalyzes global and emerging leaders to create and implement solutions to the world’s most pressing challenges. Through its unique model, CGI supports partners in developing Commitments to Action — new, specific, and measurable actions within climate resilience, health equity, and inclusive economic recovery and growth”. (CLINTON FOUNDATION, 2020).

padronização, incentivo ao voucher e escolas charters, e ainda com a utilização de testes de alto impacto. Os autores, ao apresentarem esses novos (e velhos) filantropos dizem que

[...] são poderosos, na medida em que são fundamentais, ativos, condutores de ações políticas, pesquisas e defesa de suas posições. No entanto, esses filantropos mais recentes, como a Fundação Bill e Melinda Gates, Microsoft, a Fundação Robertson, a Fundação Donald e Doris Fisher (roupas Gap) ou a Família Wal-Mart, são diferentes das organizações filantrópicas mais antigas, como a *Ford*, *Carnegie* e *Rockefeller Foundation*, cuja origem remonta ao início do século 20 (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 1147).

Ball e Olmedo (2013) afirmam que os “novos” filantropos desempenham “[...] relação direta entre a caridade e a política, o envolvimento mais aparente dos doadores com comunidades políticas e uma abordagem mais ‘prática’ ao uso das doações”, e então eles “podem criar sua própria agenda de políticas” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 39).

Sobre a forma da atuação nos EUA em filantropia de risco, Avelar (2018) especifica que as fundações e institutos influentes atuam em “*advocacy*”, o que também é uma característica que diferencia a filantropia de risco da filantropia tradicional. Segundo a autora, pesquisas estão sendo realizadas em torno da atuação da nova filantropia na defesa de políticas educacionais, e estas “[...] têm demonstrado um crescimento global consistente da participação da filantropia na elaboração de políticas educacionais” (AVELAR, 2018, p. 39-40, Tradução Livre)²⁶.

Nos estudos sobre o envolvimento filantrópico na educação nos EUA, a autora supracitada verificou duas formas de atuação filantropocapitalista: a atuação em *advocacy*, presente nos EUA; e a atuação em rede, presente na Inglaterra (AVELAR, 2018).

O envolvimento de filantropocapitalistas na educação nos EUA é destacado por Avelar, ao descrever que o crescimento de *advocacy*

[...] foi claramente ilustrado com o estudo de Reckhow e Snyder (2014), que investigou padrões de doação entre as 15 maiores fundações de educação do país e demonstrou um crescente apoio financeiro para organizações de *advocacy* em nível nacional. Ferrare e Reynolds (2016) realizaram um estudo semelhante para analisar fundações menores e seu padrão de investimento social. Também foi identificada a tendência de investimento em *advocacy*. Ambos os estudos recolheram dados sobre doações de fundação através do Formulário 990, publicados online pela Centro de Fundações (AVELAR, 2018, p.40, Tradução nossa)²⁷.

²⁶ Texto original: “Some research has been done around the work of new philanthropy in education policy advocacy, demonstrating a consistent global growth in philanthropy’s participation in education policy-making” (AVELAR, 2018, p. 40).

²⁷ Texto original: “[...] was clearly illustrated with the study of Reckhow and Snyder (2014), who investigated giving patterns among the 15 largest education foundations in the country and demonstrated a growing financial

Na Inglaterra, o engajamento filantropocapitalista é pautado por uma abordagem diferente. Segundo Avelar, “[...] autores como Ball e Junemann, 2012; Ball, 2020; Olmedo, 2014, 2017”, descrevem essa atuação filantrópica como um “[...] envolvimento filantrópico na política educacional na Inglaterra [...]” em que as “[...] redes globais relacionadas se estendem à África Subsaariana e Índia” (AVELAR, 2018, p. 40-41, Tradução livre).

Em relação à atuação em rede na Inglaterra, Ball e Olmedo (2013) definem a filantropia de risco como Filantropia 3.0, na medida em que possui uma “[...] nova configuração e lógica de ações de ajuda e desenvolvimento e de um novo conjunto de relações ligadas a problemas de desenvolvimento e aos grandes desafios”. Os autores traduzem essa lógica de relações em filantropia de rede como termo sugerido “[...] para entender o trabalho das ‘novas’ organizações filantrópicas e seus ‘parceiros’”. Dessa maneira, essa relação não deve ser considerada do ponto de vista individual, mas como nós interligados pelos agentes que atuam na lógica de rede e configuram preocupações específicas da agenda que representam (BALL; OLMEDO, 2013, p. 40).

Avelar e Ball (2017) destacam que a chamada "nova filantropia", ao operar em rede, além da finalidade de retorno de suas doações, também quer “se envolver em decisões sobre como o dinheiro é usado” (AVELAR; BALL, 2017, p. 1, Tradução livre)²⁸. Nessa participação por meio das redes, os filantropos, em suas decisões, de acordo Ball e Olmedo (2013), “[...] retrabalham e repovoam a comunidade de políticas de ajuda e desenvolvimento, conectando de novas maneiras os interesses e as atividades de empresas, governos, filantropia e agências não governamentais” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 40).

A exemplo, tem-se a atuação de Bill Clinton e Bill Gates, que, segundo Ball e Olmedo (2013), são dois filantropos que remodelaram as redes internacionais existentes na última década por meio da expansão do “capitalismo criativo”. Assim surgiram “novos locais e possibilidades de expansão”, entendidos como “nós geradores” de novas conexões e oportunidades de negócios. Desse modo, são considerados “[...] novos locais de mobilização de ‘políticas’ e ‘micro espaços globalizantes’, que operam entre e além das áreas de formulação

support for national-level advocacy organisations. Ferrare and Reynolds (2016) conducted a similar study to analyse smaller foundations and their pattern of social investment. The trend towards investment in advocacy was also identified. Both studies gathered data about foundation donations through the Form 990 tax documents, published online by the Foundation Center” (AVELAR, 2018, p. 40).

²⁸ Texto original: “The so-called “new philanthropy” treats donations as investments, results as returns, and wants to be involved in decisions about how money is used” (AVELAR; BALL, 2017, p. 1).

de políticas tradicionalmente definidas, tais como localidades, regiões e nações” (BALL; OLMEDO, 2013, p. 40).

É importante destacar que as redes estão em constante evolução e podem constituir capital social, pois são sintéticas e dinâmicas e configuram novos locais, novos canais nos quais oportunidades estão sendo constantemente criadas nas relações de rede (BALL, 2020, p. 93). Nesse sentido, Avelar e Ball (2017) explicam que as mudanças nas relações Estado-sociedade são um fenômeno internacional em que o papel decisório do Estado está sendo compartilhado com outros “atores sociais”.

Segundo Avelar (2015), a atuação em rede por meio da prática da filantropia de risco tem influenciado a educação pública. A autora diz que os “[...] negócios e filantropia têm aumentado sua influência na educação pública no que pode ser chamado de mudança do governo para a governança”. Então, de acordo com Avelar, no contexto da governança

[...] não só o papel do Estado vem mudando, mas também, concomitantemente, o trabalho e os valores da filantropia, que é tanto agente quanto sujeito de mudança. Adotando valores e práticas de mercado, tem sido muitas vezes referido como “nova filantropia” (AVELAR, 2015, p. 1, Tradução livre)²⁹.

Avelar, em trabalho publicado em 2018, destaca ainda que, na América Latina, pesquisadores como Peroni (2006; 2008) vêm desenvolvendo estudos sobre como as fundações no Brasil vêm promovendo uma agenda de privatizações conhecida como Movimento de Reforma Educacional Global (MGEG), configurada pelas novas formas da privatização e padronização do ensino.

Como verificado até aqui, o filantropocapitalismo consiste em um conceito para a atuação dos “novos” filantropos, que são denominados por Bishop e Green (2008) como *filantropocapitalistas*. O termo configura a forma de atuação estratégica e os filantropocapitalistas

[...] acreditam que estão a melhorar a filantropia, equipando-a para enfrentar o novo conjunto de problemas que o mundo de hoje enfrenta; e para ser franco, precisa de melhorar – a filantropia tem sido ineficaz ao longo dos séculos (BISHOP; GREEN, 2008, p. 2-3, tradução nossa)³⁰.

²⁹ Texto original: “[...] not only the role of the State has been changing, but also, concomitantly, the work and values of philanthropy, which is both agent and subject of change. Adopting market values and practices, it has been often referred to as ‘new philanthropy’”.

³⁰ Texto original: “[...] believe they are improving philanthropy, equipping it to tackle the new set of problems facing today's changing world; and to be blunt, it needs improvement-much philanthropy over the centuries has been ineffective” (BISHOP; GREEN, 2008, p. 2-3).

A revisão da literatura sobre filantropia de risco e filantropocapitalismo mostra que os filantropocapitalistas (BISHOP; GRENN, 2008) também são denominados de filantropos corporativos (BALL, 2020) ou novos filantropos (ROBERTSON; VERGER, 2012). Ressalta-se, entretanto, que, nas seções e subseções sequenciais desta dissertação, o termo filantropocapitalista será usado para se referir à atuação dos filantropos bilionários na prática da filantropia de risco.

Scott (2009), ao estudar sobre a temática, aponta que a maneira como os filantropos praticam a filantropia não mudou apenas a forma de atuação filantrópica, mas também a linguagem da filantropia. Essas mudanças podem ser observadas no Quadro 2, que mostra as mudanças destacadas por Scott (2009) em relação à linguagem filantrópica da filantropia tradicional para a filantropia de risco.

Quadro 2 - Nova filantropia, nova linguagem

Filantropia Tradicional	Filantropia de Risco
Concedente	Investidor
Beneficiário	Investido
Presente ou doação	Investimento
Produtos	Retorno social do investimento
Programa	Risco
Impacto comunitário	Modelos escalonáveis
Proposta de subvenção	Teoria da mudança

Fonte: Scott (2009, p. 116, tradução nossa).

No Quadro 2, verifica-se que a mudança na linguagem filantrópica passa de uma linguagem que expressa a caridade para outra que expressa negócios. Scott (2009) diz que a filantropia tradicional e a filantropia de risco diferem na abordagem filosófica do financiamento, sendo a linguagem da filantropia de risco caracterizada pelo uso da linguagem do mercado pelos filantropos e, dessa maneira, reformulada na linguagem do investimento social. Por essa perspectiva, as "doações" convertidas em investimentos sociais tornam-se negócios que precisam ser mensuráveis ao ponto de serem iniciativas empreendedoras escalonáveis (SCOTT, 2009, p. 115).

A mudança na linguagem filantrópica, de acordo com Ball (2020), ocorreu devido ao aumento do uso de modelos e práticas comerciais e empresariais por parte dos filantropocapitalistas, pois, normalmente, esperam ver retorno de seus investimentos sociais, mas aceitam que alguns “investimentos” de riscos irão falhar”. Ao investir em filantropia de risco, “[...] a nova safra de filantropos está à procura de fazer mais com menos. Eles estão se concentrando em organizações *start-up* menores e procurando maneiras de alavancar seus donativos” (BALL, 2020, p.122). Como tal, a mudança da linguagem na atuação em filantropia

de risco, reflete o filantropista que, por meio de suas fundações, se organizam para “doar” aos empreendimentos sociais com ou sem fins lucrativos.

2.4 Da filantropia tradicional à filantropia de risco: como ocorreu a mudança

Em estudo de 2015, Adrião analisou o documento *Venture Philanthropy in Development: Dynamics, challenges and lessons in the search for greater impact*, produzido pela Rede de Fundações que trabalham para o desenvolvimento da OCDE e da netFWD. No trabalho, a autora destaca as mudanças na política filantrópica tradicional em direção à atuação da filantropia de risco/*venture philanthropy*.

O estudo da OCDE/netFWD evidenciou que as fundações “passaram do foco de entrada para a produção”, “da concessão de doações para investimentos mais direcionados”, que passaram a adotar

[...] abordagem de pensamento sistêmico” e ao investirem mais fortemente em pesquisa inicial a fim de investigar em profundidade as questões de desenvolvimento, as fundações foram capazes de determinar quais pontos fortes que poderiam ser mais úteis (por exemplo, reputação no setor de saúde), onde investir capital para conseguir o maior efeito de alavanca e como orquestrar intervenções mais integradas (OCDE, 2014, p. 12, tradução nossa)³¹.

Na publicação *Venture Philanthropy: Its Evolution and Its Future* (GROSSMAN; APPLEBY; REIMERS, 2013), Jeff Raikes, CEO da Fundação Gates, entrevistado pelos autores, oferece uma estrutura que classifica a filantropia em três abordagens. Desse modo, apresenta-se o Quadro 3 com os tipos de abordagens filantrópicas baseadas nas definições da OCDE (2014) e em Jeff Raikes.

Quadro 3 - Tipos de abordagens filantrópicas

(continua)

ABORDAGEM FILANTRÓPICA	O QUE É	COMO SE MATERIALIZA
Filantropia tradicional ¹	A doação é impulsionada pelo desejo de atender às necessidades urgentes da sociedade; a ênfase está em aliviar o sofrimento imediato e em preencher as	Os subsídios podem ser dados a organizações para programas ou projetos específicos, ou para apoio geral.

³¹ Texto original: “As the foundations moved from input to output focus, so did their *strategic framing*, from grant-giving towards more targeted investment. Their *scale of intervention* broadened to become more sector and systems-level focused, working simultaneously at levels of start-up enterprise, market stimulation and policy intervention. By taking a “systems thinking approach” and investing more heavily in upfront research in order to investigate development issues in depth, foundations were able to determine which strengths they could most usefully deploy (e.g. reputation in the health sector), where to place capital to achieve greatest leverage and how to orchestrate more integrated interventions” (OCDE, 2014, p.13).

	lacunas, não no potencial de mudança sistêmica ou nas capacidades de entrega de longo prazo das empresas.	
Filantropia catalítica ¹	Doar está alinhado com uma teoria compartilhada de mudança desenvolvida entre um financiador e seus parceiros (incluindo donatários, vozes importantes, beneficiários e outras partes interessadas), que se concentra nas organizações, conhecimento, defesa e recursos de entrega necessários para soluções multifacetadas para problemas complexos que estão além do escopo de uma única organização.	Essa filantropia é frequentemente focada em abordar as falhas do mercado e está preocupada com medição e coleta de evidências/feedback para garantir a sustentabilidade ao longo do tempo.
Desenvolvimento da Organização ¹	Doar é um investimento na própria liderança do beneficiário; teoria de mudança e capacidade de cumprir sua missão.	A medição concentra-se nas capacidades da empresa e na escalabilidade de seu impacto.
Filantropia de Risco ²	Doar está alinhado à abordagem empresarial que combina uma variedade de métodos financeiros e não financeiros, recursos para identificar, analisar, coordenar e oferecer suporte autossustentável, sistêmico e escalonável (com e sem fins lucrativos) soluções para os desafios do desenvolvimento visando alcançar o maior impacto.	A prática filantrópica busca o impacto como objetivo, com base em estratégias do setor privado. A prática filantrópica concentra-se em combinar e alavancar criativamente recursos e capital em vez de emitir créditos. Os 'novos' filantropos empregam uma variedade de recursos, conhecimentos, habilidades e mecanismos financeiros para alcançar seus objetivos, e toda filantropia se torna um investimento em negócios de distribuição de lucros socialmente orientados.

Fonte: adaptado pela autora, com base em Jeff Raikes (CEO da Fundação Gates), em entrevista aos autores Grossman, Appleby e Reimers (2013) e com base em OCDE/netFWD (2014, tradução livre).

Como observado no Quadro 3, a filantropia de risco, diferentemente da filantropia tradicional, é consistente com uma abordagem filantrópica do desenvolvimento organizacional, em que “doar é um investimento na própria liderança do beneficiário”, que incorpora elementos da filantropia catalítica. Assim, ao praticar a filantropia de risco as fundações

[...] assumem grande parte da responsabilidade de conceder aquilo que entendem como a melhor resposta a um problema da sociedade e depois financiam organizações sem fins lucrativos para realizar os programas - uma espécie de modelo subcontratante. A doação está alinhada com as prioridades desenvolvidas internamente do financiador; o financiador frequentemente acredita que o papel dos donatários é principalmente o de executar os objetivos do financiador e o dinheiro é, na sua maioria, direcionado para programas (GROSSMAN; APPLEBY; REIMERS, 2013, p. 4, tradução livre)³².

³² Texto original: “These foundations assume much of the responsibility for designing what they perceive as the best response to a societal problem and then fund nonprofit organizations to deliver the programs – a kind of subcontractor model. Giving is aligned with the funder’s internally developed priorities; the funder often believes that grantees’ role is primarily to execute the grantor’s goals and money is for the most part directed to programs” (GROSSMAN; APPLEBY; REIMERS, 2013, p. 4).

Ball (2020) diz que a nova filantropia está assentada em três princípios de trabalho, quais sejam:

[...] “ampliar e adequar as organizações sem fins lucrativos”, comprometendo grandes lotes de financiamento por longos períodos de tempo; ênfase na avaliação e na gestão de desempenho; e promoção de relações “investidor-investido” com base em “engajamento consultivo” (BALL, 2020, p. 122).

A prática da filantropia de risco, de acordo com o estudo da OCDE/netFWD (2014), ao introduzir perspectivas de negócios e mentalidade empreendedora, focadas em inovação, resultados e lucratividade, revela que esse pensamento empreendedor é culturalmente "baseado em parceria", quando se trata de relacionamentos com empresas sociais (OCDE, 2014, p.12).

No Quadro 4, a seguir, observa-se as oito principais mudanças na maneira de atuar e empreender com a transição da filantropia tradicional para a filantropia de risco, de acordo com OCDE/netFWD (2014).

Quadro 4 - As principais mudanças nas dimensões da filantropia tradicional à filantropia de risco

	Dimensão	A partir de	Em direção a
1	Enquadramento estratégico	Doações generalizadas (recurso tradicional transferir).	Investimento direcionado (recursos direcionados a novos caminhos).
2	Escala de intervenção	Baseado em projeto.	Baseados em sistemas ou setoriais e focados.
3	Foco no setor	Terceiro setor (filantrópico ou sem fins lucrativos).	Agnóstico de setor.
4	Mecanismos de financiamento	Concessões.	Financiamento combinado (concessões, empréstimos em condições favoráveis, capital próprio investimento etc.).
5	Tipo de comprometimento	Mínimo (toque leve).	Parceiro fornecedor da Fundação com técnicos e assistência de gestão e capacitação.
6	Tempo de comprometimento	Curto (por exemplo, 1-2 anos).	Longo (5-10 anos ou mais).
7	Cultura e capacidade da equipe	Altruísta, administrativo e financeiro.	Inovador, multidisciplinar, comercial.
8	Crítérios de sucesso	Entradas e saídas.	Resultados e impacto.

Fonte: OCDE/NETFWD (2014, p. 12, tradução livre)³³.

³³ Texto original:

Com base na literatura mobilizada até o momento e de acordo com as informações apresentadas no Quadro 4, pode-se inferir que os aspectos da transição da filantropia tradicional para a filantropia de risco no setor educacional promovem mudanças nos objetivos educacionais, que passam a ser entendidos como empreendimentos filantrópicos dirigidos por metas. Estes, por sua vez, devem não apenas produzir resultados, mas também, por meio da filantropia de risco, atuar como ações de impacto. Desse modo, as mudanças significativas na sociedade e os ideais democráticos passam a ser impulsionados pela política econômica neoliberal. Segundo Saltman (2009), esse tipo de economia “[...] vê a escola pública principalmente como uma questão de produzir trabalhadores e consumidores para a economia e para a competição econômica global”³⁴ (SALTMAN, 2009, p. 54, tradução nossa).

As mudanças observadas nas principais dimensões na transição da filantropia tradicional para a filantropia de risco permitem inferir que a filantropia de risco se trata de um empreendimento no qual o filantropo, antes doador, agora passa a ser um investidor de longo prazo. Seus investimentos são, portanto, direcionados e captam recursos para sua "filantropia", a qual se torna um projeto social com critérios de investimento, até mesmo de sucesso, além de exigir resultados mensuráveis e impactantes.

The key dimensions of change are captured below:

Dimension	From	Towards
1 Strategic framing	Widespread giving (traditional resource transfer)	Targeted investing (resources targeted in new ways)
2 Scale of intervention	Project-based	Systems or sector based and focused
3 Sector focus	Third (charity or not-for-profit) sector	Sector agnostic
4 Funding mechanisms	Grants	Blended finance (grants, soft loans, equity investment etc.)
5 Engagement style	Minimal (light touch)	Foundation supplying partner with technical and management assistance and capacity building
6 Engagement period	Short (e.g. 1-2 years)	Long (5-10 years or more)
7 Culture and capability of staff	Altruistic, administrative, financial	Innovative, multi-disciplinary, commercial
8 Success criteria	Inputs and outputs	Outcomes and impact

³⁴ Texto original: “This is no small matter in terms of how the public and civic roles of public schooling have become nearly overtaken by the economic neoliberal perspective that views public schooling as principally a matter of producing workers and consumers for the economy and for global economic competition” (SALTMAN, 2009, p. 54).

2.4.1 Doações como investimento

Os autores Grossman, Appleby e Reimers (2013)³⁵, ao investigarem as práticas incorporadas à filantropia de risco, identificaram que a prática da doação está alinhada às prioridades desenvolvidas internamente pelos filantropos. Ao “doarem”, esses filantropos acreditam que o papel dos donatários é principalmente atingir as metas do doador e, frequentemente, o dinheiro do subsídio é destinado para o desenvolvimento de programas.

Adrião (2015) identifica que, no caso brasileiro, a prática dos “novos” filantropos e dos investidores sociais é impulsionada pelo motivo de que eles “[...] pleiteiam reformas educacionais, inclusive curriculares, que direta ou indiretamente beneficiam estratégias e advogam princípios que contribuem para o seu sucesso financeiro ou para o sucesso de marcas e produtos de seus ‘parceiros’” (ADRIÃO, 2015, p. 67).

Ball (2020), ao abordar os processos de reforma educacional e a melhoria da escola e da turbulência política concomitante, afirma que eles representam “[...] oportunidades de negócios para empresas de serviços educacionais”. O autor enfatiza que essas empresas atuam cada vez mais “[...] como dispositivos de ligação, 'intérpretes' de políticas operando entre o Estado e as organizações do setor público — tornando as reformas sensatas e administráveis” (BALL, 2020, p. 157-158).

Observa-se, então, que as “novas” práticas incorporadas pelos “novos” filantropos ocorre por meio do acesso a “[...] novas ferramentas e ideias com raízes na filantropia de risco, como o investimento de impacto”, fomentadas como formas inovadoras para criar o valor social (GROSSMAN; APPLEBY; REIMERS, 2013, p. 1, tradução nossa)³⁶.

Dessa maneira, a prática da filantropia de risco, ao aplicar os princípios do investimento de impacto como estratégia filantrópica, torna-se “[...] consistente com a constante expansão da linguagem neoliberal”. Essa linguagem, no setor educacional, é definida pelo “[...] foco crescente na centralidade dos termos de negócios para descrever reformas e políticas educacionais: escolha, competição, eficiência, responsabilidade, monopólio, recuperação e fracasso”. Com base nesses princípios, decisivamente a filantropia e os filantropos estão agora

³⁵ Com base no texto original: “Giving is aligned with the funder’s internally developed priorities; the funder often believes that grantees’ role is primarily to execute the grantor’s goals and money is for the most part directed to programs” (GROSSMAN; APPLEBY; REIMERS, 2013, p. 4).

³⁶ Texto original: “New tools and ideas with roots in venture philanthropy, such as impact investing, are growing as innovative ways to build social value” (GROSSMAN; APPLEBY; REIMERS, 2013, p. 1).

comprometidos em aplicar as técnicas e práticas do capital às suas atividades filantrópicas sociais (SALTMAN, 2009, p. 53. Tradução livre)³⁷.

Em seu estudo, Scott (2009) revela que as críticas à filantropia patriarcal nos EUA, iniciadas por organizações como a Fundação Ford, a Carnegie Corporation de Nova York e a Fundação Rockefeller, emergiram no início do século XX. A autora afirma que essas fundações começaram a apoiar os governos com recursos financeiros obtidos de ricos industriais e suas famílias, aplicados para múltiplos fins. Além disso, destaca que as ações dessas organizações foram motivadas pelo fato de que os filantropos bilionários "[...] estavam interessados em doar para o bem público, por exemplo, ao mesmo tempo que se beneficiavam de paraísos fiscais em suas dotações" (SCOTT, 2009, p.109. Tradução livre)³⁸.

As “doações” da filantropia patriarcal, nos EUA, eram atividades que influenciavam as políticas públicas e o investimento social sem envolvimento ou supervisão do governo. Como essa prática se configura como uma atuação ambígua desempenhada por instituições e fundações filantrópicas, especialmente por parte dos filantropos, o Congresso dos Estados Unidos, entre os anos de 1913 e 1969, aprovou leis de regulamentação da atuação filantrópica com o objetivo principal de coibir abusos de filantropos que usavam suas “doações” para defesa partidária, sonegar impostos e para seu próprio benefício (SCOTT, 2009).

Agora, as filantropias modernas, nos EUA, operam dentro da estrutura da política federal estabelecida por meio da legislação (SCOTT, 2009) na qual as fundações filantrópicas são isentas de impostos e devem doar pelo menos 5% dos ativos do ano anterior, bem como ser apartidárias. Segundo a autora, com base em Frumkin (1998), os rendimentos investidos nas fundações também estão sujeitos a um imposto especial de consumo, que varia de 1% a 2%. Como critério, as fundações devem apresentar relatórios anuais de declaração de impostos federais (SCOTT, 2009, p. 110).

Embora os EUA tenham regulamentações que incentivam à filantropia, Scott (2009) diz:

³⁷ Texto original: “Venture Philanthropy is also consistent with the steady expansion of neoliberal language and rationales in public education, including the increasing centrality of business terms to describe educational reforms and policies: choice, competition, efficiency, accountability, monopoly, turnaround, and failure” (SALTMAN, 2009, p. 53).

³⁸ Texto original: “Many of the traditional foundations that venture philanthropy critiques, such as the Ford Foundation, the Carnegie Corporation of New York, and the Rockefeller Foundation, emerged in the early 20th century. These foundations’ financial backing often came from wealthy industrialists and their families, who had multiple goals. They were interested in providing for the public good, for example, while also benefiting from tax shelters on their endowments” (SCOTT, 2009, p. 109).

Apesar das exigências federais em matéria de doação anual, muitas fundações ainda têm grandes doações que ficam por gastar. Além disso, os requisitos federais não impedem as fundações de participar em atividades de advocacy, embora as fundações tradicionais não tido tendência a operar como defensores de políticas na era contemporânea. Em vez disso, financiaram organizações envolvidas em trabalho de advocacy e mudança social (SCOTT, 2009, 110, tradução nossa)³⁹.

Assim, observa-se que o crescente uso do modelo de negócios como forma genérica para a prática e organização da linguagem filantrópica exige resultados com impactos mensuráveis para "‘investimentos’ de tempo e dinheiro" (BALL; OLMEDO, 2013).

2.4.2 Quem são os maiores bilionários filantrópicos

A prática filantrópica entre os mais ricos do mundo não é recente e tem se estabelecido como forma de investimento em que, para os filantropos, particularmente os bilionários, "[...] doar é um comportamento de enriquecimento e pode ser um importante exercício financeiro" (FOGAÇA, 2020).

Mesmo em tempos de austeridade, de acordo com Dolan (2021), "[...] o número de bilionários na 35ª lista da Forbes dos mais ricos do mundo, publicada anualmente, explodiu para um número sem precedentes de 2.755 pessoas, 660 a mais do que em 2020. Ao todo, as fortunas consolidadas chegam a US\$ 13,1 trilhões, valor bem acima dos US\$ 8 trilhões da lista de 2020" (DOLAN, 2021).

Bishop e Green (2008), em seu livro *Philanthrocapitalism* (Filantropocapitalismo), argumentam que, em todo o mundo, estamos "[...] nos primeiros anos da Quinta Era Dourada da Doação". Dessa maneira, Bishop (2013) define as eras douradas da doação com as seguintes características:

Em cada uma das eras douradas anteriores, o começo da criação de um período semelhante dourado de riqueza geralmente resultou de inovações empresariais que, depois, foram adaptadas para facilitar a doação mais eficiente. A primeira foi na Idade Média, quando as novas classes de mercadores da Europa fizeram fortunas com o comércio; a segunda foi no século 18, depois da invenção da sociedade anônima; a terceira na Bretanha Vitoriana e na Europa continental, quando aconteceu a revolução industrial; e a quarta na América, quando novos processos industriais criaram o que continua a ser a maior economia do mundo. (BISHOP, 2013).

³⁹ Texto original: "Despite federal requirements on annual giving, many foundations still have large endowments hat go unspent. In addition, federal requirements do not preclude foundations from participating in advocacy activities, though traditional foundations have not tended to operate as policy advocates in the contemporary era. They have instead funded organizations engaged in advocacy and social change work" (SCOTT, 2009, p. 110).

Bishop (2013), a respeito da quinta era de ouro da doação, diz que esta começou na década de 1980, liderada por um boom econômico prolongado, emergido da combinação de mudança e inovação tecnológica, da abertura do mercado e da redução das taxas de imposto no mercado de ações, que se tornou mais rico com a liquidez e globalização (BISHOP, 2013).

Withorn (2021), em artigo publicando na Forbes, conceituada revista de economia do mundo, disse que a pandemia da Covid-19 não impediu que as pessoas se tornassem bilionárias, em muitos casos até mais bilionárias. Segundo observado pelos analistas econômicos da revista, houve um aumento em relação ao número de bilionários de 2020 a 2021 e, segundo a publicação, estes

[...] se multiplicaram a uma taxa impressionante no ano passado. Um recorde de 493 pessoas se juntou à lista de Bilionários do Mundo da Forbes este ano - o que significa que no mundo, em média, ganhou um novo bilionário a cada 17 horas desde a última vez que a Forbes tirou uma foto da riqueza de bilionários em 18 de março de 2020. O recorde anterior para a maioria dos novos bilionários em um ano era 290 em 2015. (PETERSON-WITHORN, 2021).

Fogaça (2020) diz ainda que os filantropos bilionários, em sua prática, “[...] têm aumentado suas doações para organizações sem fins lucrativos”. Mesmo assim, recebem muito lucro, “seja pela generosidade ou autopromoção”. Segundo o autor, isso ocorre porque a prática filantrópica dos bilionários, centrada na atuação empresarial, “[...] enriquece a cultura organizacional da empresa, especialmente nos tempos atuais onde os investidores buscam valores sólidos nas empresas e princípios de ESG”⁴⁰ (FOGAÇA, 2020).

O levantamento dos dez maiores bilionários descritos para o período de 10 anos, tratado em um artigo de Cauti (2019), diz que estes acumularam riqueza ao longo de 11 anos, retrocedentes ao ano de 2019. Segundo o autor, esse período se configurou em “uma época emocionante para a economia americana e mundial”, em que “[...] Wall Street experimentou o maior momento de expansão da história (11 anos) com uma taxa de crescimento incrível: 187%”. Foi, portanto, um período marcado pela expansão do número de bilionários, porém, Cauti ressalta que muitos desses bilionários “[...] já haviam acumulado grandes riquezas antes do início dessa fase de alta, mas que continuaram investindo no mercado financeiro dos EUA. Com isso, conseguiram aumentar sensivelmente seus patrimônios nos últimos dez anos” (CAUTI, 2019).

⁴⁰ O termo ESG vem do inglês *Environmental, Social & Governance*, ou em português, ASG, referindo-se à Ambiental, Social e Governança (VOGLINO, 2020).

O Quadro 5 mostra os dez maiores bilionários no período de 2010 a 2019, de acordo com Ponciano (2019).

Quadro 5 - Os 10 maiores bilionários e seus ganhos patrimoniais no período de 2010 a 2019

Posição	Bilionário	Patrimônio em 2010	Patrimônio em 2019	Ganhos no período
1	Jeff Bezos (Amazon)	US\$ 12,3 bilhões	US\$ 109,7 bilhões	US\$ 97,4 bilhões
2	Bernard Arnault (LVMH)	US\$ 27,5 bilhões	US\$ 107,7 bilhões	US\$ 80,2 bilhões
3	Mark Zuckerberg (Facebook)	US\$ 4 bilhões	US\$ 72 bilhões	US\$ 68 bilhões
4	Bill Gates (Microsoft)	US\$ 53 bilhões	US\$ 107,6 bilhões	US\$ 54,6 bilhões
5	Amancio Ortega (Zara)	US\$ 25 bilhões	US\$ 74,9 bilhões	US\$ 49,9 bilhões
6	Larry Page (Alphabet)	US\$ 17,5 bilhões	US\$ 61 bilhões	US\$ 43,5 bilhões
7	Warren Buffett (Berkshire Hathaway)	US\$ 47 bilhões	US\$ 88,8 bilhões	US\$ 41,8 bilhões
8	Steve Ballmer (Microsoft)	US\$ 14,5 bilhões	US\$ 56,3 bilhões	US\$ 41,8 bilhões
9	Sergey Brin (Alphabet)	US\$ 17,5 bilhões	US\$ 58,8 bilhões	US\$ 41,3 bilhões
10	Jack Ma (Alibaba)	US\$ 1,2 bilhão	US\$ 42 bilhões	US\$ 40,8 bilhões

Fonte: elaborado pela autora, com base em Ponciano (2019).

No Quadro 5, o primeiro colocado na lista dos dez mais bilionários, para o período de 2010 a 2019, Jeff Bezos, teve um ganho patrimonial de 89, 2% a mais, e o décimo colocado, Jack Ma, contabilizou 35% a mais em seu patrimônio no mesmo período.

Como já mencionado, Adrião (2015), com base no Documento da OCDE (OECD NetFWD, 2014) identifica que para essa prática filantrópica, os filantropos bilionários “Bill Gates e Warren Buffet” têm a liderança e a referência da atuação em filantropocapitalismo, de modo que atuação dos referidos filantropos cognatos em filantropocapitalismo “tornaram-se populares na última década” (ADRIÃO, 2015, p. 68).

Segundo dados da revista Forbes Money (2021), os cognatos filantropos referidos por Adrião (2015) permanecem liderando o ranking dos 10 maiores bilionários filantropos. Na Tabela 1, é possível verificar o ranking da Forbes para o ano de 2021 da posição dos 10 maiores filantropos bilionários para o referido ano, bem como o engajamento e atuação filantrópica destes.

Tabela 1 - Lista dos 10 maiores bilionários filantropos dos Estados Unidos e sua atuação filantrópica, de acordo com ranking Forbes Money, ano 2021

(continua)

POSICÃO	FILANTROPO BILIONÁRIO	ENGAJAMENTO E ATUAÇÃO FILANTRÓPICA
1º	WARREN BUFFETT Foco das doações: saúde e redução da pobreza Patrimônio líquido: US\$ 88,8 bilhões Doações ao longo da vida: US\$ 42,8 bilhões	Por meio de sua filantropia, Warren Buffett já investiu, ao doar mais de 99% de sua fortuna continua, cerca de mais de US\$ 40 bilhões. Suas doações anuais são, na maioria das vezes, para a Fundação Bill & Melinda Gates, que destinam para iniciativas de combate à pobreza e à saúde nos EUA e países em desenvolvimento.

2°	BILL E MELINDA GATES Foco das doações: saúde e redução da pobreza Patrimônio líquido: US\$ 120 bilhões Doações ao longo da vida: US\$ 29,8 bilhões	A fundação Bill e Melinda Gates existe há mais de 20 anos e arrecada cerca de US\$ 5 bilhões por ano em doações, que, especialmente na pandemia Covid-19, tem investido em financiar pesquisas, tratamentos, testes e vacinas contra a Covid-19. No ano passado, prometeu destinar US\$ 1,75 bilhão à causa, em 24 meses.
3°	GEORGE SOROS Foco das Doações: democracia, educação, antidiscriminação e saúde Patrimônio líquido: US\$ 8,6 bilhões Doações ao longo da vida: US\$ 16,8 bilhões	A <i>Open Society Foundations</i> de Soros atua em 120 países e tem concentrado sua atuação para garantir o direito à democracia e proteção dos direitos dos eleitores. Assim, já destinou US\$ 140 milhões em 2020 para essa atuação. As causas da fundação incluem também a equidade econômica, antidiscriminação, direitos humanos, reforma da justiça e jornalismo.
4°	MICHAEL BLOOMBERG Foco das doações: mudanças climáticas e saúde Patrimônio líquido: US\$ 54,9 bilhões Doações ao longo da vida : US\$ 11,1 bilhões	Por meio da Bloomberg Philanthropies, a fundação atua com foco em mudança climática, controle de armas e saúde pública. Bloomberg já destinou mais de US\$ 1 bilhão para conter o uso do tabaco na última década. E, assim, por meio de uma doação de US\$ 1,8 bilhão para a Universidade Johns Hopkins, no ano de 2018, o filantropo bilionário objetiva manter sua alma mater.
5°	CHARLES “CHUCK” FEENEY Foco das doações: ciência, juventude e direitos humanos Patrimônio líquido: Não declarada Doações ao longo da vida : US\$ 8 bilhões	O ex-bilionário tinha a intenção de morrer zerado, objetivo atingido em setembro de 2020, quando Feeney e sua esposa Helga fecharam sua fundação, a Atlantic Philanthropies, após doar o último de seus ativos. Feeney fundou a cadeia de varejo de grande sucesso Duty Free Shoppers, em 1960, e começou sua filantropia de forma anônima. Em 2010, Feeney acabou divulgando sua ideia “Giving While Living” (Doando em Vida, na tradução livre), que influenciou Bill Gates e Warren Buffett quando eles lançaram o Giving Pledge. De seus US\$ 8 bilhões em doações, cerca de US\$ 3,7 bilhões foram para a educação, incluindo US\$ 1 bilhão para sua alma mater a Universidade Cornell.
6°	MACKENZIE SCOTT Foco das doações: desigualdade econômica, de gênero e racial Patrimônio líquido: US\$ 55,2 bilhões Doações ao longo da vida: US\$ 5,83 bilhões	Com a ajuda de um número não divulgado de funcionários e da empresa de consultoria Bridgespan Group, a filantropia de MacKenzie Scott distribuiu mais bolsas em seis meses do que a Fundação Gates, que tem 1.600 colaboradores, em um ano normal. Em meio aos protestos Black Lives Matter, em julho, ela anunciou que doou quase US\$ 1,7 bilhão para 116 organizações focadas na desigualdade racial, orientação sexual, gênero e mobilidade econômica. A equipe de MacKenzie deu atenção especial principalmente às organizações sem fins lucrativos que tratam da insegurança alimentar, da desigualdade racial e da redução da pobreza.
7°	GORDON E BETTY MOORE Foco das doações: ciência, meio ambiente e educação Patrimônio líquido: US\$ 11,8 bilhões Doações ao longo da vida : US\$ 5,15 bilhões	Cofundador e CEO de longa data da gigante de semicondutores Intel e sua esposa lançaram sua fundação, em que a filantropia é feita pela destinação das doações de ações destinadas pela Intel. O trabalho principal é a preservação ambiental, apoiando esforços para conter a perda de biodiversidade, por meio do financiamento de pesquisas científicas.

8º	ELI E EDYTHE BROAD Foco das doações: arte, ciência e educação Patrimônio líquido: US\$ 6,9 bilhões Doações ao longo da vida: US\$ 2,8 bilhões	Aposentado magnata da construção civil e segmento de seguros, Eli e Edythe, sua esposa, têm, por meio de sua filantropia, apoiado a causas em áreas da ciência, educação e das artes por meio da Broad Foundation. No ano de 2020, a doação foi de cerca de US\$ 136 milhões, que foram destinados para várias causas, incluindo testes de Covid-19 para estudantes universitários, bem como obtenção de votos para as eleições norte-americanas em estados disputados.
9º	JIM E MARILYN SIMONS Foco das doações: pesquisa STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática) Patrimônio líquido: US\$ 23,5 bilhões Doações ao longo da vida: US\$ 2,7 bilhões	Como ex-professor de matemática, antes de criar o fundo de hedge de comércio quantitativo Renaissance Technologies em 1982, Simons dedicou grande parte de suas doações filantrópicas à pesquisa e educação STEM. Juntamente com sua esposa, Marilyn, em 1994 fundou a Simons Foundation, que financia pesquisas na área educacional em matemática e ciências biológicas. Por meio de sua fundação, os bilionários são os principais financiadores da Math for America, organização sem fins lucrativos que atua na construção de uma rede de professores qualificados de matemática e ciências para o ensino médio.
10º	MARK ZUCKERBERG E PRISCILLA CHAN Foco das doações: ciência, educação, justiça criminal e integridade eleitoral Patrimônio líquido: US\$ 90 bilhões Doações ao longo da vida: US\$ 2,7 bilhões	No ano de 2020, Mark Zuckerberg e sua esposa Priscilla Chan comemoraram os cinco anos da sua de filantropia, a fundação Chan Zuckerberg Initiative (CZI), a qual concentrou as doações dos filantropos homônimos, principalmente para atuação em duas áreas: alívio da Covid-19 e integridade eleitoral. Assim, a CZI tem como foco principal a doação de organizações não partidárias que visam garantir aos eleitores um processo de votação com segurança.

Fonte: 10 MAIORES... (2021).

Considerando-se as informações sobre o contexto atual da atuação dos filantropos bilionários nos Estados Unidos, com base em artigo publicado na revista Forbes Money (2021) e conforme apresentado na Tabela 1, verifica-se que os filantropos cognatos mencionados por Adrião (2015) permanecem atuantes em sua filantropia e compõem a lista dos 10 maiores filantropos bilionários para o ano de 2021. O artigo, dedicado também a tratar da atuação e engajamento filantrópico desses 10 maiores filantropos bilionários no ano de 2021, permite verificar que George Soros, Charles “Chuck” Feeney, Eli e Edythe Broad, Jim e Marilyn Simons e Mark Zuckerberg e Priscilla Chan são os bilionários filantropos que declaram que sua filantropia é praticada nas áreas da educação e outros serviços.

Como já tratado nesta dissertação, por meio da literatura a respeito das mudanças no capitalismo e na filantropia, nos contextos de crise, tem-se que, para o caso da crise sanitária causada pela Covid-19, que reflete em crise econômica, os filantropos bilionários, à medida que aumentaram suas “doações” também aumentaram seus ganhos financeiros (10 MAIORES, 2021).

Destaca-se a atuação dos filantropos bilionários e sua fundação homônima Eli e Edythe Broad, que, segundo Scott (2009), em pesquisa sobre a atuação de diversas fundações atuantes

no setor da educação dos Estados Unidos, afirma que The Broad Foundation, em sua filantropia, “financia governança, gestão, relações de trabalho e concorrência”. Esse fato é evidenciado pela própria fundação, em seu site, quando afirma que a “[...] The Eli e Edy The Broad Foundation, fundada em 1999, é uma filantropia de risco nacional estabelecida pelo empresário e filantropo Eli Broad para promover o “empreendedorismo para o bem público na educação, nas ciências e nas artes” (BROAD FOUNDATION, 2021, tradução livre).

Conforme informações no site da fundação, a filantropia dos Broads no setor da educação é impulsionada pelo fato de que eles se formaram em escolas públicas de Detroit e, portanto,

[...] se dedicaram a melhorar as escolas públicas em cidades por toda a América e, particularmente, a preencher as lacunas de oportunidades acadêmicas enfrentadas por alunos historicamente carentes. Na arena de \$ 700 bilhões da educação pública, **Eli escolheu lugares onde pensou que poderia ter um impacto**: fazendo doações para distritos escolares urbanos maiores e redes de escolas públicas licenciadas de alta qualidade, ajudando a desenvolver e apoiar educadores e líderes e gestores do sistema escolar, **defendendo para políticas estaduais e federais de apoio à melhoria escolar e incentivo à inovação e compartilhamento de melhores práticas** (ELI, 2021, grifo da autora, tradução livre).

Um artigo publicado na *The Economist*, em 2006, mostra que os "novos" filantropos são, em sua maioria, jovens e que, à medida que desenvolvem sua filantropia, são capazes de planejar onde, quando e por quanto tempo atuarão de maneira filantrópica. De acordo com a publicação, esses "novos" filantropos

[...] são, em sua maioria, jovens o suficiente para serem capazes de ficar de olho em suas fundações por muitos anos. Por exemplo, a John M. Olin Foundation, uma grande fonte de financiamento para organizações conservadoras, fechou recentemente. Como John Miller relata em seu novo livro, “A Gift of Freedom”, Olin estipulou que todo o seu legado deveria ser gasto dentro de uma geração após sua morte, um modelo de pôr do sol que o manteve ágil, não burocrático e fiel às idéias de seu fundador (THE BIRTH, 2006, tradução livre)⁴¹.

O artigo também enfatiza que “os novos filantropos também precisam ter clareza sobre o que querem fazer e seguir em frente” e que tomam a trajetória filantrópica da Fundação Gates com exemplo, pois ela

⁴¹ Texto original: “The new philanthropists are mostly young enough to be able to keep an eye on their foundations for many years to come. Nonetheless, says Mr Fleischman, they might consider setting a closing date for their foundation. For instance, the John M. Olin Foundation, a big source of finance for conservative organisations, recently shut itself down. As John Miller recounts in his new book, “A Gift of Freedom”, Olin had stipulated that all of his legacy should be spent within a generation of his death, a sunset model that kept it nimble, unbureaucratic and true to its founder's ideas”.

[...] já alcançou algumas conquistas notáveis - ajudada por seu enorme tamanho, que lhe permite fazer coisas que estão além de qualquer outra pessoa. Sua missão clara é combater as desigualdades globais na saúde em seis áreas principais: doenças infecciosas, HIV/AIDS, tuberculose, saúde reprodutiva, estratégias globais de saúde e tecnologias globais de saúde (THE BIRTH, 2006, tradução livre).

A filantropia de risco no setor educacional, ao ser praticada pelos filantropicistas, “[...] produziu um apoio financeiro significativo para organizações que buscam expandir sua presença na reforma da educação urbana”. A autora aponta que é importante considerar a “[...] combinação de atividades de financiamento para avaliar a escala de defesa de políticas sendo empreendido pela nova filantropia” (SCOTT, 2009, p. 123, tradução livre).

Bishop (2013) diz que esses bilionários filantropos, ao planejarem suas atividades de “caridade”, reúnem-se para que suas doações/investimentos tenham um impacto maior e para, “como Warren Buffett diz, se tornarem doadores mais inteligentes”. Dessa forma, eles passam a compartilhar “[...] as melhores práticas, buscando por oportunidades de colaboração e se concentrando em questões temáticas como o investimento de impacto”. Se assim fizerem, eles poderão “[...] criar um mercado viável para o investimento de impacto, haverá um grande impacto na direção futura da filantropia”, o que lhes permitirá ver seus ativos “[...] trabalharem em apoio a uma missão filantrópica, mesmo antes de serem usados para seu fim beneficente” (BISHOP, 2013).

Saltman (2009), referindo-se à filantropia no setor educacional, nos Estados Unidos, diz que ela representa uma fração muito pequena "cerca de US \$ 600 bilhões de gastos anuais com educação". Segundo o autor, nos Estados Unidos, no setor educacional,

[...] a filantropia de risco tem um objetivo estratégico de "alavancar" o dinheiro privado para influenciar a escola pública de forma compatível com a privatização de longa data, agendas da direita política, grupos de reflexão conservadores como a Heritage Foundation, a Hoover Institution, a Fordham Foundation, fundações corporativas como ExxonMobil e organizações corporativas, como a Business Roundtable e a Clube Comercial de Chicago (SALTMAN, 2009, p. 54, Tradução livre).

A evidência de que a filantropia de risco é pequena no campo educacional nos Estados Unidos é traduzida ao se olhar os dez maiores bilionários filantropos, dentre os quais 50% realizam doações/investimentos no campo educacional e, quando o fazem, são ações alinhadas para o treinamento dos alunos para o trabalho e serviço, como já enfatizado por Scott (2009).

A atuação em filantropicismo — filantropia de risco — permitiu, pois, que filantropos bilionários expandissem seus negócios por meio de fundações e organizações filantrópicas, que, na maioria das vezes, são homônimas a estes. Dessa maneira, permite aos

filantropos o controle do destino e aplicação de suas doações/investimentos sociais, dado que eles gerenciam os fundos filantrópicos dessas fundações que atuam na captação de doações/recursos, ou recebem as “doações” próprias dos filantropos homônimos, como vimos ser prática nos Estados Unidos pelos filantropos bilionários.

Scott (2009), referindo-se à forma como os novos filantropos acumularam suas riquezas, indica que isso deve-se a uma combinação de fatores, como posse de indústria própria, a existência de políticas tributárias favoráveis e o processo de expansão econômica. Segundo a autora, “[...] essa riqueza proporcionou-lhes a oportunidade de alavancar a política educacional, um poder de que os eleitores igualmente interessados, mas menos ricos, não desfrutam”. (SCOTT, 2009, p. 127, tradução livre)⁴².

Destaca-se, com base na literatura referenciada para este estudo, que os autores citados são unânimes em relacionar a “nova” atuação filantrópica – filantropia de risco – como uma prática de negócios, que, por parte dos “novos” filantropos ou filantropocapitalistas, tem suas “doações como investimento” (MACGOEY, 2012). Esses filantropos usam estratégias de negócios com abordagem empresarial à sua filantropia, realizando suas “doações” de “forma estratégica” (BISHOP; GREEN, 2008).

Constatou-se também que, por meio da “nova” filantropia ou filantropia corporativa, os “novos” filantropos, no setor educacional, buscam promover reformas educacionais. Para isso, utilizam oportunidades e estratégias de negócios ao praticarem sua filantropia, pois, como já observado, almejam resultados de seus “investimentos” de tempo e dinheiro” (BALL; OLMEDO, 2013).

A prática da filantropia de risco no Brasil, segundo Adrião (2015), vem sendo desenvolvida pelos “investidores sociais”. Como evidenciado pela autora, os “filantropos” brasileiros com atuação filantrópica caracterizada em filantropia de risco “pleiteiam reformas educacionais” e, dessa forma, esses filantropos beneficiam-se “direta ou indiretamente” das estratégias adotadas para sua atuação filantrópica, uma vez que “[...] advogam princípios que contribuem para o seu sucesso financeiro ou para o sucesso de marcas e produtos de seus ‘parceiros’” (ADRIÃO, 2015, p. 67).

Por meio da revisão bibliográfica do tema abordado nesta seção, percebe-se que a mudança na atuação filantrópica, agora em filantropia de risco, no setor educacional, configura

⁴² Texto original: “The new philanthropists have amassed wealth though a combination of personal industry, favorable tax policies, and economic expansion. This wealth has afforded them the opportunity to leverage educational policy, a power that similarly interested but less wealthy constituents do not enjoy”.

novas estratégias de privatização da educação impulsionadas pelo contexto do capitalismo em suas crises sistêmicas. Repleto de mudanças, esse capitalismo afeta os modos de produção, as condições de trabalho e a estrutura das diferentes instituições sociais.

Atualmente, as mudanças que transformam o capitalismo têm promovido alterações no setor da educação pública, principalmente na relação entre os setores público e privado. Este último tem incidindo cada vez mais na educação pública, impulsionado pela mudança na prática da filantropia tradicional para a filantropia de risco, a partir do contexto da crise do capitalismo, em 2008, quando os filantropos passaram a atuar como filantrocapiatalistas, como reflexionado por Bishop e Green (2008).

3 FILANTROPIA DE RISCO NO BRASIL E NO MATO GROSSO: O QUE DIZEM OS ESTUDOS

A seção 3 trata da filantropia de risco no Brasil e no Mato Grosso. Para abordar esse tema, são apresentados os resultados de dois estudos bibliométricos, na perspectiva de Ravelli *et al.* (2009), realizados em bases de dados de acesso livre brasileiras. O primeiro estudo foi realizado com o objetivo de identificar produções acadêmicas nacionais que tratassem da prática da filantropia de risco na educação pública brasileira (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021). Em especial, buscou-se por estudos sobre a incidência de atores privados na educação pública do estado de Mato Grosso em atuação filantrocapiatalista (BISHOP; GREEN, 2008). O segundo estudo bibliométrico buscou localizar produções acadêmicas que tratassem da regulamentação da Lei Federal nº 13.800, de 2019, e sua relação com a educação básica pública no país.

Nesta seção, também são apresentadas questões teóricas sobre a financeirização da economia (DOWBOR, 2017; 2020; LAPAVITSAS, 2016), em especial sobre a financeirização da educação (BASTOS, 2013; MORAES 2021) e sua relação com a prática da filantropia de risco no Brasil. Atenção especial é dada para o investimento social privado e a prática dos investidores sociais privados brasileiros na educação básica pública do país, que configuram seu processo de privatização (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021).

O conceito de filantropia de risco/*venture philanthropy* em educação foi disseminado no Brasil por Adrião (2015), a partir do estudo intitulado Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica. Adrião (2015) apresenta os resultados de sua pesquisa, destinada a identificar e analisar aspectos dos processos de privatização da educação básica no Brasil por meio da análise dos programas das Escolas Charters norte-americanas e das escolas em Contrato de Associação portuguesas, bem como da realização de um estado da arte sobre privatização. O estudo evidencia a ocorrência da filantropia de risco/*venture philanthropy* como nova estratégia para os processos da privatização da educação básica pública e confirma a "[...] necessidade de estudos no Brasil sobre a incidência da filantropia de risco/*venture philanthropy*, cujo investimento social busca potencializar a atuação junto à educação como um negócio" (ADRIÃO, 2015, p. 5).

Para entender essa “nova estratégia” de privatização da educação é importante compreender não apenas o conceito de filantropia de risco/*venture philanthropy*, mas também como os atores privados incidentes na educação básica pública a utilizam como negócio, por meio de suas fundações ou institutos. Exemplo emblemático, segundo Adrião (2015), é a

Fundação Lemann, que à época da pesquisa já se aproximava dos filantropos de risco/filantrocapiatalistas, cuja incidência na educação pública se deu por meio de

[...] vários programas, no assessoramento a redes públicas visando mudanças na gestão e currículo das escolas públicas. Consideramos seu *modus operandi*, por meio da oferta de assessorias e programas com grande capilaridade junto às redes públicas, formação de quadros e paralelamente ao investimento por parte do segmento empresarial do Grupo Lemann em *startups* e no mercado educacional propriamente dito, a prática que mais se aproxima do perfil dos filantropos de risco/filantrocapiatalistas visto anteriormente. Tal percepção merece estudos (ADRIÃO, 2015, p. 71-72).

Essa “nova estratégia” de privatização da educação apresentada por Adrião (2015), no Brasil, potencializada a partir da regulamentação da Lei Federal nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, Lei dos Fundos Patrimoniais, que “[...] autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais” (BRASIL, 2019). Segundo Adrião (2021), os fundos patrimoniais são fonte prioritária de recursos para institutos e fundações e, desse modo, os "coloca em situação privilegiada perante outros atores de base empresarial" (ADRIÃO, 2021, p. 385).

3.1 A produção acadêmica sobre filantropia de risco na educação pública brasileira

Em vista da mudança na forma de atuação da filantropia tradicional para a filantropia de risco na educação, como já observado na seção anterior, é evidente a “necessidade de estudos no Brasil sobre a incidência da filantropia de risco/*Venture Philanthropy*” (ADRIÃO, 2015, p. 5). No país, a filantropia dos mais ricos se baseia na prática do "investimento social", com iniciativas e formas de atuação que correspondem

[...] as ações da filantropia de risco (*Venture Philanthropy*) ou de filantrocapiatalistas, grupo constituído por organizações associadas a corporações e indivíduos mais ricos cuja doação se caracteriza como um investimento de lucro empresarial socialmente orientado (ADRIÃO, 2021, p. 375).

Para Adrião (2015), a prática do investimento social no setor educacional brasileiro ocorre “como um negócio” utilizado pelos atores privados como nova estratégia para operarem na educação básica pública, intensificando, assim, os processos de privatização por meio de práticas que caracterizam a atuação filantrocapiatalista.

Para compreender o conceito de filantropia de risco/filantrocapiatalismo apresentado nesta seção foi realizado um levantamento da produção científica sobre o tema, em duas etapas.

Na primeira, realizou-se dois estudos bibliométricos, o primeiro mediante buscas realizadas no BTD-Capes e o segundo por buscas realizadas no BTD-Capes e no portal Scielo-br.

Sobre a realização do levantamento da produção científica em base de dados, Ferreira (2002) nos fala que

[...] os catálogos se instalam criando condições para que maior número de pesquisadores interessados em temas afins estabeleçam um primeiro contato, recuperem determinado trabalho, possibilitando a circulação e intercâmbio entre a produção construída e aquela a construir (FERREIRA, 2002, p. 261).

A autora destaca que as produções nos catálogos – de faculdades, institutos, universidades, associações nacionais e órgãos de fomento da pesquisa – tornam possível rastrear o que já foi construído, bem como “[...] orientam o leitor na pesquisa bibliográfica de produção de uma certa área” (FERREIRA, 2002, p. 261).

O primeiro estudo bibliométrico realizado na primeira etapa desse levantamento constituiu-se por buscas realizadas no BTD-Capes e resultou em trabalho do tipo resumo expandido, intitulado *Privatização da educação básica em Mato Grosso: estudo bibliométrico a partir do banco de teses e dissertações da Capes- 2015–2020*, apresentado e publicado nos anais do IX Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca: “Financiamento da educação em tempos de austeridade, pandemia e desconstrução: como pensar o futuro?”, realizado nos meses de novembro e dezembro de 2021 (ANAIS, 2022).

O referido estudo não encontrou, para o período de 2015 a 2020, nenhum trabalho sobre o tema. Segundo Capoano e Adrião (2021), apoiadas em Adrião (2015), esse resultado pode ser devido ao fato de que o tema se configura como “[...] tema recente, anunciado como ‘nova’ forma de atuação de atores privados potencializados pela OCDE”. As autoras entendem, portanto, que o filantropocapitalismo na educação no Brasil ainda não expressa temática de estudos específicos (CAPOANO; ADRIÃO, 2021, p. 237).

O segundo estudo bibliométrico realizado na primeira etapa resultou em artigo encaminhado para avaliação e encontra-se em fase de análise para aceite e posterior publicação. Intitulado *Incidência do Filantropocapitalismo na Educação – estudo bibliométrico a partir do banco de teses e dissertações da Capes e artigos científicos no portal Scielo*, o trabalho conclui indicando a necessidade de ampliação de estudos que analisam a atuação dos investidores sociais no Brasil, que são atores do tipo empresarial com incidência na educação pública brasileira e que “[...] por meio da filantropia de risco realizam investimento socialmente orientado com resultado de lucro” (CAPOANO; ADRIÃO, 2022, p. 13).

O estudo bibliométrico desenvolvido na segunda etapa foi realizado mediante buscas por produções acadêmicas em cinco bases de dados de acesso livre, quais sejam: Revista Anpae; Revista CSF; Banco de Produções do Greppe; Rev. Faed/Unemat; e REduFMT. O intuito dessa busca foi de identificar estudos que trataram ou evidenciaram a incidência da atuação de atores privados associados à filantropia de risco, ou ao filantropocapitalismo na educação pública brasileira, particularmente em Mato Grosso (ADRIÃO, 2015; 2018a; BALL, 2020; BALL; OLMEDO, 2013; ROBERTSON; VERGER, 2012), cujos resultados são apresentados na próxima subseção.

3.2 Estudo bibliométrico nas bases de dados das revistas Anpae e CSF

O levantamento bibliométrico realizado nas bases de dados das revistas Anpae e Currículo sem Fronteiras, pelos critérios do F1, resultou em 24 produções acadêmicas inventariadas, as quais foram submetidas aos critérios de análise do F2, cuja finalidade foi de localizar e selecionar os trabalhos que evidenciassem estudos dos processos de privatização da educação com atuação do filantropocapitalismo na educação básica brasileira e em Mato Grosso. Após essa análise apenas três artigos foram submetidos aos critérios de análise na dimensão qualitativa.

A análise quantitativa desse estudo bibliométrico é descrita com maiores detalhes na próxima subseção, seguida da análise qualitativa na subseção posterior.

3.2.1 Resultados quantitativos obtidos no estudo bibliométrico nas bases de dados das revistas Anpae e CSF

O quantitativo de produções científicas inventariadas a partir dos descritores e critérios do F1 e F2, nas duas bases de dados, estão demonstrados na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Quantidade de produções científicas do tipo artigo encontradas nas bases de dados das Revistas Anpae e CSF a partir dos descritores de busca

Descritores	Total de produções acadêmicas nas duas bases de dados		Total de produções acadêmicas na base de dados da Revista Anpae				Total de produções acadêmicas na base de dados Revista CSF			
	F1	%	F1	%	F2	%	F1	%	F2	%
Filantrocapialismo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Venture philanthropy</i>	04	16,50	0	0	0	0	04	17,00	02	67,00
Nova filantropia	05	21,00	0	0	0	0	05	22,00	01	33,00
Filantropo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Filantropia	15	62,50	01	100,00	0	0	14	61,00	0	0
Filantro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Filantropía	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de produções	24	100,00	01	100,00	0	0	23	100,00	03	100,00

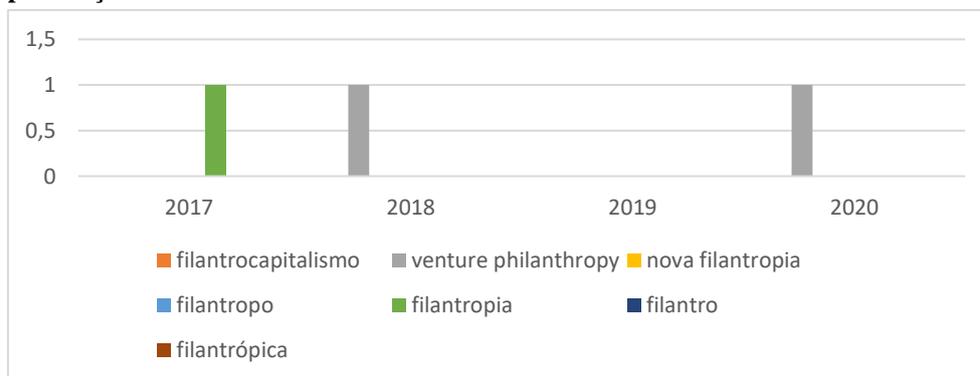
Legenda: F1- Filtro 1; F2 - Filtro 2.

Fonte: elaborada pela autora.

Os dados da Tabela 2 indicam que, pelos critérios do Filtro 1, a partir dos descritores de busca, nas duas bases de dados foi localizado um total de 24 produções acadêmicas: um artigo na base de dados da Revista Anpae e 23 artigos na base de dados da Revista CSF. Desse total, o descritor “filantropia” localizou o maior número de produções acadêmicas, 62,5%, seguido pelos descritores “nova filantropia”, com 21,0%, e “*venture philanthropy*”, com um percentual de 16,5%. Para os descritores “filantrocapialismo”, “filantropo”, “filantro” e “filantropía”, nas duas bases de dados, nenhuma produção acadêmica foi localizada.

O Gráfico 1, logo a seguir, mostra que a Revista Anpae, de acordo com os critérios do F2, não gerou dados para análise qualitativa. Portanto, o grupo de dados quantitativos em F2 aqui tratados configuram-se apenas pelas produções obtidas no levantamento realizado na Revista CSF, que, a partir dos critérios de filtro utilizados, registrou, entre os anos de 2017 a 2020, estudos sobre a privatização da educação que evidenciam a atuação de atores privados associados à prática de filantropia de risco ou atuação em filantrocapialismo na educação básica brasileira. Durante esse período, o descritor “*venture philanthropy*” encontrou o maior número de produções acadêmicas, uma no ano 2018 e outra no ano 2020, seguido do descritor “filantropia”, que localizou um trabalho no ano de 2017. Pelos critérios do F2 não se identificou nenhuma produção acadêmica relacionada ao estudo da privatização da educação básica associada à atuação do filantrocapialismo pelos demais descritores.

Gráfico 1 - Distribuição das produções científicas do tipo artigo na Revista CSF, por descritor e ano de publicação

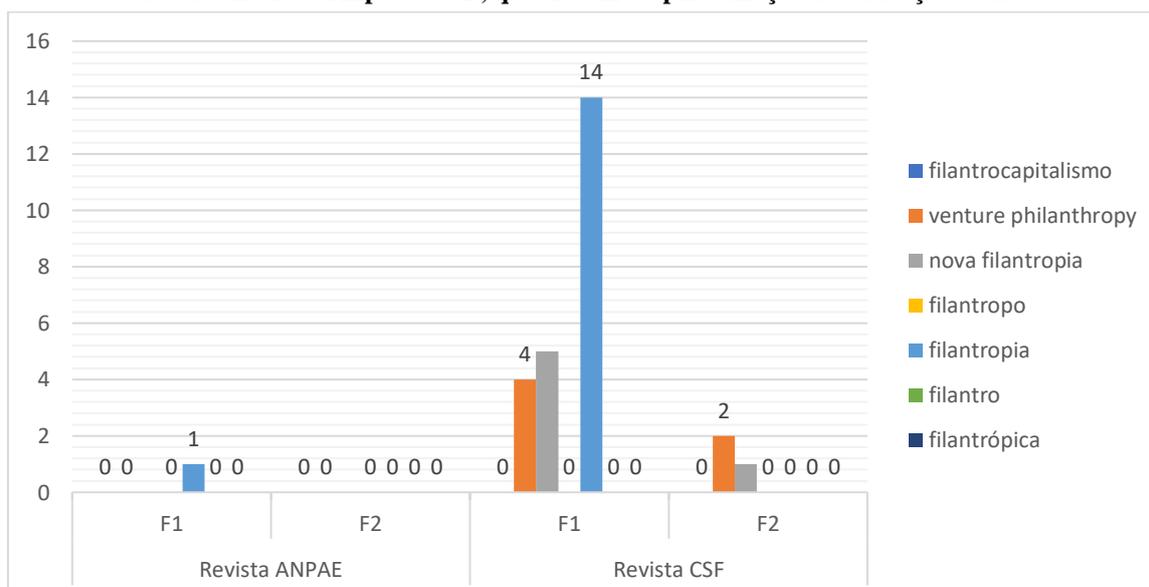


Fonte: elaborado pela autora.

Pelos critérios do F2, o levantamento bibliométrico mostra a base de dados da Revista CSF com 100% das publicações que foram submetidas à análise qualitativa deste estudo bibliométrico. Por meio dos descritores “*venture philanthropy*” e “nova filantropia”, foi encontrado um total de 13% de produções obtidas pelos critérios do F1 nessa base de dados, como mostra o Gráfico 2.

O Gráfico 2 também mostra que a Revista Anpae registrou apenas uma produção acadêmica pelos critérios do F1, ou seja, 04% do total de publicações que tratam de estudos sobre a privatização da educação, mas o estudo não trata do filantropocapitalismo na educação básica brasileira, conforme critérios do F2.

Gráfico 2 - Distribuição do quantitativo das produções acadêmicas, por descritor e critérios de filtros, nas bases de dados das Revistas Anpae e CSF, que tratam da privatização da educação básica



Fonte: elaborado pela autora.

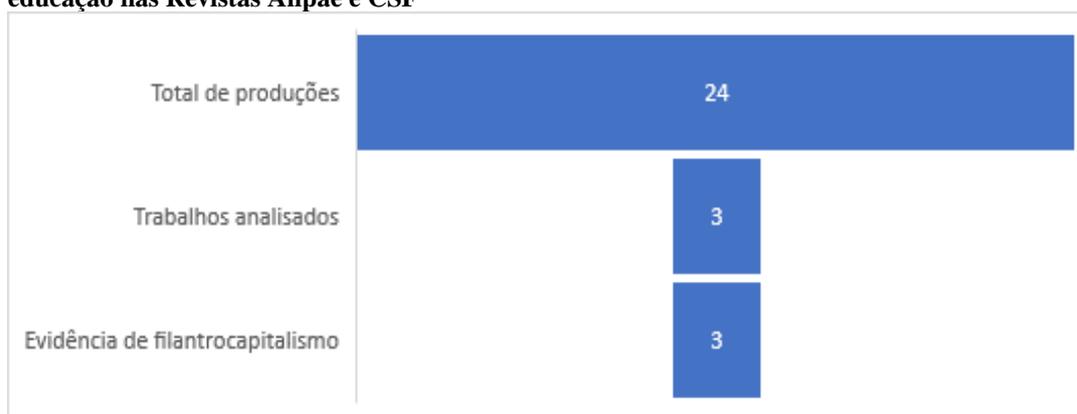
3.2.2 Resultados qualitativos obtidos no estudo bibliométrico nas bases de dados das revistas Anpae e CSF

Conforme já indicado, das 24 produções inventariadas nas bases de dados consultadas para este estudo bibliométrico, pelos critérios adotados no F2, apenas três foram submetidos à análise qualitativa. Os três trabalhos, localizados na base de dados da Revista CSF, configuram 12,5% do total de trabalhos localizados nas duas bases de dados, a partir dos critérios do F1.

A análise qualitativa foi desenvolvida por meio da leitura dos resumos, que objetivou identificar, nos estudos que tratam da privatização da educação básica pública, a incidência de atores privados que pudessem caracterizar uma atuação nos moldes da filantropia de risco ou filantrocapitalismo na educação básica brasileira. A análise objetivou ainda localizar estudos que abordassem essa temática na educação do estado de Mato Grosso, nas etapas do ensino fundamental e médio.

Um dos resultados da análise qualitativa das três produções acadêmicas inventariadas pelos critérios do F2 mostra que 100% dos trabalhos (Gráfico 3) evidenciam estudos que indicam a atuação de atores privados potencialmente associados à prática da ‘nova’ filantropia, como preconiza Ball (2020), e ao que Green e Bishop (2008; 2009) denominam de filantrocapitalismo.

Gráfico 3 - Distribuição das produções acadêmicas com evidência de atuação em filantrocapitalismo na educação nas Revistas Anpae e CSF



Fonte: elaborado pela autora.

As evidências das três produções acadêmicas, em que os autores expressam nos resumos dos trabalhos suas buscas e achados, indicam a atuação de atores privados potencialmente associados à ‘nova’ filantropia ou ao filantrocapitalismo na educação brasileira e compõe os dados do Quadro 6.

Quadro 6 - Evidências, a partir dos resumos, de produções acadêmicas que indicam a incidência de filantropocapitalismo na educação brasileira na base de dados da revista CSF

Autoria/ ano de publicação	Título	Informações a partir do resumo
RIBEIRO e LOPES/ 2017	CONHECIMENTO-INVESTIMENTO E CURRÍCULO MERITOCRÁTICO: a projeção utópica liberal da “cultura de excelência” à política curricular no Brasil.	Trabalho com o objetivo de analisar os jogos de interesses das parcerias público-privadas em educação e sua ocultação no dispositivo da “nova filantropia”, que busca uma forma de retorno por permitir que empresas privadas participem das decisões de governamentais na esfera política educacional, das políticas curriculares e tomadas de negócios. O estudo permitiu aos autores, por meio da análise, questionar os valores de excelência cultural preconizados por fundações como Estudar e Lemann e convenientemente (para as oligarquias brasileiras) reverberados na confecção da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) (RIBEIRO; LOPES, 2017).
ADRIÃO/2018	DIMENSÕES E FORMAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais.	Por meio de análise da literatura nacional e internacional disponível entre 1990-2014 e em fontes primárias relativas aos processos de privatização da educação obrigatória em diversos contextos, a autora objetivou colaborar com uma síntese sobre as formas como esses processos vêm ocorrendo no Brasil neste começo de século. Em termos práticos, a análise da situação brasileira aponta para mudanças nas formas de privatização das três dimensões: gestão da educação, oferta educacional e currículo. Adrião destaca os processos de privatização na dimensão dos currículos que têm sido capitaneados pelos filantropocapitalistas (BISHOP; GREEN, 2008), aqui mais diretamente ligados aos fundos de investimento (ADRIÃO, 2018).
TARLAU e MOELLER/2020	O CONSENSO POR FILANTROPIA: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil.	O artigo analisa como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entrou no debate das políticas públicas no Brasil e, de 2015 a 2017, tornou-se a mais importante iniciativa de reforma do Ministério da Educação (MEC). Reforma essa que ocorreu de forma acelerada para a formulação e aprovação de uma política pública que resultou na prática do consenso por filantropia, quando os recursos materiais, a produção de conhecimento, o poder da mídia e as redes formais e informais são utilizadas por fundações privadas para alcançar o consenso entre os diferentes atores sociais e institucionais em favor de uma determinada política pública (TARLAU; MOELLER, 2020).

Fonte: elaborado pela autora com base em Adrião (2015), Scott (2009) e Bishop e Green (2009).

Das três produções acadêmicas submetidas à análise qualitativa, conforme Tabela 3, verificou-se que duas analisam processos de privatização da educação em que a relação entre o público e o privado se configura a partir de estratégias baseadas na filantropia de risco (SCOTT, 2009).

O primeiro trabalho, dos autores Ribeiro e Lopes (2017), evidencia que as atividades baseadas na ‘nova filantropia’ ou filantropia de risco, configuram-se a partir de estratégias ocultas, quando se trata da atuação de atores privados na relação de interesses das parcerias público-privadas em educação. Assim, os autores concluem que essa prática permite que empresas privadas participem das decisões da gestão pública e de políticas curriculares, que passam a ser tomadas como negócios na educação pública brasileira.

O segundo trabalho, dos autores Tarlau e Moeller (2020), ao investigar o processo acelerado da elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) entre 2015 e 2017, evidencia que esse o processo resultou de um consenso pela prática da “filantropia”. Segundo os autores, a filantropia nesse contexto se consolidou “[...] quando recursos materiais, produção de conhecimento, poder da mídia e redes formais e informais são usados por fundações privadas para obter um consenso entre múltiplos atores sociais e institucionais em apoio a uma determinada política pública” (TARLAU; MOELLER, 2020, p. 553).

Scott (2009) argumenta que a “[...] diferença fundamental entre filantropias tradicionais e de risco [...]” está no modo como a filantropia é abertamente orientada para promover “[...] reformas educacionais baseadas no mercado” (SCOTT, 2009, p. 115). Essa é uma característica evidenciada por Ribeiro e Lopes (2017) e por Tarlau e Moeller (2020), ao analisarem a incidência dos atores privados na educação pública por meio de suas pesquisas, que estão publicadas na base de dados da Revista CSF.

Para Bishop e Green (2009), na prática da “nova” filantropia, os filantropistas estão desenvolvendo uma nova abordagem, associando seus métodos de negócios à filantropia. Assim, a “nova filantropia” ocorre de forma “estratégica”, “consciente do mercado”, “orientada para o impacto”, “baseada no conhecimento”, muitas vezes com “alto engajamento” e uma abordagem filantrópica que sempre se pauta pelo objetivo de maximizar os ganhos de lucro dos filantropos (BISHOP; GREEN, 2009, p. 17, tradução livre).

A terceira produção acadêmica submetida aos critérios de análise qualitativa, de autoria de Adrião (2018a), trouxe como destaque em sua pesquisa a evidência da incidência de filantropismo na educação básica no Brasil ao estudar as formas pelas quais os processos de privatização da educação vêm ocorrendo no país. A autora, com base em Bishop e Green (2008), evidencia a atuação em filantropia de risco no Brasil nos processos de privatização da educação por meio da dimensão dos currículos, que têm sido “capitaneados pelos filocapitalistas” (ADRIÃO, 2018a, p. 8).

Ressalta-se que este estudo bibliométrico não encontrou, por meio dos critérios de análise, nenhum trabalho que trate do fenômeno na educação do estado de Mato Grosso considerando as etapas de Ensino fundamental e médio. Esse resultado vai ao encontro de estudo anterior de Capoano e Adrião (2021), no qual não foram encontrados trabalhos que tratassem de estudos dos processos de privatização da educação com evidência da atuação em filantropia de risco na educação estadual de Mato Grosso.

A reduzida quantidade de produções acadêmicas localizadas por este estudo bibliométrico, segundo critérios de filtragem e análise, reflete questão destacada por Adrião (2021), de que a temática demanda mais estudos, uma vez que a filantropia de risco ou filantrocapitalismo na educação pública se configura como uma “nova” forma de atuação para atores privados, cuja prática é potencializada pela OCDE (ADRIÃO, 2015).

No Brasil, os investidores sociais são os potenciais filantrocapitalistas, uma vez que, com base na filantropia de risco, seus investimentos são orientados com resultados rentáveis ao incidirem na educação pública, conforme Adrião (2015).

Portanto, o resultado dos estudos bibliométricos das produções acadêmicas que tratam de estudos sobre os processos de privatização da educação básica e que tenham se destinado a estudar a atuação em filantropia de risco ou filantrocapitalismo na educação básica brasileira é exíguo, em especial mato-grossense, não identificou estudos específicos sobre a atuação filantrocapitalista. Além disso, os estudos inventariados apenas evidenciam que práticas da filantropia de risco têm sido utilizadas como estratégias de privatização da educação pública brasileira, resultado esse que corrobora com estudo bibliométrico preliminar realizado por Capoano e Adrião (2021).

3.3 Estudo bibliométrico nas bases de dados do Banco de produções Greppe e das revistas Rev. Faed-Unemat e da REdu-UFMT

O estudo bibliométrico realizado nas bases de dados do Banco de produções Greppe e das Revistas: Rev. Faed — Unemat e REdu-UFMT aconteceu a partir dos mesmos critérios de filtro e análises já descritos para as bases de dados das revistas Anpae e CSF.

No levantamento bibliométrico realizado na base de dados do Banco de Produções Greppe nenhum estudo foi localizado por meio dos descritores de busca utilizados. Já na base de dados da Rev. Faed, o levantamento bibliométrico localizou apenas um trabalho, a partir do descritor “filantropia”, o qual foi descartado pelos critérios de exclusão do F1. Nessa base de

dados, os resultados das buscas para os demais descritores não localizaram trabalhos que pudessem ser submetidos aos critérios do F1 e posterior F2.

Na base de dados da REdu – UFMT, por sua vez, o levantamento bibliométrico por meio dos descritores e dos critérios de filtro também não encontrou trabalhos que atendessem aos critérios de busca.

Portanto, o desenvolvimento do estudo bibliométrico nas bases de dados do Banco de Produções Greppe, da Rev. Faed-Unemat e REdu -UFMT mostra que a filantropia de risco, ao configurar uma nova estratégia de privatização da educação brasileira por meio da atuação em filantropia de risco ou filantroc capitalista, conforme expresso por outros autores (ADRIÃO, 2015; 2018a; CAPOANO e ADRIÃO, 2021), ainda não recebe um aprofundamento nas pesquisas dos processos de privatização da educação sobre a prática da filantropia de risco na educação pública brasileira. Essa constatação se explica uma vez que, para essas três bases de dados, as buscas por produções acadêmicas, pelos descritores definidos, não localizaram nenhum trabalho ou qualquer estudo relacionado aos processos de privatização da educação básica que investigue ou evidencie a atuação filantroc capitalista, especialmente em Mato Grosso.

Ressalta-se que as bases de dados vinculadas às universidades públicas do estado de Mato Grosso – os periódicos dos PPGEdus da Unemat e da UFMT – não se apresentaram como veículos de publicação de estudos e pesquisas que tratassem dos processos de privatização da educação nas etapas do ensino fundamental e médio, tanto em nível nacional quanto local, pois, conforme já dito, nenhuma produção acadêmica relacionada à temática foi localizada nessas bases de dados.

Os resultados obtidos por meio dos estudos bibliométricos sobre a privatização da educação e a atuação em filantropia de risco na educação básica brasileira mostraram que a temática se configura como campo a ser investigado (CAPOANO; ADRIÃO, 2021), haja vista que esse tipo de atuação no Brasil foi regulamentado pelo disposto na Lei nº 13.800/2019 (ADRIÃO, 2021). Desse modo, merece atenção como nova estratégia de privatização da educação.

3.4 Financeirização da educação e a relação com a filantropia de risco

A globalização, como a conhecemos hoje, começou a se estruturar na década de 1980, por meio da liberalização econômica, quando as corporações e seus negócios passaram a ser transnacionais. Conseqüentemente, o processo de financeirização da riqueza passou a promover

"[...] reformas estruturais que pretendem retirar ao Estado o papel de coordenador dos fatos sociais para atribuí-lo aos ‘mercados’" (MORAES, 2021, p. 53).

Lapavitsas (2016) destaca que, após a crise dos anos 2000, o cenário econômico capitalista se reconfigurou e se expandiu, desempenhando um papel central na concessão de financiamentos nacionais e internacionais. Segundo o autor, *“El capital financiero impregna la actividad economica e interactua con los mercados financieros generando enormes beneficios, pero a su vez tambien desencadena crisis mundiales”* (LAPAVITSAS, 2016, p. 20). Dessa forma, a crise econômica iniciada em 2007, foi uma “crise de financeirização”, pois o capitalismo contemporâneo é “financeirizado”, por meio do capital financeiro injetado na atividade econômica de integração de mercados, que gera lucros, mesmo em tempos de crise (LAPAVITSAS, 2016, p.14).

Vale frisar que os Estados são sujeitos por excelência ao cenário da cooperação internacional ou do conflito, mesmo quando se consideram as bases teóricas mais ortodoxas das relações internacionais, sejam elas realistas ou idealistas. Destaca-se que os Estados, especialmente os nacionais, também são considerados como arenas nas quais existem conflitos entre novos atores, sejam grupos e classes ou partidos e movimentos sociais (MORAES, 2021). Dessa maneira, os Estados nacionais se configuram a partir de três monopólios, que permitem sua delimitação, controle ou redução por “autoridades” políticas supranacionais – as quais assumem a forma de credores anônimos e órgãos reguladores multilaterais, tais como: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio.

Nesse sentido, os três monopólios constituídos e instituídos pelo Estado moderno são:

1. o monopólio da produção da norma jurídica – só o Estado cria lei aplicável a todos os cidadãos de seu território;
2. o monopólio da extração e do uso coletivo de parte do excedente econômico gerado no mundo privado – só o Estado pode taxar;
3. o monopólio da coerção legítima, uso legítimo da força física – só o Estado pode prender, matar e arrebentar (MORAES, 2021, p.64).

Os estados nacionais, ao estabelecerem arena de conflitos e interesses em que determinada coalizão pretende tomar o poder, ocupando-o, oferece condições para que esses sujeitos transformem seu papel, expandindo-o para a arena das relações internacionais. Bastos (2013), contribuir com essa discussão sobre o processo de financeirização e nos diz:

A financeirização é sistêmica e de escopo mundial, vale dizer, impacta as relações econômicas internacionais e as torna crescente transnacionais, atravessadas por fluxos de capital transfronteiriços capazes de influenciar o comportamento de economias nacionais. Isso não quer dizer que todos os países integrados à economia mundial capitalista experimentam o mesmo grau de aprofundamento da financeirização, mas

bancos, empresas, grandes investidores e famílias (por meio de investidores institucionais) tendem a ser atraídos pelos ganhos esperados pelas atividades especulativas que influenciam a própria estrutura de setores econômicos e dos mercados de câmbio, *commodities* e de trabalho (BASTOS, 2013, p. 1-2).

Assim, desde a década de 1980, os Estados passaram a depender das receitas tributárias obtidas pelos movimentos de expansão financeira, em decorrência da acumulação capitalista resultante das três características de acumulação de capital, o que permitiu aos países desenvolvidos transformar a financeirização na estrutura do capitalismo contemporâneo (BASTOS, 2013).

No que diz respeito às três características da acumulação de capital, a primeira se refere à prática de negócios das empresas não financeiras, que estão cada vez mais envolvidas em processos financeiros cujas transações nos mercados financeiros são realizadas de forma autônoma. Isso as mantém relativamente distantes dos bancos e demais instituições financeiras e, portanto, influencia em seus lucros, organização interna e perspectivas de investimento. A segunda característica é que os bancos têm se concentrado em transações abertas nos mercados financeiros, objetivando gerar lucros por meio de transações financeiras em vez de operações de crédito. E, em terceiro lugar, como característica da acumulação de capital tem-se que os indivíduos e famílias estão cada vez mais dependentes do sistema financeiro formal e o utilizam para facilitar o acesso a bens e serviços essenciais, como habitação, educação, saúde ou transporte. Por esse motivo, os bancos passaram a se interessar pela renda pessoal e familiar como fonte de lucro, por meio do crédito no mercado aberto, para captar as poupanças das famílias (LAPAVITSAS, 2016, p. 22-23).

Dowbor (2017), ao analisar a questão econômica brasileira, diz que a economia vaza por todos os lados, porém, o autor aponta que não é só nosso esse desafio, outros países também estão tendo que enfrentar o desafio da financeirização improdutiva, que transforma em lucros as aplicações financeiras. Dowbor diz que a financeirização aumenta a lucratividade e exacerba a concentração da riqueza e completa:

Nas últimas décadas, [...], as aplicações financeiras têm rendido ao mundo entre 7% a 9% ao ano, enquanto o PIB cresce na ordem de 2% a 2,5%. Os fluxos financeiros se dirigem, naturalmente para onde rendem mais, e não é na produção que isso ocorre, pois, aplicações financeiras rendem mais do que investimentos produtivos (DOWBOR, 2020, p. 62).

A movimentação do capital não financeiro, as atividades bancárias e as práticas financeiras dos trabalhadores moldam a financeirização. Para melhor compreendê-la, é preciso

examinar como essas bases se relacionam entre si e com o restante da economia, bem como a maneira como o Estado intervém no setor financeiro, dado que o monopólio é resultado da concentração de capital e, desse modo, as novas configurações da economia capitalista devem ser consideradas fruto dos movimentos de internacionalização (LAPAVISTAS, 2016, p. 60-61).

Na educação brasileira, a prática de monopólio por meio da financeirização tem ocorrido com maior intensidade devido à abertura do capital das Instituições de Ensino Superior – IES. Portanto, a financeirização da educação no Brasil é

[...] caracteriza pela introdução da gestão corporativa das “empresas” envolvidas, onde a principal referência é dirigida aos seus respectivos acionistas. A administração dos “negócios” se parece cada vez mais com a estruturação das grandes corporações, com a divulgação de resultados restritos a planilhas de custos e comparativos econômicos de lucratividade (GRELLO; COSTA; SILVA, 2020, p. 72).

O processo de financeirização da educação no Brasil foi moldado pela implementação de políticas neoliberais, que passaram a contemplar as atividades de natureza social ou relacionadas a direitos básicos, por exemplo saúde e educação, como atividade econômica de “serviços” desenvolvidas pelas instituições financeiras e comerciais. Em consequência, as atividades de cunho social subordinam-se à mesma lógica do mercado, que, segundo Tiradentes (2010), se configura de forma a reduzir custos para aumentar as margens de lucro. Essa redução representa principalmente a redução da “força de trabalho em todos os setores submetidos a esta racionalidade e não seria diferente com o magistério” (TIRADENTES, 2010, p. 4).

O governo de Fernando Henrique Cardoso configurou-se como propagador da ideologia neoliberal para o contexto educacional, em especial na educação superior do país. Essa concepção se fundamentou no discurso da “incapacidade de gestão e elitização”, fato este que proporcionou ambiente favorável à implementação do projeto de privatização do setor, por meio da expansão descontrolada de instituições privadas de ensino no país (GRELLO; COSTA; SILVA, 2020).

Motta (2016) argumenta que o pensamento neoliberal sobre a “incapacidade da administração pública” no Brasil ampliou, por meio das políticas implementadas, a “participação de aparelhos “privados” de hegemonia nas ações e nas definições de políticas públicas”. A autora enfatiza que essa prática tem sido tendência nos últimos governos. Desse modo, as parcerias público-privadas foram apresentadas no governo Lula e mantidas no governo de Dilma Rousseff como forma de cooperação para investimentos em infraestrutura com o setor empresarial. Assim, buscou-se “[...] aumentar a capacidade produtiva e a

competitividade dos setores produtivos do país”, prática configurada como mecanismo de mitigação das consequências das políticas macroeconômicas neoliberais e que visa garantir o controle do déficit fiscal e a governabilidade (MOTTA, 2016, p. 324).

Motta (2016), ao referir-se às parcerias público-privadas no Brasil, aponta que essas práticas “[...] vêm se realizando desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, regulamentadas por instrumentos normativos criados no processo da ‘reforma’ administrativa gerencial pública que configurou o Estado gerencial”. Nesse contexto, a prática da Responsabilidade Social Corporativa - RSC e, posteriormente, do Investimento Social Privado - ISP foram incentivadas político e socialmente. Por consequência, essa prática foi responsável pela

[...] regulamentação de entidades de direito privado, de interesse social e utilidade pública que foram criadas com a finalidade de absorver atividades públicas nas áreas de educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura, saúde e esporte, definidas como “serviços não exclusivos do Estado” (MOTTA, 2016, p. 324).

No contexto da educação pública básica brasileira, etapa obrigatória, Adrião (2015) verifica que o processo de privatização inclui processo de delegação de responsabilidade, ou seja, a implementação das políticas para a educação pública torna-se descentralizada, com crescente responsabilidade decisória do setor público para o privado. Quanto ao processo de delegação de responsabilidades entre os setores, tem-se a seguinte afirmação:

Em todo o mundo ocidental, essa *delegação de responsabilidades* intensifica-se a partir dos anos 1970 em decorrência de alterações no padrão de intervenção estatal associadas a alterações no capitalismo e verifica-se pela **transferência da gestão educacional** para o setor privado, corporativo ou não, pela **transferência da elaboração e gestão dos currículos** escolares para corporações privadas ou setores auto proclamados “não lucrativos” e por último, pelo aprofundamento da privatização **da oferta educacional**, por meio da ampliação de políticas de *choice* (ADRIÃO, 2015, p. 20-21, grifo da autora).

Ao promover a delegação de responsabilidade, conforme a lógica neoliberal, o setor educacional pode ser configurado a partir de "sistemas informatizados" e “pacotes” educacionais padronizados" que "geram ganhos de escala que barateiam a oferta do serviço", independentemente da sua qualidade. Essa configuração é elaborada pelo fato de que o processo de financeirização requer pouco tempo para maturação e amortização do capital, portanto produz retornos rápidos quando a educação é considerada como uma atividade de natureza social (BASTOS, 2013, p. 17).

Conforme a lógica neoliberal, a quantidade de capital disponível para as atividades no mercado educacional é ampliada pelo processo de financeirização e envolve a sobreposição de interesses privados na educação. Essa ampliação ocorre pelo fato de o setor privado educacional, além de seus empreendimentos educacionais, deter os meios para lucrar com suas operações, havendo também investidores do setor financeiro, inclusive estrangeiros, que participarão compartilhamento da mais-valia produzida socialmente (GALZERANO, 2016).

Segundo Peroni (2013), as estratégias que redefinem o papel do Estado e as fronteiras entre o setor público e o setor privado representam a tentativa de minimizar a queda das taxas de lucro, estratégia promovida pelo neoliberalismo em função da globalização, da reestruturação produtiva e da Terceira Via. Por meio da relação público – privado, a propriedade ainda se configura como pertencente ao Estado, "[...] mas passa a ter a lógica do mercado, reorganizando os processos educacionais" (PERONI, 2013, p. 10).

Freitas (2018) alerta contra a legitimação de propostas para a reforma empresarial da educação que, segundo o autor, nesse processo “[...] a atenção deve-se voltar para a “produção da chamada ‘política com evidência’, em que são adotados ‘relatórios’ elaborados pelos chamados *think tanks* e fundações, nos quais se sintetizam e disseminam ‘as vantagens de se aplicar a reforma empresarial’” (FREITAS, 2018, p. 133).

No contexto da reforma educacional, a respeito do papel do Estado, Avelar e Ball (2017), com base em Ball e Junemann (2012), dizem que as fronteiras entre o Estado, economia e sociedade civil sempre foram tênues e frágeis. Em complemento, admitem que, ao longo dos últimos 30 anos, vêm se configurando em novas relações entre o público e o privado, nas quais a tomada de decisão e a implementação das políticas educacionais, até então majoritariamente estatais, são cada vez mais compartilhadas em complexas redes de organizações não-governamentais, instituições e fundações (AVELAR; BALL, 2017, p. 1)⁴³.

As novas relações entre o estado, a sociedade e o mercado também mudaram a filantropia, uma vez que a abordagem filantrópica da chamada “nova filantropia” é caracteriza por tratar as doações como investimentos e com retornos mensuráveis. Nesse contexto, os filantropos passam a participar das decisões sobre a aplicação de suas "doações" e, portanto,

⁴³ Texto original: “Decision making processes and implementation systems that used to be mainly executed by the state are increasingly dispersed in complex networks of non-governmental institutions and agencies. While the boundaries between the state, economy and civil society have always been thin and fuzzy, relations across those boundaries have assumed a new stridency and intensity in the past 30 years (Ball and Junemann, 2012)” (AVELAR; BALL, 2017, p. 1).

introduzem novos atores “[...] no campo da política social e educacional, repovoando e retrabalhando as redes políticas existentes” (AVELAR; BALL, 2017, p. 1, tradução livre)⁴⁴.

A financeirização da educação no Brasil favorece as reformas do Estado. Pesquisas realizadas no campo da política educacional (ADRIÃO, 2015; 2018a; no prelo; PERONI, 2013; 2015; FREITAS, 2018) mostram que a privatização da educação básica tem sido promovida e apoiada por reformas do Estado. Dessa forma, o papel decisório do Estado em delegar políticas públicas e educacionais é compartilhado com outros atores sociais, de modo que, normalmente, a iniciativa privada é favorecida.

Até aqui, vimos que as crises do capitalismo e a ideologia neoliberal promoveram transformações na relação entre o público e o privado e que, na maioria das vezes, essa relação é moldada pelo privatismo da educação pública. Esse processo, no Brasil, tem aumentado com a inserção de novos atores no campo da política educacional, por meio da chamada governança corporativa da educação pública (ADRIÃO, no prelo), em que as estratégias de inserção se dão por meio de organizações, fundações e instituições gestoras dos chamados fundos patrimoniais. Estes, por sua vez, têm sido utilizados pelos filantropocapitalistas como estratégia de investimento – o investimento social – em que suas “doações” agora se constituem em negócios com lucros e resultados mensuráveis.

3.5 O investimento social privado e a relação com filantropia de risco em educação no Brasil

A literatura até aqui retratada mostra que a prática da filantropia não é nova em si, estando associada à concentração da riqueza. Além disso, observou-se que “o investimento social privado se realiza, muitas vezes, por meio das fundações corporativas” (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JÚNIOR, 2007, p. 101).

Os autores, apoiando-se em Godfrey (2005), afirmam que “[...] a filantropia é uma dimensão da Responsabilidade Social Corporativa” capaz não só de atribuir e gerar valores, mas também de fazer com que as empresas se beneficiem da aprovação por partes diferentes públicos (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JÚNIOR, 2007, p. 103).

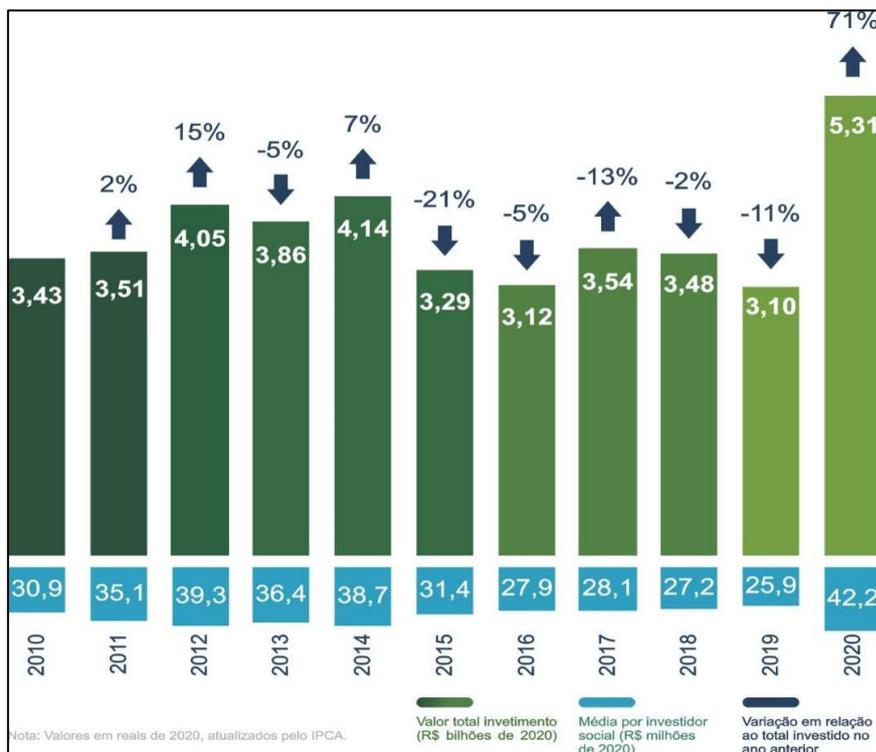
⁴⁴ Texto original: “In this context, philanthropy is also changing. The so-called “new philanthropy” treats donations as investments, results as returns, and wants to be involved in decisions about how money is used and consequently “is bringing new players into the field of social and education policy, repopulating and reworking existing policy networks.” (Ball and Olmedo, 2011, p. 83)” (AVELAR; BALL, 2017, p. 1).

A responsabilidade social tem sido o fio condutor para criação das fundações corporativas, entidades que surgem, segundo Borges, Miranda e Valadão Junior (2007, p.112), "[...] da necessidade da empresa de consolidar uma política de responsabilidade social e de distribuir e controlar melhor os recursos que destina na busca do bem comum". Os autores argumentam que as fundações, em sua abordagem estratégica da filantropia, têm vantagens sobre o governo, pois não estão sujeitas às "[...] pressões políticas tão comuns à administração pública" e "[...] também apresentam vantagens em relação às ações de indivíduos, pois podem obter escala em suas ações, atingindo um maior número de pessoas" (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JÚNIOR, 2007, p. 112).

De acordo com a classificação do Censo Gife 2020 (BRETTAS, 2021), no Brasil, os investidores sociais privados são caracterizados como: a) empresariais, que são as organizações sem fins lucrativos criadas e mantidas por uma empresa ou seus acionistas. São administrados por pessoas afiliadas à empresa que os mantêm; b) familiares que são organizações sem fins lucrativos criadas e mantidas por uma família ou outra pessoa também envolvida na sua governança e/ou gestão e administração, independentemente das empresas da família; c) independentes, que são organizações sem fins lucrativos frequentemente gerenciadas por várias organizações e/ou indivíduos, de diferentes origens. Sua gestão e/ou governança pode assumir diversas formas, desde que não estejam vinculadas institucionalmente a uma determinada empresa, família ou organização (BRETTAS, 2021, p.11).

Analisando a evolução do investimento social privado no Brasil na última década, verifica-se, segundo dados do Censo Gife 2020 (BRETTAS, 2021), que, no ano de 2020, o investimento social privado no Brasil teve seu maior crescimento: R\$ 5,31 bilhões, 71% superior ao investimento total em 2019, conforme observado na Figura 1.

Figura 1 - Evolução do investimento social privado no Brasil no período de 2010 a 2020



Fonte: BRETTAS (2021).

Um ano após a regulamentação da que autoriza a Administração Pública a firmar acordos para realização de ações distintas de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais, verifica-se na Figura 1, que a média de investimento social privado por investidor foi maior, com registro de R\$ 42,2 milhões de investimento por investidor no ano de 2020. Esse resultado configura investimento maior que a média para o período destacado, que foi de R\$ 33 milhões de investimentos de cada investidor social no Brasil.

Analisando anos anteriores, em 2017 foi publicada a Pesquisa de Benchmarking do Investimento Social Corporativo – Bisc: “*Destaques de 2017 - uma retrospectiva da atuação social corporativa nos últimos dez anos*”. A Pesquisa Bisc é realizada anualmente, desde 2008, com o objetivo de “[...] contribuir para o desenvolvimento, o aperfeiçoamento da gestão e a avaliação dos investimentos sociais corporativos no Brasil”, fruto de uma parceria entre a Comunitas (2022)⁴⁵ e um grupo de empresas selecionadas. A publicação traz análises e retrospectiva da atuação social corporativa para o período de 2008-2017 (PELIANO, 2017, p. 2).

⁴⁵ A Comunitas é uma organização da sociedade civil especializada em modelar e implementar parcerias sustentáveis entre os setores público e privado, gerando maior impacto do investimento social, com foco na melhoria dos serviços públicos e, consequentemente, da vida da população.

Peliano (2017) analisa a atuação social corporativa em período equivalente à investigação desta dissertação e mostra que a evolução dos investimentos sociais corporativos, realizados no período de 2007 a 2016, teve por parte das empresas e institutos/fundações, os maiores percentuais em bilhões de reais investidos socialmente em relação aos institutos /fundações.

De acordo com os resultados da Pesquisa Bisc (PELIANO, 2017), verifica-se que, para o investimento social privado dos institutos/fundações, nos anos de 2015 e 2016, houve um pequeno aumento (2%) nos recursos investidos por essas organizações. O maior registro de investimento social privado foi no período de 2010 a 2014, com investimento maior que a média (0,97 bilhões de reais em média investidos por ano) para o período analisado pela pesquisa Bisc. Em relação aos investimentos sociais corporativos realizados pelas empresas, Peliano (2017) mostra que em 2012 e 2015 houve um aumento significativo dos investimentos sociais realizados. Embora tenha sido observado em menor proporção para os demais anos, o ISP alcançado pelas empresas no período analisado foi crescente, conforme observa-se na Figura 2.

Figura 2 - Evolução do investimento social corporativo no Brasil no período de 2007 a 2016



Fonte: Peliano (2017, p. 11).

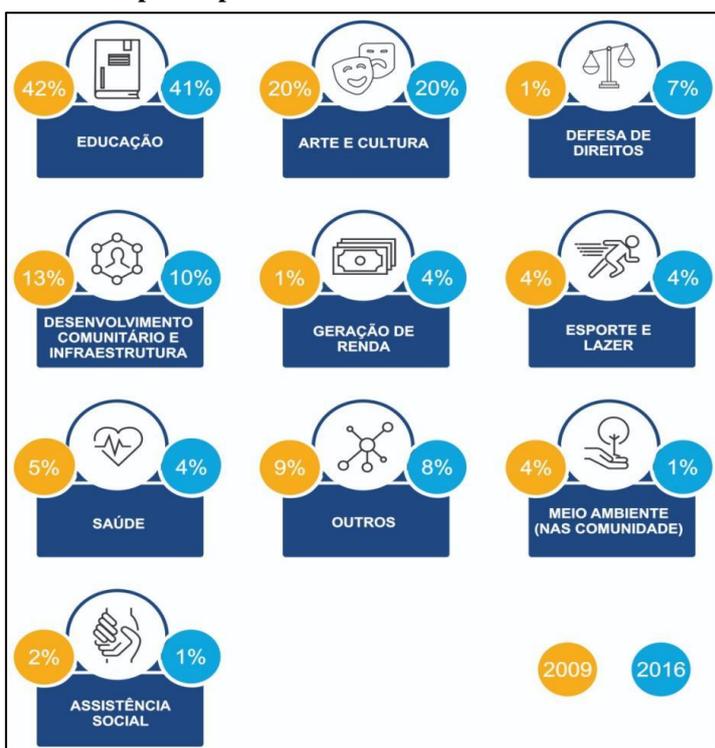
Com base no relatório da Pesquisa Bisc (PELIANO, 2017), as perspectivas futuras para o ISP no Brasil são consistentes com a prática da filantropia de risco (SCOTT, 2009; BALL, 2020; OCDE, 2014). O relatório analisa que o ISP seria avaliado por sua adesão "[...] aos seguintes atributos: participativo, customizado, flexível, efetivo, inovador, estratégico para o negócio e alinhado às agendas públicas" (PELIANO, 2017, p. 60).

Para o setor educacional, o investimento social privado tem, historicamente, a maior concentração. No ano de 2015, Adrião já anunciava a concentração de investimento social

privado no setor educacional. Ao analisar o “Censo organizado pela Rede Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), para o período de 2011-2012”, a autora confirmou tendência da Educação como “principal tema da Rede Gife”, e observou que essa tendência “[...] se mantém em primeiro lugar desde o primeiro Censo” (ADRIÃO, 2015, p. 54).

A concentração de ISP no setor educacional também é indicada nos resultados da Pesquisa Bisc (PELIANO, 2017) e nos dados do Censo Gife 2020. O período analisado por Peliano (2017), conforme mostra a Figura 3, revela que entre 2008 e 2017 o investimento social privado em educação foi em média de cerca de 40%, seguido pelo investimento em “um distante segundo lugar” na área das artes e cultura, com 20% do total dos recursos investidos socialmente no período analisado (PELIANO, 2017).

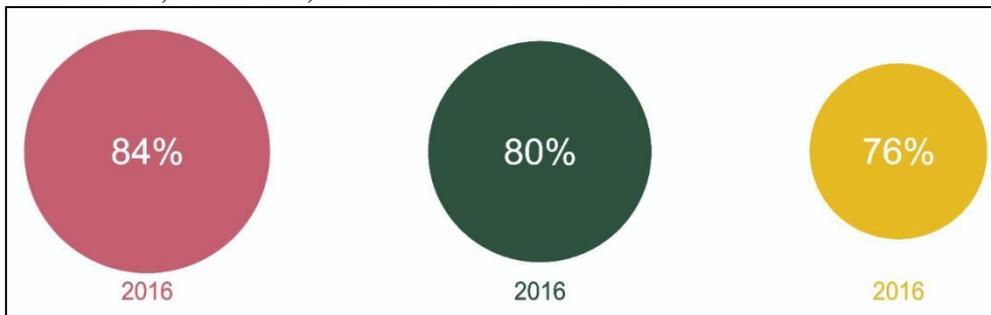
Figura 3 - Investimento social de empresas e fundações/institutos associados ao Bisc, com base na Pesquisa Bisc – 2017 para o período de 2008 – 2017



Fonte: Peliano (2017, p. 16).

Os dados do Censo Gife 2020, mesmo confirmando que os investimentos sociais privados são concentrados no setor educacional, mostram que no ano de 2020 a taxa de atuação foi inferior aos anos anteriores. 76% dos respondentes tinham atuação na área de educação, que seguiu diminuindo a partir de 2016: 4 pontos percentuais em comparação a 2018 e 8 pontos em relação a 2016, como mostra a Figura 4 (BRETTAS, 2021, p. 86).

Figura 4 - Total de organizações, fundações, institutos associados ao Gife que atuaram no setor educacional nos anos 2016, 2018 e 2020, com base no Censo Gife 2020



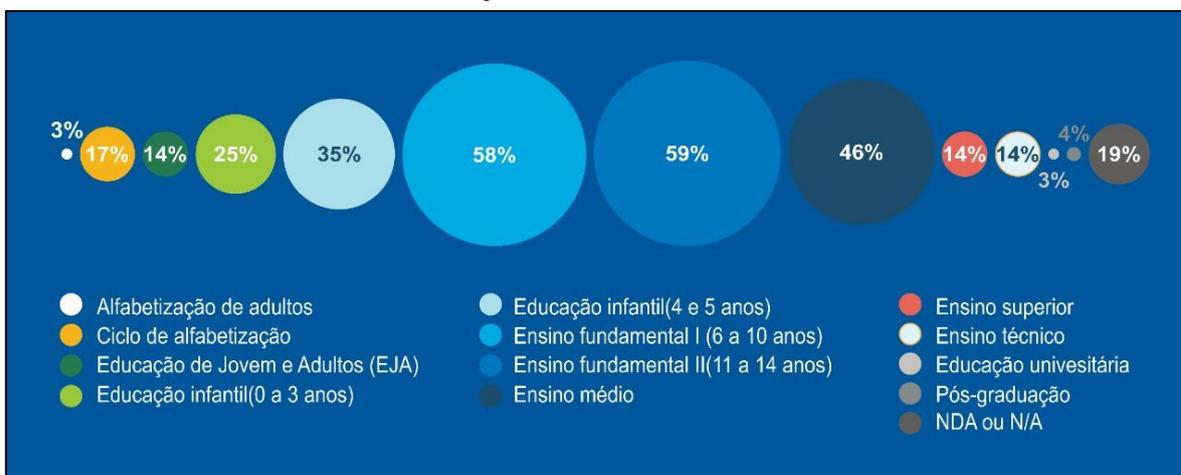
Fonte: Brettas (2021).

O Mapa da Atuação do Investimento Social Privado em Educação, publicado pelo Gife em 2019 (SAEZ; BERNARDINO, 2019) inclui análises, recortes e leituras específicas da base de dados do Censo Gife 2016, sobre a atuação de investidores sociais privados no setor educacional no Brasil, e mostra que, em geral, os investidores sociais privados preferem investir em seus próprios projetos e programas.

Segundo levantamento do Gife em 2016, de um total de 97 organizações que afirmaram atuar com educação, 78% informaram que realizam projetos próprios e 53% apoiavam iniciativas de terceiros. Verificou-se que muitas organizações atuam concomitantemente em próprios programas e em iniciativas de terceiros (SAEZ; BERNARDINO, 2019, p. 8).

Em relação à etapa da educação, Saez e Bernardino (2019) dizem que, em 2016, o foco de atuação dos investidores sociais privados no Brasil foi a educação básica na etapa do ensino fundamental: anos finais 59% e anos iniciais 58%. No relatório as etapas são tratadas como Ensino fundamental I e II, respectivamente. Seguem-se os investimentos na etapa do ensino médio com 46% do foco dos investidores sociais privados e, por último a educação infantil, com 35% do foco. No mesmo ano, a Educação Superior configurava 3% do foco dos investidores sociais privados. Como mostra a Figura 5, as outras modalidades da educação captam a atenção em proporção menor de investidores sociais privados (SAEZ; BERNARDINO, 2019, p. 16).

Figura 5 - Etapas da Educação que são foco de investidores sociais privados, segundo Mapa da Atuação do Investimento Social Privado em Educação, ano 2016



Fonte: Saez e Bernardino (2019, p. 16).

O relatório Bisc (PELIANO, 2018), ao abordar as prioridades eleitas pelas empresas e fundações na área da educação, indica diferenças no perfil de atuação das empresas em relação à atuação de seus institutos ou fundações. Observou-se que “42% das empresas assinalam o ensino fundamental e/ou a educação ambiental” como prioridades para atuação. Os institutos, por sua vez, indicam entre suas prioridades "a educação formal – ensino fundamental e médio: 56% e 44%, respectivamente" (PELIANO, 2018, p. 34).

De acordo com Adrião (2021) o investimento social privado “se diferencia da tradicional doação justamente por exigir o acompanhamento dos recursos investidos”. Segundo a autora, a prática do ISP no Brasil tem “[...] a exigência de contrapartidas e sistemáticas de prestação de sobre as “doações” tem assumido uma natureza também lucrativa” (ADRIÃO, 2021, p. 383-384).

Matéria publicada na Forbes Brasil, intitulada *O que bilionários brasileiros fazem pela educação* revela que poucos são “[...] os brasileiros que abrem suas carteiras para projetos ou instituições educativas”. O bilionário brasileiro Elie Horn é o único a participar do *The Giving Pledge*, fundado por Bill Gates, que tem um total 137 investidores filantropos bilionários, entre eles o bilionário americano Warren Buffett (MELLO, 2019).

No Brasil, Elie Horn é o responsável por difundir a ideia da filantropia aos bilionários brasileiros. Em 2018, ele fundou a organização não governamental Movimento Bem Maior - ONG MBM, que traz em seu Manifesto a informação de que a MBM é uma organização social sem fins lucrativos e apartidária, que atua identificando, conectando e dando visibilidade a importantes iniciativas de impacto social "com um único objetivo: fortalecer o ecossistema filantrópico no Brasil” (MANIFESTO, 2019).

Em entrevista à Forbes Brasil, Horn declara que “o Brasil precisa se conscientizar sobre a importância da doação”, razão pela qual, ao fundar a ONG MBM, Horn “estabeleceu para a próxima década a meta de dobrar as doações dos empresários brasileiros para **projetos sociais**". Sua ideia é de que das dez causas eleitas como prioritárias pela ONG MBM – incluindo educação, cada empresário assuma uma das causas para seu investimento sociais privado (MELLO, 2019).

A Figura 6 mostra as parcerias mobilizadas pela ONG MBM para desenvolver seus projetos sociais, que são de apoio em âmbito nacional e regional (IMPACTO, 2020), de maneira que os projetos atendam a pelo menos um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022)⁴⁶.

Figura 6 - Parceiros da ONG Movimento bem Maior



Fonte: Manifesto (2019).

A ONG MBM articula parcerias, como as apresentadas na Figura 6, com o objetivo de promover a cultura da doação, disseminando o impacto positivo em nossa sociedade. Dessa forma, visa atingir seu objetivo filantrópico de "fortalecer o ecossistema filantrópico do Brasil" (MANIFESTO, 2019).

No Quadro 7, são apresentados os “potenciais bilionários filantropos” brasileiros por meio do ranking dos bilionários brasileiros para os anos de 2012, 2014, 2016 e 2022, segundo

⁴⁶ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

a Forbes, compilado por G1 (2012); Forbes (30 MAIORES..., 2014); Ertel (2016) e Infomoney (BRASIL, 2022). Ressalta-se que as informações foram encontradas em artigos publicados na *internet*, uma vez que as consultas realizadas na página da Forbes não resultaram em informações sobre os bilionários brasileiros.

Quadro 7 - Ranking dos bilionários brasileiros nos anos 2012, 2014, 2016 e 2022, de acordo com Forbes

(continua)

Posição	2012	2014	2016	2022
1	Eike Batista Fortuna: R\$ 30,26 bilhões. Origem do patrimônio: petróleo e mineração.	Jorge Paulo Lemann Fortuna: R\$ 49,85 bilhões. Origem do patrimônio: cervejaria/ Investimentos.	Jorge Paulo Lemann Fortuna: R\$ 103,59 bilhões. Origem do patrimônio: bebidas/ Investimentos.	Jorge Paulo Lemann e família Fortuna: R\$ 77,8 bilhões. Origem do patrimônio: 3G Capital.
2	Jorge Paulo Lemann Fortuna: R\$ 29,30 bilhões. Origem do patrimônio: cervejaria/ investimentos	Joseph Safra Fortuna: R\$ 35,98 bilhões. Origem do patrimônio: banco.	Joseph Safra Fortuna: R\$ 56,24 bilhões. Nascimento: Líbano (naturalizado brasileiro). Origem do patrimônio: setor bancário.	Eduardo Saverin Fortuna: R\$ 53,6 bilhões. Origem do patrimônio: Facebook.
3	Joseph Safra Fortuna: R\$ 25,97 bilhões. Origem do patrimônio: setor bancário.	Marcel Herrmann Telles Fortuna: R\$ 25,58 bilhões. Origem do patrimônio: cervejaria/ Investimentos.	Marcel Herrmann Telles Fortuna: R\$ 48,69 bilhões. Origem do Patrimônio: Bebidas / Investimentos.	Marcel Herrmann Telles Fortuna: R\$ 52 bilhões. Origem do patrimônio: 3G Capital.
4	Antônio Ermírio de Moraes e família Fortuna: R\$ 21 bilhões. Origem do patrimônio: vários	Carlos Alberto Sicupira Fortuna: R\$ 22,30 bilhões. Origem do patrimônio: cervejaria/ Investimentos.	Carlos Alberto da Veiga Sicupira Fortuna: R\$ 43,16 bilhões. Origem do patrimônio: bebidas/ Investimentos.	Jorge Moll Filho e família Fortuna: R\$ 49,5 bilhões. Origem do patrimônio: Rede D'Or.
5	Marcel Telles Fortuna: R\$ 13,43 bilhões. Origem do patrimônio: cervejaria/ Investimentos.	Roberto Irineu Marinho Fortuna: R\$ 15,93 bilhões. Origem do patrimônio: mídia.	Eduardo Saverin Fortuna: R\$ 22,79 bilhões. Origem do patrimônio: internet.	Carlos Alberto Sicupira e família Fortuna: R\$ 42,9 bilhões. Origem do patrimônio: 3G Capital.
6	Roberto Irineu Marinho e família Fortuna: R\$ 12,86 bilhões. Origem do patrimônio: comunicação.	João Roberto Marinho Fortuna: R\$ 15,86 bilhões. Origem do patrimônio: mídia.	João Roberto Marinho Fortuna: R\$ 17,46 bilhões. (empatado). Origem do patrimônio: mídia.	Irmãos Safra Fortuna: R\$ 38,9 bilhões. Origem do patrimônio: Banco Safra.

(conclusão)

Posição	2012	2014	2016	2022
7	Carlos Alberto Sicupira Fortuna: R\$ 11,87 bilhões. Origem do patrimônio: cervejaria/ Investimentos.	José Roberto Marinho Fortuna: R\$: 15,86 bilhões. Origem do patrimônio: mídia.	José Roberto Marinho Fortuna: R\$ 17,46 bilhões (empatado). Origem do patrimônio: mídia.	Lucia Maggi e família Fortuna: R\$ 34,8 bilhões. Origem do patrimônio: Grupo Amaggi.
8	Norberto Odebrecht e família Fortuna: R\$ 9,10 bilhões. Origem do patrimônio: construção /petroquímica.	Marcelo Bahia Odebrecht Fortuna: R\$: 14 bilhões Origem do patrimônio: construção/ petroquímica.	Roberto Irineu Marinho Fortuna: R\$ 17,46 bilhões (empatado). Origem do patrimônio: mídia.	Andre Esteves Fortuna: R\$ 29,3 bilhões. Origem do patrimônio: BTG Pactual.
9	Francisco Ivens de Sá Dias Branco Fortuna: R\$ 7,32 bilhões. Origem do patrimônio: indústria de alimentos.	José Batista Sobrinho & família Fortuna: R\$: 11,92 bilhões. Origem do patrimônio: indústria alimentícia.	Fernando Roberto Moreira Salles Fortuna: R\$ 12,96 bilhões (empatado). Origem do patrimônio: setor bancário.	Alexandre Behring Fortuna: R\$ 25,7 bilhões. Origem do patrimônio: 3G Capital.
10	Abílio Diniz Fortuna: R\$ 6,80 bilhões. Origem do patrimônio: varejo.	Francisco Ivens Dias Branco Fortuna: R\$: 10,99 bilhões. Origem do patrimônio: indústria alimentícia.	João Moreira Salles Fortuna: R\$ 12,96 bilhões (empatado). Origem do patrimônio: setor bancário.	Luciano Hang Fortuna: R\$ 24,2 bilhões. Origem do patrimônio: Havan.

Fonte: elaborado pela autora, com base em informações do G1 (VEJA..., 2012).

No Quadro 7, conforme as informações tratadas para os referidos anos, verifica-se a liderança de Jorge Paulo Lemann no ranking dos 10 maiores bilionários. Segundo informações do site Infomoney (BRASIL, 2022), em 2002, pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil não contou com bilionários listados entre as 100 pessoas mais ricas do mundo (BRASIL, 2022).

O brasileiro que alcançou a melhor posição no ranking Forbes foi o empresário Eike Batista, do grupo EBX. Em 2012, tornou-se o 7º homem mais rico do mundo e, conforme o Quadro 5, era o mais rico do Brasil naquele ano, quando tinha um patrimônio avaliado em US\$ 30 bilhões. Ele deixou o ranking da Forbes em 2014, não sendo mais listado (BRASIL, 2022).

Canabrava e Teixeira (2017), a respeito de Jorge Paulo Lemann, dizem que é classificado como investidor e filantropo, tendo começado sua carreira no mercado financeiro quando

[...] fundou o banco de investimentos Garantia e, mais tarde, junto com os sócios Marcel Telles e Beto Sicupira, passou a investir em empresas cada vez maiores. Hoje,

o trio controla a AB InBev, principal empresa do ramo cervejeiro do mundo, e marcas clássicas, conhecidas mundialmente, como a Burger King e a Heinz (CANABRAVA; TEIXEIRA, 2017, p. 89).

Destaca-se que a atuação de Jorge Paulo Lemann enquanto “filantropo” ocorre por meio de duas fundações e um instituto, autodeclarados sem fins lucrativos, a Fundação Estudar (fundada em 2015) e a Fundação Lemann (fundada em 2002) e o Instituto Tênis (fundado em 2002) (JORGE, 2022).

Considerando que o perfil e a atuação da Fundação Victor Civita, criada por Victor Civita, na educação pública do Brasil e em Mato Grosso é o objeto de estudo desta pesquisa, torna-se importante visualizar a família Civita no ranking dos bilionários brasileiros, uma vez que a Fundação foi criada por Victor Civita, fundador do Grupo Abril, que era o principal mantenedor da Fundação.

Sobre a fortuna dos Civitas e sua participação no ranking dos bilionários brasileiros, tem-se que, em 2012, segundo G1 (VEJA..., 2012), Roberto Civita e família ocuparam a 14ª posição no ranking dos mais ricos do Brasil, com uma fortuna de R\$ 5,48 bilhões (valores da época). Em 2013, Carvalho (2013), com base no ranking Forbes, trouxe informações de que Giancarlo Civita e família continuaram a ocupar o 14º lugar no ranking Forbes dos brasileiros mais ricos, com uma fortuna de R\$ 7,68 bilhões, ou seja, um aumento patrimonial de 2,2 bilhões em um ano. Ressalta-se que esses são valores da época.

Para outros anos não foram localizadas informações sobre a fortuna da família Civita, devendo-se considerar que, em 2015, a família vendeu a Abril Educação S.A (GALZERANO, 2016) e em 2018 deixou de estar à frente dos negócios do Grupo Abril, ao pedir recuperação judicial (SAMOR, 2018), e posterior venda do Grupo ao empresário brasileiro Fábio de Carvalho, dessa maneira, a seção sequencial desta dissertação é destinada para tratar das informações do Grupo Abril e a da Fundação Victor Civita.

Com base nas informações apresentadas no Quadro 7 e complementares, verifica-se que a família Civita não ocupou posição entre os dez mais ricos do Brasil no período analisado, porém acumularam fortuna expressiva, estando entre as quinze maiores fortunas do país.

Assim como os Lemann, os Civitas também são investidores sociais e, conforme Galzerano (2016), a Fundação Victor Civita (fundada em 1985), o movimento Fundação Educar para Vencer (fundado em 2008) e o Instituto Verdescola (fundado em 2005), todos os empreendimentos sociais dos Civitas, que eram mantidos pelo Grupo Abril (GALZERANO, 2016).

Ressalta-se que, neste trabalho, o termo investimento social é entendido como em Bernardino e Santos (2016) no mesmo sentido de empreendimento social:

[...] quer os empreendimentos sociais quer empresariais criam, concomitantemente, valor económico e social. A diferença reside na predominância que é atribuída a cada um desses objetivos. Deste modo, enquanto no empreendedorismo social o intuito de criação de valor social prevalece sobre a criação de valor económico, no empreendedorismo empresarial ocorre o oposto (BERNARDINO; SANTOS, 2016, p.120).

Ainda de acordo com os autores supracitados, com base em Emerson, Wachowicz & Chun (2001), as organizações tradicionais sem fins lucrativos estão essencialmente preocupadas com a criação de valor social, porém, “poder-se-á encontrar num extremo, organizações que visam a criação de valor puramente económico e, no outro extremo, organizações que visam a criação de valor puramente social”, bem como é possível encontrar organizações com configurações intermediárias que visam a criação de valor socioeconômico, em que uma ou outra dimensão pode ser mais ou menos enfatizada (BERNARDINO; SANTOS, 2016, p.120).

A seguir, o Quadro 8 apresenta informações sobre os brasileiros com maior engajamento filantrópico, ela foi elaborada com base na matéria publicada na FORBES BRASIL *O que bilionários brasileiros fazem pela educação*, na qual é explícito que o engajamento filantrópico individual, com destinação direta dos investimentos sociais privados para o setor educacional, ainda é pequeno no Brasil. Observa-se que instituições sem fins lucrativos tendem a atuar em parcerias com outras organizações não governamentais sem fins lucrativos, para promover projetos de impacto social, incluindo a educação.

Quadro 8 - Brasileiros com maior engajamento filantrópico a partir dos institutos, Ongs e fundações sem fins lucrativos que atuam no setor educacional, segundo a Forbes Brasil

Filantropo ou personalidade atuante no setor educacional	Origem do engajamento filantrópico	Engajamento filantrópico
Elie Horn	Fundador da incorporada Cyrella. Já doou 60% de sua fortuna, que é estimada em US\$ 1 bilhão.	ONG Movimento Bem Maior que apoia projetos sociais, entre eles projetos na área educacional.
Denise Aguiar	Neta do fundador do Bradesco, Amador Aguiar. Atua como coordenadora pedagógica há 30 anos na Fundação Bradesco.	Por meio da fundação Bradesco, promovem programas educacionais que são vetores de transformação e inclusão social. Denise atua em duas outras instituições empresariais que promovem investimentos no setor educacional: Todos pela Educação e Parceiros da Educação.
Lúcia Fávero*	Formada em Psicologia Clínica, e tem 18 anos de experiência como coordenadora de projetos sociais no Governo do Estado	Com uma década de atuação na Parceiros da Educação, a executiva já passou pelo Instituto Qualidade de Ensino e Instituto Ayrton Senna.

	de São Paulo, na área de Saúde e Desenvolvimento Social.	O engajamento filantrópico se dá por meio da atuação de Institutos, utilizando estratégias para promover parcerias entre estes e os setores públicos educacionais, por meio de visitas frequentes como representante dos filantropos às escolas, com troca de conhecimento entre eles e gestores, professores e alunos.
Ana Maria Diniz	Filha do empresário Abílio Diniz, está à frente do braço social das empresas da família, o Instituto Península como presidente do conselho.	Segundo Ana Maria Diniz, “está começando a mudar a mentalidade filantrópica no Brasil, com a profissionalização das organizações que deixaram de ser apenas assistencialistas”. Além do Instituto Península, Ana Maria Diniz é conselheira da Parceiros da Educação E o Instituto Península é instituição mantenedora do Singularidades, cujo foco está na formação de professores e gestores de educação, considerados como agentes multiplicadores dessa área

Fonte: elaborado pela autora com base em Forbes Brasil.⁴⁷

No Quadro 8, observa-se a presença de atores não bilionários engajados na filantropia, no setor educacional, por meio da atuação em institutos e fundações. Assim, mobilizam estrategicamente a filantropia para construir parcerias entre as instituições filantrópicas e os setores da educação pública, com destaque para a atuação de Lúcia Fávero, que atualmente é executiva da Parceiros da Educação, mas já atuou no Instituto Qualidade de Ensino (2021)⁴⁸ e no Instituto Ayrton Senna (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2020)⁴⁹.

Destaca-se que os empresários brasileiros envolvidos em “filantropia” atuam como investidores sociais privados, conforme expresso por Adrião (2015). Essas entidades vinculadas ao setor empresarial buscam “engendrar na educação pública novos campos para os negócios”, desse modo, os investidores sociais que visam obter lucros com a educação pública atendem à “denominação filantropos de risco ou *venture philanthropy*”. Essa denominação “[...] expressa com maior nitidez o perfil do setor privado potencializado pela financeirização econômica e que, mais recentemente, tem se destacado na definição de políticas educacionais” (ADRIÃO, 2015; 212-213).

⁴⁷ Informações complementares obtidas no site do Instituto Votorantim. Disponível em: <http://www.institutovotorantim.org.br/4o-happy-hour-da-educacao-lucia-favero-e-alexandre-schneider/>

⁴⁸ O IQE - Instituto Qualidade no Ensino é uma associação civil de caráter educacional e de assistência social, sem fins econômicos, criada em 1994 e mantida com o apoio de empresas privadas e parcerias com governos. Sua missão é promover e desenvolver projetos educacionais que têm por objetivo a inclusão social através da melhoria da qualidade do ensino público básico (O INSTITUTO, 2021).

⁴⁹ O Instituto Ayrton Senna é uma organização sem fins lucrativos que tem o objetivo de dar a crianças e jovens brasileiros oportunidades de desenvolver seus potenciais por meio da educação de qualidade.

De acordo com Peliano (2017), os investidores sociais privados perceberam que os benefícios nas relações público - privadas na esfera social superaram as expectativas para o período analisado, pois, em 2016, foram percebidas vantagens na aproximação do investimento social privado às políticas públicas, que teve como resultado a ampliação da "visibilidade de seus investimentos sociais" (PELIANO, 2018, p. 32). Referente a essa visibilidade, Borges, Miranda e Valadão Júnior (2007) dizem que “[...] as fundações corporativas, além de instrumentos pelos quais as companhias realizam o investimento social, constituem uma forma de aglutina os benefícios que as empresas recebem por essas ações” (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JÚNIOR, 2007, p.112).

A avaliação dos investimentos sociais corporativos realizados no Brasil no período de 2008 a 2017, divulgada pela Pesquisa Bisc (PELIANO, 2017), mostra que essa prática se caracterizou "pela rejeição às ações isoladas, fragmentadas e assistencialistas”, ocorrendo a partir da “atuação estruturada e estruturante” dos investidores sociais, com intensificação do uso de “critérios, escala, diálogo, participação, inovação, parcerias, profissionalização e resultados” (PELIANO, 2017, p. 45). O ISP no Brasil, no período analisado, apresenta, pois, características de atuação que se assemelham à dos filantropocapitalista (BISHOP; GREEN, 2008), ao associarem o ISP aos negócios.

3.6 Lei nº 13.800/2019: o investimento social privado no Brasil, os fundos patrimoniais e a filantropia de risco na educação básica pública no Brasil

Como verificado em subseção anterior desta seção, no Brasil, os potenciais filantropocapitalistas são os empresários que realizam investimento social privado incidindo na educação pública, de modo que sua “filantropia” são investimentos orientados com resultados rentáveis.

Bastos (2013) diz que a financeirização da economia também se deslocou para o setor educacional, razão pela qual se aborda, nesta subseção a Lei Federal nº 13.800 de 2019 – Lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil – decorrente da Medida Provisória nº 851 de 2018 – MP nº 851/2018 (Fundos patrimoniais), de autoria da Presidência da República do Brasil, com objetivo de compreender como esse dispositivo se relaciona com a atuação em filantropia de risco na educação básica pública brasileira.

Destaca-se a importância de se compreender essa lei como lente para caracterizar o investimento social privado no Brasil e, nesta dissertação, esse dispositivo é abordado com o

objetivo de auxiliar na análise sobre a atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino de Mato Grosso no período de 2005 a 2018, ainda que por uma perspectiva retroativa. Desse modo, apresenta-se a revisão bibliográfica e os resultados de um estudo bibliométrico que buscou por produções acadêmicas que tratassem da regulamentação da Lei Federal nº 13.800 de 2019 e sua relação com a filantropia de risco e a educação básica pública no Brasil, com base em Adrião (2015; 2018a; 2021).

Bragança e Biselli (2019), referindo-se ao exercício da filantropia no Brasil, afirmam que “o brasileiro é doador” e ressaltam que o que faltava no país era “[...] um mecanismo que garantisse transparência e trouxesse credibilidade para a instituição receptora da doação”. Esse mecanismo, segundo as autoras, até o incêndio no Museu Nacional, em setembro de 2018, era capitaneado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) e por diversos profissionais do Terceiro Setor, que se mobilizaram em torno de “[...] um projeto de lei para Fundos Patrimoniais adequado à nossa realidade” (BRAGANÇA; BISELLI, 2019, p.111).

O incêndio no Museu Nacional escancarou uma realidade das instituições científicas do Brasil: a falta de investimentos estruturais e financeiros. Ao se referirem ao museu, Bragança e Biselli (2019) o definiram como

[...] a instituição científica mais antiga do Brasil – são 200 anos de Museu Nacional, que anteriormente serviu como residência da família real e foi palco da assinatura da declaração de Independência do Brasil, em 1822 – e um dos maiores museus de história natural do mundo, se mantém sem um sistema de prevenção de incêndio e com uma verba para manutenção em queda há cinco anos? (BRAGANÇA; BISELLI, 2019, p. 111).

Após a publicação da MP nº 851/2018, que instituiu o marco regulatório dos fundos patrimoniais permitindo a criação, gestão e fiscalização de “instrumentos de parceria com o setor público” em diversas áreas, incluindo a educação, seguiu-se o processo de tramitação e sua posterior conversão em lei. O texto final foi aprovado, mas com veto a incentivos fiscais, pelo Congresso; incentivos “[...] que poderiam alavancar a captação de recursos para diversos fundos com foco em temas como educação, saúde e meio ambiente, apenas para citarmos alguns” (BRAGANÇA; BISELLI, 2019, p. 112).

Segundo Adrião (2021), no contexto brasileiro, a promulgação da Lei Federal nº 13.800 de 2019, conforme Pasqualin (2019b), estabeleceu o marco regulatório para os fundos patrimoniais filantrópicos, denominados internacionalmente como *endowments*. A partir de então, a administração pública ficou autorizada a firmar instrumentos e condições de parceria

para a execução de programas, projetos e outros fins de interesse público, com organizações gestoras de fundos patrimoniais (PASQUALIN, 2019b, p. 1).

A referida Lei, em seu Art. 1º, dispõe que a finalidade da criação de fundos patrimoniais no Brasil é “[...] arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público” (BRASIL, 2019). Já em seu Art. 2º, são considerados agentes mobilizadores dos fundos patrimoniais as instituições apoiadas e as organizações gestoras e executoras, que, na forma da lei, contemplam as seguintes características:

I - instituição apoiada: instituição pública ou privada sem fins lucrativos e os órgãos a ela vinculados dedicados à consecução de finalidades de interesse público e beneficiários de programas, projetos ou atividades financiados com recursos de fundo patrimonial;

II - organização gestora de fundo patrimonial: instituição privada sem fins lucrativos instituída na forma de associação ou de fundação privada com o intuito de atuar exclusivamente para um fundo na captação e na gestão das doações oriundas de pessoas físicas e jurídicas e do patrimônio constituído;

III - organização executora: instituição sem fins lucrativos ou organização internacional reconhecida e representada no País, que atua em parceria com instituições apoiadas e que é responsável pela execução dos programas, dos projetos e de demais finalidades de interesse público [...] (BRASIL, 2019).

Pasqualin (2019a), referindo-se aos agentes mobilizadores dos fundos patrimoniais, especifica que eles foram instituídos pela lei “para proteger o patrimônio doado”, pois “o Fundo Patrimonial deve ser abrigado e gerido pela OGFP” (Organização Gestora de Fundo Patrimonial). O patrimônio gerido pela OGFP não responde, direta ou indiretamente, às “obrigações de qualquer natureza das instituições apoiadas e das organizações executoras”. Segundo a autora, “dependendo do apetite do filantropo” em gerir ele próprio a causa social, a OGFP se configura como “[...] veículo seguro e eficiente para a proteção de seu patrimônio pessoal com relação às contingências da operação da atividade escolhida e executada pela instituição apoiada” (PASQUALIN, 2019a, p. 17-18).

Quanto à natureza da Instituição Apoiada, descrita no inciso II do Art. 2º da Lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil, Algranti (2019) diz que “[...] considerando que a destinação dos recursos tem por objetivo apoiar finalidades de interesse público”, a lei, mesmo centrada nas causas de interesse público, “mostra-se adequadamente abrangente”, uma vez que os recursos podem ser destinados à instituição apoiada de natureza jurídica pública ou privada, indistintamente (ALGRANTI, 2019, p. 52-53).

Conforme exigido pela lei em questão, a organização executora deve ser uma instituição cuja natureza é sem fins lucrativos ou uma organização internacional reconhecida e

representada no Brasil, cuja atuação seja em parceria com instituições apoiadas. Algranti (2019) afirma que as organizações executoras garantem “[...] a concretização das destinações específicas com maior celeridade e eficiência do que se os recursos forem desembolsados diretamente às instituições públicas apoiadas”. As organizações executoras, segundo a autora, possuem “maior flexibilidade” para executar os contratos necessários à realização de projetos, “[...] sem abdicar da governança e transparência necessárias na sua condução” (ALGRANTI, 2019, p. 58).

A constituição de fundo patrimonial, em específico, é regida pelo Art. 3º da Lei Federal nº 13.800 de 2019, que dispõe que a OGFP é responsável por tal ação. Ao ser instituído, o Fundo Patrimonial recebeu a finalidade de “[...] constituir fonte de recursos de longo prazo para o fomento das instituições apoiadas e para a promoção de causas de interesse público, por meio de instrumentos de parceria e de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público” (BRASIL, 2019).

Vale salientar que o Fundo Patrimonial tem “[...] uso limitado de seus recursos e a proteção especial de seus ativos prevista na Lei nº 13.800/19”, uma vez que tais recursos provêm de diversas fontes previstas na Lei. Ao ser instituído, o Fundo Patrimonial deve especificar em documento a destinação dos ativos ao fundo, bem como “prever, ainda, se há alguma restrição adicional quanto ao uso de seus rendimentos” (PASQUALIN, 2019a, p. 28).

As fontes de receita previstas para os Fundos Patrimoniais estão descritas no Art. 13. da Lei Federal nº 13.800 de 2019 e podem ser:

- I - os aportes iniciais;
- II - as doações financeiras e de bens móveis e imóveis e o patrocínio de pessoas físicas, de pessoas jurídicas privadas, nacionais ou estrangeiras, de Estados estrangeiros e de organismos internacionais e multilaterais;
- III - os ganhos de capital e os rendimentos oriundos dos investimentos realizados com seus ativos;
- IV - os recursos derivados de locação, empréstimo ou alienação de bens e direitos ou de publicações, material técnico, dados e informações;
- V - os recursos destinados por testamento, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);
- VI - as contribuições associativas;
- VII - as demais receitas patrimoniais e financeiras;
- VIII - a exploração de direitos de propriedade intelectual decorrente de aplicação de recursos do fundo patrimonial;
- IX - a venda de bens com a marca da instituição apoiada; e
- X - os recursos provenientes de outros fundos patrimoniais (BRASIL, 2019).

Como se pode ver, a lei do Fundo Patrimonial “previu um amplo espectro de fontes de receita”, mas o Fundo Patrimonial difere do Fundo de Investimento na medida em que os recursos de capital e os rendimentos não reverterem para o investidor. Isso ocorre porque o Fundo

Patrimonial aloca um conjunto de recursos ou bens originários doados para aplicação em benefício de uma causa específica, a favor da instituição apoiada (PASQUALIN, 2019ab).

Ainda segundo a autora, os rendimentos do Fundo Patrimonial

[...] não são revertidos em benefício do investidor, que faz ao Fundo uma doação irreversível; eles patrocinam a causa, custeando a atividade social da instituição pública ou filantrópica apoiada, sendo a OGFP a titular dos recursos e de seus rendimentos (PASQUALIN, 2019a, p. 27-28).

Como mecanismo de garantia para as “doações” e de credibilidade e transparência para a instituição receptora da doação⁵⁰ (BRAGANÇA; BISELLI, 2019), a Lei Federal nº 13.800 de 2019 teve, segundo Pasqualin (2019a), os aspectos de governança atendidos com base “nas boas práticas internacionais”. Desse modo, o fundo patrimonial deve ser composto por, por pelo menos três instâncias, quais sejam:

[...] o Conselho de Administração, responsável por pela administração da OGFP; o Comitê de Investimentos, responsável pelo assessoramento ao Conselho de Administração quanto à Política de Investimento e de resgate do Fundo Patrimonial; e o Conselho Fiscal, órgão de controle e fiscalização interna (PASQUALIN, 2019a, p, 18).

A respeito dos Fundos Patrimoniais, Adrião (2021) analisa que estes devem ser

[...] geridos com certa “profissionalização” expressa na separação entre a organização gestora do Fundo Patrimonial, responsável por aplicar o capital das doações em ativos financeiros ou reais a fim de gerar rendimentos, e a organização executora dos fundos. (ADRIÃO, 2021, p. 384).

Motta (2016) diz que as mudanças nas definições de políticas, inclusive das diretrizes e organização da educação básica brasileira, estão historicamente relacionadas ao setor econômico e se ajustam ao ciclo de expansão do capitalismo global e local. A autora afirma que tais mudanças ocorrem

[...] como expressão das correlações de forças internas (a exemplo dos Pioneiros da Educação (1932) e da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelos decretos-lei 4.048 e 4.936, em 1942). Conforme conjuntura histórica, as bases ideológicas conservadoras² das “reformas” educacionais se fundaram ora como fator de modernização, ora como motor de desenvolvimento econômico e social e de elevação da produtividade, ora como mecanismo de aumento da capacidade competitiva no mercado internacional (MOTTA, 2016, p.328).

⁵⁰ Mecanismos capitaneados pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis) e diversos profissionais do Terceiro Setor (BRAGANÇA; BISELLI, 2019).

Ao tentar compreender como as mudanças nas leis e políticas públicas brasileiras também se traduzem em mudanças no setor educacional, no que diz respeito à regulamentação da Lei Federal nº 13.800 de 2019, Adrião (2021) constatou a "demanda por mais estudos". Destarte, com base em Adrião (2015; 2018a; 2021) e em suas observações, realizou-se um estudo bibliométrico na perspectiva de Ravelli *et al.* (2009), que buscou por produções acadêmicas em quatro bases de dados brasileiras de acesso livre, com o objetivo de identificar estudos que tratassem da referida lei e sua relação com a prática da filantropia de risco na educação básica pública no Brasil. Na próxima subseção, tem-se os resultados desse estudo.

3.6.1 A produção acadêmica sobre a Lei nº 13.800/2019: relação entre fundos patrimoniais, filantropia de risco e a educação básica pública no Brasil⁵¹

O levantamento de produções acadêmicas sobre a Lei Federal nº 13.800, de 2019, foi realizado nas bases de dados BTD-Capes, Scielo-Br, Revista CSF e Revista Anpae, por meio dos descritores: “Lei 13.800/2019”, “fundos patrimoniais”, “responsabilidade social privada”, “responsabilidade social empresarial”, “investimento social privado”, “filantropia empresarial”, “*endowments*”, “filantropia corporativa” e “fundos filantrópicos”.

O estudo bibliométrico foi realizado com abordagem em duas dimensões. A primeira dimensão, a quantitativa, buscou localizar, por meio dos descritores de busca, a quantidade de produções acadêmicas que tratassem de ações e práticas de investimento social privado junto à educação pública no Brasil por meio da Lei Federal nº 13.800 de 2019, identificando o ano de publicação e as instituições em que se desenvolveram os estudos. A segunda dimensão foi a qualitativa, que visou identificar, por meio da análise dos resumos das produções acadêmicas localizadas pela dimensão quantitativa, aquelas referentes a estudos sobre a Lei nº 13.800/2019, relacionada à educação básica pública e que evidenciassem a prática da filantropia de risco (Adrião, 2015; 2018a; 2021); Ball (2020); Bishop e Green (2008); Robertson e Verger (2012) e Scott (2009).

⁵¹ Cabe ressaltar que parte do levantamento bibliográfico encontra-se publicado em periódico editado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGE/Unimontes) - Educação, Escola & Sociedade: Dossiê — Privatização da Educação Brasileira: ações mercantis e financeiras na definição das políticas públicas v. 15 n. 17 (2022), disponível em <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rees/article/view/4701> - Acesso em 24 de ago. 2022.

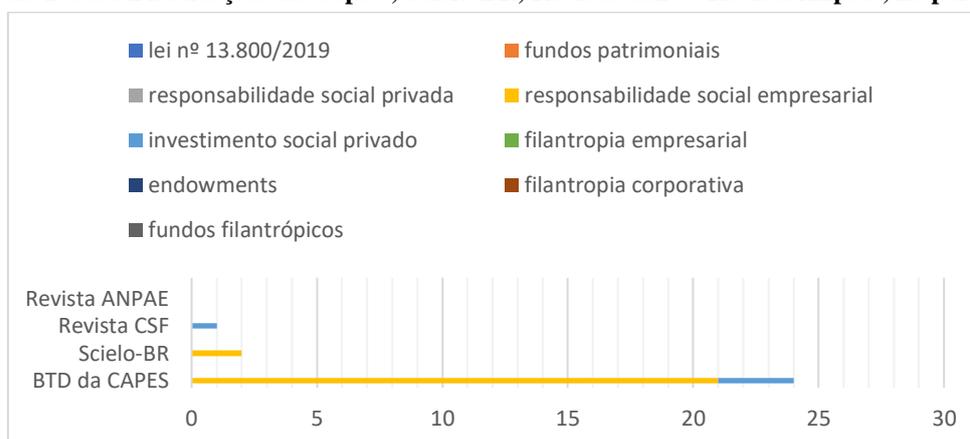
Filantropia corporativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Fundos filantrópicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de produções	27	100,00	24	100,00	2	100,00	1	100,00	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

Para os descritores “Lei nº 13.800/2019”, “fundos patrimoniais”, “responsabilidade social privada”, “filantropia empresarial”, “*endowments*”, “filantropia corporativa” e “fundos filantrópicos” não foram localizadas produções acadêmicas nas quatro bases de dados consultadas com base nos critérios de busca dos filtros.

O Gráfico 4, na sequência, mostra que na base de dados do CTD-Capes foram localizadas 24 produções acadêmicas, constituindo 88,90% do total, sendo 77,80% identificadas por meio do descritor “responsabilidade social empresarial” e 11,10% por meio do descritor “investimento social privado”. Já na segunda base de dados Scielo-BR localizou-se duas das produções acadêmicas (7,40%) analisadas, 100 % delas por meio do descritor “responsabilidade social empresarial”. A pesquisa em ambas as bases respeitou os critérios de F1.

Gráfico 4 - Distribuição das produções acadêmicas, por descritor, localizadas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações da Capes¹, Scielo-BR, Revista CSF² e Revista Anpae², no período de 2019-2022



Fonte: elaborado pela autora.

A base de dados Revista CSF localizou 3,70% do total de produções acadêmicas por meio do descritor “investimento social privado”, o que configura 100% das produções acadêmicas localizadas nesta base de dados pelos critérios do filtro F1.

Para a base de dados da Revista Anpae não foi localizado nenhum trabalho acadêmico por meio dos descritores de busca e pelos critérios do F1.

O resultado das buscas pelos critérios do Filtro 1 se encontram no Gráfico 5, onde se vê que, para as bases de dados consultadas, há registros de produções acadêmicas para todos os

anos do período deste levantamento bibliométrico. Destaca-se o descritor “responsabilidade social empresarial”, que registrou produções acadêmicas em todos os anos do período do levantamento: quatro produções em 2019, dez produções para o ano de 2020, sete em 2021 e duas produções localizadas no ano de 2022.

Gráfico 5 - Distribuição das produções acadêmicas, por descritor e ano de publicação, localizadas nas bases de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes¹, Scielo-BR, Revista CSF e Revista Anpae², no período de 2019-2022



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme se observa, pelos critérios de busca, o descritor “investimento social privado” não localizou produção acadêmica apenas para o ano de 2022. Para os demais anos do período do levantamento, tem-se os seguintes registros: uma produção em 2019, duas em 2020 e uma produção em 2021, conforme o Gráfico 5. Pelos critérios do F2, como já dito, não foram localizadas produções acadêmicas que pudessem ser submetidas à análise qualitativa.

O desenvolvimento deste levantamento bibliométrico resultou, portanto, na ausência de produções que tenham se dedicado a investigar as práticas de investimento social privado a partir da regulamentação da Lei Federal nº 13.800/2019 junto à educação pública no Brasil. Tampouco localizou-se estudos que evidenciassem atuação filantropocapitalista dos atores privados incidentes na educação básica pública do país.

Esses achados dialogam com questão já explicitada por Adrião (2021) a respeito da Lei dos Fundos Patrimoniais, que configura demanda de estudos. Segundo a autora, “[...] a hipótese é de que a normativa tende, no Brasil, a reconfigurar a relação entre os filantropocapitalistas e as organizações que gravitam e sobrevivem de sua ação” (ADRIÃO, 2021, p. 384).

Outro resultado obtido pelo levantamento foi a concentração de estudos localizados a partir do descritor “responsabilidade social empresarial”, 23 produções acadêmicas do total de 27 produções localizadas no levantamento bibliométrico, seguido pelo descritor “investimento

social privado”, que localizou quadro produções acadêmicas para o período do levantamento e que, pelos critérios de F2, são estudos que não estabelecem relação entre a Lei dos Fundos Patrimoniais e a educação básica pública no Brasil.

Considerando o disposto no Art. 1º da Lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil, que trata de “[...] arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas privadas para programas, projetos e demais finalidades de interesse público” (BRASIL, 2019), para o setor educacional é necessária atenção para as práticas de investimento social privado.

Segundo Adrião (2015), o investimento social privado, é uma “[...] ‘tendência de privatização’ ideologicamente estimulada por entidades vinculadas ao campo do investimento social privado de modelos de convênios como as *charter schools* americanas” (ADRIÃO, 2015, p. 64). A autora, analisando estudos que trataram da “[...] privatização da gestão da educação pública, por meio da transferência da elaboração e da implantação de políticas educacionais para entidades identificadas com o investimento social privado”, relaciona a essa prática de investimento à dos filantropos de risco (ADRIÃO, 2015, p. 216).

Adrião (2021) diz ainda que, no Brasil:

Vários trabalhos, que tratam dos processos de privatização, por meio da transferência de responsabilidades sobre dimensões da política educativa no Brasil e em outras regiões do mundo, têm associado o crescimento da incidência de atores privados na definição de políticas educativas à ampliação do Investimento Social Privado (ISP) e a constituição de uma nova filantropia (ADRIÃO, 2021, p. 383).

Entende-se, então, que a prática do investimento social privado em educação no Brasil compartilha das estratégias da prática da filantropia de risco (Adrião, 2015; 2021) e ressalta-se que a administração pública, ao firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos com organizações gestoras de fundos patrimoniais devem, segundo a Lei dos Fundos Patrimoniais, atender ao interesse público (BRASIL, 2019).

A iniciativa de estabelecer a regulamentação dos fundos filantrópicos no Brasil, segundo Fabiani e Wolffenbüttel (2019), conforme já mencionado, foi uma iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), que percebeu uma lacuna na legislação que desestimulava a criação dos Fundos Patrimoniais Filantrópicos. Desse modo, “[...] em 2012, abraçou a decisão de trabalhar pela regulamentação desse importante instrumento da filantropia estratégica” (FABIANI; WOLFFENBÜTTEL, 2019, p. 10). As autoras dizem ainda que o Idis “não caminhou sozinho”, mas contou com

[...] o apoio firme e constante da Associação Paulista de Fundações (APF), da Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf), do Grupo de Institutos, Fundações e

Empresas (GIFE), da Levisky Negócios e Cultura e do PLKC Advogados, que agregou seu inestimável conhecimento jurídico. Também recebeu contribuições financeiras de diversos entusiastas da causa (FABIANI; WOLFFENBÜTTEL, 2019, p. 10).

Destaca-se que tal iniciativa teve ainda a participação de mais de 70 organizações que “aceitaram convite para fazer parte da Coalização pelos Fundos Filantrópicos” (FABIANI e WOLFFENBÜTTEL, 2019, p. 10) no Brasil, ação esta que é avaliada, pelas autoras como tendo sido fundamental para o sucesso da empreitada.

Ao analisar a normativa dos Fundos Patrimoniais no Brasil, Adrião (2021) observa que, em seus termos, está alinhada "às orientações internacionais e tende a alterar as relações entre os atores privados em quatro dimensões" que possibilitam:

- 1- Potencializar ainda mais a constituição de redes e articulações entre organizações privadas;
- 2- Movimentar a disputa por tais fundos pelas organizações da sociedade civil em geral;
- 3- Induzir a criação de organizações especializadas na gestão desses fundos criando um novo segmento de mercado; e,
- 4- Estimular a criação de mecanismos de controle sobre a eficácia e o impacto das doações efetivadas. Aqui vale a ressalva das métricas para aferição do impacto social aventadas quando da tentativa de implantação do Contrato de Impacto Social (CIS) (ADRIÃO, 2021, p. 385).

De acordo com informações no *site* do Gife, os investidores sociais no Brasil tanto atuam na captação e transferência de recursos, como criam suas próprias organizações/fundações/institutos com recursos próprios, implementando iniciativas próprias ou repassando recursos a terceiros. Embora a fonte de recursos dessas organizações seja privada, a finalidade é pública, voltada ao bem comum, contribuindo com a sociedade e o meio ambiente (BRETTAS, 2021).

Considerando-se os processos de privatização da educação promovidos pela incidência de atores privados nas dimensões da política educacional no Brasil (ADRIÃO, 2015; 2018a) e tendo a Lei dos Fundos Patrimoniais como lente para análise da prática da filantropia de risco no país – mesmo que numa perspectiva retroativa de análise da atuação de atores privados que incidiram nos sistemas de educação dos estados brasileiros, como no caso da análise que esta pesquisa se propôs a apresentar – infere-se, com base no referencial teórico mobilizado até o momento, nesta dissertação, que, no Brasil, as características da atuação filantrocapiatalista são descritas principalmente por Adrião (2015; 2018a; 2021). Dessa maneira, com base nas dimensões das principais mudanças da filantropia tradicional para a filantropia de risco, conforme a OCDE NETFWD (2014) e apresentadas em seção anterior desta dissertação, o

Quadro 9 apresenta as dimensões da atuação filantropocapitalista no Brasil inferidas com base em Adrião (2015; 2018a; 2021), Lei dos Fundos Patrimoniais (BRASIL, 2019) e Brettas (2021).

Quadro 9 - Dimensões da prática da filantropia de risco no Brasil comparada com a prática da filantropia de risco impulsionada pela OCDE netFWD

Dimensões		Filantropia de risco - OCDE NETFWD (2014)	Filantropia de risco - Brasil
1	Enquadramento estratégico	Doações generalizadas (recurso tradicional transferir).	Prática do Investimento Social Privado.
2	Escala de intervenção	Baseado em projeto.	Por meio de projetos sociais.
3	Foco no setor	Terceiro setor (filantrópico ou sem fins lucrativos).	Atuação, principalmente por meio de organizações sem fins lucrativos.
4	Mecanismos de financiamento	Concessões.	Fonte do recurso é privada (captação de recursos para projetos próprios e/ou transferência de recursos à terceiros).
5	Tipo de comprometimento	Mínimo (toque leve).	Atuação estruturada e estruturante, com assistência, capacitação e gestão.
6	Tempo de comprometimento	Curto (por exemplo, 1-2 anos).	Longo prazo¹
7	Cultura e capacidade da equipe	Altruísta, administrativo, financeiro.	Atuam com profissionalismo, com capacidade gestora, influenciando as políticas públicas.
8	Crítérios de sucesso	Entradas e saídas.	Obtenção de resultados financeiros para si e parceiros e impactos.

Fonte: elaborado pela autora com base em Adrião (2015; 2018a,), Brasil (2019); Brettas (2021) e OCDE NETFWD (2014).⁵²

No Quadro 9, com base nas dimensões da filantropia de risco apresentadas pela OCDE netFWD (2014), observa-se que, no Brasil, há diferenças na forma de atuação filantropocapitalista, principalmente devido à atuação estratégica, que ocorre por meio da prática do investimento social privado. Esse investimento é realizado pelos filantropocapitalistas brasileiros por meio de projetos sociais que atuam de forma estruturada e profissional com o objetivo de influenciar as políticas públicas a seu favor.

Ponto comum entre a filantropia de risco impulsionada pela OCDE netFWD (2014) e o investimento social privado praticado no Brasil é que os filantropocapitalistas querem obter como resultados de suas ações não apenas o resultado do impacto de seus projetos, mas também o retorno financeiro de seus investimentos.

A caracterização da atuação de atores privados incidentes nas redes de ensino público no Brasil com prática de filantropia de risco tem as dimensões dessa prática (Quadro 9) como

⁵² Considerando-se a Lei nº 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que diz que o fundo patrimonial constitui-se fonte de recursos de longo prazo, a partir da preservação do principal e da aplicação de seus rendimentos (BRASIL, 2019).

base de análise, pois se configuram em categorias da prática da filantropia de risco, por meio do investimento social privado, sendo úteis para a análise da atuação filantropicapitalista no Brasil.

Como observado pela literatura que trata dos processos de privatização da educação resultantes da atuação dos filantropicapitalistas, os investidores sociais privados no Brasil (Adrião, 2015; 2018; 2021; Adrião; Garcia, 2016), têm se beneficiado de seus fundos patrimoniais para, por meio da "filantropia", propagar seus “negócios” e assim obter lucro com seus investimentos sociais, consubstanciando a prática filantropicapitalista (BISHOP; GREEN, 2008).

4 A EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL NO ESTADO DE MATO GROSSO E A INCIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA NO PERÍODO DE 2005 A 2018

Esta seção aborda questões referentes à educação pública estadual de Mato Grosso no período de 2005 a 2018, com base nos resultados da pesquisa de caráter interinstitucional intitulada *Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005–2018): atores, programas e consequências para a educação pública*, realizada no âmbito do Greppe e coordenada pela Prof.^a Dr.^a Theresa Adrião (VENCO; BERTAGNA; GARCIA, 2021), com financiamento da FAPESP.

Sobre a incidência de atores privados junto ao setor público de educação no Brasil, a literatura mostra que desde meados da década de 1990 há uma diversidade de medidas e estratégias difundidas para o setor público educacional (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021; COSTA; AMARAL, 2015; COSTA; GENTIL; AMARAL, 2016; DOMICIANO, 2021), ampliando, assim, “a presença do setor privado na educação”, “seja pelo aumento das matrículas privadas, seja pela incidência de organizações e empresas privadas” na educação pública (ADRIÃO, 2015, p. 4).

Essas diferentes estratégias têm potencializado o processo de privatização da educação não só no Brasil, mas mundialmente, conforme registrado pelos estudos que tratam da privatização da educação, os quais destacam os chamados "convênios" ou "parcerias" entre o setor público e o privado como forma de operacionalizar por este último a prestação dos serviços públicos em diversos setores, incluindo o educacional (ADRIÃO, 2021)

4.1 Notas sobre a caracterização do estado de Mato Grosso

A região Centro-Oeste do Brasil é formada por três estados: Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e o Distrito Federal. Mato Grosso, com 903.207, 019 km², é o estado de maior extensão territorial da região Centro-Oeste e o terceiro maior estado em extensão do Brasil, estando à sua frente apenas os estados do Amazonas, com 1.559.146,876 km², e do Pará, com 1 245 870,798 km².

Dados de acesso livre, disponíveis no site do IBGE (2022a), mostram que para o Censo Demográfico de 2010 o estado de Mato Grosso registrou população total de 3.035.122 pessoas. Com a atualização, por meio de estimativa realizada no ano de 2021, o IBGE (2022a) estima

que a população total do estado seja de 3.567.234 pessoas. Pela estimativa, a população de Mato Grosso aumentou em 17,53% entre 2010 e 2021.

A densidade populacional, segundo o Censo Demográfico de 2010, é de 3,36 hab./km² e, assim, o estado ocupa a 25ª posição no ranking nacional. Atrás estão os estados do Amazonas, 2,30 hab./km², e Roraima, 2,01 hab./km². Com a estimativa populacional do ano de 2021, Mato Grosso sai da 19ª posição e passa ocupar a ocupar a 16ª posição no *ranking* populacional do país (IBGE, 2022).

Ainda segundo o Censo Demográfico de 2010, o estado de Mato Grosso possuía um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,725 e ocupava a 11ª posição no ranking do IDH dos estados brasileiros. Conforme dados atualizados no site do IBGE (2022a), em relação ao IDH, o estado caiu oito posições e ocupa atualmente a 19ª posição no ranking do IDH dos estados brasileiros, registrando renda mensal domiciliar *per capita* de R\$ 1.362 (IBGE, 2022c).

Sobre a atividade econômica no Estado de Mato Grosso, é impulsionada pelo setor agropecuário, fato destacado na matéria *MT lidera o ranking dos municípios mais ricos do agronegócio*, publicada no site Agrolink (MERLADETE, 2022). A matéria apresenta resultados do estudo do IBGE que buscou identificar os municípios mais ricos do agronegócio do país, considerando o valor da produção das lavouras permanentes e temporárias e o Produto Interno Bruto dos Municípios. Dos 100 classificados, “a maior parte dos municípios com maior valor da produção situa-se em Mato Grosso” (MERLADETE, 2022), que concentra 35 municípios dos 100 mais ricos do agronegócio no Brasil, seguido pelo estado de Mato Grosso do Sul, com 13 municípios, quais sejam: Goiás, com 10; o estado da Bahia, com 9; Minas Gerais, que concentra 8 municípios; e o estado de São Paulo, com 6 municípios. Há destaque ainda para o fato de o estado ter o município que ocupa o 1º lugar em produção e negociação no setor agropecuário, Sorriso, localizado no médio norte do estado de Mato Grosso e que, em 2020 comercializou R\$ 5,3 bilhões do total de R\$ 470 bilhões pelo setor agropecuário brasileiro no referido ano (MERLADETE, 2022).

Segundo informações do site do IBGE, o município de Sorriso-MT, segundo o Censo de 2010, tinha uma população de 66.521 pessoas. Com a estimativa feita em 2021, a população do município aumentou em 42,72% e o total estimado é de 94.941 pessoas. Com IDH 0,744, o município ocupa a 7ª posição no ranking de IDH do Estado e a 1ª posição no ranking da região geográfica imediata (IBGE, 2022b).

O crescimento do agronegócio em Mato Grosso já era anunciado em 2008, pela equipe técnica da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado de Mato Grosso

(SICME/MT), que realizou um diagnóstico sobre o desenvolvimento econômico do Estado com a conclusão de que de 2003 a 2007 a agropecuária cresceu 14%. Esse crescimento foi equivalente a mais de 200% em relação ao crescimento da agropecuária no Brasil e no Centro Oeste, que registraram crescimento inferior a 7% para o período (MATO GROSSO, 2008).

Em contrapartida e para o mesmo período, referente aos anos iniciais dos dados aqui analisados, Freitas (2005) aponta que o desenvolvimento do agronegócio em Mato Grosso promoveu desigualdades sociais no estado. Segundo a autora, a adoção de políticas públicas foi uma medida que favoreceu o modelo do agronegócio, mas torna-se incapaz, entre outras medidas, de expandir a oferta de postos de trabalho expulsando a mão-de-obra para os núcleos urbanos produzindo bolsões de pobreza, sobretudo, no entorno da capital Cuiabá (FREITAS, 2005, p.1).

Para a autora, o estado ser desenvolvido no setor do agronegócio não implica na melhoria da qualidade de vida, pois a concentração fundiária e de renda promovem enormes desigualdades sociais entre a população mato-grossense, impedindo que a maioria absoluta da tenha acesso à riqueza produzida internamente (FREITAS, 2005).

Em relação à riqueza produzida internamente pelo agronegócio em Mato Grosso, tem-se que foi, também, impulsionada pela Lei Kandir, regulamentada pela Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Este último dispositivo promoveu mudanças significativas na legislação do tributo do ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS e SERVIÇOS, como a "[...] completa desoneração das operações que destinassem mercadorias ao exterior, alcançando inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados (arts. 3º, II, e 32, I)" (SOARES, 2007, p.4).

Amaral (2020), discutindo a importância da Lei Kandir para o agronegócio brasileiro, diz que a regulamentação da lei foi

[...] responsável pelo avanço e crescimento extraordinário do setor do agronegócio, pois trouxe de forma originária a desoneração do ICMS nas exportações de produtos primários, o que resultou em um aumento significativo das exportações dos produtos agrícolas (quase 500% entre os anos de 1997 a 2018, segundo CNA) (AMARAL, 2020).

Segundo Silveira (2009), em termos de perdas de arrecadação causadas pela Lei Kandir, em 2008

[...] o Estado deixou de receber R\$ 2,21 bilhões, devido à desoneração do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para exportação de produtos primários e semielaborados e ao aproveitamento do crédito de ICMS nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado. São Paulo e Minas Gerais ficaram

em primeiro e segundo lugares, acumulando prejuízos na ordem de R\$ 4,61 bilhões e R\$ 3,89 bilhões, respectivamente, conforme dados do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Contudo, Mato Grosso recebeu R\$ 199 milhões do Governo Federal, a título de compensação por essas perdas, ou seja, apenas 10% do montante de R\$ 2,21 bilhões (SILVEIRA, 2009).

Como verifica-se nas informações acima, sobre a Lei Kandir, ao beneficiar setores como do agronegócio, a lei promoveu perdas de investimentos em outras áreas e setores da sociedade, como saúde, educação e segurança. Mesmo com medidas que pretendiam ressarcir os estados diante da isenção fiscal aos setores de exportação de produtos primários e *commodities*, os valores repassados aos estados foram deficitários, como no caso recebido por Mato Grosso, em 2008, que teve déficit de 90% do valor esperado.

Segundo a Câmara dos Deputados (2021), a sanção da Lei Complementar nº 176/20, pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, estabeleceu regras de compensação da Lei Kandir aos estados entre 2020 e 2037. Assim, o governo federal deverá repassar R\$ 58 bilhões para compensar prejuízos com isenções fiscais de exportação (SIQUEIRA, 2021).

Domiciano (2021), com base em Fabricio José Missio e Rosimari Rivas (2019), destaca que desde a ocupação e “colonização” do estado de Mato Grosso, então “uno”, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul serviram à colônia portuguesa no Brasil império para explorar metais preciosos e fornecer mão de obra indígena para outras regiões do país. Já nos anos 50, o estado foi incorporado ao mercado nacional como produtor de bens alimentícios e, mais recentemente, produz *commodities* para atender à demanda externa, principalmente o mercado chinês (DOMICIANO, 2021, p. 224).

Ainda em se tratando da ocupação do território de Mato Grosso, o estado já foi território espanhol, e remontam ao ano de 1525 “[...] as primeiras excursões feitas no território de Mato Grosso”, realizadas por Pedro Aleixo Garcia, que, ao se destinar à Bolívia, passou por Mato Grosso seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai. Em função de rumores de que havia muita riqueza nessas terras inexploradas, portugueses e espanhóis foram atraídos à região, assim como os jesuítas espanhóis, que organizaram missões entre os rios Paraná e Paraguai (MATO GROSSO, 2018).

Abutakka (2010), ao referir-se ao processo de ocupação do estado de Mato Grosso, diz que se vive a sétima fase de ocupação do território mato-grossense, que ocorre pelos

[...] avanços recentes da fronteira agrícola do território rumo a “consolidação”. Dessa forma, as frentes de expansão fizeram surgir um conjunto variado de formas de apropriação do espaço agrário, tornando-se estas também responsáveis pela transformação da paisagem natural do Estado. Essa transformação implicou não somente na organização de um setor primário dinâmico, baseado numa gama variada

de produtos (extrativos vegetais, agrícolas, pecuários, etc.), mas também num leque de impactos socioeconômicos e ambientais de natureza e intensidade diversas (ABUTAKKA, 2010, p. 4)⁵³.

Ainda segundo o autor, as fases anteriores do processo de ocupação do território do Estado de Mato Grosso são marcadas por alguns acontecimentos históricos. A primeira fase ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, quando ocorreu a penetração portuguesa em terras de Mato Grosso, "promovida pelas incursões dos bandeirantes paulistas". Essa fase foi marcada por ações de "aprisionamento de índios para o trabalho escravo na Província de São Paulo" e pela extração de ouro, sendo este declarado esgotado no final dessa fase.

A segunda fase data do século XIX ao XX, e teve característica de ocupação da intensa atividade econômica comercial entre os núcleos portuários mais antigos, como Cuiabá, Corumbá e Cáceres, principalmente para a exportação de poaia e seringa (látex) durante o período.

A "Marcha para o Oeste" (1930- 1950) constitui a terceira fase de ocupação do território mato-grossense, marcada por um importante "[...] política de interiorização da economia e de incorporação das regiões, em especial, Centro-Oeste e Norte ao processo de reprodução do capital hegemônico nacional".

A quarta fase ocorreu no final das décadas de 1950 a 1960, sendo marcada pela construção de Brasília. Na sequência veio a quinta fase de ocupação, que vai do final da década de 1960 a 1970, quando ocorreu a "implementação dos primeiros programas de desenvolvimento da região Centro-Oeste, corporificados, em grande parte, no I e II PND (Programa Nacional de Desenvolvimento), e com a intensificação do fluxo migratório dirigido a essa região".

E, pós década de 1970, ocorreu a sexta fase, em que foram implementados os "programas de desenvolvimento POLOCENTRO, POLONOROESTE e PRODEAGRO", que foram uma "intervenção do Estado Nacional, planejada e dirigida à ocupação do Centro-Oeste e Amazônia" (ABUTAKKA, s/d, p.3-4).

Galvão (2013), sobre a política de colonização no Brasil, afirma que ela resulta de "[...] uma ideologia de ocupação dos vazios demográficos que deveriam ser incorporados ao mercado capitalista". Analisando também a colonização do Estado de Mato Grosso, conclui que a

⁵³ Disponível em:

<http://www.seplan.mt.gov.br/documents/363424/3935270/A+forma%C3%A7%C3%A3o+e+ocupa%C3%A7%C3%A3o+do+territ%C3%B3rio+mato-grossense.pdf/dd149e42-ce2e-4eb0-8ad7-ffa31ce3d43>. Acessado em 22 de jan. 2022.

colonização de espaços do território brasileiro e mato-grossense “constituiu e constitui-se em um grande negócio” (GALVÃO, 2013, p.1).

A autora diz que o processo de colonização no Brasil tem sido utilizado

[...] como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada, definida em planejamento, em sua maioria, os projetos de colonização em Mato Grosso deram origem a municípios. O estado de Mato Grosso foi onde houve o maior número de projetos de colonização privada (GALVÃO, 2013, p.10).

O território desse estado tal qual se apresenta durante o estudo, deriva da Lei Complementar nº 31 (BRASIL, 1977), de 11 de outubro de 1977, que criou o Estado de Mato Grosso do Sul pelo desmembramento de área do Estado de Mato Grosso e procedeu à última alteração territorial do Estado, referente à

[...] estrutura regional identificada em 1970, com as respectivas alterações ocorridas posteriormente, no mapa político-administrativo do Brasil: o acréscimo do Estado do Mato Grosso do Sul, na Região Centro-Oeste; a retirada do Estado da Guanabara, integrado ao Estado do Rio de Janeiro, pelo processo de fusão ocorrido em 1975, na Região Sudeste; a adição do Estado do Tocantins, criado na década de 1980, à Região Norte; e a transformação dos antigos territórios da Região Norte em estados (Rondônia, Roraima e Amapá) (IBGE, 2017, p. 74-75).

Segundo IBGE (2017), o Mato Grosso é constituído por 141 municípios, divididos em cinco macrorregiões: Macrorregião de Cuiabá, com 30 municípios; Macrorregião de Cáceres, com 21 municípios; Macrorregião de Sinop, com 42 municípios; Macrorregião de Barra do Garças, com 30 municípios; e Macrorregião de Rondonópolis, com 18 municípios. Essa é a organização territorial vigente no período aqui considerado.

4.2 Notas sobre o contexto político educacional em Mato Grosso no período de 2005 a 2018

A configuração político-administrativa do Governo do Estado encontrada no período em que se realizou as duas fases da pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018): atores, programas e consequências para a educação pública” inclui três governadores que estiveram à frente do executivo do Estado de Mato Grosso durante esse período da pesquisa, como mostra o Quadro 10.

Quadro 10 - Governadores, partido político e período do mandato político no período de 2005 – 2018, no Estado de Mato Grosso

Governador	Partido político	Período do mandato político
 <p>Blairo Maggi</p>	Partido Popular Socialista - PPS	Eleito Governador no pleito eleitoral em 6 de outubro de 2002. Reeleito em 1º de outubro de 2006 e renunciou ao mandato em 31 de março de 2010.
 <p>Silval Barbosa</p>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro - MDB	Vice-governador eleito, assumiu o governo do estado de 31 de março de 2010 a 1º de janeiro de 2011, após renúncia de Blairo Maggi. Foi reeleito no pleito de 2010 e governou o estado de Mato Grosso até 1º de janeiro de 2015.
 <p>Pedro Taques</p>	Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB	Governador eleito em sufrágio universal em 5 de outubro de 2014. Governou o estado de Mato Grosso de 1º de janeiro de 2015 a 1º de janeiro de 2019.

Fonte: Organizado pela autora com base na lista de governadores de Mato Grosso (LISTA..., 2022).

Considerando a configuração política e o tempo de mandato descritos no Quadro 10, dos três governadores que estiveram à frente do executivo estadual no período da pesquisa “*Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2018)*”, verifica-se que Blairo Maggi, do então partido político PPS (atual Cidadania), assumiu o executivo do Estado de Mato Grosso em 2003.

O PPS é um partido cuja ideologia política é a favor do Parlamentarismo e realiza alianças partidárias com partidos de centro-direita, como Democratas (DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ao mesmo tempo, mantém distanciamento de partidos de oposição de esquerda, como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) (CIDADANIA, 2022).

Blairo Maggi, então filiado ao PPS, esteve à frente das decisões político-administrativas de Mato Grosso por um período de sete anos e três meses, conforme o Quadro 3. Considerando-se o período da pesquisa do Mapeamento, realizada pelo Greppe (2005-2018), tem-se um período de cinco anos e três meses (1º de janeiro de 2005 a 31 de março de 2010), quando Blairo Maggi renuncia “[...] para disputa ao senado, assumiu o executivo o vice-governador Silval da

Cunha Barbosa, do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB)” (DOMICIANO, 2021, p.225).

Conforme o Quadro 8, Silval Barbosa, sucedendo ao Executivo de Mato Grosso em de 31 de março de 2010, filiado ao MDB, reeleito no pleito de 2010, governou até 1º de janeiro de 2015. O MDB é um partido cuja ideologia político-partidária é antiautoritária, realizando alianças com partidos de centro a centro-esquerda (MOVIMENTO, 2022), como PSDB, Progressistas (PP) e Partido dos Trabalhadores (PT). No período da pesquisa do Mapeamento realizado pelo Greppe (2005-2018), Silval, influenciado pelo MDB, esteve à frente das decisões político-administrativas do Estado por um período de quatro anos e nove meses (de 31 de março de 2010 a 1 de janeiro de 2015) (SILVAL..., 2022).

Com o resultado das eleições de 2014, a partir de 1º de janeiro de 2015, Pedro Taques assumiu o cargo de governador do Estado de Mato Grosso, filiado ao PSDB, que é um partido centro a centro-direita brasileiro, caracterizado por uma ideologia liberal (PARTIDO, 2022), e historicamente estruturado a partir da aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (PARTIDO, 2009). Considerando o período da pesquisa do Mapeamento realizado pelo Greppe, o PSDB influenciou as decisões político-administrativas de MT estando quatro anos (1º de janeiro de 2015 a 1ª de janeiro de 2019) à frente das decisões político-administrativas de Mato Grosso, como visto no Quadro 8.

Destaca-se que os três governos, no período de 2005 a 2018, tiveram mandatos respectivamente marcados por escândalos de corrupção⁵⁴, especialmente na pasta da Educação, Secretaria de Estado de Educação do Estado e Mato Grosso-Seduc/MT (FERNANDES, 2016).

Ainda segundo Fernandes (2016), o orçamento da Seduc, em 2010, ultrapassou a casa de R\$ 1 bilhão, valores da época. Em 2016, a previsão orçamentária da Seduc/MT era de R\$ 2,4 bilhões, ocorrendo em um momento em que “[...] a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) contabiliza 13 anos de escândalos de corrupção e incontáveis irregularidades gravíssimas nas contas de gestão” (FERNANDES, 2016, p?). Entre os escândalos de corrupção na Seduc/MT, destaca-se o ano de 2013, quando o então secretário Ságuas Moraes (Partido dos Trabalhadores-PT), em exercício no governo,

[...] ganhou noticiário nacional após liberar R\$ 7,7 milhões para contratação de bufês pelo período de um ano, e no cardápio havia pratos sofisticados, como salmon ao

⁵⁴ Os escândalos de corrupção foram decorrentes de “[...] apontamentos de falhas graves na administração – sobre preço em contrato, exclusão de licitação pública em valores milionários e até a suspeita de o gestor dividir a ocupação com a gerência de um cartel envolvendo servidores de médio escalão, empresários e empreiteiras”. (FERNANDES, 2016).

molho tártaro e salada de mariscos. O dinheiro estava destinado para a realização de 433.512 refeições entre cafés da manhã, almoços e jantares. À mesma época, profissionais da rede estadual de educação estavam em movimentação para deflagração de greve, com exigência da montagem de um plano de carreira e salários (FERNANDES, 2016).

Domiciano (2021) destaca que José Pedro Gonçalves Taques (PSDB) ascendeu ao governo de Mato Grosso devido sua atuação histórica como procurador da República nos anos de 1995 a 2010, quando atuou na desarticulação da quadrilha que operava na Superintendência da Amazônica (SUDAM) e nas prisões de Jader Barbalho, então senador pelo MDB-PA, e de João Arcanjo Ribeiro, “bicheiro”. Segundo a autora, Taques deixou o cargo de governo com atuação contrária àquela que o levou à sua ascensão, já que seu nome foi citado em “[...] delações premiadas que ligavam seu nome à esquema de grampos ilegais” (DOMICIANO, 2021, p. 225–226).

Os escândalos de corrupção na pasta da educação do governo de Pedro Taque ocorreram, em grande parte, sob a responsabilidade do então secretário de educação, Permínio Pinto (PSDB). Em 2016, foi deflagrada a Operação Rêmora, pelo Grupo de atuação especial contra o crime Organizado (Gaeco), que resultou na prisão de empresários, servidores públicos e do mencionado secretário de Educação do Estado de Mato Grosso, Permínio Pinto, identificado como chefe de organização criminosa dentro da Seduc/MT pelo Gaeco (SILVA, 2017).

Conforme denúncia do Ministério Público Estadual de Mato Grosso (MPE/MT), Permínio Pinto seria chefe de uma organização que desviou R\$ 56 milhões da SEDUC/MT por meio de fraudes em certames de licitação. O MPE/MT identificou fraudes em obras de 23 escolas no Estado e caracterizou a prática de cartel, pela qual os empresários participantes da organização criminosa distribuíam entre si os projetos, com a participação ativa do ex-secretário nas rodadas de negociação (ANJOS, 2016).

De acordo com França (2016), resultante da operação Rêmora, a Seduc/MT “rescindiuiu, unilateralmente, 12 contratos com nove empresas envolvidas na Operação Rêmora”. Segundo o autor:

[...] a partir do momento em que a operação se tornou pública, no começo de maio, foi instaurado um Procedimento Administrativo de Responsabilização (PAR) em conjunto com a Seduc e a Controladoria Geral do Estado (CGE). Na época, contratos de obras foram suspensos por prazo indeterminado (FRANÇA, 2016).

Os resultados das investigações revelaram que, das empresas investigadas que possuíam contratos com a SEDUC/MT, apenas três “[...] não tiveram envolvimento com as fraudes investigadas pelo Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado (Gaeco)” e continuaram a realizar obras nas escolas (FRANÇA, 2016).

Costa e Domiciano (2020) salientam que Pedro Taques, ao assumir o cargo de governo do estado de Mato Grosso, alinhou “seu discurso ao do governo federal” a favor do “ajuste fiscal” decorrente da crise fiscal do Estado. As autoras explicam que o desequilíbrio das contas públicas foi justificado pelo governo por gastos excessivos com políticas sociais e baixa arrecadação (COSTA; DOMICIANO, 2020, p. 12). Nas palavras das autoras:

Mesmo a EC-95/2016 valendo apenas na esfera federal, em Mato Grosso, o governo de José Pedro Taques (2015-2018), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), eleito com o slogan “Estado de Transformação”, não tardou a alinhar seu discurso ao do governo federal, cujo argumento em defesa do ajuste fiscal era praticamente o mesmo: crise fiscal do Estado decorrente do desequilíbrio das contas públicas, ou seja, de gastos excessivos com políticas sociais e baixa arrecadação (COSTA; DOMICIANO, 2020, p. 12).

A Emenda Constitucional nº 95/2016 impôs ajuste fiscal ao setor de serviços essenciais, travando o aumento de salário aos servidores públicos do Executivo. Ainda segundo Costa e Domiciano (2020), estes últimos eram “alvo preferido de medidas neoliberais, portanto, privatizantes” (COSTA; DOMICIANO, 2020, p.13).

Costa, Gentil e Amaral (2016), em estudo que analisa “[...] as proposições e ações do governo do Estado de Mato Grosso – Brasil, no campo da educação”, no governo Pedro Taques (PSDB), verificaram “[...] o alinhamento do atual governo com as propostas de privatização proclamadas pelos discursos neoliberais como a única saída para a suposta crise” (COSTA; GENTIL; AMARAL, p.1). Nesse contexto, segundo as autoras, o Estado de Mato Grosso “sob a gestão do governo Pedro Taques” promoveu “um verdadeiro desmonte do sistema público de ensino”, pois as ações que foram adotadas no governo para a educação “[...] formam um elo que indicam a tendência à privatização da educação pública a curto e a longo prazo” (COSTA, GENTIL; AMARAL, 2016, p.5).

Observa-se, portanto, que ações implementadas no governo de Pedro Taques, analisadas pelas autoras, foram pautadas “[...] em procedimentos típicos do meio empresarial nos seguintes campos: testes/avaliações standardizadas, gestão por resultados via parcerias público-privadas em detrimento da gestão democrática, formação continuada de professores” (COSTA; GENTIL; AMARAL, 2016, p. 5).

Esses procedimentos destacados pelas autoras configuram processos de privatização da educação pública mato-grossense, de modo que Costa, Gentil e Amaral (2016), em seu estudo, identificaram que, nos últimos anos, “[...] decisões diversas que vêm, articuladamente, minando a ideia de gestão pública e democrática e visando, em última instância, a privatização da educação”. A respeito dessas diversas decisões, entre elas a escolha pelas parcerias público-privadas, as autoras, apoiadas em Freitas (2008), dizem:

São ações direcionadas a pontos cruciais do desenvolvimento do trabalho educacional: a gestão, a atuação dos profissionais da educação, os processos de ensino, aprendizagem e a avaliação, como, por exemplo as parcerias com a Fundação CESGRANRIO (2006) e com o Instituto Ayrton Senna (2007/2008), que tiveram influência na formação continuada dos professores da rede pública estadual e na organização do trabalho pedagógico, entendido em seus conceitos⁴ restrito e amplo. (COSTA; GENTIL; AMARAL, 2016, p.3).

Dessa maneira, tais as ações decisórias, no âmbito da educação pública mato-grossense, têm resultado nas parcerias entre o público e o setor privado, as quais, se analisadas isoladamente, podem ocultar a lógica que as sustenta. Entretanto, a análise geral indica “[...] explicitamente seu fundamento: a educação como mais uma mercadoria” (COSTA; GENTIL; AMARAL, 2016, p.4), tratada como objeto no âmbito dos negócios e não como responsabilidade pública.

4.3 Educação de Mato Grosso e os atores privados localizados pela pesquisa “Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005 - 2018): atores, programas e consequências para a educação pública”

Esta subseção aborda os resultados da pesquisa *Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação (2005-2018)* para o contexto educacional da rede de ensino estadual de Mato Grosso. Ela apresenta o conjunto de atores privados que operaram ou propuseram ações para a educação pública no estado entre 2005-2018, bem como a capilaridade⁵⁵ e vigência⁵⁶ dos programas, e as dimensões da política que incidiram na educação pública, com vistas a subsidiar se análise da atuação da Fundação Victor Civita ocorreu por meio da prática da filantropia de risco. No Brasil, essa prática, conforme expresse

⁵⁵ Refere-se à abrangência dos programas, informada em função dos segmentos escolares (docentes, estudantes, gestores e comunidade escolar) envolvidos, das etapas de escolaridade diretamente afetadas e das dimensões da política educativa consideradas: gestão, oferta educacional e currículo. (ADRIÃO, T. *et al.*, 2021, p.23)

⁵⁶ Relaciona-se ao tempo em que os programas e ações vigoraram no período selecionado expressando sua longevidade ou perenidade (ADRIÃO, T. *et al.*, 2021, p. 23).

por Adrião (2015; 2018a; 2021) e tratada na seção 3 desta dissertação, compreende ações junto à educação pública em troca de retornos financeiros e ou impactos mensuráveis para o investimento social privado, realizado principalmente por Fundações e Institutos que se autodeclararam em atuação sem fins lucrativos, ou enquadramento teórico do filantropocapitalismo, como reflexionado por Bishop e Green (2008).

A pesquisa, desenvolvida em duas fases, tomou como referência para a primeira o período de 2005 a 2015, que “[...] considerou uma década de vigência da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, tomando-se por referência o prazo máximo para que os entes federados se adaptassem às exigências do texto legal” (ADRIÃO, 2018b, p.15). Segundo Adrião (2018b), a pesquisa buscou mapear e caracterizar as tendências de privatização da oferta educativa; da gestão educacional; e dos processos pedagógicos (atividades fins) na educação básica brasileira entre 2005 e 2015. Para a segunda fase da pesquisa, o período entre 2015 e 2018 teve definição por se configurar o

[...] ano em que a lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - foi integralmente implantada pelo conjunto dos entes federados, e, termina em 31 de dezembro de 2018, último ano do mandato governamental, concluído antes do início desta investigação (ADRIÃO *et al.* 2021, p.19).

A seguir, no Quadro 11, verificam-se os pesquisadores vinculados ao Greppe que analisaram a incidência de atores privados na rede estadual de ensino de Mato Grosso no período de 2005 a 2018, tendo sido identificado um total de 20 programas operados na educação pública em Mato Grosso, 16 com operacionalização na primeira fase da pesquisa e quatro na segunda fase.

Quadro 11 - Programas, dimensões e pesquisadores responsáveis pela análise dos dados obtidos pela pesquisa do Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica na rede estadual de ensino de Mato Grosso - 2005 a 2018

Dimensão	Nº de programas		Pesquisador vinculado ao Greppe responsável pela análise dos dados da pesquisa	
	2005-2015	2015-2018	2005-2015	2015-2018
Oferta da educação	1	0	MOEHLECKE (2018)	-
Gestão	4	3	GARCIA (2018)	DOMICIANO (2020)
Currículo	11	1	BORGHI (2018)	DOMICIANO (2020)

Fonte: elaborado pela autora com base no *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)*⁵⁷.

⁵⁷ Trata-se de pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião. Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/pesquisas>.

Observa-se, no Quadro 11, que a dimensão do currículo tem o maior número de atores privados associados, doze, implantados na rede estadual de Ensino de Mato Grosso, o que equivale a 60% dos programas operados na referida dimensão. A segunda dimensão de maior incidência foi a da gestão educacional, sob a qual atuaram sete atores privados, o que corresponde a 35% dos programas operados, enquanto apenas um ator privado atuou na dimensão da oferta, ou seja 5% do total dos programas operados na rede estadual de ensino de MT foram na dimensão da oferta.

Na primeira fase da pesquisa, realizada pelo Greppe e coordenada por Adrião (2018), três pesquisadoras foram responsáveis pela análise dos dados obtidos para o estado de Mato Grosso. Cada uma foi responsável por analisar uma dimensão da política – oferta educacional, gestão e currículo –, sobre a incidência de atores privados na rede estadual de Mato Grosso. Já na segunda fase da pesquisa, também coordenada por Adrião (2020), Domiciano (2021) descreveu quatro programas operados por organizações privadas que incidiram na educação de MT no período 2015 – 2018, sendo “três voltados para gestão e um para o currículo” (DOMICIANO, 2021, p. 231), totalizando 20 programas incidentes na rede estadual de ensino público em Mato Grosso, no período de 2005 – 2018, como visto no Quadro 9.

Sobre a organização da rede estadual de ensino de MT no período analisado, Domiciano (2021), ao analisar os dados obtidos pela pesquisa do mapeamento para o estado, 2005 a 2018, observa que, para a oferta da educação, no período, ocorreu crescimento do número de estabelecimentos de Ensino Fundamental, tanto na rede estadual, quanto na rede privada, “com predominância no número de estabelecimentos públicos”. No Ensino Médio, na rede estadual, “identificou-se crescimento de 39,62% no número de estabelecimentos públicos que, em números absolutos, representam 143 escolas”, enquanto três estabelecimentos privados foram fechados. Além disso, a autora conclui, conforme observado na Figura 7, que a “[...] rede estadual compõe-se, majoritariamente, por estabelecimentos que atendem ao Ensino Fundamental” (Domiciano, 2021, p. 227).

Figura 7 - Total de estabelecimentos estaduais e privados que ofertam Ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural) - 2005 e 2018

Ano	Ensino Fundamental Regular (Urbano e Rural)		Ensino Médio Regular (Urbano e Rural)	
	Estadual	Privado	Estadual	Privado
2005	576	222	361	122
2018	654	309	504	119

Fonte: Domiciano (2021, p. 227).

Ainda com relação à oferta educacional pública da rede estadual de Mato Grosso no ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural), no período de 2005-2018, Domiciano (2021) verificou que o atendimento de alunos teve redução de 2,13 pontos percentuais, pois, no ano de 2005, o total de matrículas correspondia a 50,24% de todas as matrículas públicas e no ano de 2018 essa proporção passou para 48,11%. Para a autora, essa redução contraria o fenômeno observado na Figura 7, que mostra o aumento no número de estabelecimentos, “[...] ou seja, o estado amplia o número de escolas, mas reduz significativamente a quantidade de matriculados no ensino fundamental público” (DOMICIANO, 2021, p. 228).

Em sua análise, Domiciano (2021) diz que “contrariamente” ao fenômeno observado no setor público, a relação nº de estabelecimentos X total de matrículas para o setor privado, além do aumento no número de estabelecimentos teve “[...] ampliação de 53,10% nas matrículas do segmento privado no mesmo intervalo no ensino fundamental” (DOMICIANO, 2021, p. 228), como observado na Figura 8.

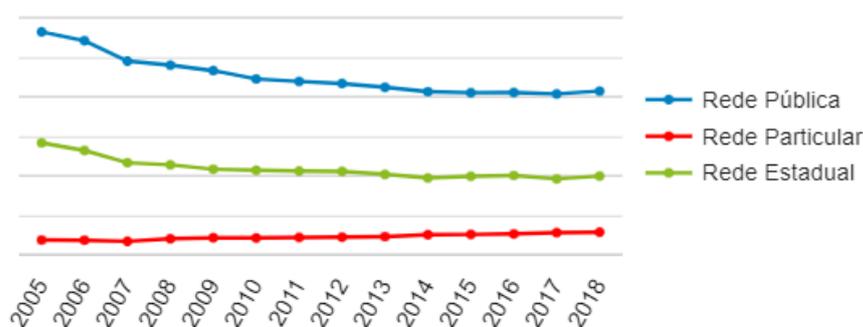
Figura 8 - Total de matrículas nas escolas estaduais e privadas no Ensino Fundamental e Médio regular (urbano e rural – 2005/2018)

Ano	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Pública	Estadual	Privada	Pública	Estadual	Privada
2005	563.930	283.294	37.515	136.140	133.167	15.219
2018	414.179	199.230	57.434	129.532	121.858	10.487

Fonte: Domiciano (2021, p. 227).

A seguir, os Gráficos 6 e 7 permitem visualizar as análises realizadas por Domiciano (2020) sobre o atendimento escolar público e privado no ensino fundamental e Médio em escolas urbanas e rurais.

Gráfico 6 - Total de matrículas das redes pública, estadual e privada de ensino do Estado de Mato Grosso, etapa Ensino Fundamental, no período de 2005-2018

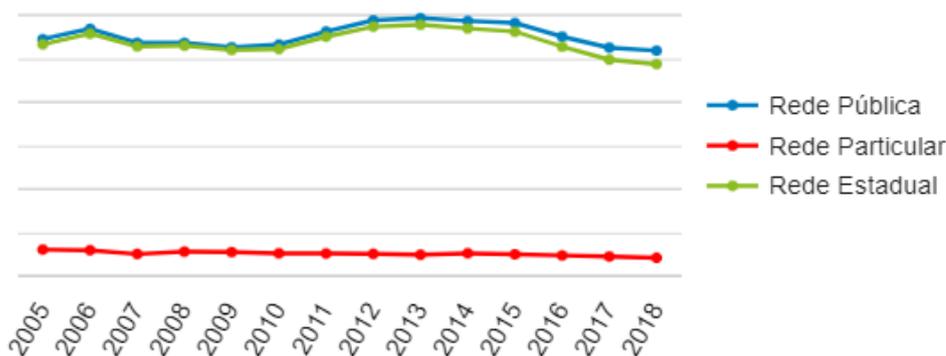


Fonte: Mapeamento (2018)⁵⁸.

O Gráfico 6 mostra que, em 2007, sob o governo de Blairo Maggi (PPS), o total de matrículas na rede estadual na etapa de Ensino Fundamental começaram a declinar significativamente, fenômeno que ocorreu com tendência de queda até 2015, quando assumiu o executivo estadual Pedro Taques (PSDB), mantendo uma certa “estabilidade” até 2018.

Entre os anos de 2007 e 2014, houve diminuição do total de matrículas consecutivamente para todos os anos do período. Estava à frente das decisões político-administrativas do Estado Blairo Maggi (2007 a 31 de março de 2010) e Silval Barbosa (31 de março de 2010 a 1º de janeiro de 2015). Cabe destacar que o fenômeno observado para a rede estadual seguiu a mesma tendência do fenômeno observado para o total de matrículas da rede pública no estado de Mato Grosso no período de 2005 – 2018. Já a rede privada, para o mesmo período, registrou aumento do total de matrículas a partir de 2008, que continuou crescente, mas de forma discreta.

Gráfico 7 - Total de matrículas das redes pública, estadual e privada de ensino do Estado de Mato Grosso na etapa do Ensino Médio, no período de 2005-2018



Fonte: Mapeamento (2018)⁵⁹.

O total de matrículas para o Ensino Médio - EM, no período de 2005 a 2018, conforme mostra o Gráfico 7, registrou e manteve-se em declínio a partir de 2007, no governo de Blairo Maggi (PPS), até 2010, no Governo de Silval Barbosa. Em 2011, houve um aumento no total de matrículas do EM, que foi crescente até 2013, e em 2014 ocorreu pequena variação no total de matrículas da rede Estadual no EM, que continuou diminuindo até 2018, no governo de Pedro Taques (2015-2018). Desse modo, o total de matrículas do EM na Rede estadual de Mato Grosso em 2018 foi inferior ao total registrado para o ano de 2005. Ressalta-se que as matrículas do EM no Mato Grosso são praticamente estaduais. Para o mesmo período, a rede privada

registrou movimento contrário ao observado para o total de matrículas do Ensino Fundamental, pois, de 2005 a 2018, o setor registrou diminuição no total de matrículas e, conforme analisado para a rede pública, a rede privada, em 2018, também teve o total de matrículas inferior ao total registrado para o início do período analisado.

Tratando do sistema de avaliação educacional, Bertagna (2018, p.45), em sua análise, mostra, conforme Figura 9, que “dos três estados brasileiros e o Distrito Federal da região Centro-Oeste, três apresentam sistema de avaliação próprios e apenas o estado de Mato Grosso não possui sistema de avaliação”, no período de 2005 a 2015.

Figura 9 - Sistemas de avaliação - Região Centro-Oeste

Região Centro-Oeste Estados	Nome do sistema de avaliação	Ano de início	Periodicidade	Assessoria	Bonificação
Distrito Federal/DF	Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal –	2014-2016	Bianual	Não	Sim
Goiás/GO	SAEGO -Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás	2011	Anual	Sim. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)	Sim
Mato Grosso/MT	–				Sem informação
Mato Grosso do Sul/MS	SAEMS- Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul	2008	Anual	Sim. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd)	Sem informação

Fonte: Bertagna (2018, p. 45).

Conforme mostra a Figura 9, dos estados da região Centro-Oeste que possuíam sistemas de avaliação educacional entre 2005 e 2015, 66,67% realizavam avaliações em suas redes anualmente e contavam com serviços de consultoria para isso, como observado para os estados do GO e MS, com 100% das consultorias realizadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd). Ressalta-se que, nesse processo, o estado de Goiás concedeu bonificação aos profissionais da educação no período de 2005 a 2015. Outros 33,33% realizaram a avaliação de sua rede com periodicidade bianualmente, como o caso do DF, em que o processo avaliativo da rede também ofereceu bônus aos profissionais da educação.

Segundo estudo de Costa, Gentil e Amaral (2016), a partir do final de 2015, em iniciativas do governo do Estado de Mato Grosso "rumo à privatização “oculta”, o governo firmou contrato com o CAEd “[...] para realização de uma Avaliação Diagnóstica do Ensino Público Estadual (ADEPE-MT), para além das já existentes avaliações em larga escala sob

responsabilidade do governo federal” (COSTA; GENTIL; AMARAL, 2016, p.3). Então, "Para avaliar a rede educacional, o governo instituiu, em 2017, o sistema próprio denominado Avalia MT”, com a assessoria do CAEd (DOMICIANO, 2021, p.229).

Os resultados da pesquisa do mapeamento para o estado de Mato Grosso sobre os atores e sua influência na rede estadual de ensino público em MT, nas duas fases, considerando as três dimensões das políticas educativas – oferta educacional, gestão educacional e currículo (ADRIÃO, 2015; 2018a) – foram organizados por Domiciano (2021). Os dados encontram-se apresentados no Quadro 12, que mostra os programas operados por atores privados em MT (2005-2018), a vigência, a capilaridade, as instituições privadas responsáveis pela operacionalização dos programas e a dimensão de incidência de cada programa.

Quadro 12 - Programas operados por atores privados em Mato Grosso – 2005 a 2018

(continua)

Programas	Início	Tempo de vigência	Instituições privadas	Dimensão	Público-alvo	Etapa
Professor Conectado	2006	-	Entel; Positivo; Brasil Telecom	Currículo	professores	-
Eterno Aprendiz	2006	-	Cesgranrio	Currículo	professores e estudantes	EF
Acelera Brasil	-	-	Instituto Ayrton Senna	Currículo	estudantes	EF
Se liga	2007	-	Instituto Ayrton Senna	Currículo	estudantes	EF
Circuito Campeão	2008	-	Instituto Ayrton Senna	Currículo	estudantes	EF
Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10	2008	10 anos	Fundação Victor Civita	Currículo	professores e estudantes	EF
Prêmio Gestor Nota 10	2009	7 anos	Fundação Victor Civita	Gestão	gestores	EI, EF, EM
Tecnologia Banda Larga	2009	7 anos	Complexx Tecnologia	Gestão	gestores	EI, EF, EM
Mira Educação	2017	2 anos	Mira Educação	Gestão	professores e estudantes	EF
Programa Desenvolvimento de Liderança (Programa Ensina Brasil)	2017	2 anos	Fundação Lemann; <i>The Haddad Foundation</i> ; Instituto Sonho Grande; Instituto Itaú Social; Grupo Energisa; Instituto Península; Humanize; <i>Kroton</i> ;	Gestão	professores e estudantes	EF, EM

			<i>Mobile Government;</i> <i>Bain & Company;</i> Fundação Estudar; Federação das Empresas Júniors do estado de SP; Brasil Júnior; Elos Educacional; AIESEC; Brasil Cursinhos; Mathema Formação e Pesquisa; <i>Omidyar Network;</i> <i>AMGEN Foundation;</i> Associação Ensina.			
Falconi Educação	2016	3 anos	Parceiros da Educação; Klabin; DeVry; Sistema Elite de Ensino; Fundação Zerrenner; Instituto Unibanco; ITPAC; Rede Cruzada	Gestão	professores e gestores	EF, EM
Programa Escola Aberta	2007	-	Unesco	Gestão	Professores, estudantes, funcionários, gestores e famílias	EI, EF, EM
Pró Escolas Digital	2017	2 anos	Instituto Natura; Fundação Telefônica; Vivo; Fundação Lemann; Instituto Inspirare	Currículo	estudantes e professores	EF, EM
Práticas Esportivas Gratuitas	2009	-	Serviço Social da Indústria	Oferta educativa	professores, gestores e funcionários	-
TIM música nas escolas	2007	-	Tim	Currículo	estudantes	EF, EM
Cinema vai à escola	2007	-	Instituto Cultural América	Currículo	estudantes	EF, EM

Projeto Unimed	2012	-	Unimed	Gestão	professores, gestores e funcionários	-
Contrato Seduc-ÁBACO	2008	-	Ábaco Tecnologia da Informação	Currículo	Sem Informação	-
Tom do Pantanal	2005	-	Furnas Centrais Elétricas; Instituto Antônio Carlos Jobim; Fundação Roberto Marinho	Currículo	Professores	-
Um por todos, todos por um! Pela ética e cidadania (UPT)	2015	4 anos	Instituto Maurício de Souza	Currículo	Estudantes	EF

Obs.: - Sem informação.

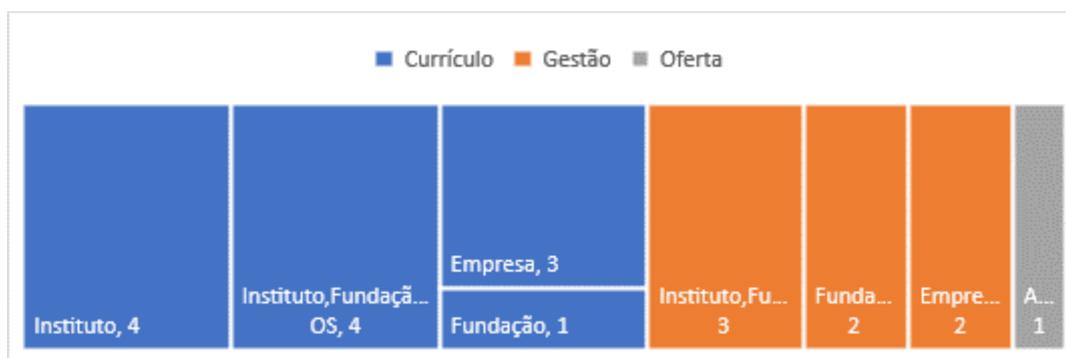
Fonte: Domiciano (2021, p. 233-234).

Conforme mostra o Quadro 12, no período de 2005-2018, um total de 52 organizações diferentes incidiram nas dimensões da política educativa em Mato Grosso por meio da operacionalização de seus programas. 75% desses programas foram operados por atores privados que atuaram sem realização de parceria com outros atores privados, enquanto os outros 25% atuaram operacionalizando programas por meio de parceria com outros atores privados.

Dos 20 programas operados em Mato Grosso no período do mapeamento, 65% iniciaram entre 2005 e 2009, sob a liderança política administrativa do governador do Estado, à época, Blairo Maggi. No período do governo de Pedro Taques, 25% dos programas foram iniciados entre 2015 e 2017, e o governo de Silva Barbosa foi responsável por iniciar 10% dos programas operados por atores privados em Mato Grosso, todos iniciados em 2012.

O Gráfico 8 mostra os tipos de organizações que incidiram nas dimensões da privatização da educação em MT, no período de 2005 a 2018, de acordo com os resultados da pesquisa do mapeamento realizada no âmbito do Greppe.

Gráfico 8 - Tipo de organizações que incidiram nas dimensões do currículo, gestão e oferta na rede estadual de ensino público em Mato Grosso de 2005 a 2018



Fonte: elaborado pela autora com base no *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)*⁶⁰.

Como pode ser observado no Gráfico 8, do total de programas que incidiram nas dimensões da política educacional no estado de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018, como já mencionado, 60% atuaram na dimensão do *currículo*, sendo os programas operados por organizações de quatro tipos de natureza social: fundação instituto, empresa e organização social. Estas atuaram sozinhas ou em parceria para operacionalização dos programas, dos quais 33,33% foram operados por Institutos, 25% por Empresas e as Fundações foram responsáveis pela operacionalização de 8,34% dos programas mapeados em MT. Os programas que foram operados por organizações que atuaram por meio da realização de parcerias entre organizações do tipo Institutos, Fundações, Empresas e Organização Social foram responsáveis por 33,33% dos programas operados nesta dimensão, no período analisado.

A dimensão da *gestão*, como já verificado, teve uma incidência de 35% dos programas operados por atores privados em MT e, no Gráfico 8, pode-se observar que a maioria dos programas foram operados em parceria, por organizações de três tipos: Institutos, Fundações e Empresas, com 42,86%. Já os programas operados por um único tipo de organização tiveram um percentual de 28,57% para os programas que foram operados por fundações e o mesmo percentual foi registrado para programas que foram operados por organização do tipo Empresas.

A incidência de atores privados na dimensão da *oferta educativa*, na rede de ensino público de MT, foi de 5%, por meio dos programas operados, com 100% da operacionalização realizada por organizações do tipo Associação, no período de 2005 a 2018. Segundo Moehlecke (2018), a incidência do setor privado na referida dimensão foi diferente dos outros estados da região Centro-Oeste, em que os estudantes compuseram predominantemente o público-alvo

⁶⁰ Trata-se de pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião. Disponível em: <https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/pesquisas>.

atendido pelos programas. Em Mato Grosso, o público-alvo do programa Práticas Esportivas, instituído pelo SESI, foi em 100% para atendimento aos profissionais da educação básica: professores, gestores e funcionários.

As informações apresentadas no Gráfico 8, mostram que a dimensão do *currículo* foi a que teve maior incidência de atores privados na rede estadual de MT que operaram ou propuseram ações para a educação pública entre 2015 e 2018.

Com base nas análises de Domiciano (2021) e Adrião (2020), a partir dos dados presentes no Quadro 13, é possível observar a perenidade da atuação da Fundação, categoria entendida como o tempo de incidência dos atores privados junto à rede pública estadual de educação de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018.

Quadro 13 - Tempo de vigência dos programas operados por atores privados na educação pública estadual de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018

Programa	Tempo de vigência
Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10	10 anos
Prêmio Gestão Nota 10 Tecnologia Banda Larga	7 anos
Um Por todos, todos por um! Pela ética e cidadania	4 anos
Falconi	3 anos
Mira Educação; Programa Desenvolvimento de Liderança - Ensina Brasil e Pró Escolas Digital	2 anos
Professor Conectado; Eterno Aprendiz; Acelera Brasil; Se Liga; Circuito Campeão; Programa Escola Aberta; Práticas Esportivas Gratuitas; Tim Música Nas Escolas; Cinema Vai À Escola; Projeto Unimed; Contrato Seduc-Ábaco; e Tom Do Pantanal	s/i

Nota: s/i = sem informação do tempo de vigência, apenas ano de implantação e não de término, tendo em vista a sistemática de coleta adotada pela pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora com base no *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)*⁶¹.

Conforme os dados apresentados no Quadro 13, o texto sequencial destaca de forma sintetizada a atuação dos atores privados, a vigência e a capilaridade dos programas, bem como a dimensão em que incidiram na rede estadual de ensino público em Mato Grosso de 2005 a 2018.

⁶¹ Trata-se de pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião. Disponível em: <https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/pesquisas>.

Segundo Adrião (2020) e Domiciano (2021), no que diz respeito aos atores privados mapeados e sua incidência na rede estadual de ensino público em MT no período analisado, tem-se as seguintes informações:

- Fundação Victor Civita: responsável por implantar os Programas Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10 e Prêmio Gestão Nota 10, ambos com maior tempo de incidência, dez e sete anos respectivamente. A Fundação Victor Civita, operando seus programas, incidiu em duas dimensões da política: a dimensão do *currículo*, por meio da operacionalização do programa Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10, na etapa do Ensino Fundamental, cujo público-alvo eram professores e estudantes; e a dimensão da *gestão*, por meio da operacionalização do Programa Prêmio Gestor Nota 10, nas etapas de Ensino Infantil - EI, Fundamental - EF e Médio – EM, e o público-alvo foi de gestores.
- Fundação Complexx Tecnologia: operacionalizou o programa Tecnologia Banda Larga, que incidiu por sete anos na dimensão da *gestão*. O público-alvo atendido foi de gestores, nas etapas EI, EF e EM.
- Instituto Maurício de Souza: com o programa Um Por todos, todos por um! Pela ética e cidadania, cuja incidência foi por quatro anos na dimensão do *currículo*, em escolas de Ensino Fundamental.
- Empresa Falconi Consultoria: por meio do Programa Falconi Educação, com tempo de vigência de três anos (2016-2018), incidindo na dimensão da *gestão*, cujo público-alvo eram os gestores e professores das etapas de Ensino Fundamental e Médio.
- Os programas Mira Educação; Programa Desenvolvimento de Liderança - Ensina Brasil; Pró Escolas Digital “[...] não ultrapassam dois anos [...] E para os demais programas, não se localizou informação sobre sua permanência ou tempo de vigência na rede estadual” (DOMICIANO, 2021, p.233).
- o Programa Escola Aberta, implantado pela UNESCO, em 2007, por doze anos, no período de 2005-2018, foi identificado como de maior capilaridade. Voltado para aspectos da gestão educacional, o programa teve público-alvo de professores, estudantes, funcionários, gestores e famílias, com atendimento desde a etapa da Educação Infantil até o Ensino Médio (DOMICIANO, 2021, p. 235).

Referente à capilaridade dos programas mapeados que incidiram na educação pública de ensino de MT, com base em Adrião (2020), está é uma categoria que sintetiza informações sobre a abrangência dos programas, identificada pelo conjunto de segmentos da escola, diretamente focalizados pelos programas, pelas etapas de escolaridade obrigatória atendidas e pelas dimensões da política educativa afetadas pelos programas em estudo: gestão, oferta educacional e currículo (ADRIÃO, 2018; 2021).

A seguir, a Tabela 4 apresenta a síntese dos números de programas e as dimensões que incidiram na rede estadual de ensino público em Mato Grosso no período de 2005 a 2018.

Tabela 4 - Dimensões e número de programas operados na rede estadual de ensino de Mato Grosso nas fases da pesquisa do Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil, no período de 2005 a 2018

Dimensão	Nº de programas		
	1ª fase 2005-2015	2ª fase 2015-2018	1ª e 2ª fase 2005-2018
Oferta da educação	01	0	01
Gestão	04	03	07
Currículo	11	01	12
Total	16	04	20

Fonte: elaborado pela autora com base no *Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)*⁶².

O mapeamento da inserção do setor privado na rede estadual de MT, para o período de 2005 – 2018 conforme os dados apresentados na Tabela 4, indica-se que a atuação dos atores privados que operaram programas e propuseram ações para as três dimensões da educação – gestão, oferta e currículo – foi crescente na dimensão da *gestão* educativa (ADRIÃO, 2015; 2018a). A dimensão da *gestão* educativa, que, na primeira fase da pesquisa registrou 25% de incidência, e, na segunda fase, 35%. Portanto, teve um aumento de 10% no período de 2005-2018.

Para as dimensões do *currículo* e *oferta educativa*, no mesmo período, ocorreu diminuição da incidência de atores privados. Para a dimensão do *currículo*, na primeira fase a incidência foi de 68,75%, e na segunda fase teve uma diminuição de 8,75%, registrando 60% de incidência de atores privados para essa dimensão. A dimensão da *oferta educativa*, na segunda fase da pesquisa registrou diminuição de 1,25 % na incidência em relação à primeira fase, que teve 6,25% para essa dimensão.

⁶² Trata-se de pesquisa coordenada pela Profa. Dra. Theresa Adrião. Disponível em: <https://www.greppfe.fe.unicamp.br/pt-br/pesquisas>.

Destaca-se que a dimensão do *currículo*, mesmo tendo reduzido a incidência no período de 2005-2018, foi a que apresentou maior número de programas operados por atores privados na rede estadual de MT.

Domiciano (2021, p.233) destaca que para as "primeiras décadas dos anos 2000, em Mato Grosso, "os programas" foram operados por organizações privadas que se declararam sem fins lucrativos e por empresas". Para efeito da análise apresentada nesta dissertação, selecionou-se a organização privada com maior incidência – Fundação Victor Civita – com objetivo de explicar seus *modus operandi* e os interesses associados à sua inserção junto às redes de ensino.

Tal empreitada associa-se ao assinalado por Adrião (2018a, p. 18), quando diz que “[...] entender a profundidade dos processos de privatização exige considerar a natureza da instituição privada a quem o poder público delegou a gestão da educação: se privada com fins de lucro ou se privada sem fins de lucro”. Como aponta a autora, no caso da educação básica pública brasileira, há “[...] o crescimento da transferência da gestão para investidores sociais ou filantropos de risco [...]” que atuam em conformidade com o interesse do mercado, mesmo declarando a natureza de suas operações como não lucrativas (ADRIÃO, 2018, p.18).

Com base nos dados da pesquisa coordenada por Adrião (2020, a próxima seção apresenta a caracterização do perfil e da forma de atuação da organização privada Fundação Victor Civita, cuja incidência na rede estadual de ensino público em MT, no período de 2005 a 2018, foi a maior verificada, sendo executada por meio do programa Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 durante dez anos. A esse critério de escolha, para análise da incidência da Fundação Victor Civita na rede de ensino público em MT, somam-se os seguintes outros critérios, também derivados pela pesquisa mencionada:

- Vigência: o tempo da incidência da organização junto à rede estadual no período de 2005 a 2018 foi de 10 anos, por meio do programa Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, e de sete anos, por meio do Prêmio Victor Civita Gestor Nota 10.
- Dimensões: o ator privado incidiu sobre duas dimensões da política educacional no período da pesquisa, o *currículo* e a *gestão*.
- Capilaridade: a abrangência dos programas operacionalizados pela Fundação Victor Civita foram os professores, estudantes e gestores, nas etapas EI, EF e EM.
- Natureza da Organização: apresenta-se como não lucrativa e associada à corporação de grande porte.

5 A FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA

Esta seção destina-se a tratar da caracterização do perfil e da forma de atuação da organização privada Fundação Victor Civita – FVC junto à educação pública no Brasil. Ao mesmo tempo, aborda a incidência da Fundação na rede estadual de educação pública em Mato Grosso, no período de 2005 a 2018. Dessa forma, constitui os elementos para a análise sobre a incidência da FVC na rede estadual educação em MT, buscando identificar se expressou a prática de filantropia de risco, (ADRIÃO, 2015; 2018a), ou filantrocipitalismo (BISHOP; GREEN, 2008; 2009).

A seção está dividida em subseções, nas quais apresentam-se a história, a missão e as atividades desenvolvidas pela FVC junto à educação pública no Brasil, desde sua criação até os dias atuais, bem como as articulações políticas empreendidas. A história do Grupo Abril também é apresentada, considerando-se importante a sua contextualização para compreender como a FVC atua junto à educação pública brasileira, já que o Grupo Abril foi mantenedor da Fundação.

Para alcançar esses objetivos, foram acionadas as informações disponíveis no site da própria Fundação e em produções acadêmicas localizadas por meio de estudo bibliométrico realizado sobre a Fundação, cujos resultados são apresentados em uma subseção específica nesta dissertação.

Em subseções específicas caracterizam-se dois programas operados pela FVC, a saber, o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 e o Gestor Nota 10, os quais, conforme já mencionado, no período de 2005 a 2018, foram operados pela Fundação na educação pública em MT e são objetos de análise desta dissertação. Ambos os programas têm sua caracterização apresentada por dados obtidos por meio de consultas a *sites* institucionais da FVC, da SEDUC/MT e em outros *sites* de instituições públicas e privadas associadas aos referidos programas. Desse modo, apresenta-se como a FVC operacionalizou os programas Educador Nota 10 e Gestor 10 junto à educação pública no Brasil e, em particular, junto à educação pública em MT, no referido período.

Ressalta-se que na caracterização da FVC considerou-se o período referente à sua fundação (1985) até 2018. Entretanto, a análise sobre sua atuação junto à rede estadual de Mato Grosso corresponde ao período de 2005 a 2018, conforme dados disponíveis pela pesquisa interinstitucional intitulada *Análise do mapeamento das estratégias de privatização da*

educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública, financiada pela Fapesp, Processo 2019/12230, ao qual esta dissertação se vincula.

O processo de caracterização do perfil e atuação da Fundação Victor Civita ocorreu por meio de coleta de dados no *site* da própria Fundação (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2022) e no Google buscas (2022), utilizando-se os descritores “Fundação Victor Civita”, “Prêmio Victor Civita”, “Educador Nota 10”, “Gestor Nota 10”, “Seduc/MT e Fundação Victor Civita”. Também foi feita uma revisão bibliográfica por meio de estudo bibliométrico, adotando-se para levantamento de produções acadêmicas os descritores: “Fundação Victor Civita”, “Prêmio Victor Civita”, “Educador Nota 10” e “Gestor Nota 10”. A busca dessas produções foi realizada em duas bases de dados de acesso livre brasileiras, a saber, Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CTD-Capes (CAPES, 2016) e Portal *Scientific Electronic Library Online-Scielo-Br* (SCIELO, 2022), com objetivo de localizar estudos sobre o perfil desta organização e sua incidência na educação pública no Brasil e em Mato Grosso.

5.1 O Grupo Abril a Fundação Victor Civita

O Grupo Abril foi fundado em 1950, por Victor Civita, com o lançamento da versão brasileira da revista em quadrinhos *O Pato Donald*, e da Sociedade Anônima Impressora Brasileira, a Abril Gráfica, ao lado de alguns sócios, conforme Galzerano (2016).

O contexto de surgimento do Grupo Abril, no final do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) (FRAZÃO; DUTRA, 2019)⁶³, foi marcado por uma "euforia" provocada pela mudança de um sistema ditatorial estabelecido por Getúlio Vargas (GETÚLIO, 2022)⁶⁴, em 1937, pelo golpe de Estado denominado Estado Novo, e teve como principais características a centralização do poder, o nacionalismo, o anticomunismo e o autoritarismo. Foi no período ditatorial da Era Vargas que o presidente se aliou aos militares e permaneceu no poder até sua renúncia, em 1945. A “euforia”, segundo Sousa (2019), ocorreu devido ao "retorno da democracia e da possibilidade de desenvolvimento econômico do país” (SOUSA, 2019, p. 92).

⁶³ Eurico Gaspar Dutra (1883-1974) foi um político brasileiro e General do Exército. Foi o 14.º presidente do Brasil, governando entre 1946 e 1951.

⁶⁴ Getúlio Vargas foi presidente do Brasil por quase vinte anos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de Estado.

Ripa (2010), apoiada em Gonçalo Júnior (2003), diz que os recursos para montar a Editora vieram das economias pessoais de Victor Civita e de seu irmão César Civita, que se tornou sócio da empresa. Também teriam vindo de empréstimos de amigos nos Estados Unidos, o que, pela Lei da Imprensa de 1934, era uma prática ilegal. Ainda conforme a autora, ao longo da década de 1950, os leitores da Abril nunca souberam quem era o verdadeiro dono da editora, pois não constava o nome do fundador. O nome de Gordiano Rossi era apresentado como “diretor responsável”, o que possibilitou a Civita desenvolver “seus negócios quase que no anonimato”, até se naturalizar brasileiro, em 1960 (RIPA, 2010, p. 87).

Segundo Ávila (2015), na década de 1960, a Editora Abril iniciou uma nova linha editorial, com a publicação em fascículos de obras anteriormente publicadas na forma de livros. Segundo a autora, o objetivo do referido editorial foi:

[...] ampliar a inserção da empresa Abril no mercado pela via da popularização de suas mercadorias. Nesse período, a editora criou diversas revistas especializadas direcionadas a diferentes públicos²⁰, acompanhando as mudanças em curso no país movidas pela urbanização e industrialização (ÁVILA, 2015, p. 65).

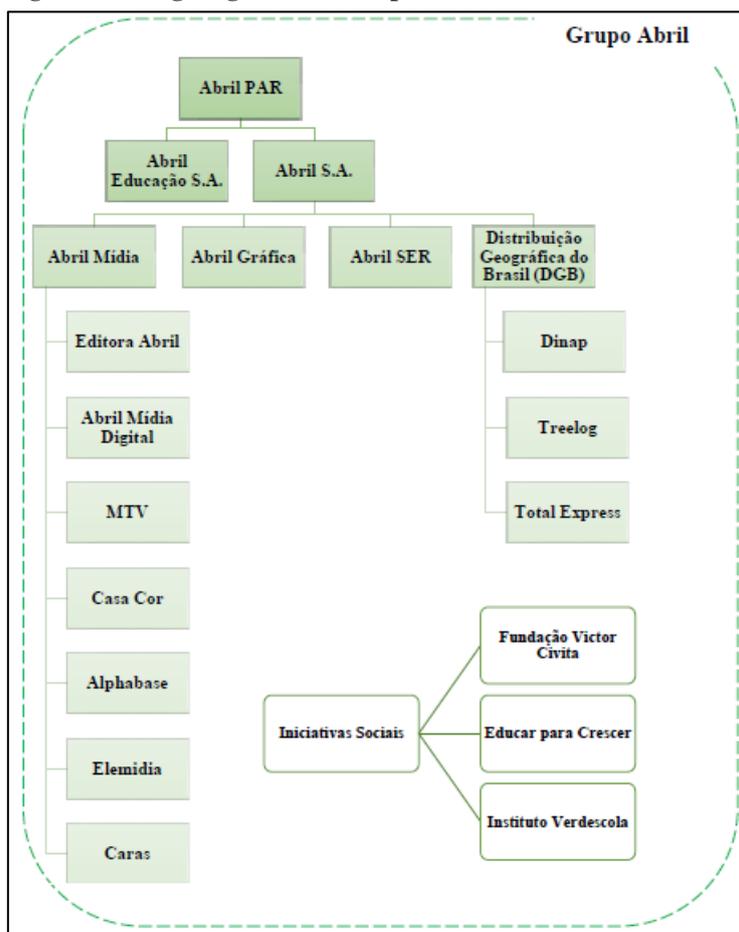
O Grupo Abril, na tentativa de internacionalizar seus negócios, tentou atuar em outros países, o que, segundo Galzerano (2016), ocorreu a partir de 1980, quando foi fundada a Editora Abril Morumbi, em Portugal, a Editorial Primavera, em 1989, na Espanha, a Editora Abril Cinco, em 1990, com sede na Colômbia, e a Abril Panini, associada à italiana Panini. E em 1991, o Grupo lançou a Editorial Primavera, na Argentina, porém, segundo a autora, com base em Cabral (2008), o Grupo tentou trazer o “[...] mundo para dentro do Brasil, adaptando os produtos ao mercado e à cultura brasileira”. A iniciativa só foi bem-sucedida em Portugal, nos demais países não conseguiram êxito, por falta de organização estratégica (GALZERANO, 2016, p. 61).

Como consequência das experiências mal sucedidas nos negócios, o Grupo Abril reformulou suas estratégias e passou a investir no mercado interno. No início de 2010, passou por uma reorganização societária, na qual atuou, até o final de 2014, em dois segmentos de negócios: a Abril S.A., com atuação nas áreas de Mídia, Gráfica, Logística e Distribuição; e a Abril Educação S.A., com empreendimentos no mercado educacional. Segundo Galzerano (2016), no referido período, o Grupo detinha também uma participação expressiva na revista CARAS e contribuía para a manutenção da Fundação Victor Civita.

A Figura 10 apresenta um organograma sobre a atuação do Grupo Abril de 2010 a 2014, elaborado por Galzerano (2016). A imagem possibilita observar, a partir dos dois

segmentos de negócios do Grupo – a Abril S.A e a Abril Educação S.A –, como o Grupo atuava em diferentes áreas de negócios. A autora salienta que o Organograma "[...] não corresponde diretamente à realidade em suas características mais específicas", no entanto, possibilita observar, de uma forma geral, a organização do Grupo e sua atuação no período (GALZERANO, 2016, p. 63).

Figura 10 - Organograma do Grupo Abril de 2010 a 2014



Fonte: Galzerano (2016, p. 63).

A Figura 10 mostra a organização do Grupo Abril e permite entender que a Abril PAR, que era a *holding* (GOMES, 2021)⁶⁵ da família Civita, contava com participação majoritária até final de 2014 e controlava todas as empresas (GALZERANO, 2016).

Para tratar dos dois segmentos de negócios do Grupo, a Abril S. A. e a Abril Educação S. A., apresenta-se o Quadro 14, que, com base em Galzerano (2016), aborda os segmentos em que a Abril S.A atuou, bem como quais eram as atividades econômicas por ele desenvolvidas.

⁶⁵ Uma holding é uma empresa que, denominada “familiar”, tem por finalidade controlar o patrimônio de pessoas físicas pertencentes uma mesma família. E essas pessoas passam a deter participações societárias.

Quadro 14 - Segmentos da Abril S. A. e atividades econômicas desenvolvidas

Segmento	Atividades econômicas desenvolvidas
Abril SER	Responsável por serviços comuns a todo o Grupo, era encarregada por serviços como: administração predial, saúde, segurança e relações sociais.
Abril Gráfica	Fundada junto com a editora, em 1950, considerada a maior gráfica de revistas da América Latina em volume de produção, cuja impressão era integrada às áreas de logística e distribuição, garantindo “produtividade e competitividade”. Responsável pela produção de revistas, livros e materiais didáticos, catálogos de produtos, tabloides e folhetos para o Grupo Abril e demais clientes.
Abril Mídia	Segmento de comunicação do Grupo Abril, sendo constituída pela Editora Abril, com 38 revistas. Composta por: a Abril Mídia Digital, que era uma área de suporte às plataformas digitais da Abril; a MTV, lançada em 1990, que era o maior canal de TV segmentada do Brasil, com 21 programas e sítios com mais de 15 milhões de visualizações mensais; a Casa Cor, que foi o maior evento de arquitetura e decoração da América Latina e o segundo maior do mundo; a Alphabase, que era responsável por oferecer soluções de marketing interativas e possuía um enorme banco de dados com nomes, e-mails, endereços, CPFs e telefones. Era como fonte de informações para negócios envolvendo diferentes mercados consumidores; a Elemídia, que era a maior operadora de mídia <i>out-of home</i> da América Latina, que mantinha monitores instalados em prédios corporativos, shopping, hotéis, lojas, mercados, entre outros estabelecimentos em que era transmitida uma programação segmentada de ponto a ponto em tempo real; e a Editora Caras, a que o Grupo prestava os serviços de assinaturas, gráfica e distribuição.
Distribuição Geográfica do Brasil - DGB	Unidade da Abril responsável pela logística e distribuição de produtos. Tratava-se de uma <i>holding</i> , composta por membros da família Civita, com 70% das ações, e pelo grupo de mídia sul-africano Naspers, com 30% das ações. Era um grupo global de internet e entretenimento, fundado em 1945, um dos maiores investidores de tecnologia do mundo. A DGB englobava as empresas Dinap, Treelog e Total Express, e oferecia diversos serviços como recebimento, separação, armazenagem, conferência, etiquetagem, distribuição, manuseio, customização, montagem de kits, rastreabilidade e projetos logísticos.

Fonte: elaborado pela autora com base em Galzerano (2016, p. 64-67).

O Quadro 14 permite verificar a diversidade de atividades econômicas que a Abril S.A. desenvolveu no período analisado. Atuou desde o setor de serviços (Abril SER), produção (Abril Gráfica), comunicação e publicidade (Abril Mídia) e logística e distribuição (DGB – Distribuição Geográfica do Brasil). Em síntese, a Abril S. A. concentrava de ponta a ponta toda sua linha de produção, desde a produção até o consumidor final.

Seguindo o organograma apresentado na Figura 10, o segundo segmento de negócios do Grupo, a Abril Educação S. A., teve início com atuação no setor educacional em 1960 (GALZERANO, 2016). Segundo Adrião *et al.* (2016, p.117), a Abril Educação "(atualmente denominada Somos Educação), não mantinha um setor ou sistema específico para redes públicas”, mas tinha relação mercantil tanto com escolas públicas quanto privadas.

Segundo Sousa (2019), foi somente a partir da década de 1970 que o Grupo passou a se beneficiar de forma mais efetiva da relação com a educação pública, quando produziu os materiais didáticos do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Ainda conforme a autora, a entrada do Grupo Abril no setor educacional ocorreu paralelamente à instauração da

Ditadura Militar no Brasil, processo político que se deu com o apoio de empresários brasileiros e estrangeiros, que assim obtiveram uma maior participação nas políticas públicas e maior estreitamento do diálogo e das relações com o governo (SOUSA, 2019, p. 92). Foi nesse período que o Grupo Abril declarou sua intenção de buscar a “[...] melhoria da qualidade da educação brasileira multiplicando as linhas de atuação e incentivos no segmento” (GALZERANO, 2016, p.67).

Em 1999, a Abril Educação S.A. adquiriu as editoras Ática e Scipione, em associação com o grupo francês Havanas, tornando-se o único proprietário em 2004. Assim, a Abril Educação S.A. lançou um sistema próprio de Ensino em 2008, o Sistema SER de Ensino (GALZERANO, 2016, p. 67).

Os empreendimentos sociais atendidos pelo Grupo Abril, apresentados na Figura 10, estão brevemente descritos no Quadro 15, que destaca as principais informações de cada um dos empreendimentos sociais realizados pelo Grupo, conforme descrito por Galzerano (2016) e informações atualizadas obtidas nas páginas institucionais da Fundação Victor Civita e Instituto Verdescola.

Ressalta-se que foi realizada busca na página institucional do Movimento Educar para Crescer, por meio de um link identificado que poderia direcionar à página institucional do movimento, mas o conteúdo da página não está mais disponível⁶⁶.

Quadro 15 - Empreendimentos sociais apoiados pelo Grupo Abril

(continua)

Empreendimento social	Principais informações
Fundação Victor Civita	Criada em 1985, apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos, com objetivos declarados de “apoiar o trabalho de professores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas da Educação Básica brasileira”. Seus mantenedores eram o Grupo Abril e a Gerdau, empresa que atua no segmento siderúrgico nas Américas. A Fundação atuou em três dimensões: qualificação (produziu as revistas de educação Nova Escola e Gestão Escolar, destinada a professores e gestores); valorização (por meio do Prêmio Victor Civita, a FVC identificava as dez melhores práticas pedagógicas do país entre professores e gestores); e investigação (a Fundação, por meio da área de Estudos & Pesquisas Educacionais, encomendava estudos e pesquisas sobre temas relevantes, para apresentar sugestões de solução aos desafios educacionais no Brasil, bem como pudesse influenciar as políticas públicas) (GALZERANO, 2016).

⁶⁶ O link encontrado foi <http://educarparacrescer.abril.com.br/>, no perfil do Facebook do Movimento Educar para Crescer, cabendo destacar que a última postagem no perfil data 29 de outubro de 2015. Foi possível acessar o link por meio de página que mostra sites já encerrados por data.

Empreendimento social	Principais informações
Educar para Crescer	Junto com o Grupo Bandeirantes (Grupo fundado em 1973, é uma companhia brasileira de veículos e produtos de comunicação), a Abril Mídia mantém o Educar para crescer, movimento declarado sem fins lucrativos, que contou com apoio do Ministério da Educação. Produzia cartilhas com orientações para melhoria da educação no campo familiar e social, que eram distribuídas gratuitamente em escolas públicas e privadas, em empresas e locais de grande circulação. Foi patrocinado pela MALWEE (empresa brasileira de moda, fundada em 1968), contou com o apoio do Conselho Federal de Educação Física – Confed e Todolivre (grupo que surgiu em 1952 como uma pequena livraria em Blumenau – SC, comercializava os selos editoriais Todolivre, Editora Eko, Editora Brasil Leitura, SBN Editora) (CRESCER, 2015).
Instituto Verdescola	Criado em 2005, por membros da família Civita, uma organização não governamental sem fins lucrativos, cuja missão declarada é “educar e formar pessoas para que tenham autonomia para a vida”. Entre os anos de 2010 e 2014, atendia crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social da Vila Sahy, na Costa Sul do município de São Sebastião-SP, e era patrocinado pelo Governo Federal e por diversas instituições privadas (GALZERANO, 2016).

Fonte: elaborado pela autora, com base em Galzerano (2016, p. 68-72) e Educar (2015).

Conforme mostra o Quadro 15, os empreendimentos sociais apoiados pelo Grupo Abril no período analisado foram de dois tipos de abrangência: local e nacional. Para o empreendimento social local, verifica-se que as ações realizadas pelo Instituto Verdescola, no município de São Sebastião, SP, atendia desde crianças até jovens e adultos e, para a operacionalização de suas ações, o Instituto contava com o patrocinado do Governo Federal e diversas instituições privadas.

Segundo informações localizadas na página do Verdescola, para o ano de 2022, o Instituto continua atuando e tem o mesmo objetivo descrito por Galzerano (2016). As ações continuam sendo locais, desenvolvidas no município de São Sebastião – SP, e, para a operacionalização de seus projetos e programas, a Petrobras é a principal parceria, além do apoio das seguintes organizações: Itaú, IBM, Banco Daycoval, Instituto Península, Banco Safra, *Credit Suisse*, XPEED School by XP Inc., EDP, Verde *asset management*, Banco ABC BRASIL, Pinheiro Neto Advogados e Alupar (INSTITUTO VERDESCOLA, 2021).

O Movimento Educar para Crescer e a Fundação Victor Civita foram empreendimentos sociais apoiados pelo Grupo Abril do tipo nacionais. O Educar para Crescer foi um movimento declarado sem fins de lucrativos, mantido pela Abril Mídia e patrocinado pela MALWEE e, que, como descrito no Quadro 13, para atingir seu objetivo contou com parcerias de diferentes tipos organizações, tanto de natureza pública quanto privada.

O segundo empreendimento social apoiado pelo Grupo Abril do tipo nacional foi a Fundação Victor Civita, fundada em 1985, que tinha como mantenedores o Grupo Abril e a Gerdau. Com o objetivo de promover a melhoria da educação no Brasil, conforme informações

do Quadro 13, a Fundação atuou em três dimensões: qualificação, valorização docente e pesquisa educacional. Seu objetivo era colaborar com a melhoria da educação no Brasil, no período analisado.

De acordo com informações na página institucional da Fundação, em 2022 a FVC continua com o objetivo da "[...] melhoria da Educação, por meio da valorização de bons professores e incentivo ao trabalho docente". Atualmente, sua principal iniciativa é a realização do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 (KRAUSE, 2017).

Necessário se faz ressaltar que as subseções sequenciais desta dissertação se destinam a tratar sobre a Fundação Victor Civita. Como já mencionado, é objeto desta investigação sua história, seu perfil e sua forma de atuação junto à educação pública no Brasil e, sobretudo, como atuou na rede estadual de ensino de Mato Grosso, no período de 2005 a 2018.

A FVC tinha o Grupo Abril como principal mantenedora, por isso, compreender a história do Grupo Abril e como atuou em seus negócios, torna-se importante para entender sobre a atuação da Fundação Victor Civita na educação brasileira. Desse modo, em continuidade à história do Grupo Abril e seus negócios, segundo Adrião *et al.* (2015, p.32), em 09 de fevereiro de 2015 foi anunciada a venda da totalidade das ações da Abril Educação S. A.⁶⁷ (CARVALHO; WALTENBERG, 2021) à gestora de investimentos Tarpon e, segundo Galzerano (2016, p.12), depois da mudança de controle da Abril Educação, a Tarpon alterou sua designação social para Somos Educação (SOMOS, 2021).

A Abril Educação tornou-se uma companhia de capital aberto e listada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. – BM&BOVESPA em julho de 2011. Desde então, a empresa atraiu diversos fundos de investimentos: BR Investimentos⁶⁸, *Free Float*⁶⁹, *Sócio Wise Up*⁷⁰, *Constellation*⁷¹, *Government of Singapore* e a Tarpon⁷². Isso mudou o controle acionário da Abril Educação S.A. A mudança mais significativa ocorreu em 2014, quando o BR

⁶⁷ A Abril Educação S.A. foi vendida por R\$ 1,31 bilhão.

⁶⁸ A Br Investimentos é um fundo de *private equity* focado no setor de educação, fundado em fevereiro de 2009. (GALZERANO, 2016).

⁶⁹ Refere-se às ações que são comercializadas para o público em geral, incluindo pessoas físicas. (GALZERANO, 2016, p. 56).

⁷⁰ Empresa brasileira que atua com franquia de Educação e Idiomas.

⁷¹ A *Constellation – Asset Management* é uma gestora com mais de 20 anos de história. Cria soluções de investimentos inteligentes para ver resultados de valor no longo prazo, sempre com base no pensamento analítico e no processo de investimento que foge do óbvio (CONSTELLATION, 2022).

⁷² A Tarpon foi fundada em 2002 e é uma das gestoras independentes mais experientes do Brasil. Nesses 19 anos de história, além dos investimentos passivos em bolsa, se envolve ativamente na gestão de uma série de companhias que contribuíram para o amadurecimento da filosofia de investimentos. A Tarpon Capital se vale de todas essas experiências para trazer um olhar empresarial e visão de sócio na gestão e seleção dos investimentos em bolsa (TARPON CAPITAL, 2022).

Investimentos e Flavio Augusto da Silva, da *Wise Up*, saíram do negócio. No mesmo ano, em julho, a Tarpon, gestora de fundos de investimentos, fundada em 2002, havia iniciado participação na Abril Educação S.A., quando adquiriu 19,91% do capital da Organização e continuou realizando diversas negociações com a Família Civita, o que resultou em queda para 20,7% da participação da família Civita na Abril Educação S.A. (GALZERANO, 2016, p. 55-58).

A Tarpon tornou-se proprietária da Abril Educação S.A. quando atingiu 46,8% do capital total da Abril Educação S.A. Continuando com investimentos e negócios e aumentando sua participação na companhia, em janeiro de 2016 atingiu 75,9% das ações da Abril Educação S.A., que tinha como demais acionários o *Government of Singapore*, com 18,5% das ações, e a *Free Float*, com 5,6%. Então a companhia passou a se chamar Somos Educação, com já mencionado (GALZERANO, 2016).

Em 15 de agosto de 2018, o Grupo Abril apresentou pedido de recuperação da Organização, recorrendo à justiça para quitar suas dívidas de forma sustentável, estruturada e amparada pela legislação brasileira. O empresário Fábio Carvalho, especialista em recuperação de empresas em dificuldades, assumiu o controle do Grupo Abril, quando comprou o grupo, ainda em recuperação judicial, em 20 de dezembro de 2018 e “[...] os irmãos Giancarlo e Victor Civita, netos do fundador da empresa, receberam um valor simbólico de R\$ 100 mil por um dos grupos de mídia mais influente do País, passando adiante R\$ 1,6 bilhões em dívidas com bancos fornecedores e funcionários” (SAMOR, 2018).

O processo durou até 22 de fevereiro de 2022, quando, segundo Santos (2022), foi decretado o fim da recuperação judicial do Grupo Abril pelo juiz Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo. A decisão foi tomada, segundo o magistrado, em razão de a Administradora Judicial ter demonstrado que 99,4% dos créditos em reais, 100% dos créditos em dólares e 100% dos créditos em euros foram pagos (SANTOS, 2022).

O Grupo Abril manteve a razão social Abril Comunicações S.A., firmando-se como empresa de capital fechado de propriedade da Cavalry Investimento, do empresário Fábio de Carvalho, que é o atual presidente do Grupo Abril. O Grupo emprega 3.000 funcionários, conforme informações no site Wikipédia (GRUPO, 2022).

Conforme verificado nesta subseção, a relação entre a Fundação Victor Civita e o Grupo Abril é estreita, considerando que a Fundação teve como principal mantenedora o Grupo Abril para o desenvolvimento das ações e programas propostos com objetivo declarado de

melhoria da educação no Brasil, portanto, para compreender o perfil e a forma de atuação da Fundação, na subseção seguinte apresentam-se os resultados obtidos de um estudo bibliométrico realizado sobre a produção acadêmica dedicada ao estudo ou em que parte do estudo tenha sido dedicada à análise do perfil e da forma de atuação da Fundação Victor Civita na educação brasileira.

5.2 A produção acadêmica sobre a Fundação Victor Civita

O levantamento da produção acadêmica sobre a Fundação Victor Civita, realizado por meio de estudo bibliométrico, cuja metodologia já foi mencionada, teve como critérios de exclusão da análise qualitativa os trabalhos em duplicidade, localizados pelos descritores, e trabalhos que não se destinavam a descrever o perfil e a atuação da Fundação. Os resultados apresentam-se descritos nesta subseção.

O estudo bibliométrico localizou 25 produções acadêmicas, todas elas localizadas na base de dados do BTD-Capes, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 - Quantidade de produções acadêmicas, a partir dos descritores, encontradas nas bases de dados Catálogo de Teses e Dissertações da Capes¹ e Scielo-BR, sobre a Fundação Victor Civita

Descritores	Total de produções acadêmicas – nas duas bases de dados		Total de produções acadêmicas na base de dados – CTD da Capes				Total de produções acadêmicas na base de dados – Scielo-BR			
	F1	%	F1	%	F2	%	F1	%	F2	%
Fundação Victor Civita	20	80,00	20	80,00	4	100,00	0	0	0	0
Prêmio Victor Civita	01	4,00	1	4,00	0	0	0	0	0	0
Educador Nota 10	03	12,00	3	12,00	0	0	0	0	0	0
Gestor Nota 10	01	4,00	1	4,00	0	0	0	0	0	0
Total de produções	25	100,00	25	100,00	4	100,00	0	0	0	0

Fonte: elaborado pela autora.

De acordo com a Tabela 5, o descritor “Fundação Victor Civita” foi responsável por localizar o maior número de produções acadêmicas, um total de 80%, seguido do descritor “Educador Nota 10”, com 12%. Pelos descritores “Prêmio Victor Civita” e “Gestor Nota 10” localizou-se 4% produções cada. Na base de dados Scielo-Br, não foi localizada nenhuma produção acadêmica, conforme os critérios de buscas e filtragem.

A seguir, o Quadro 16 apresenta as produções acadêmicas selecionadas a partir dos critérios do F2, que se referem a estudos que apresentam a história e o perfil de atuação da FVC. Conforme já mencionado, todas foram localizadas na base de dados do CTD-Capes. Destacam-

se quatro produções, publicadas nos anos de 2010, 2013, 2015 e 2019, uma em cada ano, sendo uma tese e três dissertações (doutorado e mestrado acadêmicos).

Quadro 16 - Produções acadêmicas localizadas que expressam estudos sobre a Fundação Victor Civita, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

TÍTULO	AUTORIA	ANO	TIPO	INSTITUIÇÃO/LOCAL
Nova Escola – “A REVISTA DE QUEM EDUCA”: a fabricação de modelos ideais do ser professor.	Roselaine Ripa	2010	Tese	Universidade Federal de São Carlos
O Discurso da Nova Escola: procedimentos e Valores.	Juliana Contti Castro	2013	Dissertação	Universidade Federal do Espírito Santo
Análise da Revista Nova Escola Gestão Escolar: O Projeto Educacional da Fundação Victor Civita.	Lucia Aparecida de Avila	2015	Dissertação	Universidade Federal de Juiz de Fora
A Fundação Victor Civita como reflexo da relação do empresariado brasileiro com as políticas para o Ensino Médio e a juventude.	Cristiane Lopes de Sousa	2019	Dissertação	Universidade Federal do Pará

Fonte: elaborado pela autora.

Com base nos dados do Quadro 16, constata-se que não há centralidade de estudos sobre o tema por pesquisadores de uma determinada instituição, pois todos os estudos foram realizados em instituições diferentes.

A análise qualitativa desses trabalhos foi realizada por meio da leitura dos resumos, seguida da leitura dos sumários para identificar capítulos, seções ou subseções que abordassem a descrição da história e do perfil da FVC. Por fim analisou-se os itens selecionados dos trabalhos para verificar se o estudo abordava a história e o perfil da FVC. O Gráfico 9 sintetiza a análise qualitativa em que se identificou quatro produções acadêmicas que abordam em seu conteúdo a história e o perfil da Fundação.

Gráfico 9 - Distribuição das produções acadêmicas que descrevem a história e perfil da Fundação Victor Civita, localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes



Fonte: elaborado pela autora.

O resultado da análise qualitativa é apresentado no Quadro 17, que traz os autores, capítulos/seção/subseção e os elementos abordados sobre a história da FVC, identificados nas produções acadêmicas selecionadas com base nos critérios de análise.

Quadro 17 - Capítulos/seção/subseção e elementos abordados nas produções acadêmicas que descrevem a história da Fundação Victor Civita, localizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes

Autor/ano	Capítulo/seção/subseção que trata da história da Fundação Victor Civita	Elementos abordados sobre a história da Fundação Victor Civita
RIPA (2010)	CAPÍTULO 2: NOVA ESCOLA – “A REVISTA DE QUEM EDUCA” 2.2 Fundação Victor Civita: algumas iniciativas	A autora apresenta a trajetória histórica da Fundação, sua estrutura operacional e seus projetos, “ressaltando a presença e a influência da revista “Nova Escola” na educação brasileira nos últimos vinte anos” (RIPA, 2010, p. 21).
CASTRO (2013)	3 CONSTRUINDO UMA MOLDURA ENUNCIATIVA ACERCA DE NOVA ESCOLA: O TRÂNSITO ENTRE DISCURSOS 3.2 A Fundação Victor Civita	No capítulo 3, a autora apresenta a seção 3.2, em que é traçado um panorama sobre a <i>Fundação Victor Civita</i> (FVC), tratando do orçamento da fundação para os anos de 2007 e 2010, bem como as relações de parcerias realizadas pela Fundação e seus interesses em relação à escola. Destaca-se que essas questões são abordadas com foco na revista Nova Escola (CASTRO, 2013).
ÁVILA (2015)	2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL NO PERÍODO 1964 A 2002: A INSERÇÃO DA FVC 2.3. A FVC nos anos 1990 3. O CENÁRIO EDUCACIONAL NO BRASIL NO PERÍODO 2003-2014: A ATUAÇÃO DA FVC 3.2. FVC nos anos 2000: surge a Nova Escola Gestão Escolar	Nos dois capítulos, a autora apresenta a configuração da política educacional brasileira, e em seção sequencial tem-se seções que apresentam a atuação e as ações da FVC “através de um mapeamento de sua atuação nesse momento específico da história brasileira” (ÁVILA, 2015, 20).
SOUSA (2019)	4 A PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA NA RELAÇÃO DO EMPRESARIADO COM O ENSINO MÉDIO E A JUVENTUDE	No referido capítulo, a autora “realiza uma abordagem acerca da relação da Fundação Victor Civita com o Ensino Médio e a juventude e a análise dos documentos da Fundação”. Desse modo, realizou a contextualização do histórico e do surgimento da Fundação, tratando da composição da diretoria da FVC, de sua missão e das atividades desenvolvidas pela Fundação (SOUSA, 2019, p. 20).

Fonte: elaborado pela autora.

No Quadro 17, observa-se que os trabalhos de Ripa (2010), Castro (2013) e Ávila (2015) são produções acadêmicas cujo principal objetivo de estudo/investigação foi a revista Nova Escola e que, ao tratarem da temática, acabam abordando o projeto pedagógico, o modelo de professor disseminado pela Fundação.

A revista Nova Escola foi lançada em 1986, pela Fundação Victor Civita, que era responsável pelo Editorial, como verificado por Castro (2013), e os objetivos que inspiraram a

criação da Nova Escola foram proclamados no editorial da edição de lançamento por Victor Civita, sendo estes:

Fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de 1º grau (KRAUSE, 2018a).

A revista *Gestão Escolar*, segundo Ripa (2010), foi lançada em abril de 2009, cujo público-alvo eram os diretores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais, sendo editada pela Fundação Victor Civita e publicada bimestralmente. As revistas eram publicadas em parceria com a Editora Abril, podendo-se observar, nas Figuras 11 e 12, as logomarcas da Editora Abril e da Fundação Victor Civita dispostas lado a lado na capa das revistas.

Figura 11 - Logomarcas da Editora Abril e Fundação Victor Civita na capa da Revista Nova Escola, edição especial nº 30, de 2010



Fonte: Nova Escola (2022a).

Figura 12 - Logomarcas da Editora Abril e Fundação Victor Civita na capa da Revista Gestão Escolar, edição nº 28, de out./nov. de 2013



Fonte: Nova Escola (2022b).

No início de 2016, a Fundação Victor Civita transferiu as revistas Nova Escola e Gestão Escolar para a Fundação Lemann, por meio da Associação Nova Escola⁷³, mantida pela Lemann (KRAUSE, 2018a).

O trabalho de Sousa (2019) analisa o conteúdo do projeto educacional do empresariado nacional dirigido ao Ensino Médio e à juventude e, em particular, estuda a participação da FVC na relação do empresariado brasileiro com as políticas públicas, mas não trata, em estudo específico, sobre a atuação da Fundação.

Em resumo, o estudo bibliométrico, nas bases de dados consultadas, conforme critérios de filtragem, não identificou produção acadêmica destinada ao estudo específico sobre a Fundação, ainda que esta venha incidindo nos sistemas estaduais de ensino público há mais de 30 anos, além de, por muitos anos, ter publicado a revista de maior capilaridade para o segmento da educação: Nova Escola.

5.3 História da Fundação Victor Civita

A Fundação Victor Civita, fundada em setembro de 1985, pelo então presidente da Editora Abril, Victor Civita, tem seu surgimento ligado à trajetória do Grupo Abril, fundado em 1950 e atuante no mercado editorial brasileiro. Victor Civita foi presidente da fundação até 1990, ano de seu falecimento. Roberto Civita, até então vice-presidente, assumiu a presidência da Fundação (RIPA, 2010).

O Grupo Abril foi liderado pela família Civita até 20 de dezembro de 2018, quando foi vendido para a Cavalry Investimentos, do empresário Fábio de Carvalho, que é o atual presidente do Grupo Abril, conforme informações tratadas em subseção anterior desta dissertação.

Com missão declarada de “valorizar os professores e gestores da Educação Básica e disseminar as práticas escolares que auxiliem educadores a enfrentar os desafios de seu tempo”, a FVC, segundo informações contidas em seu *site*, autodeclara-se entidade privada sem fins lucrativos de direito público, mantida pela família Civita, focada na “melhoria da Educação, por meio da valorização de bons professores e incentivo ao trabalho docente” (KRAUSE, 2017).

⁷³ Associação Nova Escola foi criada pela Fundação Lemann para gerenciar as iniciativas das marcas Nova Escola e gestão escolar (NOVA ESCOLA, 2022).

Sobre os objetivos da Fundação, Ripa (2010) diz que Victor Civita, ao criar a FVC, articulou os objetivos "à necessidade de valorizar e atualizar os professores brasileiros" (RIPA, 2010, p.97). Em 2022, a Fundação tem como presidente Victor Civita Neto, no cargo desde 2013, estando seus ideais alinhados ao objetivo inicial da Fundação. Civita Neto declara sua missão de "dar continuidade às suas contribuições pela melhoria da qualidade da Educação brasileira" (KRAUSE, 2018a).

Consulta realizada para verificar a inscrição e situação cadastral da Fundação por meio de seu número de registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, no *site* da Receita Federal do Brasil⁷⁴, verificou-se que a FVC tem situação cadastral ATIVA, de natureza jurídica – Fundação Privada sem fins lucrativos. Sua atividade econômica principal registrada é “Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente” e, como atividades econômicas secundárias, o tipo de pessoa jurídica assumido pela FVC permite a realização de serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, casas de festas e eventos e realização de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.

Conforme verificado por Adrião *et al.* (2015), a composição do patrimônio financeiro da FVC consiste de “[...] toda a herança em dinheiro disponível em contas bancárias, ações ou propriedades pessoais após a morte de seu fundador, em 24 de agosto de 1990” (ADRIÃO *et al.*, 2015, p. 49)⁷⁵.

Os autores supracitados, com base no relatório anual de 2013 da FVC, verificaram que os recursos da Fundação são oriundos de quatro fontes: receitas de atividades, doações, receitas financeiras e incentivos fiscais (ADRIÃO *et al.*, 2015).

Segundo Ripa (2010), o orçamento da FVC, em 2007, alcançou 30 milhões de reais (valores da época), valor que, segundo a autora, foi calculado levando em conta doações (cerca de 6 milhões de reais) e receitas operacionais, configuradas pela venda de publicidade nas revistas "Nova Escola" e "Nova Escola on-line", além da venda de exemplares avulsos e para

⁷⁴ O número de inscrição da Fundação Victor Civita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e utilizou-se para verificar a situação cadastral junto à Receita Federal foi o CNPJ nº 54.956.206/0001-19 (COMPROVANTE, 2022).

⁷⁵ Ressalta-se que foram realizadas buscas sobre os recursos financeiros atualizados da Fundação Victor Civita, no entanto, essa informação não foi localizada. Destaca-se ainda que a atual organização do site da Fundação Victor Civita não consta campo que se destina a divulgar de forma transparente as ações financeiras realizadas pela Fundação. Dessa forma, os dados obtidos e apresentados nesta dissertação configuram informações extraídas de estudos anteriores, em que, mesmo acessando os links informativos das fontes das informações apresentadas nos estudos, o direcionamento dos links acusou informações indisponíveis, ou seja, os conteúdos foram indisponibilizados.

assinantes. No referido ano, também contou com patrocínios para desenvolvimento de seus projetos (RIPA, 2010, p. 98).

Importante ressaltar que, em consulta realizada no Portal Transparência da Controladoria Geral da União do Brasil⁷⁶, utilizando-se o número do CNPJ da FVC, localizaram-se dezessete tópicos com informações sobre a Fundação, sendo dois deles sobre a situação cadastral da FVC. Outros dois contêm informações sobre a emissão de nota de empenho, emitidas, uma pela Universidade Federal de Goiás e outra pela Fundação Universidade Federal de Uberlândia, em favor da Fundação Victor Civita no valor de R\$180,00 reais cada (valor nominal), ambas em 31 de dezembro de 2019. Um quinto tópico diz respeito a convênio estabelecido entre órgão público (contratante) e a Fundação (contratada). E outros doze tópicos apresentam informações sobre contratos celebrados entre a Fundação e órgão do governo.

Ressalta-se que dos doze últimos contratos localizados, oito tratam de informações repetidas. Desse modo, apenas quatro trazem informações sobre contratos que não se repetem entre a FVC (contratada) e o Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE⁷⁷ (contratante); e entre a FVC (contratada) e o Instituto Federal de Goiás - IFG (contratante).

Em suma, as informações obtidas no Portal Transparência da CGU, que tratam de relações mercantis, são quatro contratos e um convênio, conforme detalhado no Quadro 18.

Quadro 18 - Contratos e convênios firmados pela Fundação Victor Civita com órgãos governamentais, registrados no Portal Transparência da Controladoria-Geral da União do Brasileira

(continua)

Tipo de instrumento	Vigência	Unidade gestora contratante	Objetivo	Valor Nominal (R\$)	Valor Real* (R\$)
Convênio	05/12/2001 a 01/08/2002	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	A realização de encontro(s) para capacitação de secretários municipais de educação.	110.735,73	337.699,18
Contrato	28/12/2012 a 28/03/2014	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Aquisição de obras de literatura para atendimento ao Programa Nacional do Livro Didático - Alfabetização na Idade Certa.	2.444.215,50	3.172.264,19

⁷⁶ Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br>.

⁷⁷ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC) (HISTÓRIA, 2017).

Contrato	30/12/2013 a 28/03/2015	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Aquisição da revista Nova Escola para atendimento ao Programa Nacional Biblioteca da escola - PNBE periódicos 2014.	2.529.630,60	3.109.060,20
Contrato	17/02/2014 a 16/02/2015	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Contratação de assinaturas anuais das revistas Gestão Escolar e Nova Escola da Fundação Victor Civita, na periodicidade de edição de cada uma, para atender às demandas das bibliotecas dos campus do Instituto Federal de Goiás.	1.036,80	1.260,65
Contrato	11/11/2015 a 10/11/2016	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás	Contratação anual de assinaturas de revistas da fundação Victor Civita, na periodicidade da edição de cada uma, para atender às demandas das bibliotecas dos Campus Anápolis, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Cidade de Goiás, Inhumas, Jataí e Valparaíso do Instituto Federal de Goiás.	486,00	528,52
Total				5.086.104,63	6.620.812,74

* O valor Real foi atualizado para novembro de 2016, por meio da Calculadora do Cidadão, tendo como indexador o IGP - M, o Índice Geral de Preços – Mercado, que é amplamente utilizado na fórmula paramétrica de reajuste das tarifas públicas, contratos de aluguéis e prestação de serviços, conforme informações no site da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M, 2022).

Fonte: elaborado pela autora com base em informações do Portal Transparência da Controladoria Geral da União do Brasil (PORTAL, 2021).

Conforme observado no Quadro 18, 99,97% do valor gasto pelos órgãos governamentais para contratos com a FVC foram celebrados pelo FNDE, para aquisição de material impresso em atendimento ao Programa Nacional do Livro Didático⁷⁸ - Alfabetização na Idade Certa e Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE⁷⁹. Além disso, o FNDE

⁷⁸ O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) compreende um conjunto de ações voltadas para a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, destinados aos alunos e professores das escolas públicas de educação básica do País. Disponível em: <https://www.fn.de.gov.br/programas/programas-do-livro> - Acesso em 13 de ago. 2022.

⁷⁹ O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras

realizou convênio com a Fundação para capacitação de secretários municipais de São Paulo, contratos e convênios que somaram um valor real⁸⁰ total de R\$ 6.619.023,57, o que corresponde a um acréscimo de mais de 30% do valor nominal.

Em menor proporção, 0,03% foram gastos por órgão governamental, por meio de contratos entre a Fundação e o Instituto Federal de Goiás, referentes à assinatura anual das revistas Nova Escola e Gestão Escolar para atender à demanda das bibliotecas dos diversos campus do IFG, totalizando um valor real de R\$ 1.789,17, o que corresponde a, aproximadamente, 17,49% a mais que no referido ano.

Estudos anteriores já mencionavam a celebração de contratos entre a FVC e o governo federal, por meio do Ministério da Educação/ FNDE, conforme descrito por Castro (2013, p. 74): “[...] em 2010 o governo federal repassou à Fundação o valor de R\$ 2.502.496,50, donde, segundo o portal da transparência do Governo Federal, R\$ 2.483.032,64 foram gastos com material de distribuição gratuita”.

No estudo de Adrião *et al.* (2015), os autores localizaram, no Diário Oficial da União - DOU, edição de 31 de dezembro de 2013, extrato de contrato no valor de R\$ 2.529.630,60 (valores da época) entre o FNDE (contratante) e a FVC (contratada), informação que corrobora os dados do Portal Transparência, apresentados no Quadro 15. Os autores expressam que essas contratações têm fundamento

[...] no inciso I do artigo 25 da Lei 8.666/93, que prevê inexigibilidade de licitação “para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo” mediante comprovação do órgão contratante (ADRIÃO *et al.*, 2015, p. 51).

Cabe destacar que todos os contratos e convênios firmados pela Fundação e órgãos governamentais, localizados no Portal Transparência, trazem como fundamento legal a referida lei tratada por Adrião *et al.* (2015).

Com base em Ripa (2010), Castro (2013) e Adrião *et al.* (2015), verifica-se que, no período analisado, a FVC contou com fontes de recursos de doações; com receitas operacionais;

de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito de forma alternada: ou são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos, ou são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola> - Acesso em 13 de ago. 2022.

⁸⁰ Atualizado por meio da Calculadora do Cidadão, tendo como indexador o IGP - M, o Índice Geral de Preços – Mercado, que é amplamente utilizado na fórmula paramétrica de reajuste das tarifas públicas (energia e telefonia), nos contratos de aluguéis e prestação de serviços, conforme informações no site da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M, 2022).

e com recursos dos cofres públicos, por meio de celebração de convênios e contratos para prestação de serviços por meio da venda de publicidade e de materiais impressos. No que se refere a estes materiais, além da venda avulsa, foram realizadas vendas para organizações governamentais, conforme verificado no Portal Transparência da CGU.

A Fundação Victor Civita não divulga os membros de sua Diretoria e apenas é possível encontrar informação sobre os membros do seu Conselho de Curador no seu site oficial da Fundação, fato também observado em estudo anterior de Sousa (2019). Desse modo, o Quadro 19 mostra a composição do Conselho Curador da FVC nos anos de 2014 e 2018, com base nos estudos de Adrião et al. (2015) e Sousa (2019).

Quadro 19 - Composição do Conselho Curador da Fundação Victor Civita nos anos de 2014 e 2018

Cargo	2014	2018
Conselheiros	<p>Roberta Anamaria Civita, irmã de Giancarlo e Civita Neto e Alia Carol Civita;</p> <p>Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau e bisneto de João Gerdau - o fundador da empresa;</p> <p>Beatriz Gerdau Johannpeter, membro do Comitê Executivo do Instituto Gerdau, presidente do Conselho de Governança do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), membro do Conselho de Governança do Movimento Todos Pela Educação, e filha de Jorge Claudio de Moura Castro, economista, ex-Chefe da Divisão de Programas Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e atual presidente do Conselho Consultivo da Faculdade Pitágoras, da Kroton Educacional;</p> <p>Fábio Colletti Barbosa, presidente do Grupo Abril e membro do Conselho da UN Foundation, do Instituto Empreender Endeavor e do Instituto Ayrton Senna;</p> <p>Marcos Magalhães, presidente do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), presidente do Conselho do Instituto de Qualidade no Ensino (IQE) e membro do Conselho do Instituto Fernando Braudel de Economia Mundial.</p>	<p>Victor Civita Neto, Formado em Ciências Políticas, pela Columbia University, em 1989, Presidente da Fundação Victor Civita, Presidente do Conselho Editorial da Editora Abril e neto de Victor Civita.</p> <p>Giancarlo Civita, irmão de Civita Neto, Vice-Chairman da Abrilpar. Formado em Comunicação Social pela ESPM, com Pós-Graduação em Administração pela Harvard Business School. Neto de Victor Civita.</p> <p>Roberta Anamaria Civita, Vice-presidente do Conselho curador da FVC. Formada em Psicologia pela Brown University, nos Estados Unidos.</p> <p>Claudio de Moura Castro Assessor Especial da Presidência do Grupo Positivo. Formado em Economia pela UFMG, Mestre pela Universidade de Yale. Iniciou o Programa de Doutorado em Economia na Universidade da Califórnia, em Berkeley, terminando na Universidade de Vanderbilt. Não possui parentesco.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base em Adrião *et al.* (2015, p. 50) e Sousa (2019, p. 96-97).

De acordo com o Quadro 19, verifica-se que, para o ano de 2014, Adrião *et al.* (2015), ao descrevem os integrantes do Conselho Curador da FVC, identificaram a participação de quatro pessoas que não possuíam parentesco com a família Civita, são elas: Jorge Gerdau Johannpeter, Beatriz Gerdau Johannpeter, Fábio Colletti Barbosa e Marcos Magalhães.

No ano de 2018, o estudo de Sousa (2019) pontua a participação de Claudio de Moura Castro no Conselho como único membro que não possuía parentesco com a família Civita. Segundo o autor:

Diferente dos demais componentes é um economista, com Mestrado e Doutorado em universidades estrangeiras. Ressalta-se que, dentre outras funções executadas no exterior, o mesmo foi Economista Sênior de Recursos Humanos do Banco Mundial e chefe da Divisão de Programas Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (SOUSA, 2019, p. 97).

De acordo com Frazão e Castro (2016), Claudio de Moura Castro, economista brasileiro, lecionou em diversas universidades no Brasil e no mundo, incluindo a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas, a Universidade de Brasília, a Universidade de Chicago, a Universidade de Genebra e a Universidade de Borgonha. No setor educacional brasileiro, destaca-se a atuação de Castro como diretor da Capes, como técnico no Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada – INEP, como consultor da Faculdade Pitágoras e como assessor especial da Presidência do Grupo Positivo (FRAZÃO; CASTRO, 2016).

Estudo de Ripa (2010), ao analisar o relatório da Fundação do ano de 2007, também identificou Castro como integrante do Conselho da FVC, e destaca a presença deste economista em declarações sobre a educação “[...] veiculadas nos maiores meios de comunicação social do país” (RIPA, 2010, p. 99). De fato, Moura Castro tinha uma página sobre o tema na Revista Veja, publicada pelo Grupo Abril.

Para compreender a forma como a FVC atuou, entre 2005 e 2018, na operacionalização de ações/programas junto à educação pública brasileira, apresenta-se uma linha do tempo desde sua fundação até o ano de 2018, com base nas informações contidas no *site* da Fundação e nos estudos de Adrião *et al.* (2015).

- 1985 – Ano de criação da FVC.
- 1986 – A FVC lança a revista Nova Escola, que teve como público-alvo professoras brasileiras de 1º grau (atual Ensino Fundamental), com o objetivo de “fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho de seu trabalho; valorizá-la; resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade; integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e propiciar uma troca de experiências e conhecimentos” (KRAUSE, 2018a).

- 1987- A FVC publicou o primeiro Pôster Didático na revista Nova Escola, que consistia "[...] em reportagem que ensinava os professores a trabalhar o tem com seus alunos". A iniciativa resultou, no mesmo ano, em parceria realizada entre a Fundação e o Ministério da Saúde, que “[...] entregou gratuitamente mais de 290 mil pôsteres sobre Cobras Venenosas do Brasil”. Segundo informações no site da Fundação, a parceria foi realizada pelo motivo de o Governo Federal ter percebido que “[...] a revista era um ótimo canal de comunicação com a população brasileira e que era possível atingir um número enorme de famílias” (KRAUSE, 2018).
- 1988 – Ano de lançamento da Revista Sala de Aula, dirigida a professores do Ensino Médio (na época 2º grau), pois a revista Nova Escola era voltada a professores do Ensino Fundamental (1º grau). De acordo com o histórico da FVC, devido às “crises econômicas da era Collor”, em dezembro de 1990 cessou a publicação (ADRIÃO *et al.* 2015, p. 49).
- 1998 – A FVC lançou a Veja na Sala de Aula, criada com o objetivo de “[...] transformar a notícia em matéria didática, fornecendo um novo instrumento de ensino e aprendizado a milhares de estudantes e professores no país inteiro” (KRAUSE, 2018a). Segundo Adrião *et al.* (2015), a revista foi “[...] fruto de uma parceria entre a FVC e a revista Veja, publicação de maior circulação do Grupo Abril e a maior revista semanal do País, que passaria, então, a contemplar o público de professores de ensino médio” (ADRIÃO *et al.*, 2015, p.49). No mesmo ano, foi lançada a versão digital da Nova Escola, acompanhando o movimento de expansão do acesso à internet no Brasil. As escolas também recebiam os primeiros computadores e os professores “[...] passaram a ter acesso a todo o conteúdo impresso da revista, além de encontrarem um espaço de debate sobre as questões pedagógicas” (KRAUSE, 2018a). No ano de 1998 também ocorreu a 1ª edição do Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10, que depois passou a se chamar Educador Nota 10 e incluiu os gestores escolares. O Prêmio foi criado para “identificar e valorizar professores que adotam práticas exemplares em sala de aula” (KRAUSE, 2018a; ADRIÃO *et al.* 2015).
- 2001 – Lançamento da Campanha Bom Professor, criada pela Fundação Victor Civita com o objetivo declarado de “contribuir para a atratividade da carreira” e minimizar “a visão extremamente negativa sobre a profissão docente”, decorrente da avaliação precária da qualidade da Educação brasileira.

- 2002 – Lançada a Coleção *Ofício de Professor – Aprender Mais para Ensinar Melhor*, com o objetivo de “[...] ajudar os professores a se situar num universo cada vez mais complexo e tecnológico”. Era estruturada na forma de um curso à distância, focado nas necessidades dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental (KRAUSE, 2018a).
- 2006 – Ano em que ocorreu o lançamento do Projeto Entorno, que foi desenvolvido pela atuação voluntária em escolas de educação infantil e fundamental I, que ficavam na Freguesia do Ó e no Butantã, com “[...] o objetivo de fomentar a leitura por meio de ações educacionais e culturais envolvendo voluntários da Abril”.

Segundo a Fundação:

Os funcionários que se voluntariavam para participar de rodas de leitura com os alunos, recebiam capacitação por meio de palestras e workshops. Paralelamente, a Fundação Victor Civita promovia a formação de coordenadores e diretores das 16 escolas das Diretorias Regionais de Ensino da Freguesia do Ó e do Butantã, localizadas no entorno dos edifícios do Grupo Abril, que recebiam ainda acervos literários de qualidade. Em sua 1ª fase, o projeto beneficiou mais de 3.600 crianças (KRAUSE, 2018a).

- Em 2006, foi lançado um segundo projeto, *Matemática É D+*, voltado para a capacitação de professores de todo o país para o ensino de matemática. Segundo a FVC, sua criação foi motivada por “[...] duas escolas públicas batizadas com o nome Victor Civita, uma da rede municipal de São Paulo e outra da rede estadual em Guarulhos, que tiveram resultados desanimadores na Prova Brasil” (KRAUSE, 2018a). Em vista disso, a Fundação Victor Civita teria percebido a necessidade de “[...] retribuir a homenagem que haviam feito ao seu fundador com um programa de formação que ajudasse os gestores e professores dessas escolas a melhorar suas práticas e, conseqüentemente, os resultados dessas avaliações” (KRAUSE, 2018a). Ainda de acordo com informações institucionais colhidas no site da Fundação Victor Civita, em 2009, o projeto de formação *Matemática É D+* foi transformado em “[...] cursos online abertos a professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental I interessados na Didática da Matemática”, em parceria com o Instituto Ayrton Senna (KRAUSE, 2018a).
- 2007 - Ano marcado pela criação da Área de Estudos e Pesquisas Educacionais. Segundo informações no site da Fundação, o objetivo era “gerar recomendações práticas e aplicáveis às escolas e redes de ensino brasileiras”, de modo que as pesquisas eram “conduzidas em parceria com instituições e pesquisadores de

referência” e contavam com uma agenda própria de investigações sobre os temas desafiadores da Educação Básica. Os resultados eram publicados em livro, que reunia os artigos acadêmicos dos estudos e eram disponibilizados gratuitamente. Em 2016, a Área de Estudos e Pesquisas foi encerrada (KRAUSE, 2018b). O Projeto Letras de Luz, também lançado em 2007, teve curta duração, até 2010, e foi “um projeto de fomento à leitura realizado com patrocínio da EDP Energias do Brasil”. Outro projeto lançado em 2007, intitulado Programa Profissão Professor, detalhava os trabalhos realizados pelos vencedores do Prêmio Victor Civita, sendo realizado em parceria com a TV Cultura e transmitidos semanalmente, até 2010. Ainda em 2007, a FVC realizou uma terceira ação, intitulada Semana da Educação, que contava com realização anual⁸¹ e aberta ao público, com o objetivo de colaborar com a formação docente por meio da “[...] apresentação de novidades nas didáticas de cada disciplina, a discussão de temas da gestão escolar e a apresentação de resultados de pesquisas sobre a situação da Educação no país” (KRAUSE, 2018a).

- 2008 – Ano em que os Boletins sobre Educação⁸² foram lançados e a FVC passou a transmitir informações sobre Educação via rádio, com o objetivo de “[...] levar a um público ainda mais amplo a discussão inteligente sobre os temas relacionados ao ensino e à aprendizagem e ampliar o debate sobre Educação no país”, produzidos pela redação de Nova Escola e Gestão Escolar (KRAUSE, 2018a).
- 2009 – Foi o ano de lançamento da revista GESTÃO ESCOLAR, destinada a coordenadores pedagógicos e diretores escolares.
- 2012 – A FVC lançou o Curso *online* de leitura Nova Escola, em parceria com a Fundação Itaú, que teve objetivo de oferecer conhecimento aprofundado nas didáticas específicas a professores, coordenadores pedagógicos, diretores e técnicos formadores das redes públicas e particulares de ensino.

⁸¹ Buscas complementares realizadas na internet, por meio do Google Buscas, para localizar informações sobre a realização da Semana da Educação, organizada pela Fundação Victor Civita, identificou que essa ação foi realizada no período de 2007 a 2011. Ressalta-se que não localizaram-se informações sobre edições da Semana da Educação da FVC realizadas em anos posteriores a 2011. Além disso, verificou-se que a Semana da Educação da FVC contou com cinco edições realizadas.

⁸² De acordo com Krause (2018a), os boletins são veiculados diariamente na Rádio Bandeirantes e às terças e quintas nas rádios Cultura Brasil e Cultura FM. Os boletins são Momento da Educação, na Rádio Cultura FM, e Educação em Pauta, na Rádio Bandeirantes FM, e trazem notícias e análises sobre Educação.

- 2013 – A revista Nova Escola ganhou versão digital mensal, com navegação interativa e diversos conteúdos extras e recursos multimídia, como: planos de aula, vídeos, galerias de fotos e links para artigos acadêmicos e textos complementares (KRAUSE, 2018a). Em parceria com o Instituto Jaime Câmara e Fundação Bradesco, a FVC lançou o Curso *on-line* de Didáticas da matemática, que atendeu professores de 25 estados, e, ainda, para 2013, estudo de Adrião *et al.* (2015) verifica que a revista Gestão Escolar também ganhou uma versão digital, mantendo a versão impressa (ADRIÃO *et al.* 2015, p. 50-51).
- 2014 – Foi realizada parceria entre a Fundação e a Globo, a Abril e a Fundação Roberto Marinho, para realização do Prêmio Victor Civita Educador – Nota 10. Segundo Krause (2018a), “[...] a aliança reafirmou o compromisso com a Educação e amplia o potencial de mobilização dos cerca de 2 milhões de educadores do ensino público e privado”. De acordo com Adrião *et al.* (2015), em 2014, a versão impressa da revista Gestão Escolar “[...] é extinta e a revista migra totalmente para a versão digital” (ADRIÃO *et al.* , 2015, p.50 -51). O livro Dia dia do professor, publicado com a marca Nova Escola, foi lançado em parceria com a Editora Nova Fronteira e tratava-se de um guia para que o professor pudesse se preparar para os desafios da sala de aula (KRAUSE, 2018a). Ainda em 2014, foi lançado o *site* Gente que educa, que tinha o acesso gratuito destinado aos educadores, para troca de experiências e aperfeiçoamento profissional.
- 2015 – Foi lançada a coleção Ofício de Professor em formato de curso, com cinco volumes, voltada aos professores do Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série), pois a coleção Ofício de Professor lançada em 2002 era direcionada aos professores do Ensino Fundamental I (KRAISE, 2018a).
- 2016 – Ano marcado pela transferência das revistas Nova Escola e Gestão Escolar para a Fundação Lemann – FL, fato ocorrido no início de 2016. Segundo informações no site da FVC, a iniciativa nasceu da vontade comum das duas organizações em “[...] dar um novo impulso para ambas, garantindo que as publicações cresçam ainda mais e continuem ajudando a colocar professores e gestores no centro do debate educacional”. Após a transferência das revistas, a Fundação Lemann, criou “a Associação Nova Escola para gerenciar as iniciativas das marcas Nova Escola e Gestão Escolar”. A “Fundação Victor Civita, por sua

vez, dedicará seus esforços à valorização dos educadores brasileiros, por meio do Prêmio Educador Nota 10” (KRAUSE, 2018a).

- 2018 – Nesse ano, ocorreu a associação da Fundação Victor Civita e Varkey Foundation, realizada “em prol da valorização da educação no Brasil e no mundo”. Unindo forças, visaram “[...] ampliar o reconhecimento do trabalho realizado por educadores nas mais diversas áreas” (KRAUSE, 2018a). A Varkey Foundation é uma fundação de caridade global e, financiada pelo Governo do Reino Unido, criou o Global Teacher Prize, em 2014, que se trata de “[...] um prêmio de US\$ 1 milhão em dólares apresentado anualmente a um professor excepcional que fez uma excelente contribuição para a profissão” (GLOBAL TEACHER PRIZE, 2022).

Na linha do tempo apresentada, verifica-se que, desde sua criação até o ano de 2018, a FVC, por meio de suas ações e programas realizados, teve como foco principal os professores. Destaca-se que em seu primeiro projeto, em 1986, a Fundação teve como público-alvo a professora do 1º grau (atual Ensino Fundamental) e para os demais projetos e programas propostos e operacionalizados, quando destinado ao professor, o público-alvo passou a ser os professores.

Dado o objetivo declarado de melhorar a educação por meio da valorização e incentivo ao trabalho docente, constata-se que foram poucas as iniciativas da FVC para a valorização docente, uma vez que a maioria programas e projetos propostos e operados no período tinham o principal objetivo da melhoria da prática docente. Destaca-se que essa valorização e o incentivo ao trabalho docente ocorreu principalmente pela ação Campanha Bom Professor e na realização do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, sendo este último a principal iniciativa declarada e operacionalizada pela Fundação no período analisado.

Para compreender como a FVC operacionalizou seus principais programas e projetos, descritos na linha do tempo, no período analisado, o Quadro 20 sintetiza os principais dados, apresentando o ano de início do programa ou projeto, o público-alvo, como foi operacionalizado, com que estabeleceu parceria ou recebeu financiamento e o término do programa ou projeto, se concluído ou vigente.

Quadro 20 - Principais programas e projetos operados pela Fundação Victor Civita desde a sua criação até 2018

Nº	Início	Programa/Projeto	Público-alvo	Forma de operacionalização	Parceria/Financiamento realizado	Término
01	1986	Revista Nova Escola	Professores do Ensino Fundamental	Material impresso	Editora Abril e Ministério da Educação	fev.2015 ⁸³ /vigente
02	1987	Pôster Didático	Professores	Material impresso	Parceria do Ministério da Saúde	1987
03	1988	Revista Sala de Aula	Professores do Ensino Médio	Material impresso	i.n.l	1990
04	1998	Veja na Sala de Aula	Estudantes e Professores	Material impresso	Parceria Revista Veja	i.n.l
05		Versão digital da Revista Nova Escola	Professores	Material Digital Internet	i.n.l	vigente
06	1998	Prêmio Victor Civita – Professor Nota 10 depois denominado Educador Nota 10	Professores e Gestores	Prêmio	Grupo Abril, Fundação Roberto Marinho e Globo	vigente
07	2001	Campanha Bom Professor	Professores	Ação	Grupo Abril	2001
08	2002	Coleção Ofício de Professor	Professores do Ensino Fundamental I (atual Ensino Fundamental anos iniciais)	Material impresso – Curso à distância em fascículos	Grupo Abril	2002
09	2006	Projeto Entorno	Coordenadores, diretores e Voluntários	Ação	Funcionários da FVC voluntários	2010
10		Matemática é D+	Professores de Matemática e anos iniciais	Ação	Instituto Ayrton Senna	2009
11	2007	Área de Estudos e Pesquisa Educacionais	Professores, gestores escolares e agentes de políticas públicas.	Pesquisa	Parceria com Instituições e pesquisadores	2016
12		Projeto Letras de Luz	Estudantes	Ação	Patrocinado pela EDP Energias do Brasil	2010
13		Programa Profissão Professor	Professores	Mídia Televisiva	Parceria com a TV Cultura	2010
14		Semana da Educação	Público em geral	Ação	Grupo Abril	2011
15	2008	Boletins sobre Educação	Público em geral	Mídia em Rádio	Rádio Cultura FM e Rádio Bandeirantes FM	i.n.l
16	2009	Revista Gestão Escolar	Gestores escolares	Material impresso		2014

⁸³ Refere-se à parceria entre a Fundação e o Grupo Abril.

17	2012	Curso online de leitura Nova Escola	professores, coordenadores pedagógicos, diretores e técnicos formadores das redes públicas e particulares de ensino	Mídia digital – Curso <i>on line</i>	Fundação Itaú Social	2013
18	2013	Versão Digital da Revista Nova Escola Mensal	Professores	Mídia Digital - Internet	Grupo Abril	vigente
19		Curso online de Didáticas da matemática	professores	Mídia digital – Curso <i>online</i>	Instituto Jaime Câmara e Fundação Bradesco	2013
20		Versão Digital da Revista Gestão Escolar	Gestores escolares	Mídia Digital - Internet	Grupo Abril	vigente
21	2014	Gente que Educa	Professores	Mídia Digital - site	i.n.l	2015
22		Livro Dia dia do professor	Professores	Material impresso	Editores Nova Fronteira	2014
23	2015	Coleção Ofício de Professor	Professores do Ensino Fundamental II (atualmente Ensino Fundamental anos finais)	Material impresso – Curso em cinco fascículos	Grupo Abril	2015
24	2016	Revistas Nova Escola e Gestão Escolar	Professores e Gestores Escolares	Plataforma Digital	Transferidas para Associação Nova Escola - Fundação Lemann	vigente
25	2018	Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10	Professores e Gestores escolares	Prêmio	Associação com Varkey Foundation	vigente

i.n.l - informação não localizada

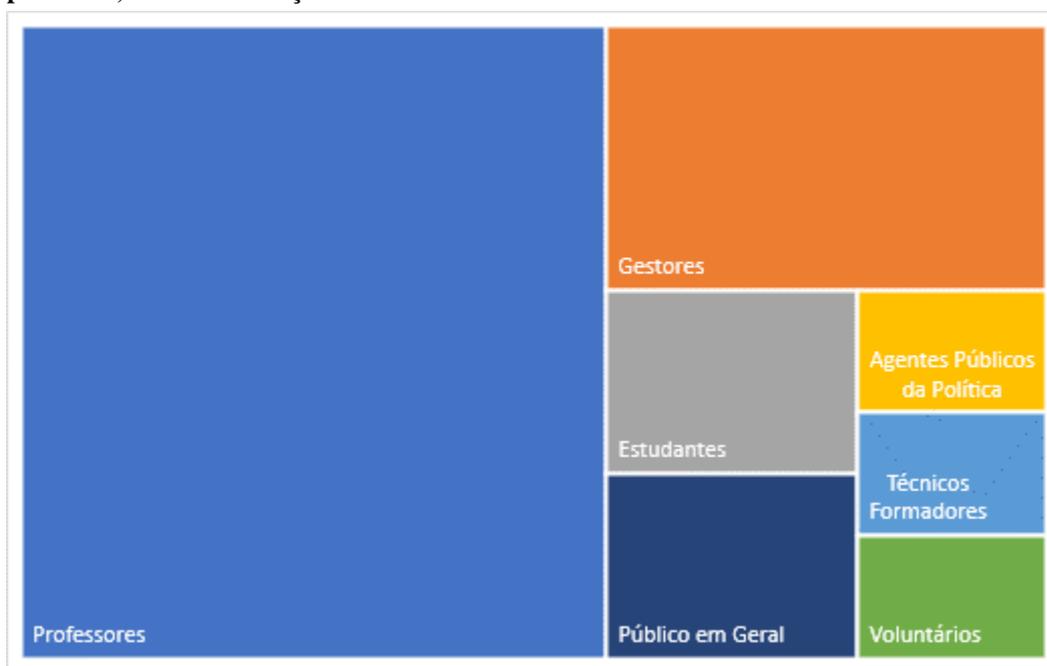
Fonte: elaborada pela autora com base em Adrião *et al.* (2015) e informações contidas na página da Fundação Victor Civita (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2018).

O Quadro 20 apresenta os campos com informações sobre projetos e programas propostos e realizados pela Fundação Victor Civita desde sua criação até 2018. Dentre estes, há três campos que tratam de informações repetidas, os quais foram elencados, conforme a linha do tempo da FVC, por conterem informações sobre as mudanças na forma como os programas e projetos seriam operacionalizados. São eles: as Revistas Nova Escola e Gestão Escolar e o Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10.

A análise do quadro trata de informações referentes a 20 projetos e programas propostos pela FVC no período, cujo público-alvo se constituiu por professores, gestores, estudantes, agentes públicos da política, técnicos formadores, voluntários e público em geral.

O Gráfico 10, a seguir, reproduz o universo do público-alvo da Fundação, bem como a distribuição de cada segmento.

Gráfico 10 - Distribuição do público-alvo, por segmento, dos principais programas e projetos realizados pela FVC, desde sua criação até 2018



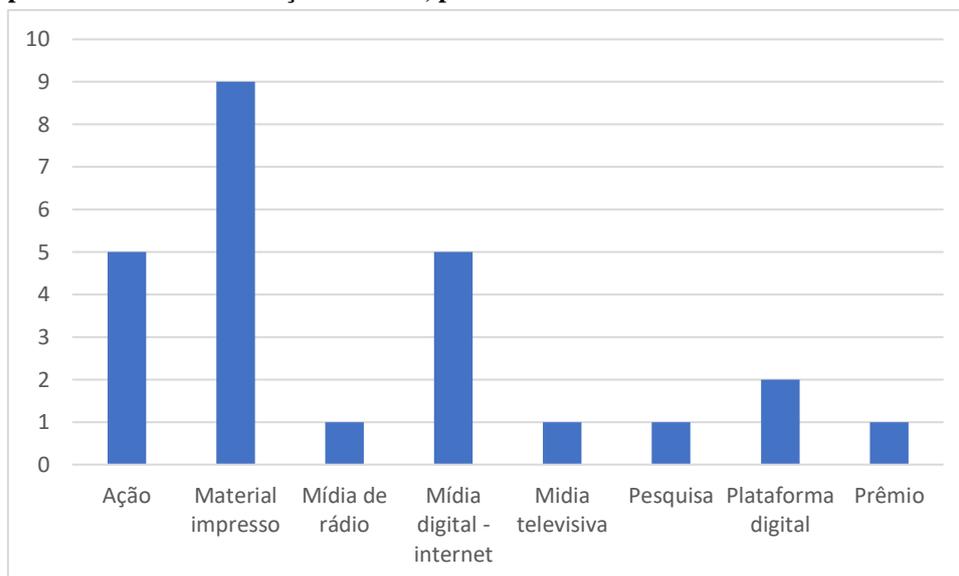
Fonte: elaborado pela autora.

Conforme verificado no Gráfico 10, os professores foram o foco principal da FVC em seus programas e projetos e, representaram 57,14% do total do público-alvo, seguidos pelo segmento gestores, com 17,85%. Estudantes e público em geral corresponderam a 7,15% do foco da Fundação cada um. Quanto aos agentes públicos de políticas, técnicos formadores e voluntários representaram, cada um, 3,57%, do foco da Fundação em seus programas e projetos por ela propostos e realizados desde a sua criação até 2018.

Tratando-se de como foram operacionalizados os principais programas e projetos por parte da Fundação, registrados no Quadro 18, verifica-se que foram utilizados diferentes meios para atingir o público-alvo de cada projeto ou programa realizado. Dessa maneira, os projetos e programas foram operacionalizados por meio de material impresso (revistas e livros publicados, posters, cursos a distância), mídias de rádio, televisiva e internet, desenvolvimento de pesquisas, plataforma digital, realização de ações (campanhas e projetos específicos) e premiação.

O Gráfico 11, a seguir, mostra a distribuição das formas de operacionalização dos principais programas e projetos operados pela FVC desde sua criação até 2018.

Gráfico 11 - Distribuição das formas de operacionalização dos principais programas e projetos realizados pela FVC desde sua criação até 2018, período analisado



Fonte: elaborado pela autora.

Verifica-se, no Gráfico 11, que material impresso foi a forma mais utilizada pela FVC para chegar até o público-alvo pretendido, com 36%, seguida por desenvolvimento de ações pontuais e campanhas, com 20. O mesmo percentual de 20% foi atingido pela utilização de Mídia digital – internet como forma que a Fundação se propôs a chegar até o público-alvo pretendido. Na sequência, tem-se a Plataforma Digital, com 8%. E, para as formas Mídia de rádio, Mídia televisiva, Pesquisa e Prêmio, cada uma tem 4% representando o modo como a Fundação pretendeu atingir o público-alvo em cada projeto ou programa proposto e desenvolvido.

O Quadro 21 sintetiza as organizações que foram parceiras ou que financiaram os principais programas e projetos que foram propostos e realizados pela FVC desde sua criação até o ano de 2018.

Quadro 21 - Organização parceira ou financiadora dos principais programas e projetos operados pela Fundação Victor Civita desde sua criação até 2018, com respectiva natureza jurídica da organização

(continua)

Organização parceira/financiadora	Natureza jurídica da organização	Tipo
Editora Abril	Sociedade anônima aberta	Empresa
Editora Nova Fronteira	Sociedade anônima fechada	Empresa
EDP Energias do Brasil	Sociedade anônima aberta	Empresa
Fundação Bradesco	Fundação Privada sem fins lucrativos	Fundação
Fundação Itaú Social	Fundação Privada sem fins lucrativos	Fundação
Fundação Lemann	Organização familiar sem fins lucrativos	Fundação

(conclusão)

Organização parceira/financiadora	Natureza jurídica da organização	Tipo
Fundação Roberto Marinho	Fundação Privada sem fins lucrativos	Fundação
Varkey Foundation	Fundação de caridade global, financiada pelo Governo do Reino Unido	Fundação
Globo	Sociedade anônima fechada	Empresa
Instituto Jaime Câmara	Associação privada sem fins lucrativos	Instituto
Instituto Ayrton Senna	Organização privada sem fins lucrativos	Instituto
Ministério da Educação	Órgão governamental	Órgão do Governo
Ministério da Saúde	Órgão governamental	Órgão do Governo
Outras instituições e pesquisadores	Não se aplica	Não se aplica
Rádio Bandeirantes	Sociedade anônima fechada	Empresa
Rádio Cultura	Sociedade empresária limitada	Empresa
TV Cultura	Sociedade anônima fechada	Empresa
Voluntários	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: elaborado pela autora, a partir de informação obtida pelo acesso ao site oficial, de cada organização listada no quadro, em 23 de maio de 2022.

Conforme o Quadro 21, desde sua criação até 2018, para operacionalizar seus programas e projetos, a Fundação Victor Civita firmou parcerias com Editora Abril, Editora Nova Fronteira, EDP energias do Brasil, Globo, Rádio Bandeirantes, Rádio Cultura e TV Cultura, organizações privadas do tipo empresa, que buscam obter lucro de suas ações ou negócios.

Verifica-se também que organizações do tipo Fundações e Institutos, autodeclarados com atuação sem fins lucrativos, foram parceiros ou financiaram as ações da Fundação, como a Fundação Bradesco, a Fundação Itaú Social, a Fundação Lemann, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Varkey, e os institutos foram o Instituto Jaime Câmara e o Instituto Ayrton Senna.

A Fundação também contou com parceria ou financiamento de órgãos governamentais, como os Ministérios da Educação e da Saúde. Além disso, verifica-se que outras parcerias foram realizadas pela Fundação com voluntários, outras instituições e pesquisadores para o desenvolvimento das ações em seus programas e projetos, conforme a linha do tempo apresentada sobre a Fundação e seus principais projetos e programas desde sua criação até 2018 e dados sintetizados no Quadro 18.

Em resumo, a linha do tempo da FVC mostra que, desde sua criação até 2018, a Fundação realizou inúmeras ações com o objetivo de melhorar a educação brasileira. Para alcançar seu objetivo, estudo de Ripa (2010) diz que a estrutura operacional da Fundação era constituída por

[...] um diretor executivo, aproximadamente 40 jornalistas, educadores, designers, publicitários e economistas envolvidos em diversas atividades, tais como: redação, *site*, projetos, coordenação pedagógica, circulação, *marketing*, publicidade, administração e finanças (RIPA, 2010, p. 98).

Contando com a estrutura operacional, descrita por Ripa (2010), a Fundação, no período analisado, teve seus projetos e programas propostos e operados de diferentes formas, de acordo com o público-alvo e objetivo de cada projeto ou programa, como material impresso, mídia digital - internet, mídia televisiva e mídia de rádio, bem como alguns projetos, que foram operados por meio de plataformas digitais e realização de prêmio e pesquisas sobre educação.

Tendo o professor como principal foco, a Fundação, para atingir seu objetivo da melhoria da educação no Brasil, contou com financiamentos e parcerias de organizações privadas e públicas, com e sem fins lucrativos, bem como de órgãos governamentais e participação de voluntários como forma para operacionalizar suas ações.

5.4 Fundação Victor Civita: organização e articulações

Na linha do tempo da Fundação Victor Civita, apresentada em subseção anterior desta dissertação, verifica-se que a Fundação, para operacionalizar seus projetos e programas, desde sua criação até o ano de 2018, realizou diversas articulações por meio de parcerias e também recebeu apoio e financiamento de diversas organizações públicas e privadas. Toda essa articulação, segundo Ruiz e Peroni (2017), se deve ao interesse da Fundação em interferir no conteúdo da educação pública desde a sua criação.

A atuação da Fundação Victor Civita, no período de 2005 a 2018, nos estados brasileiros, mapeada pela pesquisa das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (ADRIÃO, 2018), identificou a atuação da Fundação em seis estados brasileiros, tanto na operacionalização quanto na operacionalização de programa de outros atores privados e públicos.

A seguir, o Quadro 22 mostra os estados, o ano de início e o programa que foi operado ou que a Fundação foi parceira na operacionalização.

Quadro 22 - Estado, ano de início e programas operados pela Fundação Victor Civita no período de 2005 a 2018

Estado/DF	Ano de início	Programa
CE	1998	PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10
	SI	PRÊMIO GESTOR NOTA 10
MG	2005	PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR*
MT	2008	PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10
	2009	PRÊMIO GESTOR NOTA 10
RO	2005	PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR *
SC	2017	PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR *
SP	2006	PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR *
	2006	EDUCADOR NOTA 10
	2011	EDUCAÇÃO COMPROMISSO SÃO PAULO*

Notas: *A Fundação Victor Civita foi parceira do programa.

SI - Sem Informação

Fonte: Adrião (2018).

Conforme o Quadro 22, a atuação da Fundação, no período de 2005 a 2018, nos estados brasileiros, deu-se por meio da operacionalização de quatro programas, dois operados pela Fundação – o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 e o Gestor Nota 10 – e dois nos quais atuou como parceira – os programas Prêmio Gestão Escolar e Educação Compromisso São Paulo.

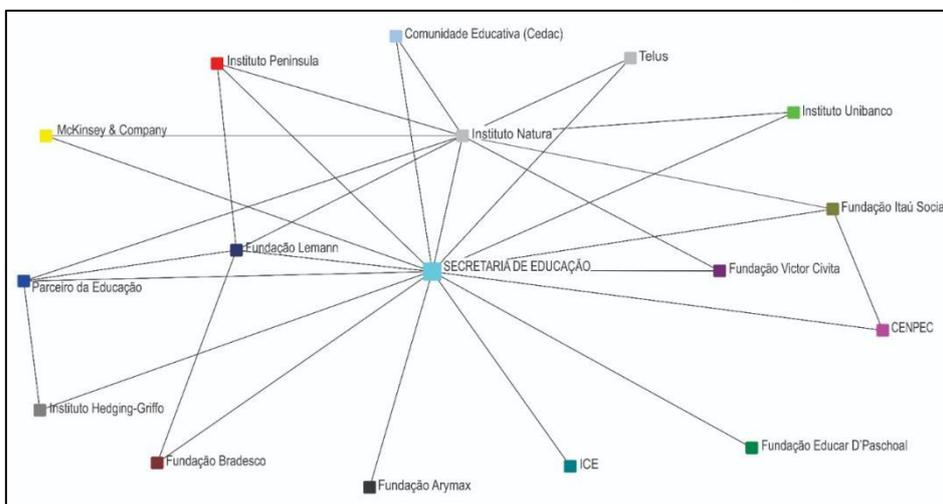
O Prêmio Educador Nota 10 foi operado nos estados do Ceará, Mato Grosso e São Paulo e o Prêmio Gestor Nota 10 foi operado no Ceará e no Mato Grosso, no período analisado. Os dois programas em que a Fundação foi parceira na operacionalização foram o Prêmio Gestão Escolar, nos estados de Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo, e o programa Compromisso São Paulo, no estado de São Paulo.

Segundo informações no site do Prêmio Gestão Escolar – PGE (PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR, 2020), o prêmio é realizado desde 1998, pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação -CONSED (HISTÓRIA, 2020), e tem objetivo de estimular a melhoria da gestão das escolas públicas (PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR, 2022). No período de 2005 a 2018, conforme a pesquisa do Mapeamento desenvolvida no âmbito do Greppe e coordenada por Adrião (2018), nos estados de Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo o programa foi operado pelo CONSED, com apoio de diversas organizações, incluindo a Fundação Victor Civita.

O programa Educação Compromisso São Paulo, segundo Adrião (2021), era integrado por 16 instituições privadas e foi instituído por meio do Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011, com finalidade de promover amplamente a educação de qualidade e a valorização dos profissionais da educação da rede pública estadual de São Paulo (ADRIÃO, 2021). A Figura

13 ilustra as instituições privadas que integravam o programa Compromisso de São Paulo quando foi criado.

Figura 13 - Atores privados integrantes do Programa Educação Compromisso São Paulo em sua origem



Fonte: Adrião (2021, p. 382).

A atuação dos diversos atores privados no programa Compromisso São Paulo, quando instituído, incluiu a atuação da FVC (ADRIÃO, 2021). Corrobora essa informação um artigo de 2020 de autoria de Adrião, Garcia, Drabach e Santos (no prelo), em que os autores consideram o referido programa como a terceira geração da privatização da educação em São Paulo, compreendida “[...] pela institucionalização da gestão corporativa da Educação (CROSSO; MARGALHÃES, 2017) em instancias de governo para definição da política educacional” (ADRIÃO, 2021, p. 383).

Além das articulações para parcerias, apoio e financiamento, as autoras Ruiz e Peroni (2017) verificaram que muitos integrantes do Conselho Curador da Fundação, descrito por Adrião *et. Al* (2015), também integravam o “Movimento Todos pela Educação”, movimento empresarial de grande influência na área das políticas educativas brasileiras” e, desse modo, naquele período, a Fundação tinha sua rede de influência ampliada em relação ao conteúdo e forma da educação pública brasileira (RUIZ; PERONI, 2017).

A respeito da influência dos atores privados na educação brasileira, Sousa (2019) afirma que o empresariado nacional vem intervindo junto ao governo brasileiro “[...] desde o conteúdo de projetos propostos para a educação até as diferentes esferas do governo”, movimento que, segundo a autora, é acompanhado pela FVC (SOUSA, 2019, p. 53).

O movimento do empresariado brasileiro para intervir nas políticas educacionais no Brasil, observado por Sousa (2019), configura o que Ball (2020) denomina como redes políticas nas quais “[...] por meio delas, é dado espaço e novas vozes dentro do discurso de política”. E,

se necessário, novos tipos de carreiras em política e governança são criados (BALL, 2020, p. 29).

As redes políticas são definidas por Ball (2020, p. 28) “[...] com foco na ‘especialização’ das relações sociais, em viagens, em outras formas de movimento, em outras interações transnacionais e em forma de sociabilidade”. Dessa maneira, para o autor, as redes políticas configuram um tipo de “social novo”, com relações, fluxos e movimentos sociais específicos. E, com base em Agranoff (2003), Ball afirma ainda que as redes políticas “fornecem locais para soluções colaborativas”, em que inovações são mobilizadas e, por meio delas, novas vozes e espaço emergem no discurso da política (BALL, 2020, p. 28-29).

Avelar e Ball (2019), também tratando da especialização das relações sociais promovidas pelas redes políticas, afirmam que elas “[...] impulsionam as conversas e a construção de confiança[...]”, essenciais à coerência das redes. No entanto, segundo os autores, a especialização das relações sociais “[...] não são simplesmente relações pragmáticas, mas também constituem comunidades morais e epistêmicas[...]”, em que os membros dessas comunidades, trabalhando juntos e conhecendo-se bem, passam a “[...] compartilhar os valores que informam suas escolhas e compromissos[...]”, bem como geram e compartilham narrativas convincentes que podem ser usadas em contextos hostis (AVELAR; BALL, 2019, p. 4, Tradução livre)⁸⁴.

5.5 A incidência da Fundação Victor Civita na educação pública estadual de Mato Grosso

Esta subseção destina-se à caracterização de dois programas operacionalizados pela Fundação Victor Civita junto à educação pública brasileira: o Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10 e o Prêmio Victor Civita – Gestor Nota 10. Dá-se atenção para a operacionalização desses programas junto à educação pública de MT, no período de 2005 a 2018, e, conforme descrito na seção 4, a incidência da FVC na educação pública do Estado de MT resultou de pesquisa que mapeou a atuação de organizações privadas junto aos sistemas estaduais de ensino do Brasil (ADRIÃO, 2018; 2021).

⁸⁴ Texto original: “Further, the social aspect of such events, and trips, should not be neglected. They propel conversations and the building of trust, which are essential for the coherence of networks (see Avelar *et al.*, 2018 for a fuller discussion). As Marsh and Smith (2000), p. 6 put it, “networks involve the institutionalization of beliefs, values, cultures and particular forms of behaviour”. These then are not simply pragmatic relations but also constitute moral and epistemic communities. Over time, members of this “community” have come to know each other well, work together and share the values which inform their choices and commitments; and they generate and share persuasive arguments that can be used in more hostile contexts” (AVELAR; BALL, 2017, p. 4).

Segundo Domiciano (2021), no período de 2005 a 2018, a atuação da FVC junto à rede estadual de MT deu-se pela operacionalização de dois programas. O primeiro foi o Prêmio Victor Civita- Educador Nota 10, com início em 2008 e vigência de dez anos, incidindo sobre a dimensão do currículo (ADRIÃO, 2018) na etapa do Ensino Fundamental e tendo como público-alvo os professores e estudantes. O segundo programa operacionalizado foi o Programa Gestor Nota 10, com início em 2009 e vigência de sete anos, no período de 2005-2018. Segundo a autora, o Programa Gestor Nota 10 teve sua incidência na dimensão da gestão, nas etapas de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tendo como público-alvo os gestores (DOMICIANO, 2021).

5.5.1 Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10

O Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10 foi idealizado e realizado desde 1998 pela FVC e “[...] reconhece e valoriza professores e gestores escolares da Educação Infantil ao Ensino Médio de escolas públicas e privadas de todo o país” (QUEM, 2022). Atualmente, segundo informações no site do Prêmio Educador Nota 10, para a operacionalização do prêmio, a FVC estabeleceu parcerias de mídia, recebe patrocínios e conta com apoio de institutos, além de ter se associado à *Varkey Foundation*, em 2018, como mostra a Figura 14, das parcerias realizadas pela FVC.

Figura 14 - Parcerias realizadas pela Fundação Victor Civita para operacionalização do Prêmio Educador Nota 10



Fonte: Prêmio Educador Nota 10 (2022).

No Quadro 23, a seguir, apresenta-se o perfil das organizações que realizam parceria com o Prêmio Educador Nota 10, com base em informações contidas nos sites do Prêmio Victor Civita e das organizações parcerias do Prêmio.

Quadro 23 - Perfil das Organizações que realizam parceria com o Prêmio Educador Nota 10

(continua)

Organização parceira do Prêmio Educador Nota 10	Perfil da organização
ABRIL	A Abril é uma empresa brasileira do ramo editorial que, de acordo com informações contidas na página do Prêmio Educador Nota 10, desde sua criação, explicita como missão o compromisso com a Educação de qualidade para todos. Acompanha o Prêmio há mais de duas décadas (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2022).
GLOBO	A GLOBO é uma rede de televisão comercial aberta brasileira, do tipo empresa, e, conforme informações contidas na página do Prêmio Educador Nota 10, em sua parceria de mídia realizada pela Globo, a empresa declara que a “Educação é nossa causa e nosso compromisso [...] desde 2014, quando nos associamos a Abril e à Fundação Victor Civita, junto à Fundação Roberto Marinho. Nossa maior contribuição é sensibilizar a sociedade compartilhando as histórias desses professores e gestores para os 100 milhões de uns que nos assistem todos os dias” ((FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2022).).
FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO	A Fundação Roberto Marinho - FRM, segundo informações contidas na página da fundação, é uma casa de parcerias com instituições públicas e privadas, com quem forma uma rede de cooperação em prol da educação (FUNDAÇÃO, 2022) De acordo com informações contidas na página do Prêmio, a FRM declara que parceria de mídia com o Prêmio Victor Civita foi realizada porque a Educação é causa e o compromisso da Fundação Roberto Marinho ((FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2022).
SOMOS EDUCAÇÃO	A organização Somos Educação, anteriormente Abril Educação, é uma companhia brasileira de educação que faz parte da Saber, holding de educação básica da Cogna Educação. Anteriormente, pertenceu ao fundo Tarpon Investimentos, fundada em 1960, por Victor Civita (SOMOS, 2021). De acordo com informações contidas na página da Somos Educação, a organização declara que tem como missão transformar o ecossistema das escolas privadas, unindo educação e gestão de alta qualidade por meio da neurociência e tecnologia em larga escala, além de liderar as escolas no processo de transformação digital (SOMOS EDUCAÇÃO, 2022).
LBDO	A LBDO é uma empresa de destaque no mercado nacional e internacional como a quinta maior empresa de auditoria e consultoria no Brasil. Atuam com serviços de Auditoria, Tax, Advisory e controladoria em diversos setores (BDO BRASIL, 2022)
NOVA ESCOLA	A Associação NOVA ESCOLA, criada em 2015, com o apoio de sua mantenedora, a Fundação Lemann, é uma organização autodeclarada sem fins lucrativos, de impacto social, que trabalha para o Brasil ter professores da Educação Básica fortalecidos em suas práticas, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes. A Associação é herdeira da revista de mesmo nome, nascida em 1986, na Fundação Victor Civita. Hoje, a Nova Escola é uma plataforma digital que produz reportagens, cursos autoinstrucionais, formações, planos de aula e materiais educacionais para fortalecer os professores brasileiros e é acessada por cerca de 2,7 milhões de pessoas por mês (NOVA ESCOLA, 2022).
INSTITUTO RODRIGO MENES	O Instituto Rodrigo Mendes, autodeclarado organização sem fins lucrativos, com a missão de colaborar para que toda pessoa com deficiência tenha uma educação de qualidade na escola comum (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2022).
UNICEF	O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recebeu da Assembleia Geral da ONU o mandato de defender e proteger os direitos de crianças e adolescentes. Na Educação, a UNICEF trabalha em parceria com governos, organizações sociais e toda a população para enfrentar os desafios da educação e garantir o direito de aprender de cada criança e adolescente, sem exceção (UNICEF, 2022).

(conclusão)

Organização parceira do Prêmio Educador Nota 10	Perfil da organização
GLOBAL TEACHER PRIZE	O <i>Global Teacher Prize</i> é um prêmio de US \$ 1 milhão em dólares, destinado a um professor excepcional que fez uma excelente contribuição para a profissão. Ocorre anualmente e foi criado em 2014, pela Fundação Varkey, que é uma fundação familiar estabelecida para melhorar os padrões de educação e elevar o status e a capacidade dos professores em todo o mundo (GLOBAL TEACHER PRIZE, 2022).

Fonte: elaborado pela autora, com base em informações contidas nos sites do Prêmio Victor Civita (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2022).

Conforme apresentado no Quadro 23, as parcerias realizadas para operacionalização do Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10 são realizadas com organizações autodeclaradas sem fins lucrativos, como Fundação Roberto Marinho, Nova Escola, Instituto Rodrigo Mendes, UNICEF e *Global Teacher Prize*. O Prêmio também realiza parcerias com empresas, como é o caso da Abril, Globo, Somos Educação, LBDO Brasil, cujas atividades visam o lucro.

O regulamento do Prêmio Educador Nota 10 (2020), para edição de 2020, previu que as inscrições fossem abertas para experiências escolares devidamente comprovadas por meio de planejamentos do trabalho e portfólio com as produções das crianças, alunos ou estudantes envolvidos e professores, coordenadores e equipe da escola (REGULAMENTO, 2020).

Segundo informações contidas no site da FVC e no Regulamento do Prêmio Educador Nota 10, o Prêmio Gestor Nota 10 é uma categoria do Prêmio Victor Civita, podendo realizar inscrições para concorrer a ele “gestores educacionais – diretores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e pedagógicos” cujo êxito do projeto possa

[...] ser comprovado por registro das ações, fotos, vídeos, avaliações, relatos dos participantes, registros de percursos formativos dos docentes e de assembleias que indiquem gestão participativa, entre outros materiais que ajudem a comprovar e evidenciar o impacto positivo nas aprendizagens dos envolvidos, sejam eles crianças, jovens ou adultos (REGULAMENTO, 2021).

O Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10 teve sua primeira edição realizada em outubro de 1998, sendo denominado Professor Nota 10 (atual Educador Nota 10), e premiou 17 professores com um valor total de R\$ 170 mil em prêmios. Como não havia regulamento para o processo de seleção dos vencedores,

[...] nos meses anteriores à premiação, foram escolhidas as melhores práticas de sala de aula e as iniciativas de sucesso entre 140 reportagens publicadas na revista nova escola no período entre março de 1995 e abril de 1998. [...] A seleção foi feita por um grupo de jurados com reconhecido conhecimento pedagógico (VENCEDORES..., 2021).

Na sequência do texto, apresenta-se uma linha do tempo dos principais acontecimentos relacionados à organização e realização do Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10, com base nas informações contidas na página do Prêmio Educador Nota 10 (EDIÇÕES, 2021), em que se analisaram os conteúdos da seção Vencedores da 1ª edição (1998) até a 21ª edição, que foi realizada no ano de 2020.

- 1998 – Realização da 1ª Edição do Prêmio Victor Civita – Professor Nota 10.
- 1999 – Desde sua 2ª edição, o Prêmio Victor Civita - Professor Nota 10 passou a ser regulamentado e, segundo informações na página do Prêmio, recebeu 1890 inscrições de docentes do ensino fundamental para a edição de 1999.
- 2006 – Ano em que foi alterada a nomenclatura do Prêmio Victor Civita, que passou a ser denominado Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10, e quando os projetos do Ensino Médio foram incluídos na seleção.
- 2007 Para a realização da 10ª edição, o Prêmio contou com os parceiros Sangari do Brasil (editora), e a Microsoft Educação, que ajudaram na distribuição de 100 mil reais em prêmios.
- 2008 – Destaca-se que, para a 11ª edição do Prêmio Educador Nota 10, organizada pela Fundação Victor Civita (FVC), o Prêmio contou com patrocínio do Grupo Positivo e da Energias do Brasil (EDP).
- 2009 – Para o referido ano, o Prêmio Educador Nota 10 contou com patrocínio das seguintes organizações para a realização da festa de premiação: Grupo Positivo, Gol Linhas Áreas Inteligentes e Fundação Nestlé do Brasil.
- 2010 – Na 13ª edição do Prêmio Educador Nota 10, a FVC contou com o patrocínio do Grupo Positivo.
- 2011 – A realização da 14ª edição do Prêmio foi patrocinada pelas editoras Ática, Scipione e Saraiva.
- 2017 – Para este ano, as informações contidas na página do Prêmio destacam que o Ensino Médio havia sido incluído novamente do regulamento do Prêmio e dois vencedores foram selecionados por seus projetos para essa etapa. Também há o destaque para o recebimento de mais de 5000 inscrições, com predominância de

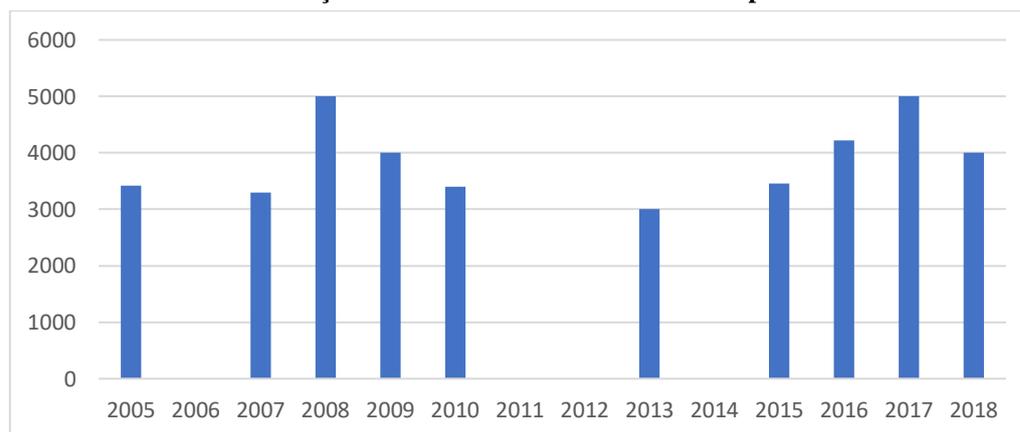
trabalhos que tratavam de questões contemporâneas, como a diversidade e o protagonismo estudantil⁸⁵.

- 2018 - O destaque da 21ª edição foi a participação de uma representante da fundação Varkey Foundation, que integrou a Academia de Jurados do Prêmio em comemoração ao primeiro ano de parceria da fundação Varkey Foundation, organizadora do Global Teacher Prize com a Fundação Victor Civita, realizadora do Prêmio Educador Nota 10.

Verifica-se, por meio da linha do tempo dos principais eventos identificados na realização do Prêmio Educador Nota 10, desde sua criação até 2018, que a FVC declarou apenas para alguns anos ter firmado parcerias com estas organizações do tipo empresas: Sangari do Brasil, Microsoft Educação, Grupo Positivo, Energias do Brasil (EDP), Gol Linhas Áreas Inteligentes e as editoras Ática, Scipione e Saraiva. A Fundação também declarou ter realizado parcerias com organizações do tipo fundação para a operacionalização do programa, tais como as parcerias realizadas com a Fundação Nestlé do Brasil e a *Varkey Foundation*.

Ressalta-se que não foram localizadas informações sobre o número total de inscritos no Prêmio para todos os anos, desse modo, o Gráfico 12 mostra o total de inscritos para os anos entre 2005 e 2018, recorte realizado considerando o período da pesquisa do mapeamento realizado no âmbito do Greppe.

Gráfico 12 - Total de inscrições no Prêmio Educador Nota 10 no período de 2005 a 2018



Fonte: elaborado pela autora com base nas informações contidas na página do Prêmio Educador Nota 10 (EDIÇÕES, 2021).

⁸⁵ Ressalta-se que, em buscas na página do Prêmio Educador Nota 10, bem como no buscador do Google, não foram encontradas informações referentes ao intervalo de tempo entre 2006 e 2017, que se configura, de acordo com a linha do tempo apresentada, período em que o EM deixou de ser incluso no regulamento em alguns anos no período destacado. Desta forma serão realizadas novas pesquisas para a referida informação para que possa ser apresentada no texto desta dissertação na versão Defesa Pública.

Como mostra o Gráfico 12, no período de 2005 a 2018, os anos de 2008 e 2017 tiveram o maior número de inscrições no Prêmio, com mais de 5000 para cada ano, conforme descrito nas informações para esses anos na página do Prêmio. Os anos de 2009 e 2018 tiveram, aproximadamente, 4000 inscrições para cada ano. Em 2007, foram registradas 3300 inscrições, seguido do ano de 2010, com 3400, e 2015 com 3460 inscrições. O ano de 2013 registrou o menor número de inscrições no Prêmio Victor Civita, cerca de 3000 mil inscritos no período analisado.

Para os anos de 2006, 2011, 2012 e 2014 não foram localizadas informações sobre o total de inscritos no Prêmio Victor Civita. Ressalta-se que o total de inscritos localizados para os referidos anos é descrito pelo Prêmio como mais de x inscritos, ou seja, são valores aproximados e não há informações a respeito do total de inscritos por região ou estado federativo.

O Quadro 24 mostra os Estados brasileiros em que profissionais da educação foram vencedores nas edições do Prêmio Educador Nota 10, no período de 2005 a 2018, por ano, quantidade de vencedores em cada estado, organizados por região do Brasil.

Quadro 24 - Estados brasileiros com profissionais da educação vencedores em edições do Prêmio Victor Civita- Educador Nota 10, por ano, região e número de vencedores em cada estado, no período de 2005 a 2018

(continua)

Ano	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sul	Região Sudeste
2005	Pará - 1 Rondônia - 1	-	-	Rio Grande do Sul - 1	Espírito Santo - 1, São Paulo - 2, Minas Gerais - 3 e Rio de Janeiro - 1
2006	-	Ceará - 1	Goiás - 1 Mato Grosso do Sul - 1	Santa Catarina - 1 Rio Grande do Sul - 1	São Paulo - 3, Minas Gerais - 1 e Rio de Janeiro - 1
2007	Acre - 1	-	Mato Grosso - 1	Rio Grande do Sul - 1	São Paulo - 5 e Minas Gerais - 2
2008	Pará - 1 Rondônia - 2	-	-	Paraná - 1 Rio grande do Sul - 1	Espírito Santo - 1, Rio de Janeiro - 2 e São Paulo - 4
2009	-	Maranhão - 1	Distrito Federal 1	Santa Catarina - 1 Rio Grande do Sul - 2	Minas Gerais - 2 e São Paulo - 4
2010	-	Ceará - 1	Mato Grosso 1	Rio Grande do Sul - 2	Rio de Janeiro - 2 São Paulo - 3
2011	Rondônia - 1	Bahia - 1 Paraíba - 1 Piauí - 1	Goiás 1	Santa Catarina - 1	Minas Gerais - 2 São Paulo - 2
2012	Pará - 1	Ceará - 1	Goiás 1	Rio Grande do Sul - 1 Santa Catarina - 1	São Paulo - 5

(conclusão)

Ano	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sul	Região Sudeste
2013		Bahia - 1	-	Santa Catarina - 2	Minas Gerais - 2 São Paulo - 5
2014		Rio Grande do Norte - 1	-	Paraná - 1 Santa Catarina - 2	Minas Gerais - 2 São Paulo - 3
2015	Amazonas - 1	Bahia - 1 Pernambuco - 1 Sergipe - 1	-	Rio Grande do Sul - 1	São Paulo - 5
2016	Amazonas - 1 Rondônia - 1	Bahia - 1	Goiás - 1	Santa Catarina - 2	Espírito Santo - 1 São Paulo - 3
2017	Rondônia - 1 Roraima - 1	Pernambuco - 1	-	Rio Grande do Sul - 1	Minas Gerais - 1 São Paulo - 5
2018	Pará - 2	-	Mato Grosso do Sul - 1	Santa Catarina - 2	Minas Gerais - 2 Rio de Janeiro - 2 São Paulo - 1
Total	15	14	09	25	78

Fonte: elaborado pela autora, com base em informações da página do Prêmio Educador Nota 10 (EDIÇÕES, 2021).

Conforme informações no Quadro 24, o programa Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10 contou com participantes de todas as regiões do Brasil no período de 2005 a 2018, com destaque para as regiões Sul, com 55,32%, e Sudeste, com 17,73% do total dos vencedores e que registraram vencedores em todos os anos do período analisado. Destaca-se o estado de São Paulo, na região Sudeste, com o maior número de vencedores do Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10, totalizando 50 vencedores, correspondendo a 35,46% do total de vencedores em todas as regiões, seguido pelo estado de Minas Gerais, com registro de vencedores do Prêmio em nove anos. Para o estado do Rio de Janeiro, tem-se registro de vencedores em seis anos e o Espírito Santo, no período analisado, teve três anos com vencedores do Prêmio.

A região Sul teve um total de 25 vencedores do Prêmio, o que configura 17,73% do total, conforme informações do Quadro 21, em que o estado do Rio grande do Sul teve maior quantidade de vencedores, um total de onze vencedores, seguido de Santa Catarina, com doze, e Paraná, com registro de duas vezes em que profissionais da educação foram vencedores do Prêmio Victor Civita no período.

Conforme observado no Quadro 24, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm 10,64%, 9,93% e 6,38%, respectivamente, do total de vencedores do Prêmio e não registraram vencedores para todos os anos do período de 2005 a 2018. Assim, das 14 edições analisadas, para as regiões Norte e Nordeste há registro de premiação em dez anos para a região Nordeste e de nove anos para a região Norte, com destaque para o estado de Rondônia na região Norte, que teve cinco anos em que foram premiados profissionais da educação, e o estado da Bahia,

no Nordeste, por quatro anos, no período analisado, com registro de profissionais da educação que conquistaram o Prêmio.

Nas quatorze edições analisadas, a região Centro-Oeste teve oito edições com profissionais da educação vencedores, com destaque para o estado de Goiás, onde, por quatro anos, profissionais da educação foram vencedores. Sequencialmente têm-se os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, cada um com o registro de dois anos em que os profissionais da educação foram vencedores. O Distrito Federal, no período analisado, teve apenas um profissional vencedor no Prêmio Victor Civita.

Na sequência, destacam-se os projetos premiados em Mato Grosso pelo Prêmio Educador Nota 10, no período de 2005–2018. O primeiro projeto foi vencedor em 2007, sendo desenvolvido pela professora Vânia Horner de Almeida, intitulado *Porcentagens, médias e frações* (2010), conforme informações da página do Prêmio Educador Nota 10. O projeto foi desenvolvido por meio do componente curricular matemática, de 5ª a 8ª série, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Procópio Faria, localizada no município de Vila Rica – MT. O segundo projeto foi elaborado pela professora Rosana Helena Brocco Zaffalon, vencedora em 2010. Segundo informações da página do Prêmio Educador Nota 10, o projeto, intitulado *Dengue mata, tô fora!* (PESQUISA, 2010), foi desenvolvido na Escola Municipal de Educação Básica Thiago Aranda Martin, no município de Sinop-MT.

Cabe ressaltar que ambos os projetos premiados pelo Prêmio Educador Nota 10 foram desenvolvidos em escolas municipais do estado de Mato Grosso.

5.5.2 Prêmio Victor Civita – Gestor Nota 10

O Prêmio Gestor Nota 10, como já mencionado, trata-se de uma categoria do Prêmio Victor Civita. Conforme consta na página da Seduc/MT, foi incluído na 12ª edição do Prêmio Victor Civita, realizada em 2009.

Por meio de matéria informativa apresentada na edição do Prêmio Victor Civita, tratando das informações e orientações para a participação, a informação vinculada a respeito do Prêmio Gestor Nota 10 no referido ano foi de que “[...] a nova categoria Gestor Nota 10 irá premiar diretores e/ou coordenadores pedagógicos. O Prêmio é de R\$ 20 mil divididos entre a escola e o diretor/coordenador pedagógico responsável pelo projeto” (INSCRIÇÕES, 2009).

As informações referentes ao Prêmio Victor - Civita Gestor Nota 10, tratadas nesta dissertação, são resultantes de buscas realizadas nas páginas da FVC, do Prêmio Educador Nota 10 e na página da Seduc/MT, utilizando-se os descritores “gestor nota 10”.

Verificou-se que em suas páginas a FVC e Prêmio Educador Nota 10 não destinam campo específico para divulgação de informações sobre o Gestor Nota 10. Dessa maneira, as informações localizadas nessas páginas são abordadas no decorrer do texto. Já as buscas na página da Seduc/MT, com base nos descritores, localizaram apenas uma matéria, em 2009, que traz informações sobre o Prêmio Gestor Nota 10, apresentando-o como uma nova categoria do Prêmio Victor Civita.

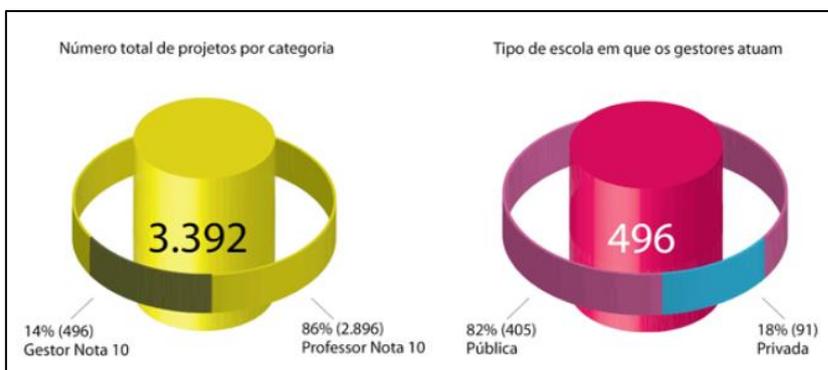
Considerando-se a limitação das informações específicas sobre o Prêmio Gestor Nota 10 localizadas nas páginas citadas, também foram realizadas buscas no Google Buscas, utilizando-se os descritores supracitados. mediante a análise do título e do conteúdo das matérias dispostas nas três primeiras páginas, verificou-se que a grande maioria das informações constavam em páginas visualizadas nas páginas anteriormente consultadas. Entretanto, dentre tantas informações localizadas e analisadas, localizou-se um artigo que abordava especificamente informações a respeito do Prêmio Gestor Nota 10, publicado no site Nova Escola Gestão, em 2010, o qual apresentou uma análise do perfil dos projetos inscritos no Prêmio Victor Civita Gestor Nota 10, cujos dados são apresentados e analisados nesta dissertação.

Segundo Lopes (2010), o perfil dos projetos inscritos no Prêmio Victor Civita na categoria gestor, em 2010, “[...] estão mais preocupados em reverter quadros de mau desempenho em avaliações oficiais, como na Prova Brasil em âmbito federal, e outros sistemas de avaliação aplicados por redes locais (LOPES, 2010).

A análise do perfil dos gestores participantes da edição de 2010 do Prêmio Gestor Nota 10 também concluiu que os gestores, em “seus projetos institucionais e de formação enviados ao Prêmio Victor Civita 2010” deram mais atenção às “ações que promovam o impacto na melhoria do desempenho dos alunos” (LOPES, 2010).

A Figura 15, a seguir, apresenta o perfil das inscrições nas categorias do Prêmio Victor Civita – Gestor Nota 10 e Professor Nota 10 (atual Educador Nota 10), bem como o tipo de instituição à qual esses profissionais da educação estavam vinculados.

Figura 15 - Perfil das inscrições e tipos de instituição a que estão vinculados os inscritos no Prêmio Victor Civita ano 2010

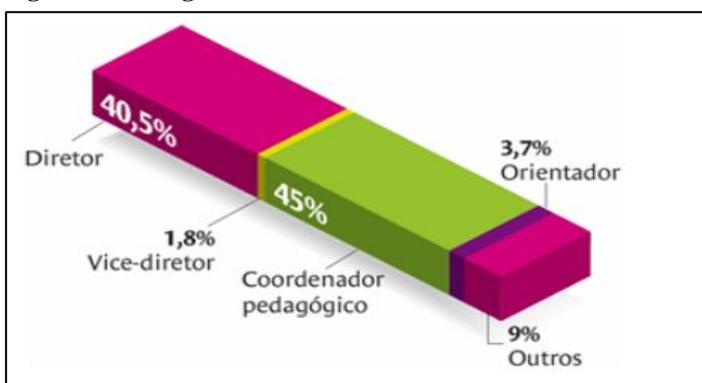


Fonte: LOPES (2010).

Verifica-se que o número de inscritos na categoria do Prêmio Professor Nota 10 (atual Prêmio Educador Nota 10) corresponde a seis vezes mais que para a categoria Prêmio Gestor Nota 10. Os projetos predominantemente inscritos foram desenvolvidos por profissionais da educação que atuam em escolas públicas, o que corresponde a quatro vezes mais que o número de projetos inscritos desenvolvidos em instituições privadas de ensino.

Outro dado analisado por Lopes (2010), apresentado na Figura 16, refere-se aos cargos ocupados por profissionais inscritos na categoria gestor, dentre os quais predominam aqueles diretamente relacionados à gestão escolar, com 87,3% dos inscritos, sendo 45% de inscrições realizadas por coordenadores pedagógicos, 40,5% de inscrições feitas por ocupantes do cargo de direção e 1,8% dos inscritos por vice-diretores. Nessa categoria também poderiam se inscrever com projetos os profissionais com função de orientação educacional ou pedagógica, que foram responsáveis por 3,7% dos projetos inscritos, contabilizando ainda, para o ano de 2010, 9% de outras inscrições.

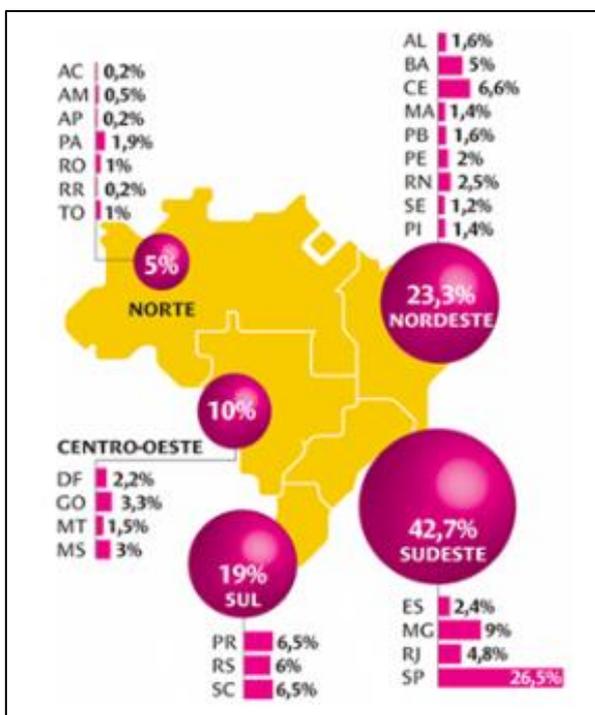
Figura 16 - Cargos dos inscritos no Prêmio Gestor Nota 10 - edição 2010



Fonte: Lopes (2010).

A seguir, a Figura 17 mostra o percentual de projetos inscritos na edição do ano de 2010 do Prêmio Victor Civita, por estado e região.

Figura 17 - Percentual de projetos inscritos, por estado e região, na edição do Prêmio Victor Civita – Gestor Nota 10 no ano 2010



Fonte: Lopes (2010).

Verifica-se, na Figura 17, que a Região Sudeste foi a que apresentou o maior registro de inscrições, com 42,7%, contrariamente à Região Norte, que teve o menor registro de inscritos, com 5% do total de trabalhos inscritos por gestores. O estado de São Paulo foi responsável pelo maior número de inscrições, 26,5%, dado esse que é superior à média de inscritos para os demais estados, e o Distrito Federal, que foi de 2,82%. Considerando as inscrições realizadas por gestores de escolas públicas e privadas do Estado de Mato Grosso, as inscrições foram de 1,5%, resultado abaixo da média de inscrições realizadas por gestores de outros estados e do Distrito Federal, excluindo-se São Paulo.

5.6 A incidência da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino público em Mato Grosso

Esta subseção destina-se a tratar de informações sobre a incidência da FVC na rede estadual de ensino público em MT, que ocorreu pela operacionalização dos programas Prêmio Victor Civita - Educador Nota 10 e Gestor Nota 10, como verificado pela análise dos dados da pesquisa do Mapeamento para MT apresentados na seção 4.

Por meio do Regulamento do Prêmio Victor Civita, professores e gestores escolares eram convidados à participação das edições dos Prêmios e, em contrapartida, a Seduc/MT

realizou ações de divulgação, "chamamento" e incentivo à participação dos profissionais da educação da rede pública estadual nos referidos programas, no período de 2005 – 2018.

Esse fato foi evidenciado por meio de consultas realizadas no site oficial da Seduc/MT (2022), com buscas através do descritor “Prêmio Educador Nota 10”, localizando-se duas matérias. Uma delas foi escrita no mês de junho do ano de 2009, intitulada *Inscrições para Prêmio Educador Nota 10 podem ser feitas até 12 de julho*, e traz a caracterização do Prêmio Victor Civita – Educador Nota 10, reportando dados relativos à premiação, de que, até aquele ano, “mais de 100 professores” já haviam sido premiados por submeterem seus projetos para avaliação no Prêmio Victor Civita. Dessa maneira, infere-se que a matéria realiza um chamamento à participação dos profissionais da educação e, para isso, apresenta o regulamento de inscrições para o ano 2009, para as duas categorias (INSCRIÇÕES, 2009).

A segunda matéria foi localizada por meio do descritor “Prêmio Educador Nota 10” e data do ano de 2017. Ela traz informações sobre a prorrogação das inscrições para a 20ª edição do Prêmio Educador Nota 10, sendo possível verificar que o objetivo do programa é apresentado juntamente com um breve relato geral de quais projetos podem ser submetidos à inscrição, citando ainda as "vantagens" em participar do programa, enfatizando o seguinte:

Os 50 finalistas ganharão uma assinatura anual do site Nova Escola Clube, com acesso às revistas Nova Escola e Gestão Escolar digitais. Já os 10 vencedores receberão R\$ 15 mil, cada um, e um vale-presente de R\$ 1 mil para a escola onde o projeto foi aplicado (PRAZO..., 2017).

Utilizando o descritor “Fundação Victor Civita” no campo de busca do site da Seduc/MT, localizou-se doze matérias cujas informações estão organizadas no Quadro 25.

Quadro 25 - Matérias publicadas por ano, título, conteúdo e programa, localizadas no site da Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso com base no descritor “Fundação Victor Civita”

(continua)

Ano	Título	Conteúdo/Objetivo	Programa
2006	Experiências em educação indígena recebem prêmio.	Matéria publicada em outubro de 2006, com objetivo de divulgar e incentivar a participação de profissionais da rede estadual nas edições do Prêmio Victor Civita. Traz informações sobre prêmio recebido por um profissional da rede estadual do Estado de Mato Grosso do Sul, o professor Ava Poty Rendy “um dos ganhadores do 9º Prêmio Professor Nota 10”. A matéria informa que era a quarta vez que ele tinha sido selecionado pelo Prêmio Victor Civita Educador Nota 10.	Prêmio Victor Civita
2009	Inscrições para Prêmio Educador Nota 10 podem ser feitas até 12 de julho.	Publicada em 18 de junho, a matéria é informativa, apresentando o Prêmio Victor Civita, e trata das informações e orientações para a participação. O regulamento para edição de 2009 é, na íntegra, no corpo da matéria, bem como destaca questões a respeito da premiação.	Prêmio Victor Civita
2010	Vice-Presidente do Consed Centro-Oeste e secretaria da Seduc ministram palestra em SP.	Matéria publicada em setembro, de caráter informativo, sobre um evento realizado como parte da comemoração dos 25 anos da Fundação Victor Civita, que contou com palestra intitulada “Educação: Por uma política de Estado, não de governos”, proferida pela presidente e pelos quatro vice-presidentes das regionais do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com a participação de mais de 100 convidados, entre especialistas, formadores de opinião da área de educação e autoridades, como o Secretário da Educação do Estado de São Paulo, Paulo Renato Souza.	Fundação Victor Civita
2012	Seduc institui o Comitê Estadual do Prêmio de Gestão Escolar.	Publicada em março de 2012, a matéria informa a respeito da instituição do Comitê Estadual do prêmio Gestão Escola. Informa o objetivo do prêmio, bem como quais as entidades envolvidas na realização da ação.	Prêmio Gestão Escolar
	Inscrições para o Prêmio Gestão Escolar começam nesta quinta (16).	Publicada em fevereiro de 2012, a matéria realiza um convite à participação das escolas públicas estaduais e municipais da educação básica de todo o país na 13ª edição do Prêmio Gestão Escolar (PGE). Apresenta um breve histórico do PGE, traz informações sobre inscrição e informa a respeito da premiação.	Prêmio Gestão Escolar
	Vencedora do Prêmio Gestão Escolar 2012 será conhecida nessa segunda.	A matéria, publicada em outubro de 2012, refere-se à cerimônia de premiação da 13ª edição do Prêmio Gestão Escolar, que, quando ocorrido, anunciou a escola eleita com a melhor prática de gestão escolar do país entre seis escolas finalistas.	Prêmio Gestão Escolar
2013	Prêmio reconhece excelência em gestão escolar.	A matéria, publicada em maio de 2013, divulga a 14ª edição da cerimônia de entrega do Prêmio Gestão Escolar, em que são apresentados os objetos da realização do prêmio, informações sobre a premiação, que inclui a participação em intercâmbios nos Estados Unidos com os diretores premiados.	Prêmio Gestão Escolar
	São Luís sedia lançamento da 14ª edição do Prêmio Gestão Escolar.	Matéria publicada em março de 2013, teve como objetivo divulgar evento de lançamento da 14ª edição do Prêmio Gestão Escolar. O conteúdo da matéria também se refere a informações sobre o procedimento de inscrições, as parcerias firmadas para a realização da ação e a premiação para os ganhadores da 14ª edição do PGE.	Prêmio Gestão Escolar

(conclusão)

Ano	Título	Conteúdo/Objetivo	Programa
	Educadores brasileiros premiados farão intercâmbio com escolas públicas nos EUA.	Publicada em outubro de 2013, a matéria de divulga a participação de educadores brasileiros em intercâmbio educacional nos Estados Unidos como parte da premiação do Prêmio Gestão Escolar 2013.	Prêmio Gestão Escolar
2014	Prêmio para Educadores tem inscrições abertas até o dia 06.	Publicada em julho de 2014, a matéria tem caráter informativo e de divulgação, informando a instituição por parte da Secretaria de Educação de Mato Grosso (Seduc/MT) do Comitê Estadual do Prêmio de Gestão Escolar, e divulgando a programação para o ano de 2012 da edição do Prêmio Gestão Escolar.	Prêmio Victor Civita
2015	Escola referência de Mato Grosso recebe avaliadora do Consed.	Publicada em novembro de 2015, a matéria tem caráter de divulgação e trata da escolha da Escola Estadual Odorico Leocádio Rosa, de Rondonópolis, como uma das finalistas da 16ª edição do Prêmio Gestão Escolar 2015, informando que a escola recebeu a visita de uma avaliadora designada pelo (Conselho Nacional de Secretários de Estaduais de Educação (Consed) em cumprimento a mais uma fase do Prêmio para o ano 2015. A matéria ressalta que “com outras quatro escolas do país” foi a como única representante da região Centro-Oeste.	Prêmio Gestão Escolar
2017	Prazo de inscrição para Prêmio Educador Nota 10 é prorrogado.	Publicada em 22 de junho de 2017, a matéria informa sobre a prorrogação das inscrições para a 20ª edição do Prêmio Educador Nota 10 até dia 25 de junho. Além de conter informações e orientações sobre a participação Prêmio Educador Nota 10, com destaque para questões relacionadas ao prêmio oferecido.	Prêmio Victor Civita

Fonte: elaborado pela autora, com base informações site contidos no site da Secretaria do Estado de Educação do Estado de Mato Grosso (SEDUC, 2022).

O Quadro 25 mostra que a concentração de publicações contendo informações sobre a FVC se enquadra no período da Pesquisa do Mapeamento (2005-2018) realizada pelo Greppe. Do total de matérias localizadas, 91,67% foram publicadas no período da primeira fase do mapeamento (2005 – 2015) e 8,33% foram publicadas no período da segunda fase do mapeamento (2015-2018).

Analisa-se que o maior número de matérias localizadas diz respeito a informações sobre o Prêmio Gestão Escolar, com 58,34% das publicações. Em ordem, há matérias publicadas tratando de informações sobre o Prêmio Victor Civita, com 33,33% das publicações localizadas, e 8,33% das publicações localizadas tratam de informações sobre a FVC.

O Prêmio Gestão Escolar, segundo informações no site do programa, foi lançado em 1998, pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), e tem como objetivo estimular "a melhoria da gestão das escolas públicas", bem como promover e incentivar a "troca de experiências entre gestores [...] multiplicando boas estratégias" (PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR, 2022).

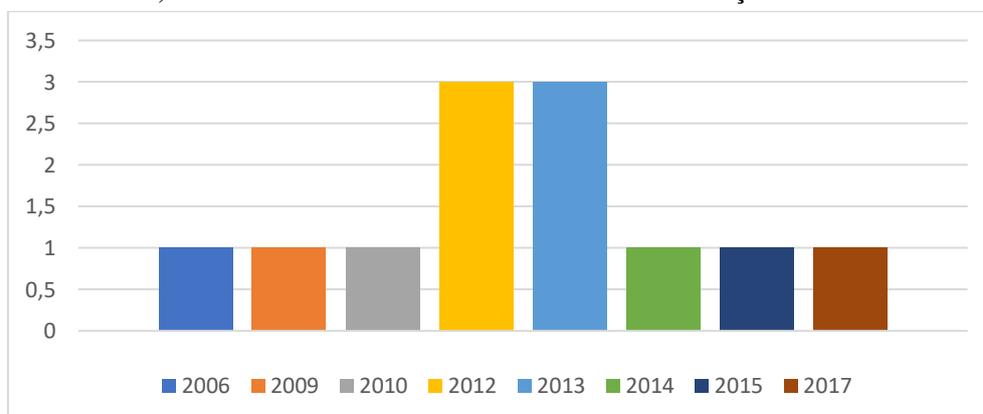
De acordo com as informações contidas na matéria intitulada *Vencedora do Prêmio Gestão Escolar 2012 será conhecida nessa segunda*, publicada no site da SEDUC/MT, o Prêmio Gestão Escolar é

[...] realizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos; Fundação Roberto Marinho; Instituto Unibanco; Fundação SM, Fundação Itaú Social; Instituto Gerdau; **Fundação Victor Civita**; União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime); Ministério da Educação (MEC); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e Instituto Natura, o prêmio visa melhorar o sistema educacional, por meio de um processo formativo focado no ensino de qualidade com a participação da comunidade escolar (VENCEDORA..., 2012, grifo da autora).

A seguir, o Gráfico 13 mostra a quantidade de matérias publicadas na página da SEDUC/MT relacionadas à FVC e à operacionalização dos programas Educador Nota 10 e Gestor Nota 10, destacando publicações ocorridas no mesmo período da pesquisa do mapeamento realizado no âmbito do Greppe. Utilizando-se o descritor “Fundação Victor Civita” não foram localizadas publicações de matérias posteriores a 2017.

Verifica-se que há concentração de publicações nos anos de 2012 e 2013, que somam 50% das publicações, 25% para cada ano. Para os demais anos em que foram localizadas publicações sobre a FVC, os anos de 2006, 2009, 2010, 2014, 2015, 2017 somam os outros 50% das produções localizadas, com mais de 8% das publicações localizadas para cada um deles. Para os anos de 2005, 2007, 2008, 2011, 2016 e 2018 e período recente não foram localizadas publicações que tratassem de informações sobre o Prêmio Victor Civita, considerando-se o descritor de busca.

Gráfico 13 - Quantidade de matérias publicadas, por ano, que tratam de informações sobre a Fundação Victor Civita, localizadas no site Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso



Fonte: elaborado pela autora.

Pesquisa realizadas por meio do descritor “Prêmio Gestor Nota 10” no site da Seduc/MT não localizaram nenhuma publicação.

Buscas realizadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (IOMAT, 2022), utilizando-se o descritor “Fundação Victor Civita”, localizaram quatro portarias. Todas tratam, em seu Art.1º, de “Instituir o Comitê Estadual para promover as atividades relativas ao processo de avaliação”, considerando “a implementação do Prêmio Gestão Escolar” (MATO GROSSO, 2013).

As portarias foram públicas nos anos de 2012 (Portaria nº. 119/2012/GS/SEDUC/MT), 2013 (Portaria nº 295/2013/GS/SEDUC/MT), 2015 (Portaria nº 313/2015/GS/SEDUC/MT, com vigência até 2016) e 2017 (Portaria nº 270/2017/GS/SEDUC/MT). Suas informações corroboram com as informações contidas nas matérias publicadas no site da SEDUC/MT que tratam do Prêmio Gestão Escolar, em que se configura ação realizada em conjunto pelos Conselhos de Educação das três esferas da federação: o Ministério da Educação, Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, Organizações nacionais e internacionais de Educação e por fundações, incluindo a Fundação Victor Civita (MATO GROSSO, 2012; 2013; 2015; 2017).

Outra busca foi realizada no site do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, utilizando o descritor “Prêmio Victor Civita”, que não localizou publicação.

Também foram realizadas buscas por informações no Portal Transparência do Estado de Mato Grosso (PORTAL, 2022), utilizando-se os descritores “Fundação Victor Civita” e “Prêmio Victor Civita”, que poderia tratar da materialização de uma relação financeira entre o Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, e a Fundação Victor Civita. Como resultado obteve-se a não localização de informações sobre realização de acordos financeiros firmados entre as partes.

A caracterização do perfil e da forma de atuação da Fundação Victor Civita junto à educação pública no Brasil, apresentada nesta dissertação, expressa que a Fundação, por meio de seus programas e ações, tem uma proposta de educação com foco no ensino, centrada no fazer docente como “caminho” para a melhoria da educação no Brasil.

Desde sua criação até o período recente, as ações e programas propostos pela Fundação para a educação no país têm centralidade na atuação do professor, propondo e disseminando as práticas pedagógicas, consideradas como as melhores para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos que, conseqüentemente, para melhoraria a educação no país.

Considerando o objetivo declarado da Fundação, da melhoria da educação e da valorização do trabalho docente, Castro (2013), apoiada em Barros (1988), diz que a melhoria

da educação proposta pela Fundação se mantém vinculada a um “[...] poder fazer, percebido pelos exemplos concretos no plano pragmático” do qual, historicamente, a atuação da Fundação destacou-se pela publicação das duas principais revistas educacionais do país (Nova Escola e Gestão Escolar) no site novaescola.org.br e pela realização do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 (CASTRO, 2013, p. 72). A autora diz ainda que o projeto da melhoria da educação, proposta pela fundação, tem como fundo “[...] uma operação de transição de um estado pior para um estado ou condição melhores” (CASTRO, 2013, p. 72).

A transição abordada pela autora supracitada reflete-se nas ações e programas que foram propostos pela Fundação desde sua criação até o ano de 2009, período que concentrou a maior parte dos lançamentos e propostas de ações e programas por parte da Fundação, conforme a linha do tempo da operacionalização de programas e ações realizados pela Fundação, apresentada nesta dissertação.

Em 2016, a Fundação deixou de ser responsável pelas revistas Nova Escola e Gestão Escola, ação decorrente da transferência das duas publicações para a Fundação Lemann. A transferência ocorreu um ano após a Abrilpar, holding da família Civita que controla os negócios do grupo Abril, ter anunciado a venda de todas as suas ações da Abril Educação para fundos de investimento administrados pela Tarpon. Com a negociação, o grupo Abril declarou querer se dedicar apenas às atividades de mídia e distribuição (GRUPO, 2015).

Com a transferência das revistas para a Fundação Lemann, as ações da Fundação Victor Civita concentraram-se exclusivamente no Programa Victor Civita Educador Nota 10 e, para dar continuidade ao programa, no ano de 2018, a FVC associou-se à *Varkey Foundations*, fundação que, por meio de seus programas, declara trabalhar “[...] com governos e organizações parceiras para construir novos programas que ofereçam melhores líderes escolares, melhores professores nas salas de aula e melhores resultados em todas as áreas” (PROGRAMAS, 2018).

Sobre a operacionalização dos Prêmios Educador Nota 10 e Gestor Nota 10, no período de 2005 a 2018, verificou-se que ocorreu em todas as regiões do Brasil, com vencedores do Prêmio Educador Nota 10 em todas as regiões. Conforme os dados obtidos, em 2010 o Prêmio Gestor Nota 10 contou com inscritos de todos os estados brasileiros.

No estado de MT, a operacionalização dos dois programas na rede estadual de ensino público, no período de 2005 a 2018, expressa-se na atuação da Fundação como proponente da ação, por meio dos Regulamentos do Prêmio Victor Civita para participação dos profissionais da educação. Em contrapartida, as ações foram realizadas pelo estado de Mato Grosso, por meio da Seduc/MT, que promoveu a divulgação do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 e Gestor

Nota 10 em diferentes edições aos profissionais da educação da rede estadual, no período de 2005 a 2018, por meio de matérias publicadas na página institucional da Seduc/MT. Ressalta-se que em muitas das matérias, para além de informações sobre o regulamento do Prêmio, foram destacadas informações relativas à premiação direcionada aos vencedores da edição propagada, de forma a “convocar” e incentivar a participação dos profissionais da rede nas edições do Prêmio no período analisado. Como já mencionado nesta dissertação, Mato Grosso teve duas vencedoras do Prêmio, profissionais da educação que atuam em escolas municipais de dois municípios mato-grossenses.

A atuação da FVC, descrita nos estudos de Adrião *et al.* (2015), Ruiz e Peroni (2017), Ripa (2010), Castro (2013), Ávila (2015) e Sousa (2019), mostra que as atividades da Fundação, no período analisado foram orientadas para os negócios, principalmente associados aos produtos do Grupo Abril (ADRIÃO *et al.* (2015). As parcerias firmadas pela Fundação com organizações do tipo empresa, que visam lucro, e fundações e institutos autodeclarados com atividades sem fins lucrativos possibilitaram à Fundação uma ampliação de sua rede empresarial “[...] em torno do conteúdo e da forma da educação”, conforme Ruiz e Peroni (2017).

Conforme constatado por esta pesquisa, transações financeiras foram realizadas pela FVC junto a organizações governamentais no período de 2005 a 2018, as quais expressam a prática de mercantilização da educação pela venda de insumos educacionais. Conforme Martins e Pina (2020) a

“[...] mercantilização é o processo pelo qual algo é transformado em mercadoria porque o objeto da mercantilização tem relevância social e que, portanto, sob certas mediações, poderia ser integrado ao circuito de geração de valor” (MARTINS; PINA, 2020, p.3).

Adrião *et al.* (2022) definem a mercantilização da educação brasileira como "a subordinação da educação escolar aos interesses do mercado financeiro como política", desse modo constitui "uma das facetas do processo de privatização" (ADRIÃO *et al.*, 2022, p.7).

Assim, especialmente a comercialização das revistas Nova Escola e Gestão Escolar consistiram em uma forma de privatização do currículo, que conforme Adrião (2018)

[...] não se refere apenas aos tradicionais processos de compra de insumos e materiais necessários ao ensino (livros, jogos, brinquedos pedagógicos etc.). Trata-se, mais amplamente, **da transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, além dos processos de verificação da aprendizagem**, ou seja da definição dos desenhos curriculares (ADRIÃO, 2018, p.20, grifo nosso).

A partir disso, com base nas informações obtidas por meio da pesquisa, que a FVC mercantilizou “melhores práticas pedagógicas” selecionadas em cada edição dos Prêmios Victor Civita Educador 10 e Gestor Nota 10 no período analisado, tendo produzido matérias e conteúdo para as revistas Nova Escola e Gestão Escolar, em que a priori não deveriam configurar uma fonte de renda para a Fundação, porém foram comercializadas pela FVC e compradas pelo poder público via órgão governamental – FNDE, como verificado nos contratos localizados para alguns dos anos do período desta investigação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar se a atuação da Fundação Victor Civita na rede estadual de educação em Mato Grosso, no período de 2005 a 2018, ocorreu conforme o enquadramento teórico do filantropocapitalismo ou filantropia de risco/*Venture Philanthropy*, esta dissertação demandou revisão da literatura especializada sobre o tema, bem como estudos sobre as mudanças do capitalismo, em especial na fase monopolista financeira (DOWBOR, 2017; DURANS; NASCIMENTO, 2018; LAPAVITSAS, 2016; MARX, 2013; 2017; MÉSZÁROS 2011; BASTOS, 2013). Tais estudos permitiram compreender que as mudanças do capitalismo nesta fase também promoveram mudanças na forma com que os ricos “doam” aos mais pobres, em que eles, suas fundações ou institutos, incentivados pela OCDE (2014), mudaram da filantropia tradicional, caracterizada pela simples doação como forma de mitigar desigualdades, para uma filantropia que pressupõe retornos, inclusive financeiros (ADRIÃO, 2015; 2018a; 2021; BISHOP; GREEN, 2008; 2009; SCOTT, 2009).

Durante da crise econômica de 2008, o capitalismo não deixou de se reinventar e se beneficiar, tendo a economia sido moldada pelo processo de financeirização e se tornou o funcionamento do capitalismo global, caracterizado pela importância da lógica especulativa de compra e venda do mercado de ativos. Ativos cujo lucro também é realizado nos mercados secundários de ações, de câmbio, de créditos, de commodities e diversos outros ativos (BASTOS, 2013). Esse processo acelerou a concentração e renda, criando os bilionários (DOWBOR, 2020) e impulsionando a mudança na forma de doar desses bilionários e de suas fundações, cujas “doações” passaram a financiar ações de desenvolvimento desafiadoras, usando ferramentas e abordagens baseadas no mercado.

As mudanças na prática da filantropia não se configuram apenas na mudança na forma de “doar” dos mais ricos, mas também na forma como o investimento social privado é empreendido, com base na prática dos negócios em que a fonte de recursos é privada e, portanto, os filantropocapitalistas desejam retorno mensurável de seus investimentos, conforme Adrião (2015; 2018a; 2021), Ball (2020) e Scott (2009).

O filantropocapitalismo descreve como os bilionários aplicam técnicas e métodos de negócios à filantropia que praticam, em que buscam resolver grandes problemas sociais (BISHOP; GREEN, 2008).

Para o caso brasileiro, a revisão da literatura sobre a filantropia de risco na educação revelou que os filantropos e investidores sociais no Brasil tratam sua “filantropia” como um

investimento social privado (ISP) com fins lucrativos ou que resultem em obtenção de benefícios próprios ou para seus parceiros, direta ou indiretamente por meio de seus produtos ou marcas, ao pleitearem reformas curriculares (ADRIÃO, 2015).

Os dados levantados sobre ISP, no Brasil, disponíveis nesta dissertação, mostraram que o setor da educação foi o que concentrou o maior percentual, como verificado na série histórica de 2010 a 2020, em que, no ano de 2020, 76% dos investidores sociais privados tinham atuação na área de educação, sendo o Ensino Fundamental a etapa com maior prioridade para atuação dos investidores sociais privados. Importante lembrar que o investimento social privado difere da prática tradicional de doação justamente por exigir o controle dos recursos investidos e, dessa forma, a prática exige que seja uma ação lucrativa com contrapartidas e gestão sistemática das “doações” (ADRIÃO, 2021).

A prática do ISP no setor educacional brasileiro têm intensificado e aumentado os processos de privatização da educação, prática que compartilha as estratégias da filantropia de risco, com conseqüente aumento da presença de atores privados e sua influência na política educacional no Brasil. Em 2020, o ISP no Brasil registrou um aumento de 71% em relação a 2019, um ano após a regulamentação dos Fundos Patrimoniais e a atuação dos filantropicistas no Brasil requer atenção para atuação em um novo mercado criado pelas doações, aprimorado com regulamentação da Lei Federal n. 13.800, de 4 de janeiro de 2019, que regulamentou a utilização dos fundos patrimoniais privado em atividades de interesse público geridas com certo profissionalismo, lógica de retorno, inclusive financeiro (ADRIÃO, 2021).

Referente aos estudos específicos dos processos de privatização da educação estadual de Mato Grosso, a revisão da literatura revelou que são exíguos para a etapa do Ensino Fundamental e Médio, com destaque para ausência de publicações de estudos sobre privatização da educação, nas etapas analisada, em bases de dados ligadas aos programas de pós graduação em educação das duas Universidades Públicas do Estado - UNEMAT e UFMT. Ressalta-se que a revisão bibliográfica não localizou estudos que tenham se dedicado a investigar os processos de privatização da educação em Mato Grosso em que a prática da filantropia de risco tenha sido utilizada como estratégia de privatização da educação.

Retomando a questão problema que mobilizou esta pesquisa – A incidência da Fundação Victor Civita na rede estadual de ensino público em Mato Grosso entre 2005 e 2018 pode ser caracterizada como prática da filantropia de risco/*venture philanthropy* ou filantropicismo na educação? – a partir da análise dos dados obtidos sobre o perfil e a forma

de atuação da FVC no período de 2005 a 2018, depreende-se que a incidência da Fundação na rede estadual de educação pública em MT, apesar de autodeclarada sem fins lucrativos, não seguiu uma abordagem filantrópica tradicional e nem associada à filantropia de risco, uma vez que, os dados mostraram que sua atuação foi baseada em práticas tradicionais de comercialização de insumos didáticos, pois se constatou que produtos editoriais, destinados aos professores foram comercializados por meio de contratos, identificados no Portal Transparência da Controladoria-Geral da União, firmados entre a FVC (contratada) e o Fundo de Desenvolvimento da Educação — FNDE, órgão governamental (contratante). Os contratos trataram da aquisição de assinaturas das revistas Nova Escola e Gestão Escolar para cumprimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola — PNBE, bem como a compra de obras literárias para cumprimento do Programa Nacional do Livro Didático — Alfabetização na Idade Certa.

Mais precisamente, a pesquisa indicou recursos mobilizados para as revistas Nova Escola e Gestão Escolar advindos de contratos firmados entre a Fundação e o FNDE, os quais, entre 2005 e 2018, movimentaram um montante de R\$ 6.281.32439, valores atualizados até novembro de 2016, considerando-se a última data de vigência de contratos entre a Fundação e órgãos governamentais. Ressalta-se que as revistas Nova Escola e Gestão Escolar eram editadas pela Fundação e impressas pela Editora Abril (Grupo Abril), a priori “vendidas a preço de custo” e não deveriam constituir receita direta para a Fundação, ainda que comercializadas via convênios com órgãos governamentais.

Em relação aos programas Prêmio Victor Civita Educador Nota 10 e Gestor Nota 10 implantados em MT, o principal público-alvo foram os professores, convidados a participar por meio de regulamento editado pela FVC, cujos critérios de participação para selecionar as melhores práticas docentes desenvolvidas em cada ano de realização da premiação. Sobre estes programas, constatou-se que sua implantação contou com o apoio da Seduc/MT por meio de medidas como a divulgação em seu site institucional oficial institucional das condições para participação, além de diversas matérias publicadas como conteúdo publicitário, tanto dos Prêmios quanto da Fundação. Por fim, o apoio da Seduc/MT pode ser percebido ainda nas matérias publicadas com conteúdo "chamativo" e "convocativo" para participação dirigidas aos profissionais da educação da rede estadual de MT nas edições dos Prêmios.

Esta pesquisa não localizou informações que tratassem de eventual celebração contratual entre a Fundação e o governo estadual de MT no período de 2005 a 2018. Também não foram localizadas informações diretas sobre a origem dos recursos da Fundação, com

exceção da informação relativa ao patrimônio deixado por seu fundador à Fundação quando do seu falecimento.

Em síntese, a pesquisa registra que a incidência da FVC na rede de ensino público em MT refletiu uma forma de privatização da educação, mais especificamente de privatização do currículo (ADRIÃO, 2022), na medida em que constatou-se que o governo federal subsidiou com recursos públicos a distribuição de material didático e revistas de divulgação para o segmento dos professores, os quais reafirmavam a positividade das ações e programas propostos pela FVC para a educação no Brasil numa lógica de autovalorização.

Os dados obtidos sobre o perfil sublinham que a principal forma de atuação da FVC, entre 2005 a 2018, deu-se por meio dos prêmios Victor Civita Educador Nota 10 e Gestor 10. Como resultado, as "melhores práticas docentes", selecionadas entre os inscritos nas edições dos prêmios integravam conteúdo a serem replicados como *casos* de sucesso e potencializando programas educacionais subordinados aos interesses dos atores privados envolvidos em sua operacionalização.

Vale lembrar que desde 2016, a principal iniciativa da Fundação é o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, mesmo ano em que ocorre a transferência das revistas Nova Escola e Gestão Escolar para a Associação Nova Escola da Fundação Lemann e um ano após a venda da Abril Educação S.A. para o Grupo Tarpon (GALZERANO, 2016). Em 2019, após processo de recuperação judicial, a família Civita deixou de ter ligação com o Grupo Abril, tendo o grupo sido vendido ao empresário Fabio Carvalho, mantendo a razão social da organização.

Tal situação ilustra a fragilidade das fundações e institutos constituídos com recursos advindos do ISP, especialmente aqueles em que os grupos empresariais são os principais mantenedores, como foi verificado para o caso da FVC, pois em caso de falência ou venda dos grupos empresariais, os novos proprietários não se obrigam a manter os empreendimentos sociais que, até então, eram apoiados antes da venda ou falência. Questão que, por outro lado, aponta para a importância da lei que regulamenta os Fundos Patrimoniais no Brasil, criados para proteger o patrimônio de fundações e institutos da "vontade" particular dos investidores sociais. (PASQUALIN, 2019a).

A busca de informações sobre as fontes de recursos que mantêm a Fundação Victor Civita, realizadas nesta pesquisa, não revelou que ela seja gestora de algum fundo patrimonial criado pós Lei dos Fundos Patrimoniais no Brasil, desse modo, entender sua sobrevivência e formas de atuação instigam a novas investigações.

Diante dos resultados obtidos, este estudo reflete não apenas a importância de pesquisas sobre as políticas públicas educacionais, mas sobre novas estratégias de privatização da educação por meio das influências de diferentes atores privados com e sem fins lucrativos na prática de filantropia de risco no Brasil e que, de alguma forma, visam obter vantagens para seu investimento social privado.

Além dos resultados apresentados nesta dissertação, vislumbra-se que há um longo caminho, não só nas pesquisas e nos debates acadêmicos, mas também nos debates políticos e com a sociedade civil, para compreender e dirimir os processos de privatização. Destaca-se que esses processos ocorrem tanto pela ação das organizações autodeclaradas com fins de lucro, que incidem na educação pública, como pela incidência das diversas fundações e institutos, autodeclaradas sem fins de lucro e que, por meio das muitas parcerias, acabam promovendo a privatização das dimensões políticas da educação (ADRIÃO, 2015; 2018a), ao associarem o investimento social privado à lógica de mercado, somando, desse modo, à educação a lógica mercantil.

REFERÊNCIAS

10 MAIORES filantropos bilionários dos Estados Unidos. *In*: FORBES Money. [S. l.], 21 jan. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/01/10-maiores-filantropos-bilionarios-dos-estados-unidos/#foto3>. Acesso em: 12 fev. 2022.

30 MAIORES bilionários do Brasil em 2014. *In*: FORBES. [S. l.], 01 out. 2014. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2014/10/30-maiores-bilionarios-brasil-em-2014-2/#foto21>. Acesso em: 05 jun. 2022.

ABREU, Isabella. P. de C.; ROSSI, Pedro. Austeridade fiscal e seus impactos sobre o gasto público em saúde e educação no Brasil. **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, Campinas, n. 27, out. 2019.

ABUTAKKA, Antônio. **A formação e ocupação do território mato-grossense**. Cuiabá: SEPLAN, 2010.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas *et al.* Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & Sociedade** [s. l.], v. 37, n. 134, p. 113-131, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605>. Acessado em: 17 jun. 2022.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas *et al.* Notas Metodológicas. *In*: VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise; BORGHI, Raquel Fontes; BERTAGNA, Regiane Helena; PAIVA, Gustavo; XIMENES, Salomão. **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 166p.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas *et al.* **Sistemas privados de ensino na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação**. Campinas: Pedro & João, 2015. Disponível: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/sistemas-privados-de-ensino-na-educacao-publica-brasileira-consequencias-da-mercantilizacao-para-o-direito-a-educacao/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Atores privados na educação pública paulista: relação duradoura e melhorias pouco evidentes. *In*: VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane; GARCIA, Teise (org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)**. 1. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. p. 357-394. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Como os filantropocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no Brasil: os “Pactos” dos estados de São Paulo, Pará and Pernambuco. No prelo.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Dimensões da privatização da educação básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. 2015. Tese (Livre-Docência), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem fronteiras**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018a.

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. Introdução. In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Teresa Maria de Freitas (org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018b. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil).

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas; GARCIA Teise. As reformas educacionais no Estado de São Paulo e a Escola de Tempo Integral: relações entre poder público e setor privado na implantação de uma política educacional. In: CARMO, J. C.; CESTARI, R., SILVA, C. N. C.S (org.). **Transformações do Estado e Influências nas Políticas Educacionais no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2016. p. 167-192.

ALGRANTI, Izabela Goulart. Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais filantrópicos. In: FABIANI, Paula Jancso *et al.* **Fundos patrimoniais filantrópicos: sustentabilidade para causas e organizações** (org). 1. ed. São Paulo: Idis, 2019.

AMARAL, Leonardo. Qual a importância da “lei kandir” para o agronegócio? In: SUCESSO no Campo. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.sucessonocampo.com.br/qual-a-importancia-da-lei-kandir-para-o-agronegocio/>. Acesso em 10 de jun. 2022.

AMARAL, Maria Clara E. de. **Relações público-privado na educação de Mato Grosso**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000928255>. Acesso em: 2 abr. 2021.

ANAIS Fineduca. In: FINEDUCA. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://fineduca.org.br/anais/>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ANJOS, Lislaine dos. Ex-secretário de Educação é preso pelo Gaeco durante operação em MT. In: GLOBO G1 Mato Grosso. [S. l.], jul. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2016/07/ex-secretario-de-educacao-e-presno-pelo-gaeco-durante-operacao-em-mt.html>. Acesso em: 26 de mar. 2022.

AVELAR, Marina. ‘New philanthropy’ and education policy: what is ‘new’ about it?. In: ANNUAL SCHOOL OF EDUCATION RESEARCH CONFERENCE, 14, 2015, Birmingham. **Anais [...]**. Birmingham: Birmingham University, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285537136_'New_philanthropy'_and_education_policy_what_is_'new'_about_it. Acesso em: 22 dez. 2021.

AVELAR, Marina. Advocacy as core business: new philanthropy strategies in Brazilian education policy-making. In: STEINER-KHAMSI, Gita; DRAXLER, Alexandra. **The state, business and education**. [s. l.]: EE Elgar, 2018. p. 39-51. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9781788970334.00008>. Acesso em: 27 mar. 2022.

AVELAR, Marina; BALL, Stephen. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, [s. l.], v. 64, p. 65-73, jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ijedudev.2017.09.007>. Acesso em: 07 abr. 2022.

ÁVILA, Lúcia Aparecida de. **Análise da revista Nova Escola Gestão Escolar**: o projeto educacional da Fundação Victor Civita. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

BALL, S.J., JUNEMANN, C. Networks: new governance and education. [S. l.]: Policy Press, 2012.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal; tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2020.

BALL, Stephen J.; OLMEDO, Antônio. A ‘nova’ filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Maria Vidal (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 33-47

BASTOS; Pedro P. Z. Financeirização, crise, educação: considerações preliminares. Texto para Discussão. **IE/UNICAMP**, Campinas, n. 217, mar. 2013.

BDO Brasil. In: BDO Brasil. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.bdo.com.br/pt-br/sobre/bdo-brazil>. Acesso em: 30 mar. 2022.

BERNARDINO, Susana; SANTOS, J.Freitas. Desenvolvimento e Gestão de Iniciativas Sociais. INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Porto, 2016. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11407/1/Livro%20DGIS.pdf> – Acesso em: 15 de ago.2022.

BERTAGNA, Regiane Helena. Mapeamento dos sistemas estaduais de avaliação da educação (2005-2015) In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (org.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil).

BISHOP, Matthew. A economia de amanhã: um guia do filantropocapitalista. In: Gife Pelo Impacto do Investimento Social. [S. l.], jun. 2013. Disponível em <https://gife.org.br/a-economia-de-amanha-um-guia-do-filantropocapitalista/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BISHOP, Matthew; GREEN, Michael. **Philanthrocapitalism**: how giving can save the world. Londres: Bloomsbury Press, 2008.

BORGES, Jacqueline Florindo; MIRANDA, Rodrigo; VALADÃO JÚNIOR, Valdir Machado. O discurso das fundações corporativas: caminhos de uma “nova” filantropia? **REA-Eletrônica**, [s. l.], v . 47, n. 4, p. 101-115, out./dez. 2007.

BORGHI, Raquel Fontes. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da educação básica (2005-2015). In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (org.)

Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, 1).

BRAGANÇA, L. G. O.; BISELLI, R. C. B. C. Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais filantrópicos. *In*: FABIANI, P. J. *et al.* (org.). **Fundos patrimoniais filantrópicos Sustentabilidade para causas e organizações**. 1. ed. São Paulo: Idis, 2019.

BRASIL não tem nenhum bilionário entre as 100 pessoas mais ricas do mundo em ranking da Forbes. *In*: Infomoney. [S. l.], 08 abr. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/brasil-nao-tem-nenhum-bilionario-entre-as-100-pessoas-mais-ricas-do-mundo-em-ranking-da-forbes/>. Acesso em: 06 jun. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977**. Cria o estado do Mato Grosso do Sul. Brasília, DF: Presidência da República, 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp31.htm#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%2031%2C%20DE,Sul%2C%20e%20dá%20outras%20providências.&text=Art.,do%20Estado%20de%20Mato%20Grosso. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.800, de 4 de janeiro de 2019**. Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113800.htm. Acesso em: 09 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Educação é a Base**. Brasília, DF: MEC/Consed/Undime, 2017.

BRETTAS, Gabriela. **Censo Gife 2020**. Coordenação Carolina Magosso *et al.* 1. ed. São Paulo: Gife, 2021. *E-Book*. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>. Acesso em: 05 de jan. 2022.

BROAD FOUNDATION. *In*: THE ELI and Edy the Broad Foundation. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://broadfoundation.org/mrbroad/>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CABRAL, E. D. T. Estratégias de internacionalização da mídia brasileira. **Logos**, Rio de Janeiro, n. 28, p 73-83, jan./jun. 2008, Disponível em: http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/05_euladantas.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

CANABRAVA, Bruna Werneck; TEIXEIRA, Carlos Sávio G. O “sonho grande” de Lemann e o desprestígio da Universidade e ciência brasileiras. [SYN]THESIS, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-96, jan./jun. 2017.

CAPOANO, Adriana S.B; ADRIÃO, Theresa. Privatização da educação básica em Mato Grosso: estudo bibliométrico a partir do banco de teses e dissertações da Capes- 2015-2020. *In*: ENCONTRO ANUAL DA FINEDUCA, 9., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Fineduca, 2021. p. 234-238.

CARVALHO, Igor. Entre 15 mais ricos do Brasil estão quatro barões da mídia. *In*: FÓRUM Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). [S. l.], 2013. Disponível em:

<http://fndc.org.br/clipping/entre-15-mais-ricos-do-brasil-estao-quatro-baroes-da-midia-927021/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

CARVALHO, Mario Cesar; WALTENBERG, Guilherme. Família civita omitiu 3 offshores do processo de recuperação da Abril. *In: PODER 360*. [S. l.], 07 out. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/familia-civita-omitiu-3-offshores-do-processo-de-recuperacao-da-abril/>. Acesso em: 25 maio 2022.

CASTRO, Juliana Contti. **O discurso da Nova Escola**: procedimentos e valores. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

CAUTI, Carlo. Os 10 bilionários que mais ganharam dinheiro na última década. *In: SUNO Notícias*. [S. l.], 28 dez. 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/noticias/os-10-bilionarios-ultima-decada/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CIDADANIA (partido político). *In: WIKIPÉDIA*: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation]. 21 jun. 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania_\(partido_político\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidadania_(partido_político)). Acesso em: 27 mar. 2022.

CLINTON FOUNDATION. Clinton Global Initiative. New York: Clinton Foundation, 2020. Disponível em: <https://www.clintonfoundation.org/programs/leadership-public-service/clinton-global-initiative/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CLINTON FOUNDATION. Sobre a Clinton Foundation. New York: Clinton Foundation, 2021. Disponível em: <https://www.clintonfoundation.org/about-the-clinton-foundation/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

COMPROVANTE de inscrição e situação cadastral. *In: REDESIM*. [S. l.], 2022. Disponível em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 14 maio 2022.

COMUNITAS. *In: COMUNITAS*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://comunitas.org.br>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CONSTELLATION. Por dentro. [S. l.]: Constellation, 2022. Disponível em: <https://constellation.com.br/por-dentro/sobre/>. Acesso em: 21 maio 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Catálogo de teses e dissertações. [S. l.]: Capes, 2016. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 08 jan. 2022.

COSTA, M; AMARAL, M.C.E. O governo da educação pública de Mato Grosso sob a égide do gerencialismo: o caso do siga. **Revista da Faculdade de Educação**, Campo Grande, v. 24, a. 13, n. 2, p. 97-112, jul./dez. 2015.

COSTA, Marilda de O.; GENTIL, Heloísa S.; AMARAL, Maria Clara E. Estado, mercado e a privatização “oculta” da Educação: o caso de Mato Grosso. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO*, 11, 2016, Cidade do México. **Anais** [...].

Cidade do México: Red Estado, 2016. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo4/335.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

COSTA, Marilda de Oliveira; DOMICIANO, Cassia. Austeridade fiscal, autoritarismo e política educacional: as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, e70086, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/70086>. Acesso em: 19 jan. 2022.

DOLAN, Kerry A. Os 25 maiores bilionários do mundo em 2021. *In*: FORBES. [S. l.], abr. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/os-25-maiores-bilionarios-do-mundo-em-2021/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

DOMICIANO, Cássia. Privatização da educação estadual mato-grossense: programas e atores privados (2015-2018). *In*: VENCO, Selam; BERTAGNA, Regiane Helena; GARCIA, Teise. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das Regiões Norte, Centro-Oeste, Sul e Distrito Federal (2005-2018)**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. (Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil).

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

DURANS, Cláudia Alves; NASCIMENTO, Marcos Antônio Silva do. Notas para análise do capitalismo contemporâneo a partir de Lênin Echesnais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 22, p. 691-706, 2018.

EDIÇÕES anteriores. *In*: PRÊMIO Educador Nota 10. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://premioeducadornota10.org/edicoes-anteriores/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

EDUCAR para crescer. *In*: ABRIL. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170318033509/http://educarparacrescer.abril.com.br/>. Acesso em: 22 maio 2022.

ERTEL, Lurdete. 70 maiores bilionários do Brasil em 2016. *In*: FORBES. [S. l.], 29 ago. 2016. Disponível em: <https://forbes.com.br/listas/2016/08/70-maiores-bilionarios-do-brasil-em-2016/#foto61>. Acesso em: 07 jun. 2022.

FABIANI, Paula Jancso; WOLFFENBÜTTEL, Andréa. Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais filantrópicos. *In*: FABIANI, Paula Jancso *et al.* (org.). **Fundos patrimoniais filantrópicos: sustentabilidade para causas e organizações**. 1. ed. São Paulo: Idis, 2019.

FERNANDES, Reinaldo. Seduc completa 13 anos marcados por escândalos de gestores. *In*: CIRCUITO Mato Grosso. [S. l.], 06 ago. 2016. Disponível em: <http://circuitomt.com.br/editorias/politica/90182-seduc-completa-13-anos-marcados-por-escandalos-de-gestores-.html>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n.79, p. 257-272, ago. 2002.

FOGAÇA, André. Filantropia é Investimento: Filantropos Bilionários que mais doaram suas fortunas. *In: THE CAPITAL* Advisor. [S. l.], 25 nov. 2020. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/investimento-filantropos-bilionarios>. Acesso em: 13 fev. 2022.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Revista Marx e o Marxismo - Revista do Niep**, [s. l.], v. 8, n. 14, 2020. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/351>. Acesso em: 01 jan. 2022.

FRANÇA, Helson. Seduc rescinde contratos com empresas envolvidas na Operação Rêmore. *In: GOVERNO* de Mato Grosso. Cuiabá, out. 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:aJZISIbxZWQJ:www.mt.gov.br/-/5096816-seduc-rescinde-contratos-com-empresas-envolvidas-na-operacao-remora+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 mar. 2022.

FRAZÃO, Dilva; CASTRO, Claudio de Moura. *In: EBIOGRAFIA*. [S. l.], 2016. Disponível em: https://www.ebiografia.com/claudio_de_moura_castro/. Acesso em: 20 maio 2022.

FRAZÃO, Dilva; DUTRA, Eurico Gaspar. *In: EBIOGRAFIA*. [S. l.], 2019. Disponível em: https://www.ebiografia.com/eurico_gaspar_dutra/. Acesso em: 20 maio 2022.

FREITAS, Leana. As tensões da política pública de assistência social no enfrentamento da pobreza e da desigualdade social em Mato Grosso – a ausência de um quadro institucional. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 2., 2005, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2022. Disponível em: <https://frm.org.br/sem-categoria/a-fundacao/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FUNDAÇÃO VARKEY. O que nós fazemos. [S. l.]: Fundação Varkey, 2022. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/pt/o-que-nós-fazemos>. Acesso em: 30 mar. 2022.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. FVC. São Paulo: FVC, 2022. Disponível em: <https://fvc.org.br>. Acesso: 09 jan. 2022.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Nossa história. São Paulo: FCV, 2018. Disponível em: <https://fvc.org.br/institucional/a-nossa-historia/>. Acesso em: 22 maio 2022.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. Quem faz o prêmio. *In: PRÊMIO Educador Nota 10*. São Paulo: FVC, 2022. Disponível em: <https://premioeducadornota10.org/quem-faz-o-premio/>. Acesso em: 02 maio 2022.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). Sobre o Unicef. [S. l.]: Unicef, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GALVÃO, Josiani Aparecida da Cunha. Colonização e cidades em Mato Grosso. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – CONHECIMENTO HISTÓRICO E DIÁLOGO SOCIAL, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364785231_ARQUIVO_COLONIZACA_OECIDADESEM_MATOGROSSO.pdf. Acesso em: 28 maio 2022.

GALZERANO, Luciana Sardenha. **Grupos empresariais e educação básica**: estudo sobre a Somos Educação. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

GARCIA, Teise. Incidência do setor privado na dimensão da gestão educacional na educação básica: programas e atores (2005-2015). *In*: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil).

GETÚLIO Vargas. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation]. 19 jun. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Getúlio_Vargas. Acesso em: 20 maio 2022.

GLOBAL TEACHER PRIZE. Global Teacher Prize. [S. l.]: Global Teacher Prize, 2022. Disponível em: <https://www.globalteacherprize.org/pt>. Acesso em: 20 maio 2022.

GOBATTO, Márcia Regina. Formação continuada no estado de Mato Grosso no contexto das políticas públicas educacionais. **Laplage em Revista**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 107-118, 2015. *E-Book*. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5527/552756338009/html/#:~:text=O%20Cefapro%20FMT%20surgiu%20da,Sagrado%20Cora%C3%A7%C3%A3o%20de%20Jesus3>. Acesso em: 01 abr. 2022.

GOMES, Adriana. Holding familiar: o que é, como funciona e quais as vantagens. *In*: AURUM. [S. l.], 20 set. 2021. Disponível em: <https://www.aurum.com.br/blog/holding-familiar/#>. Acesso em: 21 maio 2022.

GOOGLE. *In*: GOOGLE. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.google.com>. Acesso em: 09 jan. 2022.

GRELLO, Fabíola Bouth; COSTA, Carolina Costa da; SILVA, Pânia Pires dos Santos e. A financeirização da economia e as consequências para o trabalho docente no ensino superior privado-mercantil em uma IES do Pará. *In*: CAMARGO, Arlete Maria Monte de; GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; RIBEIRO, Maria Edilene da Silva. **Direito à educação pública**: políticas, formação docente e diversidade cultural. Curitiba: Appris, 2020. p. 69-80. v. 2.

GROSSMAN, Allen; APPLEBY, Sarah; REIMERS, Caitlin. Venture philanthropy: its evolution and its future. **Harvard Business School**, Harvard, jun. 2013.

GRUPO Abril vende operação de educação para Fundos Tarpon. *In*: GLOBO G1. São Paulo, 09 fev. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/fundos-da-tarpon-fecham-aquisicao-de-controle-da-abril-educacao-20150209075504229921.html>. Acesso em: 18 maio 2022.

GRUPO Abril. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation]. 13 abr. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_Abril. Acesso em: 27 mar. 2022.

HISTÓRIA e estatuto. *In*: CONSED. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.consed.org.br/conteudos/historia-e-estatuto>. Acesso em: 20 maio 2022.

HISTÓRIA. *In*: GOV.br. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/biografia>. Acesso em: 17 maio 2022.

IANNI, Octavio. **Karl Marx**: Sociologia. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

IMPACTO. *In*: MOVIMENTO bem maior. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://movimentobemmaior.org.br/impacto/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

INSCRIÇÕES para prêmio educador nota 10 podem ser feitas até 12 de julho. *In*: SEDUC: Secretaria de Estado de Educação. [S. l.], 18 jun. 2009. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/inscicoes-para-premio-educador-nota-10-podem-ser-feitas-ate-12-de-julho?inheritRedirect=true>. Acesso em: 30 mar. 2022.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Nossa história**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/pt-br/quem-somos.html>. Acesso em: 08 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mato Grosso**: panorama: população. Rio de Janeiro, IBGE, 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sorriso, MG**: panorama: população. Rio de Janeiro, IBGE, 2022b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/sorriso/panorama>. Acesso em: 20 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro, IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>. Acesso em 15 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Mato Grosso: Panorama: cidades e estados. Rio de Janeiro, IBGE, 2022c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. Nós. [S. l.]: Instituto Rodrigo Mendes, 2022. Disponível em: <https://institutorodrigomendes.org.br/#nos>. Acesso em: 30 mar. 2022.

INSTITUTO VERDESCOLA. Sobre nós. São Sebastião: Instituto Verdescola, 2021. Disponível em <https://verdescola.org.br/>. Acesso em: 21 maio 2022.

IOMAT. *In*: SEPLANG Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão Governo do Estado de Mato Grosso. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br>. Acesso em: 17 mar. 2022.

JORGE Paulo Lemann. *In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.* [San Francisco: Wikimedia Foundation], 28 jun. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Paulo_Lemann#Biografia. Acesso em: 06 jun. 2022.

KRAUSE, Maggi. A Fundação Victor Civita. *In: FUNDAÇÃO Victor Civita.* [S. l.], 03 ago. 2017. Disponível em: <https://fvc.org.br/fundacao-victor-civita/nossa-historia/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

KRAUSE, Maggi. A liderança. *In: FUNDAÇÃO Victor Civita.* [S. l.], 21 fev. 2018a. Disponível em: <https://fvc.org.br/fundacao-victor-civita/a-lideranca/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

KRAUSE, Maggi. Acesse os estudos, pesquisas e especiais desenvolvidos pela Fundação. *In: FUNDAÇÃO Victor Civita.* [S. l.], 2018b. Disponível em: <https://fvc.org.br/educador-nota-10/estudos-e-pesquisas/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

LAPAVITSAS, C. **Beneficios sin producción:** como nos explotan las finanzas. Madrid: Traficantes de sueños, 2016.

LETTS, Christine; RYAN, William; GROSSMAN, Allen. Virtuous capital: What foundations can learn from venture capitalists. *Harvard Business Review*, [s. l.], mar./abr. 1997. Disponível em: <https://hbr.org/1997/03/virtuous-capital-what-foundations-can-learn-from-venture-capitalists>. Acesso em: 27 mar. 2022.

LISTA de governadores do Mato Grosso. *In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre.* [San Francisco: Wikimedia Foundation], 27 mar. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Mato_Grosso. Acesso em: 22 jan. 2022.

LOMBARDI, José Claudinei. **Crise capitalista e educação brasileira.** Organizador José Claudinei Lombardi. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016.

LOPES, Noêmia. Perfil dos projetos da categoria Gestor Nota 10. *In: GESTÃO Escolas.* [S. l.], 01 out. 2010. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/577/perfil-dos-projetos-da-categoria-gestor-nota-10>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2018.

MACGOEY, Linsey. Philanthrocapitalism and its critics. **Poética**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 185-199, apr. 2012. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/257147598_Philanthrocapitalism_and_Its_Critics. Acesso em: 11 dez. 2021.

MANIFESTO. *In: MOVIMENTO bem maior.* [S. l.], 2019. Disponível em: <https://movimentobemmaior.org.br/quem-somos/#manifesto>. Acesso em: 20 mar. 2022.

MAPEAMENTO da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação. *In: GREPPE.* [S. l.], 2008. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao. Acesso em: 07 jan. 2022.

MARTINS, A. S. .; PINA, L. D. . Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020052, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8657754. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657754>. Acesso em: 19 ago. 2022.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. (Livro 1)

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017. (Livro 3).

MATO Grosso cresce mais que o Brasil. *In*: SEFAZ. [S. l.], 24 set. 2008. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/mato-grosso-cresce-mais-que-o-brasil#:~:text=J%C3%A1%20quando%20o%20assunto%20%C3%A9,o%20Brasil%20apresenta%20apenas%200.767>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MATO GROSSO. **Decreto nº 823, de 15 de fevereiro de 2021**. Dispõe sobre a criação e estruturação das Regionais de Educação no âmbito da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e o processo de transição administrativa, e dá outras providências. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 2021.

MATO GROSSO. Conheça a história de Mato Grosso desde o período colonial. *In*: GOVERNO de Mato Grosso. Cuiabá, 7 jul. 2018. Disponível em: <https://bityli.com/ViKYXH>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MATO GROSSO. **Portaria nº 119/2012/GS/SEDUC/MT**. Instituir o Comitê Estadual para promover as atividades relativas ao processo de avaliação. Cuiabá: Diário Oficial da União do Estado de Mato Grosso, 2012.

MATO GROSSO. **Portaria nº 270/2017/GS/SEDUC/MT, de 07 de agosto de 2017**. Institui o Comitê Estadual para promover as atividades relativas ao processo de avaliação e premiação do Prêmio Nacional de Referência em Gestão Escolar. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 2017.

MATO GROSSO. **Portaria nº 295 /2013/GS/SEDUC/MT**. Instituir o Comitê Estadual para promover as atividades relativas ao processo de avaliação. Cuiabá: Diário Oficial da União do Estado de Mato Grosso, 2013.

MATO GROSSO. **Portaria nº 315/2015/GS/SEDUC/MT, de 11 de setembro de 2015**. Instituir o Comitê Estadual para promover as atividades relativas ao processo de avaliação e premiação do Prêmio Gestão Escolar 2015-2016. Cuiabá: Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 2015.

MCCARTHY, Kirstin; CONTARDO, Jeanne; ECKERT, Leila Morsy. Corporate investments in education during an economic downturn. **International Journal of Advanced Educational Research**, [s. l.], v. 9, p. 251-265, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/ijea.2009.44>. Acesso em: 07 fev. 2022.

MCGOEY, Linsey. Philanthrocapitalism and its critics. **Poetics**, [s. l.], v. 40, p. 185–199, 2012. doi:10.1016/j.poetic.2012.02.006

MELLO, Kátia. O que bilionários brasileiros fazem pela educação. *In: FORBES*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/escolhas-do-editor/2019/03/o-que-os-bilionarios-brasileiros-fazem-pela-educacao/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

MERLADETE, Aline. MT libera o ranking dos municípios mais ricos do agronegócio. *In: AGROLINK*. [S. l.], 2022. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/mt-lidera-o-ranking-dos-municipios-mais-ricos-do-agronegocio_460603.html?utm_source=boas-vindas-cadastro&utm_medium=email&utm_content=link-loginautomatico. Acesso em: 26 mar. 2022.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul cornejo *et al.* 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. Incidência do setor privado na dimensão da oferta na educação básica (2005-2015). *In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas (org.) Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)*. Curitiba: CRV, 2018. 196 p. (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, 1).

MORAES, Reginaldo C. **Estado e políticas públicas de educação**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2021. 312 p.

MOTTA, Vania Cardoso. Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 68, p. 323-337, jun. 2016.

MOVIMENTO democrático brasileiro (1966). *In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre*. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 21 maio 2022. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democrático_Brasileiro_\(1966\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Democrático_Brasileiro_(1966)). Acesso em: 27 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Sobre o nosso trabalho para alcançar os objetivos de desenvolvimento sustentável no Brasil. [S. l.]: Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 05 mar. 2022.

NOVA ESCOLA. A nova escola. São Paulo: Nova Escola, 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em: 30 mar. 2022.

NOVA ESCOLA. A revista de quem educa. *In: NOVA ESCOLA*. São Paulo, mar. 2010. Edição especial. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7510/edicao-30>. Acesso em 15 de jun. 2022.

NOVA ESCOLA. Gestão escolar. *In: NOVA ESCOLA*. São Paulo, out./nov. 2013. Ano 5, n. 28. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7846/edicao-28>. Acesso em: 15 de jun. 2022.

NOVA ESCOLA. Quem somos. São Paulo: Nova Escola, 2022.

O INSTITUTO. *In: INSTITUTO Qualidade no Ensino*. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php>. Acesso em: 08 jun. 2022.

OECD NETFWD. **Venture Philanthropy in Development: Dynamics, Challenges, and Lessons in the search for greater impact.** Paris: OECD Development Centre, 2014.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr./jun. 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/?format=pdf&lang=pt> – Acesso em: 03 abr. 2022.

PARTIDO da social democracia brasileira (PSDB). *In*: FGV CPDOC. [S. l.], 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-social-democracia-brasileira-psdb>. Acesso em: 27 mar. 2022.

PARTIDO da social democracia brasileira (PSDB). *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation]. 22 jun. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Social_Democracia_Brasileira. Acesso em: 27 mar. 2022.

PASQUALIN, Priscila. Aspectos jurídicos dos fundos patrimoniais filantrópicos. *In*: FABIANI, P. J.; HANAI, A; PASQUALIN, P.; LEVISKY (org.) **Fundos patrimoniais filantrópicos: sustentabilidade para causas e organizações**. 1. ed. São Paulo: Idis, 2019a.

PASQUALIN, Priscila. Aspectos tributários dos endowments. **IBET - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários**, São Paulo, p. 1-32, 2019b.

PELIANO, Anna Maria Medeiros. **Destaques 2018**. [S. l.]: Bisc Comunitas, 2018. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/28834>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PELIANO, Anna Maria Medeiros. **Destaques de 2017: uma retrospectiva da atuação social corporativa nos últimos dez anos**. [S. l.]: Bisc Comunitas, 2017. 70 p. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/bisc-2017-10-anos>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PERONI, Vera M. V. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. *In*: PERONI, Maria Vidal (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2013. p. 9-32.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na Política Educacional. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar (org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2006. p. 11-23.

PERONI, Vera. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. *In*: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **Público e privado na Educação**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 111–127.

PESQUISA sobre a dengue: transmissão, contágio e prevenção. [S. l.: s. n.], 20 out. 2010. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0gCdFEO81Ys>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PETERSON-WITHORN, Chase. Quase 500 pessoas se tornaram bilionárias no último ano. *In: FORBES Money*. [S. l.], 06 abr. 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/quase-500-pessoas-se-tornaram-bilionarias-no-ultimo-ano/#:~:text=Em%20um%20recorde%2C%20493%20pessoas,18%20de%20março%20de%202020>. Acesso em: 13 fev. 2022.

PONCIANO, Jonathan. Os 10 bilionários que mais enriqueceram na década. *In: FORBES*. [S. l.], 26 dez. 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2019/12/os-10-bilionarios-que-mais-enriqueceram-na-decada/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PORCENTAGENS, médias e frações no ensino fundamental. [S. l.: s. n.], 16 abr. 2010. 1 vídeo (1 min 57 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C0q3HeYOWIA>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PORTAL da transparência. *In: CONTROLADORIA-GERAL da União*. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2022.

PORTAL da Transparência. *In: TRANSPARÊNCIA MT*. [S. l.], 2022. Disponível em: <http://www.transparencia.mt.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2022.

PRAZO de inscrição para prêmio educador nota 10 é prorrogado. *In: SEFAZ Secretaria de Estado de Fazenda*. [S. l.], 22 jun. 2017. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/prazo-de-inscricao-para-premio-educador-nota-10-e-prorrogado?inheritRedirect=true>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PRÊMIO EDUCADOR NOTA 10. Sobre o prêmio. [S. l.; s. n.], 2021. Disponível em: <https://premioeducadornota10.org/premiacao/>. Acesso em: 24 mar. 2022

PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR. O que é. *In: PRÊMIO Gestão Escolar*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.premiogestaoescolar.com.br/oquee>. Acesso em: 24 mar. 2022.

PRODUÇÕES. *In: GREPPE*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/producoes>. Acesso em: 08 jan. 2022.

PROGRAMAS. *In: VARKEY Foundation*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/pt/o-que-nós-fazemos/programas/>. Acesso em: 17 maio 2022.

RAVELLI, Ana Paula Xavier *et al.* A produção do conhecimento em enfermagem e envelhecimento: estudo bibliométrico. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 3, 2009.

RBPAE. Filantrópica. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/search/search?query=filantr%C3%B3pica&authors=&title=&abstract=&galleyFullText=&suppFiles=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateFromYear=&dateToMonth=&dateToDay=&dateToYear=&dateToHour=23&dateToMinute=59&dateToSecond=59&discipline=&subject=&type=&coverage=&indexTerms=>. Acesso em: 08 jan. 2022.

REGULAMENTO do prêmio educador nota 10 – 2020. *In: FUNDAÇÃO Victor Civita*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://fvc.org.br/educador-nota-10/regulamento-do-premio-educador-nota-10-2020/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

REGULAMENTO do prêmio educador nota 10 – 2021. *In*: PRÊMIO Educador Nota 10. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://premioeducadornota10.org/regulamento-2021/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

REVISTA da faculdade de educação. *In*: PERIÓDICOS. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu>. Acesso em: 08 jan. 2022.

REVISTA de educação pública. *In*: PORTAL UFMT. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/index>. Acesso em: 08 jan. 2022.

RIBEIRO, William de Goes; LOPES, Ronnielle de Azevedo. Conhecimento-investimento e currículo meritocrático: a projeção utópica liberal da “cultura de excelência” à política curricular no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 3, p. 659-677, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/ribeiro-lobes.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

RIPA, Roselaine. **Nova Escola**: “a revista de quem educa”: a fabricação de modelos ideais do ser professor. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

ROBERTSON, Susan; VERGER, Antoni. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, 2012.

RUIZ, Maria José Ferreira; PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privada e gestão escolar: o caso da Fundação Victor Civita. **Laplage em Revista**, São Carlos, v. 3, n. 3, p. 147-163, 2017.

SAEZ, Erika Sanchez; BERNARDINO, Gustavo (coord.). **Mapa da atuação do investimento social privado em educação**. São Paulo: Gife, 2019. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/mapa-da-atuacao-do-investimento-social-privado-em-educacao>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SALTMAN, Kenneth. The Rise of Venture Philanthropy and the Ongoing Neoliberal Assault on Public Education: The Case of the Eli and Edythe Broad Foundation. **Workplace**, [s. l.], v. 16, p. 53-72, 2009.

SAMOR, Geraldo. Tudo sobre a venda da Editora Abril. *In*: BRAZIL Journal. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://braziljournal.com/tudo-sobre-a-venda-da-editora-abril>. Acesso em: 21 maio 2022.

SANTOS, Rafa. Juiz decreta o fim da recuperação judicial do Grupo Abril. *In*: CONSULTÓRIO Jurídico. [S. l.], 2022. Disponível em [https://www.conjur.com.br/2022-fev-23/juiz-decreta-fim-recuperacao-judicial-grupo-abril#:~:text=O%20juiz%20Paulo%20Furtado%20de,feira%20\(22%2F2\)](https://www.conjur.com.br/2022-fev-23/juiz-decreta-fim-recuperacao-judicial-grupo-abril#:~:text=O%20juiz%20Paulo%20Furtado%20de,feira%20(22%2F2)). Acesso em: 21 maio 2022.

SANTOS, Thayene da Costa Campos; PAIXÃO, Thaylla Soares. A Mundialização do Capital e seus impactos sobre o processo de trabalho e a educação. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 59, p. 68-84, out. 2014.

SAVIANI, Dermeval. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. *In*: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Crise capitalista e educação brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. p. 31-45.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação: o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 1-25, 2020.

SCHMITZ, Hans Peter; MCCOLLIM, Elena M. Billionaires in Global Philanthropy: a Decade of the Giving Pledge. **Social Science and Public Policy**, [s. l.], v. 58, p. 120-130, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12115-021-00580-0>. Acesso em: 03 maio 2022.

SCIELO. *In*: SCIELO Brasil. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 08 jan. 2022.

SCOTT, Janelle. The politics of venture philanthropy in school charter policy and advocacy. **Educational Policy**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 106-136, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO (SEDUC). Institucional. *In*: SEDUC: Secretaria de Estado de Educação. [S. l.], 2022. Disponível em: <http://www.seduc.mt.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SILVA, Arthur dos Santos da. Primeiro secretário de Taques envolvido em escândalos é denunciado por retardar processo. *In*: OLHAR Jurídico. [S. l.], out. 2017. Disponível em: <https://www.olharjuridico.com.br/noticias/exibir.asp?id=36906¬icia=primeiro-secretario-de-taques-envolvido-em-escandalos-e-denunciado-por-retardar-processo>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SILVA, Maria Eloísa da. **Redes de influência em Mato Grosso: o Estado e as parcerias público-privadas reconfigurando a política educacional na Rede Estadual de Ensino Pelotas**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SILVA, Patricia Kunrath. A outra face da desigualdade: a articulação das elites no campo da filantropia e investimento social privado. **Revista Brasileira de Sociologia**, [s. l.], v. 4, n. 07, p. 135-174, jun. 2016.

SILVA, Patricia Kunrath; OLIVEN, Ruben George. Filantropocapitalismo *versus* filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza. **Mana**, [s. l.], 2020, v. 26, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n1a204>. Acesso em: 27 abr. 2022.

SILVAL Barbosa. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco: Wikimedia Foundation], 25 jun. 2022. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Silval_Barbosa. Acesso em: 10 dez. 2021.

SILVEIRA, Ligiani. MT é o terceiro estado em perdas de arrecadação geradas pela lei kandir. *In*: SEFAZ. [S. l.], 2009. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/mt-e-o-terceiro-estado-em-perdas-de-arrecadacao-geradas-pela-lei-kandir#:~:text=Em%20âmbito%20nacional%2C%20os%20prejuízos,como%20forma%20de%20ressarci-las>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SIQUEIRA, Carol. Sancionada lei com regras para compensação da Lei Kandir aos estados. *In: CÂMARA dos Deputados*. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/719786-sancionada-lei-com-regras-para-compensacao-da-lei-kandir-aos-estados/>. Acesso em 11 de jun. 2022.

SOARES, Murilo Rodrigues da Cunha. **Lei Kandir**: breve histórico. Brasília, DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2007. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1441/lei_kandir_soares.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOLVÊNCIA. *In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre*. [San Francisco: Wikimedia Foundation]. 22 maio 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Solvência>. Acesso em: 14 maio 2022.

SOMOS EDUCAÇÃO. *In: SOMOS Educação*. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www.somoseducao.com.br>. Acesso em: 25 maio 2022.

SOMOS Educação. *In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre*. [San Francisco: Wikimedia Foundation]. 19 ago. 2021. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Somos_Educação. Acesso em: 29 mar. 2022.

SOUSA, Cristiane Lopes de. A fundação Victor Civita como reflexo da relação do empresariado brasileiro com as políticas para o ensino médio e a juventude. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, Jaqueline Pereira de *et al.* A presença das empresas multinacionais no interior paranaense: algumas considerações. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS*, 7, 2014, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathrtn. O consenso por filantropia - Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 553-603, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.

TARPON CAPITAL. A Tarpon. [S. l.]: Tarpon Capital, 2022. Disponível em: <https://www.tarponcapital.com.br/a-tarpon>. Acesso em: 21 maio 2022.

THE BIRTH of philanthrocapitalism. *In: ESIC Business & Marketing School*. [S. l.], 2006. Disponível em: <https://www.economist.com/special-report/2006/02/25/the-birth-of-philanthrocapitalism>. Acesso em: 15 fev. 2022.

TIRADENTES, Aparecida. Mercantilização da Educação Superior no Brasil e a política patronal brasileira no setor. **Conteúdo**, [s. l.], n. 7, p. 4-9, ago. 2010. Disponível em http://www.contee.org.br/noticias/contee/pdf/revistaconteudo_n7.pdf. Acesso em: 07 jan. 2002.

VEJA os 20 brasileiros mais ricos, segundo lista da Forbes. *In: G1 Economia*. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2012/08/veja-os-20-brasileiros-mais-ricos-segundo-lista-da-forbes.html>. Acesso em: 05 jun. 2022.

VENCEDORA do Prêmio Gestão Escolar 2012 será conhecida nessa segunda. *In:* SEFAZ Secretaria de Estado de Fazenda. [S. l.], 01 nov. 2012. Disponível em: <http://www3.seduc.mt.gov.br/-/vencedora-do-premio-gestao-escolar-2012-sera-conhecida-nessa-segunda?inheritRedirect=true>. Acesso em: 24 mar. 2022.

VENCEDORES de 1998. *In:* PRÊMIO Educador Nota 10. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://premioeducadornota10.org/vencedores-de-1998/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

VENCO, Selma; BERTAGNA, Regiane; GARCIA, Teise. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018). 1. ed. São Carlos: Pedro & João, 2021.

VOGLINO, Eduardo. O que é ESG? As letras que estão movimentando o mercado financeiro. *In:* THE CAPITAL Advisor. [S. l.], 19 set. 2020. Disponível em: <https://comoinvestir.thecap.com.br/o-que-e-esg>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ANEXO A – Situação Cadastral da Fundação Victor Civita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, 2022

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 54.956.206/0001-19 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 18/09/1985
NOME EMPRESARIAL FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 82.30-0-02 - Casas de festas e eventos 74.90-1-04 - Atividades de Intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 306-9 - Fundação Privada			
LOGRADOURO AV BRIGADEIRO FARIA LIMA	NÚMERO 1656	COMPLEMENTO ANDAR 4 SALA 4A E 4B	
CEP 01.451-001	BAIRRO/DISTRITO JARDIM PAULISTANO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO SOCIETARIO@AAGO.COM.BR		TELEFONE (11) 3578-9300	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.			
Emitido no dia 16/06/2022 às 07:50:14 (data e hora de Brasília).			Página: 1/1

Fonte: Comprovante (2022).

ANEXO B – Convênio entre a Fundação Victor Civita e o FNDE – 2001/2002

Número do Instrumento (SIAFI/SICONV) 425466	Situação CONCLUÍDO	Nº Original 93644/2001	Número do Processo 23400014885200114
---	------------------------------	----------------------------------	--

[PORTAL DOS CONVÊNIOS](#)

Objeto
- A REALIZAÇÃO DE ENCONTRO(S) PARA CAPACITAÇÃO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO - PRAZEM III, NO(S) ESTADO(S)

Tipo de Instrumento CONVENIO	Concedente FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	Órgão FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Conveniente FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	Tipo de Conveniente ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS	
Estado SÃO PAULO - SP	Município SÃO PAULO	
Início da Vigência 05/12/2001	Fim da Vigência 01/08/2002	Publicação 13/12/2001
Valor do Convênio 110.735,73	Valor de Contrapartida 1.100,00	Valor Liberado 110.735,73 (100.00% DO VALOR DO CONVÊNIO)

Fique de olho!

O OBJETO DESSE CONVÊNIO FOI ENTREGUE?

Sim Não

O OBJETO DESSE CONVÊNIO É COMPATÍVEL COM O VALOR INVESTIDO?

Sim Não

Não sou um robô  reCAPTCHA
Privacidade - Termos

ENVIAR

Se desejar registrar uma denúncia sobre o mau uso de recursos públicos, acesse o e-Ouv – Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

VALORES LIBERADOS - RELAÇÃO DE ORDENS BANCÁRIAS

DETALHAR	DATA	DOCUMENTO	VALOR RS
1531731525320010B802540	17/12/2001	20010B802540	108.810,00

Fonte: Portal da Transparência (2022).

ANEXO C – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o FNDE – 2012/2014

Número do Contrato 323/2012	Vigência 28/12/2012 A 28/03/2014	Contratado FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	CPF/CNPJ 54.956.206/0001-19
Objeto OBJETO: AQUISIÇÃO DE OBRAS DE LITERATURA PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.			
Órgão superior MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Órgão subordinado FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	Unidade gestora contratante FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	Modalidade de contratação INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo de contratação SEM INFORMAÇÃO	Fundamento Legal FUNDAMENTO LEGAL: CAPUT DO ARTIGO 25 DA LEI 8.666/93	Data de assinatura 28/12/2012	Data de publicação 08/01/2013
Situação RETIFICAÇÃO - PUBLICADO	Valor Inicial do contrato R\$ 2.444.215,50	Valor atualizado do contrato R\$ 2.444.215,50	Licitação 00224/2012

Fique de olho!

O OBJETO DESSE CONTRATO FOI ENTREGUE?

Sim Não

O OBJETO DESSE CONTRATO É COMPATÍVEL COM O VALOR INVESTIDO?

Sim Não

Não sou um robô 

reCAPTCHA
Privacidade - Termos

ENVIAR

 Se desejar registrar uma denúncia sobre o mau uso de recursos públicos, acesse o e-Ouv - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

☰
ITENS CONTRATADOS

NÚMERO DO ITEM ↕	DESCRIÇÃO ↕	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES ↕	QUANTIDADE CONTRATADA ↕	VALOR UNITÁRIO (R\$) ↕
153173070022420120001	"LIVRO LINGUA/LINGUÍSTICA E LITERATURA"	LIVRO LINGUA/LINGUÍSTICA E LITERATURA, NOME LIVRO LINGUA/LINGUÍSTICA/LITERATURA	1810530	R\$ 2.444.215,50

Fonte: Portal da Transparência (2022).

ANEXO D – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o FNDE - 2013/2015. Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Periódicos 2014

Número do Contrato 296/2013	Vigência 30/12/2013 A 28/03/2015	Contratado FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	CPF/CNPJ 54.956.206/0001-19
Objeto OBJETO: AQUISIÇÃO DA REVISTA NOVA ESCOLA PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA - PNBE PERIÓDICOS 2014.			
Órgão superior MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Órgão subordinado FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	Unidade gestora contratante FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	Modalidade de contratação INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo de contratação SEM INFORMAÇÃO	Fundamento Legal FUNDAMENTO LEGAL: INCISO I DO ARTIGO 25 DA LEI 8.666/93	Data de assinatura 30/12/2013	Data de publicação 31/12/2013
Situação PUBLICADO	Valor Inicial do contrato R\$ 2.529.630,60	Valor atualizado do contrato R\$ 2.529.630,60	Licitação 00206/2013

Fique de olho!

O OBJETO DESSE CONTRATO FOI ENTREGUE?

Sim Não

O OBJETO DESSE CONTRATO É COMPATÍVEL COM O VALOR INVESTIDO?

Sim Não

Não sou um robô 

ENVIAR

Se desejar registrar uma denúncia sobre o mau uso de recursos públicos, acesse o e-Ouv - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

ITENS CONTRATADOS

NÚMERO DO ITEM	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES	QUANTIDADE CONTRATADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1531730700206201300001	*LIVRO LINGUA/LINGÜÍSTICA E LITERATURA*	LIVRO LINGUA/LINGÜÍSTICA E LITERATURA, NOME LIVRO LINGUA/LINGÜÍSTICA/LITERATURA	1781430	R\$ 2.529.630,60

Fonte: Portal da Transparência (2022).

ANEXO E – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o IFG 2014/2015– Assinaturas anuais das revistas Gestão Escolar e Nova Escola da FVC para atender às demandas das bibliotecas de todos os campus do IFG

Número do Contrato 3/2014	Vigência 17/02/2014 A 16/02/2015	Contratado FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	CPF/CNPJ 54.956.206/0001-19
Objeto OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSINATURAS ANUAIS DAS REVISTAS GESTÃO ESCOLAR E NOVA ESCOLA DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, NA PERIODICIDADE DE EDIÇÃO DE CADA UMA, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS BIBLIOTECAS DE TODOS OS CÂMPUS DO IFG.			
Órgão superior MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Órgão subordinado INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	Unidade gestora contratante INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS INHUMAS	Modalidade de contratação INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo de contratação SEM INFORMAÇÃO	Fundamento Legal FUNDAMENTO LEGAL: ART 25, I, LEI Nº 8.666/93.	Data de assinatura 17/02/2014	Data de publicação 26/02/2014
Situação PUBLICADO	Valor inicial do contrato R\$ 1.036,80	Valor atualizado do contrato R\$ 1.036,80	Licitação 00002/2013

Fique de olho!

O OBJETO DESSE CONTRATO FOI ENTREGUE?

Sim Não

O OBJETO DESSE CONTRATO É COMPATÍVEL COM O VALOR INVESTIDO?

Sim Não

Não sou um robô 

ENVIAR

Se desejar registrar uma denúncia sobre o mau uso de recursos públicos, acesse o e-Ouv - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

ITENS CONTRATADOS

NÚMERO DO ITEM ↕	DESCRIÇÃO ↕	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES ↕	QUANTIDADE CONTRATADA ↕	VALOR UNITÁRIO (R\$) ↕
158432070000220130 0001	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS	REVISTA GESTÃO ESCOLAR.	12	R\$ 496,80
158432070000220130 0002	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS	REVISTA NOVA ESCOLA.	12	R\$ 540,00

Fonte: Portal da Transparência (2022).

ANEXO F – Contrato entre a Fundação Victor Civita e o IFG 2014/2015 – Assinaturas anuais das revistas Gestão Escolar e Nova Escola da FVC para atender às demandas das bibliotecas dos campus de Anápolis, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Cidade de Goiás, Inhumas, Jataí e Valparaíso do Instituto Federal de Goiás

Número do Contrato 8/2015	Vigência 11/11/2015 A 10/11/2016	Contratado FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA	CPF/CNPJ 54.956.206/0001-19
-------------------------------------	--	---	---------------------------------------

Objeto
OBJETO: CONTRATAÇÃO ANUAL DE ASSINATURAS DE REVISTAS DA FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, NA PERIODICIDADE DA EDIÇÃO DE CADA UMA, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DAS BIBLIOTECAS DOS CÂMPUS ANÁPOLIS, FORMOSA, GOIÂNIA, GOIÂNIA OESTE, CIDADE DE GOIÁS, INHUMAS, JATAÍ E VALPARAÍSO DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS.

Órgão superior MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	Órgão subordinado INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	Unidade gestora contratante INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS INHUMAS	Modalidade de contratação INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo de contratação SEM INFORMAÇÃO	Fundamento Legal FUNDAMENTO LEGAL: LEI 8.666/93.	Data de assinatura 11/11/2015	Data de publicação 02/07/2015
Situação RETIFICAÇÃO - PUBLICADO	Valor Inicial do contrato R\$ 486,00	Valor atualizado do contrato R\$ 486,00	Licitação 00003/2015

Fique de olho!

O OBJETO DESSE CONTRATO FOI ENTREGUE?

Sim Não

O OBJETO DESSE CONTRATO É COMPATÍVEL COM O VALOR INVESTIDO?

Sim Não

Não sou um robô 

ENVIAR

Se desejar registrar uma denúncia sobre o mau uso de recursos públicos, acesse o e-Ouv - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

ITENS CONTRATADOS				
NÚMERO DO ITEM	DESCRIÇÃO	OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES	QUANTIDADE CONTRATADA	VALOR UNITÁRIO (R\$)
1584320700003201500002	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		2	R\$ 108,00
1584320700003201500004	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		1	R\$ 54,00
1584320700003201500005	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		1	R\$ 54,00
1584320700003201500007	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		1	R\$ 54,00
1584320700003201500009	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		1	R\$ 54,00
1584320700003201500011	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		1	R\$ 54,00
1584320700003201500013	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		1	R\$ 54,00
1584320700003201500015	ASSINATURA DE JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS		1	R\$ 54,00

Fonte: Portal da Transparência (2022).

ANEXO G – Situação Cadastral da Abril Comunicações S/A – Grupo Abril, 2022

 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 44.597.052/0001-62 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/01/1985
NOME EMPRESARIAL ABRIL COMUNICACOES S/A		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.13-1-00 - Edição de revistas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.47-8-02 - Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas 58.11-5-00 - Edição de livros 59.11-1-01 - Estúdios cinematográficos 59.11-1-02 - Produção de filmes para publicidade 59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente 59.13-8-00 - Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 73.11-4-00 - Agências de publicidade 73.19-0-03 - Marketing direto 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários 77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO R CERRO CORA	NÚMERO 2175	COMPLEMENTO ANDAR 1 PARTE A
CEP 05.061-450	BAIRRO/DISTRITO VILA ROMANA	MUNICÍPIO SAO PAULO
ENDEREÇO ELETRÔNICO CPFISCAL@ABRIL.COM.BR		UF SP
TELEFONE (11) 3990-2377		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL *****		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 16/06/2022 às 09:19:35 (data e hora de Brasília).		
		Página: 1/1

Fonte: Comprovante (2022).